Relatório Anual 2012

Santander Totta

Relatório Anual 2012

Principais indicadores	3
Órgãos Sociais	4
Factos relevantes e prémios obtidos em 2012	6
Informação Corporativa	8
Responsabilidade Social Corporativa	9
Enquadramento da Actividade	16
Áreas de Negócio	26
Áreas de Suporte ao Negócio	34
Informação Económica e Financeira	38
Gestão de Risco	46
Proposta de Aplicação de Resultados	53
Informação Complementar e Anexos	54
Governo Societário	64
Demonstrações Financeiras Consolidadas	87
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	93
Relatórios e Pareceres Consolidados	220
Demonstrações Financeiras Individuais	225
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	231
Relatórios e Pareceres Individuais	345

Principais Indicadores

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Balanço e Resultados			
Activo Líquido	38.527	40.115	-4,0%
Crédito Líquido	26.980	28.372	-4,9%
Recursos de Clientes	28.892	27.922	+3,5%
Capital Próprio + Passivos Subordinados	2.329	1.968	+18,4%
Margem Financeira Estrita	541,5	543,5	-0,4%
Comissões Líquidas e Out.Resultados Actividade Bancária	318,0	328,8	-3,3%
Produto Bancário	987,1	804,6	+22,7%
Resultado de Exploração	528,1	297,7	+77,4%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	73,4	17,6	>200%
Resultado Líquido	88,1	47,1	+86,9%
Rácios			
ROE	6,4%	2,6%	+3,8 p.p.
ROA	0,2%	0,1%	+0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	46,5%	63,0%	-16,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios *	11,4%	10,3%	+1,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I) *	11,4%	10,3%	+1,1 p.p.
Core Capital *	9,9%	9,1%	+0,8 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	3,51%	2,16%	+1,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,54%	2,21%	+1,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,32%	2,84%	+1,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	98,4%	107,1%	-8,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	97,4%	104,5%	-7,1 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	79,7%	80,5%	-0,8 p.p.
Rácio de Transformação**	126,6%	138,8%	-12,2 p.p.
Notações de *Rating*			
FitchRatings			
curto prazo	F3	F1	
longo prazo	BBB-	A	
Moody´s			
curto prazo	NP	P-2	
longo prazo	Ba1	Baa2	
Standard & Poor´s			
curto prazo	B	A-3	
longo prazo	BB	BBB-	
DBRS			
curto prazo	R-1 (low)	-	
longo prazo	BBB (high)	-	
Outros Dados			
Colaboradores	5.663	5.774	-111
Colaboradores em Portugal	5.613	5.720	-107
Pontos de Atendimento	667	715	-48
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	652	681	-29

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"

Órgãos Sociais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro [(1)]
	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	Eduardo José Stock da Cunha
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro [(1)]
Vogais	José Carlos Brito Sítima
	João Baptista Leite
	José Manuel Alves Elias da Costa
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Baptista Figueiredo

(1) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

Organigrama Funcional da Comissão Executiva – 31/12/12

Factos relevantes em 2012

Prémios em 2012

Principais distinções

Banco do Ano em Portugal - *The Banker*

Melhor Banco em Portugal - *Euromoney*

Melhor Banco em Portugal - *Global Finance*

Grande Banco Mais Sólido - *Exame*

Outros reconhecimentos

Melhor *Private Banking* - *Euromoney*

E nas categorias de serviços "Serviços Especializados de Património", "Gestão da Relação com o Cliente","Privacidade e Segurança", "Gama de Produtos e Serviços" e "Serviços de *Family Office*" e "Melhor Banco no segmento *Super Affluent* ($ 500.000- $1.000.000 Dólares) " "Melhor Banco no segmento *High Net Worth* (*$1.000.000 - $10.000.000 Dólares) ".

Best Foreign Exchange Provider 2013 em Portugal - *Global Finance*

Melhor *Contact Center* do Sector Banca - *APCC*

Melhor Distribuidor de Produtos Estruturados e na sub-categoria Melhor Distribuidor em Vendas - *Euromoney e StructuredRetailProducts.com*

Outros factos relevantes em 2012

Janeiro

- António Vieira Monteiro nomeado presidente executivo do Santander Totta
- Santander Totta e ISEG desenvolvem curso de Internacionalização para empresários

Fevereiro

- Revista Euromoney elege *Private Banking* do Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta é o único dos grandes Bancos em Portugal a apresentar resultados positivos em 2011

Março

- Conclusão do Programa Especial de Inspecções da *Troika* e BdP (WS3) – Grupo Santander Totta obtém juntamente com outra instituição financeira a melhor nota da avaliação
- Santander Totta eleito o "Melhor Banco em Portugal" pela revista Global Finance
- Santander Totta promove debate com Universidades sobre o Cartão Universitário Inteligente
- Eduardo Lourenço vence Prémio Universidade de Lisboa
- Prémio Científico Casa da América Latina / Santander Totta com inscrições abertas

Abril

- Prémio de Mérito Científico Santander Totta / Universidade Nova atribuído a investigação sobre tuberculose
- Santander Totta celebra Internacionalização da Universidade de Coimbra com a atribuição de 30 bolsas de mobilidade internacional
- Lançamento de plano estruturado para ajudar famílias em dificuldade no pagamento de créditos

Maio

- Santander Totta e Universidade do Porto desenvolvem concurso de Ideias de Negócio para empreendedores
- Santander Totta distingue estudantes de mobilidade na Universidade do Porto
- Atribuição do Prémio de Jornalismo Económico

Junho

- Santander Totta vence prémio de "Melhor Contact Center do Sector Banca", atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers
- Santander Totta passa a ser acompanhado pela agência canadiana de *rating* DBRS, destacando-se com a melhor classificação do sector
- Colaboradores pedalam de Lisboa ao Porto por uma causa solidária
- RedEmprendia lança concurso de ideias de negócio para universitários
- Aluno da Faculdade de Economia do Porto vence 9ª edição do Prémio *Primus Inter Pares*

Julho

- Santander eleito "Melhor Banco do Mundo" e Santander Totta "Melhor Banco em Portugal" pela revista Euromoney

Setembro

- Santander Totta celebra acordo com Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa
- Euromoney elege Santander Totta como o "Melhor Distribuidor de Produtos Estruturados em Portugal"

Outubro

- Santander Totta arranca com Plano de Activação para apoiar economia portuguesa
- Banco reúne empresas exportadoras na Conferência Exportação – "Experiências e Oportunidades"

Novembro

- Banco Santander Totta assina acordo com Instituto Politécnico de Beja
- Santander Totta premeia investigação científica na Universidade da Beira Interior
- Santander Totta é o "Banco Mais Sólido em Portugal", na categoria de Grande Banco, nos prémios Exame
- Revista "The Banker" elege Santander Totta como o "Banco do Ano em Portugal"

Dezembro

- *Primus Inter Pares* com inscrições abertas
- Resultado do Programa de Inspecções On-Site à exposição aos sectores da construção e promoção imobiliária, destaca Santander Totta com o único dos grandes Bancos, que a Setembro de 2012 não necessitava de registar mais imparidades
- 9º Edição do evento "Pão de Todos" junta 400 colaboradores voluntários, e com compensação de emissões de carbono
- Santander Totta cria o Comité de Sustentabilidade

Informação Corporativa

O Santander é um banco comercial com sede em Espanha e presença em 10 mercados principais. O Santander é o primeiro Banco da zona euro por capitalização bolsista. Fundado em 1857, tem €1.388 mil milhões de fundos geridos, 102 milhões de clientes, 14.392 balcões – mais que qualquer outro banco internacional – e 187.000 empregados no fim de 2012. É o principal Grupo financeiro em Espanha e na América Latina, com posições relevantes no Reino Unido, Portugal, Alemanha, Polónia, e nordeste dos Estados Unidos da América. O Santander obteve um resultado antes de provisões de 23.559 milhões de euros em 2012, mais 2% que no ano anterior.

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo	Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado
Solidez	A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo
Liderança	Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o Cliente e para os resultados
Inovação	Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos Clientes permitindo obter aumentos de rendibilidade superiores aos dos nossos concorrentes
Orientação comercial e ética profissional	Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de Clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O Cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta

Responsabilidade Social Corporativa

Introdução

A política de responsabilidade social do Santander Totta, alinhada com a política do Grupo Santander, tem como eixo principal o apoio ao ensino, promoção do conhecimento, mérito e empreendedorismo, especialmente no Ensino Superior, através dos 45 acordos de colaboração que mantém com as Universidades e Politécnicos portugueses. Uma vez que o Banco acredita que o Ensino Superior é um dos principais motores de desenvolvimento das sociedades e que as comunidades académicas constituem a principal força produtiva e mobilizadora a medio prazo.

O Banco mantém também uma política activa nas áreas de solidariedade social, através de apoios e do envolvimento de colaboradores voluntários e no ambiente, através da adopção e promoção de medidas de combate às alterações climáticas e de desenvolvimento sustentável. O apoio à cultura, a promoção da saúde e bem-estar e do desporto, são também áreas importantes na política de responsabilidade social, com o objectivo de aumentar a consciência social corporativa dos actores económicos, promovendo uma sociedade mais justa e solidária.

Em 2012, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,3 milhões de euros.

A fim de integrar ao mais alto nível a sustentabilidade na estrutura de *governance* do Banco e para responder aos novos desafios que se colocam foi criado o Comité de Sustentabilidade.

Universidades

Actualmente, o Banco tem 45 acordos de colaboração assinados com Instituições do Ensino Superior. Em 2012 assinaram-se 2 novos acordos de colaboração, com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto Politécnico de Beja.

Durante o ano de 2012, no âmbito das parcerias realizadas com as Universidades, foram realizadas várias iniciativas das quais se destacam:

- **Dia da Internacionalização da Universidade do Porto**

No dia da internacionalização da Universidade do Porto, o Banco Santander Totta homenageou os 70 estudantes que participaram, em 2012, no programa de mobilidade internacional entre a Universidade do Porto e Universidades da América do Sul.

Ao todo, desde o início do programa, em 2007, mais de 400 estudantes dos dois lados do Atlântico beneficiaram do protocolo de colaboração entre o Santander e a Universidade do Porto. Foram já 163 estudantes da Universidade do Porto a realizarem um período de mobilidade em universidades da América do Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, enquanto 253 jovens sul-americanos fizeram o caminho inverso como bolseiros do Programa Santander Universidades.

- **Dia da Internacionalização da Universidade de Coimbra**

No âmbito da comemoração do dia da internacionalização da Universidade, entregaram-se 30 bolsas internacionais aos participantes em vários programas de mobilidades como as bolsas luso-brasileiras e as bolsas ibero-americanas dirigidas a estudantes, docentes e investigadores.

- **III *Workshop* do Cartão Universitário Inteligente (TUI)**

Realizou-se na Universidade de Porto o *workshop* do TUI (Tarjeta Universitária Inteligente) com o objectivo de

apresentar o projecto às Universidades que ainda não têm o cartão e partilhar experiências sobre a utilização do mesmo. Estiveram presentes no evento as Universidades de Porto, de Coimbra, da Beira Interior, o Politécnico do Porto e duas universidades espanholas, de Santiago de Compostela e de Salamanca.

- Concurso de ideias de Negócio da Universidade do Porto - iUP25K (3ª edição)

Na sua terceira edição, o Prémio Ideias de Negócio reconhece a inovação de projectos científicos e tecnológicos ao mesmo tempo que fomenta o empreendedorismo e a criação de novas empresas.

O 1º prémio foi entregue ao projecto "TerMonitor – Termografia para Aplicações Médicas", que recebeu 10 mil euros do capital social necessário para criar um empresa e 5 mil euros destinados ao processo de assessoria do seu plano de negócio.

- Prémio de Mérito Científico Santander Totta/Universidade Nova (5ª edição)

Na sua 5ª edição, os prémios distinguiram os investigadores Pedro Viana Baptista e Miguel Viveiros, pela criação de um sistema inovador, mais rápido e barato para o diagnóstico da tuberculose. O projecto intitulado "Nano TB Nanodiagnostics for XDRT at a point-of-need" recebeu o prémio de 25 mil euros.

- Prémio Universidade Lisboa/Santander Totta (6ª edição)

Este ano o prémio distinguiu Eduardo Lourenço, autor de "uma obra vasta e rica, capaz de inspirar os caminhos do futuro na hora difícil que o país atravessa", nas palavras do júri em relação ao pensador, justificando esta distinção pela sua "originalidade e profunda reflexão sobre o significado da cultura e das constantes históricas de Portugal, na sua inserção nos espaços mais amplos da Europa e da lusofonia".

- Prémio Universidade Coimbra / Santander Totta (9º edição)

António Pinho Vargas, músico e investigador foi distinguido pelo seu trabalho com o prémio no valor de 25 mil euros.

- Prémio de Mérito Cientifico Universidade Beira Interior/Santander Totta (3ª edição)

Estes prémios são entregues aos investigadores e docentes, das cinco faculdades da UBI, que conjugam actividades de ensino e investigação, evidenciando-se pelo seu mérito científico e por uma intervenção relevante e inovadora.

- Prémios Científicos Universidade Técnica de Lisboa/Santander Totta (6ªedição)

Os prémios científicos da UTL e Santander Totta premeiam os professores e investigadores que se destacam pelo trabalho notável a nível científico nas várias Faculdades que integram a UTL, com trabalhos de grande impacto em revistas científicas internacionais.

Em 2012, foram atribuídos 11 prémios e 14 menções honrosas. Cada prémio tem um valor pecuniário de 3 mil euros e inclui uma bolsa de iniciação à investigação por um período de 6 meses.

Foram também atribuídos os prémios aos melhores estudantes da UTL, aqueles que mais se destacaram no contexto da sua formação global, nas vertentes científica, académica, cultural e cívica.

- Prémio de Jornalismo Económico Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta (6ª edição)

O trabalho "E se Portugal saísse do Euro?", do Jornal de Negócios, foi o grande vencedor da 6ª edição do PJE, tendo vencido igualmente na categoria de Mercados Financeiros. O artigo "Vale a pena trabalhar nas empresas autárquicas", do jornal Expresso, venceu na categoria de Gestão de Empresas e Negócios, enquanto o trabalho "A força do terceiro sector", da revista Visão, foi galardoado na categoria de Sustentabilidade Empresarial.

- Prémio *Primus Inter Pares*

Lançado, em 2003, pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, este prémio distinguiu mais uma vez os três melhores universitários do país em cursos de Economia, Gestão ou Engenharia.

Os alunos vencedores terão a oportunidade de frequentar um MBA numa *Business School* de prestígio nacional e internacional – o IESE, em Barcelona, o Instituto de Empresa, em Madrid, o Lisbon MBA (Universidade Católica e Universidade Nova), o ISCTE, o ISEG e, este ano, pela primeira vez, a Porto Business School. O 4° e 5° classificados recebem um curso de pós-graduação.

Os vencedores da 9ª edição foram, em 1° lugar, André Campos e em 2° e 3° lugar, respectivamente, Inês Relvas e Patrícia Viseu.

- **Prémio Científico Casa América Latina / Santander Totta**

O Prémio Universitário Santander Totta/Casa da América Latina tem como objectivo premiar o mérito e estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência.

Em 2012, o prémio teve a participação de cerca de 30 candidaturas, sendo premiadas as teses dos estudantes Carlos Rafael Borges Mendes, de origem portuguesa, na categoria de Tecnologias e Ciências Naturais e de Mércia Carréra de Medeiros, de origem brasileira, na categoria de Ciências Sociais e Humanas.

Universia

O plano orientador da actividade da Universia está assente e orientado em 4 linhas estratégicas: a colaboração entre a universidade e a empresa, o emprego para universitários, a difusão do conhecimento e o futuro do ensino superior.

- **Acção de Matrículas 2012/13 Santander Universidades**

O Universia apoiou o Banco Santander Totta nesta acção, cujo objectivo foi, para além da emissão de cartões, marcar uma forte presença nas Universidades, para estar mais próximo dos estudantes que ingressam pela primeira vez no Ensino Superior.

Para esta iniciativa foram contratados 170 promotores que, em conjunto com a equipa do Universia e do Santander Totta, serviram de suporte para a implementação desta acção.

- **Implementação da rede "Trabalhando em Portugal"**

O Universia avançou este ano em Portugal com a implementação de uma plataforma de emprego única, que pretende ser comum a todas as Universidades, permitindo uma maior partilha de informação, de forma mais eficaz e eficiente. Esta plataforma possibilita a uniformização dos conteúdos de modo a que as ofertas de emprego e os CV's dos alunos possam ser partilhados. Esta nova solução não impede que cada Universidade tenha a sua própria imagem, ou que perca o controlo absoluto das ofertas de emprego que tem.

- **Recrutamento e Selecção Universia**

O Universia dispõe de uma equipa especializada para o acompanhamento completo do processo de recrutamento, desde a pré-selecção até à contratação dos candidatos.

Em Novembro de 2012, o Universia marcou presença em feiras universitárias na Faculdade de Engenharia do Porto e no ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) para apresentar este serviço e apoiar os alunos finalistas na selecção de carreiras.

- **CIVEP**

Em 2012, foi criado o Campus Ibero-americano Virtual de Cursos de Pós-graduação (CIVEP). Nesta plataforma é disponibilizada toda a informação sobre universidades e instituições ibero-americanas que oferecem este tipo de cursos, para que os estudantes possam ampliar a sua formação académica, conscientes de toda a oferta formativa dentro da Rede Universia. Na versão portuguesa a plataforma está já implementada em 12 *stands*.

- **Seminários Miami**

Ao longo de 2012, a Rede Universia realizou cinco seminários dirigidos a vice-reitores, administradores, directores e outros cargos das Universidades pertencentes à rede. Estes seminários tiveram lugar em Miami e contaram com o apoio de várias Instituições de prestígio internacional. Com 200 inscritos de mais de 15 países, os índices de satisfação foram elevados: 99% disseram que recomendariam o curso aos seus pares.

- **Seminário Lisboa**

"Metodologia de Rankings Universitários - Como construir uma Universidade de marca internacional" foi o tema de um seminário organizado pelo Universia e pelo CRUP. O seminário realizou-se no edifício da reitoria da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo principal de abordar os mais recentes avanços tecnológicos sobre metodologias de classificação e medição nos *rankings*

universitários mais prestigiados do mundo, com relevância para as Instituições de Ensino Superior em Portugal.

- Classificados Universia

Foi desenvolvido um novo portal dos anúncios classificados Universia, com um *design* mais atractivo e novas funcionalidades disponíveis, que facilita a compra e a venda de produtos e serviços aos estudantes universitários.

- Guia de Mobilidade Internacional

Foi lançado o Guia de Mobilidade Internacional, com duas vertentes. A primeira vertente do Guia está disponível em português e espanhol, e dirige-se a estudantes matriculados nos 23 países servidos pela Rede Universia, que desejem frequentar cursos nos Estados Unidos, Reino Unido e China. A segunda vertente está disponível em português, espanhol, chinês e inglês, e destina-se aos membros das comunidades universitárias destes três países que estejam interessados em estudar numa universidade sócia da Rede Universia.

Acção Social

- "Pão de Todos"

Pelo 9º ano consecutivo em Lisboa, e 3º ano no Porto, o Santander Totta e a CAIS (Associação de Apoio aos Sem Abrigo e à População Mais Carenciada), organizaram este evento de solidariedade social, que já é considerado uma tradição dos festejos natalícios nessas duas cidades e um projecto de voluntariado de sucesso promovido pelo Banco.

Pão "*Carbon Free*" - Este ano como novidade, o evento teve uma preocupação ambiental acrescida e o "Pão de Todos" foi livre de emissões de carbono. Efectuou-se a medição e compensação das emissões de carbono produzidas, através do investimento em projectos que reduzem emissões e protegem o meio ambiente. Foram também promovidas várias iniciativas de protecção ambiental, como o Projecto CAIS Recicla - que consiste em fazer produtos com base em material reciclável, recolha de produtos para reciclagem, palestras, entre outros.

Sob o lema desta edição, "Juntos vamos multiplicar a partilha", mais de 400 colaboradores voluntários do Banco confeccionaram e distribuíram pão, juntamente com chocolate quente e boa disposição, a todos os transeuntes que visitaram a tenda do "Pão de Todos".

- Casa da Ritinha

Foi a iniciativa solidária escolhida e promovida na "Semana Santander És Tu". Uma causa interna que pretendeu ajudar a construção de uma casa para uma menina com paralisia cerebral.

Ao desafio de vender os porta-chaves da casa da Ritinha, juntaram-se os colaboradores dos balcões, serviços centrais e nove ciclistas voluntários do Banco, que pedalaram de Lisboa ao Porto na divulgação da causa. Durante o Natal, foi ainda realizado um sorteio de uma bicicleta entre os colaboradores para ajudar esta iniciativa solidária. No final, o objectivo foi alcançado com a angariação de 15 mil euros para a construção da Casa da Ritinha.

Complementarmente, e no sentido de se dar uma dimensão social ao projecto, foi constituída a Associação Maria Rita de Apoio aos Cuidadores com o objectivo de ajudar pessoas que tenham a seu cargo deficientes como a Ritinha, revertendo para a sociedade um serviço gratuito e que funcionará nesta mesma casa.

- Feira de Natal BIPP 2012

O Santander Totta marcou presença, com mais de 50 colaboradores voluntários, na Feira de Natal BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais, durante dois dias. A BIPP é uma instituição particular de solidariedade social, que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade.

- Natal numa caixa de sapatos

Pelo 4º ano consecutivo, os colaboradores e as suas famílias voltaram a aderir a esta iniciativa solidária, para distribuírem presentes a crianças e jovens carenciados que vivem em instituições de acolhimento.

O desafio foi simples: cada filho de colaborador encheu uma caixa de sapatos com um brinquedo que já não utilizava e que foi distribuído, a um menino ou a uma menina da mesma idade que vivam numa instituição.

Esta iniciativa contou com o forte envolvimento das direcções comerciais do Banco que identificaram em cada região da sua acção as instituições a apoiar. No ano de 2012, foram mais de 2.100 crianças e jovens que vivem em mais de 65 instituições abrangidas.

- Canto Solidário

Durante a "Semana Santander És Tu", foi inaugurado no edifício central do Santander Totta um espaço dedicado à solidariedade social. O espaço tem como objectivo a promoção de iniciativas de solidariedade social. Instituições como a "Make a Wish" puderam promover a sua missão junto dos colaboradores.

- Mini Maratona Santander Totta

O Santander Totta no âmbito do seu apoio ao desporto e hábitos de vida saudáveis voltou, em 2012, a apoiar a Meia Maratona Sportzone e a Mini Maratona, na cidade do Porto, uma das mais conceituadas provas de meia distância do país. As provas contaram com a participação de mais de 500 colaboradores e familiares.

Correr foi também apoiar uma causa social. O Banco aliou-se à vertente solidária da prova, que todos os anos apoia um projecto de cariz social, e este ano por cada inscrição dou 1€ à Associação "No Meio Do Nada", uma instituição que apoia pais e famílias com vivências em cuidados intensivos neonatais e pediátricos.

- Fundação CEBI

Desde 1995, que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, cujo objectivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração.

Das suas acções destaca-se a promoção da educação, abrangendo 1.800 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social. De salientar ainda o apoio a mais de 250 idosos por ano e cerca de 400 atendimentos diários de medicina física e reabilitação.

- Doação de equipamento informático à Entrajuda

No âmbito do protocolo assinado com a Instituição, o Banco entregou 150 computadores ao Banco de Bens Doados - Entrajuda, contribuindo assim para o projecto desta Instituição de reequipamento das instituições de solidariedade social com matéria informático.

- Doação de equipamento para Instituições Hospitalares

O Santander Totta apoiou o Instituto Português de Oncologia do Porto, através da doação de mobiliário e o Instituto São João de Deus, com o apoio à aquisição de material para uma unidade de cuidados continuados com capacidade para 35 pessoas.

- Seminário de *Fundraising*

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 4º seminário de *fundraising* organizado pela *Call to Action*. O principal objectivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

- Outros apoios

No âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa, o Banco mantém um apoio próximo ao terceiro sector através de apoios, patrocínios e donativos, às Instituições de Solidariedade Social, Associações e ONG's.

- Rubrica sobre literacia financeira nas redes sociais

Atendendo aos novos canais de comunicação junto da comunidade, e à importância de uma comunicação

transparente com os seus grupos de interesse, o Banco lançou, em 2012, uma rubrica sobre literacia financeira no Facebook da página Santander Universidades. A rubrica tem como objectivo explicar conteúdos económicos e financeiros, através de vídeos feitos com os alunos universitários, de uma forma atractiva e simples.

- "Rota das Vocações de Futuro"

No âmbito do apoio à Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social), o Santander Totta recebeu um grupo de 70 alunos do ensino secundário no âmbito da iniciativa "Rota das Vocações de Futuro", desenvolvida pela EPIS e pela Fundação CEBI, para ajudar jovens estudantes a descobrirem a sua vocação profissional, proporcionando-lhes a oportunidade de contactarem com diferentes profissões ao longo de uma semana, através de visitas a empresas das mais diversas áreas.

- Curso de Internacionalização para PME

Em 2012, o Santander Totta promoveu junto dos seus clientes, cursos sobre Internacionalização da Empresa - Comércio Internacional, cujo objectivo foi o de ajudar a dotar os seus clientes de um maior conhecimento teórico e prático sobre esta importante temática, visando facilitar a expansão do negócio internacional das empresas portuguesas. O 1° curso realizou-se em Lisboa, em parceria com o ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, e o 2° no Porto, em parceria com a Faculdade de Economia do Porto.

- Instituto de Emprendedorismo Social (IES)

O Santander Totta é membro fundador do IES, que nasceu de uma parceria de um grupo de empreendedores sociais com o INSEAD e com a Câmara Municipal de Cascais. Pretende apoiar os empreendedores sociais potenciando o impacto das suas iniciativas para dar resposta aos crescentes desafios sociais e ambientais.

Cultura

- Livro "*Everything is connected*"

O Banco editou o livro "Eveyrthing is conncected" no qual se fez a compilação das três edições das conferências realizadas sob o mesmo tema no âmbito do *Greenfest*. Um livro único que reúne as intervenções dos vários oradores que ao longo de três dias partilharam visões e interpretações únicas sob o tema de como está tudo conectado.

A edição do livro contemplou também uma vertente solidária. Por cada livro vendido, 1€ reverteu para a Associação "Movimento 1 Euro", cujo objectivo é o de apoiar no financiamento a associações e instituições sociais que desenvolvam trabalho em diversas áreas desde economia, à saúde, ao meio ambiente, cultura e educação.

Ambiente

- *Green Festival*

Pelo 5° ano consecutivo o Santander Totta apoiou a realização do *Greenfest*, o maior festival de sustentabilidade em Portugal, que este ano promoveu a iniciativa privada conciliada com uma atitude ambientalmente sustentável.

O Banco organizou dois *workshops*. "Da ideia ao mercado: como financiar o arranque do seu micro negócio?", onde se promoveu o empreendedorismo e a criação do próprio negócio e o *workshop* "Micro empreendedorismo jovem – Barreiras à entrada", organizado em parceria com a Deloitte, cujo objectivo foi alertar os empreendedores para algumas barreiras iniciais que os pequenos negócios encontram, bem como algumas formas de as atenuar.

- Campanha "Dê uma pausa ao planeta"

Ao longo de todo ano e no seguimento da campanha lançada em 2011, "Dê uma pausa ao Planeta", continuou-se a promover nos canais internos a adopção de boas práticas sustentáveis no local de trabalho.

- Campanha "*Clean Desk*"

A Direcção de Risco Tecnológico e Operacional e a Direcção de Coordenação de Recursos Humanos desenvolveram uma campanha de *Clean Desk,* com o objectivo de melhorar a eficiência e transmitir uma imagem de confiança e eficácia junto dos clientes., e de reduzir a quantidade de papel, *toners* e tinta utilizados no dia-a-dia,

Ao longo desta campanha foi ainda promovida a reciclagem de papel sob o tema "Vamos Reciclar e Poupar a Floresta".

- Medidas de eficiência energética e de redução de consumos

Em 2012, o Santander Totta continuou a desenvolver esforços no melhoria da eficiência das infra-estruturas e desenvolvimento de mecanismos para redução de consumos.

O investimento ascendeu a 1,4 milhões de euros o que se traduziu numa poupança energética anual de 2.742.249 kwh, destacando-se as principais iniciativas:

- Nos balcões: (1) foram instalados detectores de presença, em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, *back-offices*, arquivos e arrumos para desligar a iluminação quando os locais estão desocupados (191 balcões); (2) substituíram-se os sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo (6 balcões); e (3) alteração de letreiros luminosos para sistemas *LED* (150 balcões).
- Nos edifícios centrais: (1) foram instalados sistemas de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20°C, desligando o sistema de climatização; (2) procedeu-se ao sombreamento das fachadas sul e sul poente do edifício central com películas de vinil; e (3) automatizou-se o controlo da iluminação e instalaram-se luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

A economia mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que o esperado, em 2012, fruto de uma mais profunda deterioração dos agentes económicos, na sequência (i) do agravamento da crise da dívida soberana, na zona euro, e seu contágio à economia mundial e, em simultâneo, (ii) com os receios associados ao "precipício orçamental", nos EUA. Acrescem ainda os efeitos relacionados com a instabilidade geopolítica em várias regiões do Globo.

A tendência de desaceleração foi relativamente uniforme ao longo do ano, em termos de variação homóloga, com uma desaceleração progressiva das taxas de crescimento do PIB, de forma generalizada. O abrandamento da actividade seria mais visível no segundo semestre do ano, em especial na Europa, com o contágio da crise da dívida soberana a afectar os países "core", juntamente com o impacto da desaceleração dos mercados emergentes.

No final do ano, eram visíveis diferentes dinâmicas de crescimento, com a zona euro em situação recessiva, fruto do agravamento da crise, enquanto os EUA recuperavam o potencial de crescimento. Nos mercados emergentes, as indicações são ainda de estabilização do crescimento, em ritmos abaixo da média histórica.

Crescimento Económico Mundial

	2010	2011	2012
Mundo	5,1	3,9	3,2
Países Avançados	3,0	1,6	1,3
EUA	2,4	1,8	2,3
UEM	2,0	1,4	-0,4
Reino Unido	1,8	0,9	-0,2
Japão	4,5	-0,6	2,0
Países em Desenvolvimento	7,4	6,3	5,1
África	5,3	5,3	4,8
Ásia	9,5	8,0	6,6
China	10,4	9,3	7,8
Europa de Leste	4,6	5,3	1,8
Médio Oriente	5,0	3,5	5,2
América Latina	6,2	4,5	3,0
Brasil	7,5	2,7	1,0

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

Os mercados emergentes foram particularmente afectados pela desaceleração, com o crescimento a cair abaixo da média dos últimos anos, uma tendência mais visível no Brasil. Isso foi o resultado das políticas restritivas adoptadas no passado, para evitar os riscos de sobreaquecimento e controlar potenciais bolhas de crédito, a que acresceram os impactos da moderação da procura por parte das economias desenvolvidas.

Na China, houve também uma moderação do investimento público, uma vez concluídos os programas de estímulo económico adoptados após a crise de 2008/09.

Posteriormente, nos vários países, foram adoptadas medidas de estímulo, incluindo descidas de taxas de juro, bem como políticas de investimento público.

Na China, o banco central desceu as taxas de juro de referência pela primeira vez em vários anos, após sucessivas subidas e aumentos do coeficiente de reservas de caixa, com o objectivo de travar o crescimento do crédito.

No Brasil, o banco central foi mais agressivo na adopção de políticas expansionistas, tendo descido a taxa de juro de referência em 500pb, para 7,25%, ao mesmo tempo que flexibilizou alguns dos critérios macroprudenciais para estimular a concessão de crédito.

Nos EUA, o crescimento económico permaneceu moderado, tendo mesmo registado uma ligeira desaceleração durante o período do Verão, com o desemprego a estabilizar cima de 8%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). Em resultado, e devido aos maiores riscos para a economia norte-americana colocados pela crise europeia, a Reserva Federal mencionou a possibilidade de adopção de novas medidas de estímulo não convencionais. No Verão, e apesar de os investidores anteciparem uma nova vaga do programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), a Reserva Federal apenas prolongou a operação "*Twist*", na qual reinveste em maturidades mais longas as aplicações que já tem em dívida pública norte-americana.

Já no 4º trimestre, a Reserva Federal fez depender ainda mais a política monetária da evolução do mercado de trabalho, apesar da descida da taxa de desemprego para 7,8%. Este nível é considerado muito elevado, sendo o nível "natural" estimado em redor de 6,5%. Assim, comunicou que as taxas de juro de referência deverão permanecer em mínimos históricos até 2015, e anunciou um reforço do seu programa de aquisição de dívida pública (*quantitative easing*), ao abrigo do qual adquire um adicional de 45 mil milhões de dólares por mês, ao

qual acresce a aquisição de 40 mil milhões de créditos hipotecários titularizados, também em base mensal.

Ao longo do 2º semestre, a conjuntura nos EUA foi afectada pela discussão em torno do "precipício fiscal", como é caracterizado o mecanismo automático de correcção do desequilíbrio orçamental, caso o tecto da dívida pública (actualmente fixado em 16,4 triliões de dólares) não seja aumentado. Decorrem presentemente negociações para elevar esse limite, no quadro de uma redução estrutural do défice orçamental, que ainda se situa em cerca de 8,5% do PIB. Caso não haja esse acordo, serão automaticamente aumentados os impostos sobre o rendimento, e efectuados cortes na despesa, que poderiam ter um impacto negativo na economia de cerca de 2pp do PIB.

No Reino Unido, o crescimento económico também foi débil, apenas beneficiando pontualmente dos efeitos positivos do Jubileu da Rainha Isabel II e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Procurando apoiar a recuperação da actividade, no contexto de políticas orçamentais restritivas, o Banco de Inglaterra manteve as taxas de juro de referência em mínimos históricos (0,5%) e ampliou o seu programa de *quantitative easing* para 375 mil milhões de libras esterlinas. Em simultâneo, lançou o programa de "Funding for Lending", ao abrigo do qual os bancos podem submeter novos créditos a empresas como colateral nas operações de financiamento junto do banco central. Quanto maior for o volume de novos empréstimos, menor será a taxa de financiamento. No final do ano, o Banco de Inglaterra deu por concluído o programa de *quantitative easing*, anunciando que iria também avaliar o seu impacto na economia. Desde que o programa se iniciou, em Janeiro de 2009, o Banco de Inglaterra adquiriu o equivalente a cerca de um terço da dívida pública de médio e longo prazos ("Gilts").

Na zona euro, a confiança económica deteriorou-se, fruto das sucessivas ondas de choque associadas à crise da dívida soberana. Embora, numa fase inicial, confinadas aos agora designados países "periféricos, essas ondas de choque transmitiram-se aos países "core", assim como a outras regiões geográficas e económicas, como mencionado anteriormente.

Esse aumento da incerteza materializou-se numa redução da despesa, a nível generalizado, com uma queda do consumo privado e do investimento.

	PIB	Inflação
UEM	**-0,4**	**2,5**
Alemanha	0,9	2,1
França	0,2	2,2
Espanha	-1,4	2,4
Itália	-2,1	3,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2013)

A zona euro terminaria, deste modo, o ano de 2012 em recessão, com as perspectivas a sinalizarem a continuação de ritmos deprimidos de actividade até ao 2º semestre de 2013, quando se poderia começar a iniciar uma recuperação gradual da actividade.

O contágio acentuou-se ainda no 1º trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

Posteriormente, e na sequência do anúncio de novos problemas na carteira de crédito do Banco Bankia (criado a partir da fusão de várias cajas de ahorro), foi efectuado um *stress test* ao conjunto do sistema financeiro espanhol. O exercício, desenvolvido pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, estimou as necessidades de capital do sector bancário num valor entre 51 e 62 mil milhões de euros, abaixo dos 100 mil milhões de euros acordados com as autoridades europeias, no âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector. Os resultados finais da auditoria, conduzida pela consultora Oliver Wyman, confirmaram necessidades de capital de 59,3 mil milhões de euros, dentro da estimativa inicial. Os bancos Santander, BBVA e LaCaixa não têm necessidades de recapitalização, e o Banco Popular concluiu esse processo, com recurso a fundos privados.

Este programa será, numa primeira fase, efectuado através de empréstimos ao Estado espanhol, mas, posteriormente, os fundos europeus FEEF/MEE poderão apoiar directamente os bancos, uma vez concluída a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, a nível europeu, que inclua também o BCE.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega ("PSI – private sector involvement"), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do

valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 124% em 2020.

Após uma primeira eleição que resultou na ausência de uma maioria governativa estável, o segundo processo eleitoral resultou numa maioria parlamentar apoiada pela Nova Democracia, PASOK e DIMAR, com o Governo comprometido não só com o cumprimento dos acordos com as instituições internacionais, mas também a solicitar uma flexibilização das metas, que permita um ajustamento menos brusco para a economia.

No final do ano, foi finalmente aprovado o novo programa de apoio à Grécia, no âmbito do qual foram adoptadas novas medidas de apoio: (i) redução em 100pb das taxas de juro aplicáveis nos empréstimos bilaterais do primeiro programa; (ii) redução de 10pb nas comissões de garantia; (iii) extensão das maturidades dos empréstimos pelo FEEF em 15 anos e 10 anos de carência de juros; e (iv) entrega à Grécia dos ganhos com a carteira de dívida pública grega constituída pelos bancos centrais do Eurosistema.

Estas decisões reduzem substancialmente os riscos de saída, a curto prazo, pela Grécia da zona euro, revelando o compromisso que existe de apoio aos países em maiores dificuldades (sujeitos, obviamente, ao cumprimento dos objectivos acordados nos programas de ajustamento). Estes riscos tinham sido particularmente elevados no primeiro semestre do ano.

No 2° semestre, a Comissão Europeia apresentou também a sua proposta de "mapa" para o aprofundamento da União Económica e Monetária, através da criação de uma verdadeira União Bancária. O objectivo é, a prazo, eliminar os riscos actualmente existentes derivados da ligação entre o sector bancário e o respectivo soberano, que contribuiu para a fragmentação dos mercados financeiros europeus.

Esta união passa por três vectores: (i) mecanismo único de supervisão bancária, com o BCE a desempenhar o papel fundamental. O BCE terá a seu cargo a supervisão dos bancos com activos superiores a 30 mil milhões de euros ou que representem mais de 20% do sistema bancário do país; (ii) mecanismo e autoridade única de resolução bancária, que defina os critérios para a reestruturação e/ou resolução de bancos em situação de crise; e (iii) um fundo comum de garantia de depósitos, que quebre a relação actualmente existente com o soberano. Este fundo não será implementado de imediato.

As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

O Conselho Europeu de 28-29 de Junho decidiu reforçar as medidas de apoio ao crescimento económico, com o aumento de capital do BEI – Banco Europeu de Investimento, a reafectação de fundos comunitários e a criação de "project bonds", dívida comum emitida pela UE para financiar projectos de investimento, num montante total de 130 mil milhões de euros, ou cerca de 1% do PIB europeu.

O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

No final de Julho, o Presidente do BCE, numa conferência em Londres, afirmou que o BCE faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e que isso "seria suficiente". Na reunião de Agosto, foi comunicado que o BCE iria estudar a forma de intervenção, conjuntamente com os fundos europeus de resgate, mas que os países que necessitem dessa intervenção terão que pedir um apoio formal, sujeito a condicionalidade, aos fundos europeus FEEF/MEE.

O Banco Central Europeu anunciou os detalhes do seu programa de aquisição de dívida pública, o "*Outright Monetary Transactions*". Este programa visa repor a normalidade no processo de transmissão da política monetária, ao eliminar o risco de convertibilidade que resultou numa subida pronunciada dos *spreads* da dívida pública de Espanha e Itália. Em termos gerais, a intervenção pelo BCE será precedida de um pedido formal pelos países mais afectados e sujeita a condicionalidade. Cumprida essa formalidade, o BCE intervirá de forma ilimitada sobre os prazos mais curtos da curva de rendimentos (até aos 2 anos).

Para países já sob programas de ajustamento, como é o caso de Portugal, o BCE deixa a possibilidade de intervenção quando o acesso ao mercado se torne uma realidade.

Ao longo de todo o ano, o BCE manteve a cedência ilimitada de liquidez ao sistema bancário europeu, tendo em Janeiro sido realizada a segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, no âmbito da qual o sector tomou fundos no montante de 530 milhares de milhões de euros. No conjunto das duas operações de muito longo prazo foram tomados fundos no montante de 1.019 milhares de milhões de euros. Uma parte significativa destes fundos foi pedida por motivos de precaução, dado que no início de 2012 havia instituições

financeiras com elevados montantes de dívida a vencer durante o ano e os riscos de incapacidade de refinanciamento em mercado eram bastante elevados. Assim, o montante de depósitos junto do BCE foi bastante elevado, de 665 milhares de milhões de euros. A partir de Julho, quando o BCE desceu a taxa de depósito para 0%, o montante depositado na facilidade de depósito reduziu-se para 262 mil milhões de euros, ficando o remanescente depositado enquanto reservas excedentárias.

Cedência de liquidez pelo BCE
(€ bn)

Fonte: BCE

Este maior volume de depósitos junto do BCE teve como efeitos uma descida pronunciada das taxas de juro de curto prazo. A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, caiu para cerca de 0,07%, enquanto as taxas de juro Euribor, no final do ano, se situavam todas abaixo da taxa refi. A taxa Euribor 3 meses situava-se em 0,187%, no final de 2012, uma descida de 117pb face ao fecho de 2011.

Também nos EUA e no Reino Unido as taxas de juro de curto prazo desceram para mínimos históricos, ante sinais económicos fracos e o compromisso, mais ou menos explícito, pelos bancos centrais de manutenção das taxas de juro de referência nos actuais níveis mínimos até que a economia dê sinais mais concretos de recuperação sustentada.

Taxas de Juro 3 Meses

Fonte: Bloomberg

A elevada volatilidade continuou a dominar a evolução dos principais mercados financeiros, num contexto de elevada aversão ao risco. Em resultado, os mercados financeiros na zona euro fragmentaram-se ainda mais, com uma progressiva "nacionalização", que impediu, na opinião do BCE, a transmissão da política monetária.

Um reflexo importante ocorreu nos mercados de dívida pública, com um alargamento de *spreads* de crédito para novos máximos históricos, tendo o respectivo pico ocorrido no Verão, para as taxas de juro espanholas e italianas, quando a incerteza sobre a situação orçamental e financeira atingia o seu clímax.

As declarações do Presidente do BCE, Mario Draghi, em Julho, de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e as subsequentes perspectivas de que o BCE poderia intervir nos mercados de dívida pública, contribuiu de forma marcante para inverter a tendência nos mercados financeiros, com os *spreads* a corrigirem em baixa.

O alargamento dos *spreads* reflectiu também a forte procura de dívida pública de mercados "core", em particular da Alemanha, que, para os prazos mais curtos (até dois anos), chegou a registar taxas de juro negativas.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de Portugal face à Alemanha registaram uma evolução diferenciada, tendo atingido o ponto máximo no início do ano, quando da negociação da reestruturação da dívida pública grega, para depois descer de forma gradual e sistemática ao longo do ano. No final de 2012, o *spread* a 10 anos situava-se abaixo dos 600pb, caindo posteriormente para cerca de 500pb durante o mês de Janeiro de 2013.

As yields portuguesas, no final do ano, situavam-se já abaixo dos verificados em Abril/Maio de 2011, quando do pedido e posterior negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Taxas de Juro 10 Anos

Fonte: Bloomberg

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2011 = 100)

Fonte: BCE

Nos EUA, a evolução das taxas de juro de longo prazo caracterizou-se pela observação de níveis mínimos históricos, em redor de 1,5%. A intervenção da Reserva Federal nos mercados de dívida pública – efectiva e antecipada pelos investidores – continuou a suportar as yields em níveis abaixo dos que seriam consistentes com os elevados défices orçamentais e com a própria dinâmica da dívida pública, que já ultrapassa os 100% do PIB. A aversão ao risco, em especial de activos denominados em euros, e as fracas perspectivas económicas, com inflação controlada, foram factores adicionais de relevo.

A evolução das principais taxas de câmbio continuou a reflectir a percepção pelos investidores quanto aos desenvolvimentos na Europa, no que concerne à crise da dívida soberana.

O euro, durante o Verão, quando a incerteza atingiu o seu ponto mais elevado, caiu para cerca de 1,20 dólares, replicando os mínimos de 2010 (assim como níveis de 2006). Apesar das declarações de Mario Draghi, os investidores continuavam a atribuir uma probabilidade não despicienda de saída da Grécia da zona euro. O foco colocado pelo BCE no OMT, a que acrescem as decisões da UE quanto à União Bancária, permitiu uma recuperação do euro.

O movimento face às demais divisas foi similar, com a libra a cotar no nível mais elevado desde 2008 (nas 0,77 libras por euro), enquanto face ao iene o euro cotou em mínimos absolutos, nos 80 ienes por euro. Este movimento seria também revertido no final do ano. Face ao franco suíço, a cotação manteve-se em redor de 1,2 francos, após a decisão do Banco Nacional da Suíça em fixar uma referência para evitar uma maior apreciação da moeda.

Em termos de taxa de câmbio efectiva (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro), houve uma depreciação para o nível mais fraco desde 2002.

Os mercados accionistas globais registaram uma tendência diferenciada, com a Europa a registar desvalorizações acentuadas, em linha com o agravamento da crise da dívida soberana, enquanto os demais mercados registaram sistematicamente ganhos face ao final de 2011.

No final do ano, e no quadro da diminuição da aversão ao risco, os mercados accionistas fecharam em terreno positivo. Na Europa, e como nos demais mercados financeiros, a inversão ocorreu após o compromisso assumido pelo Presidente do BCE na defesa da União Económica e Monetária Europeia.

Em Portugal, os mercados recuperaram no final do ano, fruto da conjugação de vários factores, a destacar: (i) a conclusão do processo de recapitalização pelos principais bancos do sistema; (ii) a redução das expectativas de extensão ou renegociação do Programa de Ajustamento; (iii) a operação de troca de dívida realizada pelo Tesouro português. Neste âmbito, o sector bancário recuperou dos mínimos verificados durante o segundo trimestre do ano.

Mercados Accionistas (Dez-11 = 100)

Fonte: Bloomberg

A debilidade da procura, no contexto da desaceleração da economia mundial, resultou numa descida dos preços das matérias-primas, face aos máximos que tinham sido registados no ano anterior. O petróleo chegou a cotar

abaixo dos 100 dólares por barril, o que não ocorria desde 2010, recuperando posteriormente para o intervalo de 100 a 110 dólares, que manteria até ao final do ano.

O movimento foi similar para os preços dos metais de base, que desceram com as expectativas de menor procura, em especial pela China, que estava a desacelerar mais rapidamente na primeira metade do ano.

Os preços dos cereais reflectiram uma evolução diferente, com uma subida que, no caso do milho, resultou em preços a testar novos máximos históricos, já que uma situação de seca mais pronunciada em 2012 afectou a produção em alguns dos principais produtores. Os demais cereais subiram, mas sem atingir os máximos de 2008.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)

Fonte: Bloomberg

O ouro continuou a reflectir o seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, tendo observado os máximos do ano, em redor de 1.800 dólares por onça, no Verão, quando a incerteza sobre a zona euro estava no ponto máximo.

Economia Portuguesa

A actividade económica agravou a conjuntura recessiva em 2012, com o PIB a contrair 3%, no conjunto do ano. Esta evolução esteve em linha com as previsões de consenso, realizadas logo no início do ano, embora os contributos das diferentes componentes da procura agregada acabassem por ser substancialmente diferentes: a contracção da procura interna foi mais pronunciada, em especial ao nível do consumo privado; as exportações líquidas tiveram um maior contributo para o crescimento económico, fruto de um mais rápido crescimento das exportações para mercados extra-comunitários.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

Fonte: INE

A contracção mais pronunciada do consumo privado reflecte a conjugação de três grandes factores. Por um lado, a subida do desemprego, que terá terminado o ano de 2012 acima de 16%, um máximo histórico absoluto. Em segundo lugar, por uma alteração dos padrões de consumo, decorrentes do aumento do IVA, com as famílias a focarem a sua despesa de consumo em bens mais baratos (como, por exemplo, marcas brancas) e reduzindo o volume de despesa em serviços considerados como não essenciais (por exemplo, alimentação fora de casa). Também a procura de bens de consumo duradouro, em especial de veículos automóveis, registou uma contracção bastante pronunciada. Por último, as famílias aumentaram a poupança por motivos de precaução, mesmo num contexto de redução do rendimento disponível. O aumento do desemprego e os receios de que mais difícil execução orçamental pudesse exigir uma nova sobretaxa sobre um dos subsídios explicam a moderação do consumo.

Dados Macroeconómicos

	2010	2011	2012 E
PIB	**1,9**	**-1,6**	**-3,0**
Consumo Privado	2,5	-3,8	-5,5
Consumo Público	0,1	-4,3	-4,5
Investimento	1,4	-13,8	-14,4
Exportações	10,2	7,2	4,1
Importações	8,0	-5,9	-6,9
Inflação média	1,4	3,6	2,8
Desemprego	9,5	12,8	15,5
Défice público (% do PIB)	10,1	4,2	5,0
Dívida pública (% do PIB)	93,3	108,1	120,0
BTC (% do PIB)	-9,4	-5,8	-0,1

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, ainda que de forma diferenciada entre sectores. A despesa de capital em construção continuou a contrair de forma pronunciada, seja pelo cancelamento de grandes projectos de obras públicas (por exemplo, no âmbito da renegociação de contratos de várias PPP pela empresa Estradas de Portugal), seja pela redução da actividade de construção residencial.

O investimento que não em construção, apesar de continuar a contrair, está, no final do ano, a moderar o ritmo de redução.

As tensões nos mercados de crédito, a nível internacional e doméstico, e o agravamento da crise da dívida na zona euro, e subsequente aumento da incerteza quanto às perspectivas de procura, são os principais factores que explicam o adiamento de decisões de expansão da capacidade instalada.

Fonte: INE

As exportações líquidas continuaram a ser o motor da economia, embora em progressiva desaceleração ao longo do ano. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a consequente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa. Por exemplo, as vendas para Espanha caíram cerca de 5%, nos 10 meses até Outubro, mas as exportações totais crescem 7,1%. Isso reflecte a capacidade das empresas nacionais em procurar mercados de exportação alternativos, sendo especialmente bem-sucedidas no que toca a mercados extra-comunitários (Angola, China, Brasil e Rússia, por exemplo).

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Inverno, antecipa que a balança de bens e serviços tenha registado um excedente de 0,3% do PIB em 2012. Este saldo, no 3T2012, foi já positivo, o que ocorre pela primeira vez desde 1996, e revela que o ajustamento do desequilíbrio externo está a ser muito mais rápido do que o assumido pelo FMI, no cenário base do programa de ajustamento. E este ajustamento é tanto mais notável quanto ocorre sem uma desvalorização cambial, directa ou por via fiscal.

Fonte: Banco de Portugal, INE

No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do *Special on-site Inspection Programme* ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de *stress test* utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS) tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Janeiro de 2013, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, que visa o cumprimento dos objectivos mínimos para o rácio Core Tier 1 de 9%, como exigido pela Autoridade Bancária Europeia (a 30 de Junho), bem como de 10% para o final do ano.

O aumento de capital pelas instituições envolvidas foi de 9,3 mil milhões de euros. Uma das instituições recorreu exclusivamente aos seus accionistas, enquanto três acederam à linha de recapitalização de 12 mil milhões de euros estabelecida no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Uma das instituições terá que apresentar um plano de reestruturação profunda da sua actividade, que assegure a sua viabilidade.

Concluída a sexta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

A avaliação conclui que "While downside risks to growth are significant, the program's macroeconomic framework remains appropriate. (…) Fiscal consolidation efforts are in line with the revised deficit targets for 2012 and 2013. (…) Adequate capital and liquidity buffers have reduced financial stability risks. (…) Following a successful bond exchange, the authorities have intensified their work on preparing the expected return to market financing during 2013. Provided the authorities persevere with strict program implementation, euro area member states have

declared they stand ready to support Portugal until full market access is regained." (realce nosso).

Devido aos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluiu que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 exigiria medidas adicionais que poderiam agravar ainda mais a conjuntura recessiva.

Com efeito, os dados da execução orçamental ao longo do ano revelaram uma menor arrecadação fiscal, sobretudo em sede de IVA, reflectindo a menor despesa de consumo pelas famílias, bem como as alterações nos seus hábitos de consumo. Também a maior subida do desemprego (que atingiu o máximo histórico de 15,8% no 3º trimestre de 2012) está a reflectir-se numa subida da despesa pública em prestações sociais às famílias. Ainda assim, a despesa corrente primária está a cair em linha ou mesmo acima do previsto.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€ mn)

Fonte: Ministério das Finanças

Neste contexto, as metas orçamentais foram revistas em alta, com o novo objectivo de défice para 2012 a fixar-se em 5,0% do PIB (mas dependente de medidas extraordinárias do lado da receita, como a concessão do serviço aeroportuário à ANA, no montante de 1pp do PIB). Para 2013, a meta orçamental é agora de 4,5% do PIB (um aumento de 2pp do PIB) e a meta de 2,5% deve ser alcançada em 2014.

Défice Orçamental (% PIB)

Fonte: Ministério das Finanças

O Governo comprometeu-se com as instituições internacionais a apresentar um plano de redução da despesa corrente do Estado em cerca de 4 mil milhões de euros, de forma permanente, o que contribuiria de forma significativa para assegurar um saldo primário excedentário.

Ao nível dos critérios de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento junto do BCE, o Banco de Portugal tomou duas decisões: (i) ao nível dos créditos individuais, baixar o montante mínimo para 100 mil euros (antes, 500 mil euros) e aumentar a probabilidade de *default* (PD) associada, para 1,5% (de 0,4%); e (ii) aceitar pools homogéneas de créditos, sem necessidade de *rating* (através da criação de securitizações sintéticas).

Estas medidas foram muito importantes na conjuntura em que a República via o seu *rating* revisto para o nível de "speculative grade" (afectando também os bancos), na medida em que separa a capacidade de financiamento junto do BCE, da actuação das agências de *rating*. Caso esta medida não tivesse sido adoptada, existiria o risco de várias titularizações perderem a elegibilidade, comprometendo o financiamento da economia portuguesa.

Os *spreads* de crédito estreitaram de forma pronunciada ao longo de todo o ano, mas em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as yields alemãs desceram também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a yield da OT portuguesa caiu, já no início de 2013, abaixo dos 6%, o nível mais baixo desde o final de 2010, ainda antes do pedido de assistência económica e financeira (em Maio de 2011).

Ao longo do ano, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18 meses. A procura, ainda que sobretudo oriunda de investidores nacionais, permaneceu suportada, e as taxas de juro de colocação desceram, para 2,2% a 6 meses e 2,99% a 18 meses.

O Tesouro realizou, em Outubro, uma operação de troca de dívida pública, pela qual trocou 3,8 mil milhões de euros da série OT Setembro 2013 por igual montante da série OT Outubro 2015. Esta operação revelou que há investidores disponíveis para manter a sua carteira de dívida pública portuguesa e, adicionalmente, em estender as maturidades.

Já em Janeiro de 2013, a República efectuou o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de 2,5 mil milhões de euros, a 5 anos, à taxa de juro de 4,891%. Tratou-se de uma operação bem-sucedida, que ocorreu mais cedo do que o antecipado pelo consenso, e que,

contrariamente à visão de alguns investidores, revela que, fruto do ajustamento já realizado, incluindo ao nível do desequilíbrio externo, a percepção do risco da República é menor.

Isto ocorre apesar de, no início de 2012, a agência de notação de crédito Moody's ter revisto em baixa o *rating* da República para Ba3, no nível de "high yield", e a Standard and Poor's ter revisto o *rating* para BB, no âmbito das revisões de *ratings* dos soberanos europeus.

As medidas adoptadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, em termos de novas regras de colateral, minimizam o impacto destas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos na capacidade de financiamento junto do BCE.

Financiamento no BCE (€ bn)

Fonte: Banco de Portugal

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 53 mil milhões de euros, no final do ano, após um pico em 60 mil milhões, no segundo trimestre (que ocorreu na segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, em Fevereiro, e foi realizado por várias instituições não domésticas, que substituíram as linhas que tinham junto das respectivas casas-mãe). Corrigindo dos depósitos junto do BCE, o financiamento líquido no final de 2012 era de 44,5 mil milhões de euros, que compara com 40,2 mil milhões no final de 2011.

O ritmo de desalavancagem do sector bancário abrandou no primeiro semestre de 2012, depois de uma maior redução do rácio crédito/depósitos ocorrida no segundo semestre de 2011. As alterações nas regras de colateral e a flexibilização do rácio, que passou a ser indicativo, contribuíram para esta moderação.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos *spreads* máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de *spreads* de crédito elevados. A nova produção de crédito hipotecário caiu para mínimos históricos, em redor de 150 milhões de euros por mês, sendo insuficiente para repor o crédito que amortiza regularmente.

Principais riscos e incertezas para 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2013 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, mantêm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, mais negativas e penalizadas pelo contágio da crise da dívida soberana a outras economias de maior dimensão, como Espanha e Itália, e pelo impacto sobre a actividade dos países mais importantes, até aqui relativamente imunes. Sendo a zona euro destino de mais de 60% das exportações portuguesas, uma recessão mais profunda pode anular aquele que tem sido o motor da economia portuguesa: as exportações.

Apesar da redução dos riscos associados às dúvidas sobre a sustentabilidade da zona euro, no seu actual figurino, a incerteza permanece elevada, num ano marcado por vários processos eleitorais, com especial destaque para a Itália (em Fevereiro) e Alemanha (em Setembro). De igual modo, algumas das alterações institucionais que foram adoptadas pela União Europeia, em 2012, relacionadas com a criação da União Bancária, deverão começar a ser implementadas, ainda que funcionalmente só estejam totalmente operacionais a partir de 2014. Estes factores continuam a condicionar a capacidade de acesso da República e/ou bancos aos mercados financeiros internacionais, apesar da recente melhoria, que permitiu a emissão de dívida de médio e longo prazos por vários emitentes nacionais.

A nível doméstico, as principais incertezas permanecem relacionadas com a evolução da actividade económica, sendo que em 2013 o principal risco será a dinâmica do emprego. Além da estabilidade social, que elevados níveis de desemprego podem afectar, esta variável é importante pelo facto de uma importante parte da redução do défice orçamental em 2013 estar dependente da subida da tributação em sede de IRS (através da redução do número de escalões, do aumento das taxas marginais para os escalões mais elevados, e ainda da sobretaxa extraordinária de 3,5%).

Além disso, um maior aumento do desemprego está já a afectar as contas da Segurança Social, com uma menor receita de contribuições, e maior subida da despesa com subsídios de desemprego. Esta dinâmica agrava o risco de

incumprimento das metas e de necessidade de novas medidas de austeridade, que possam agravar ainda mais a recessão.

Ao nível do sector financeiro, os riscos foram, em parte, mitigados pela conclusão dos programas de recapitalização, através do qual o Estado injectou cerca de 7,2 mil milhões de euros em algumas das principais instituições bancárias, permitindo cumprir o requisito de 10% para o rácio de *Core Tier* 1, bem como, em 4 das instituições, do *buffer* soberano exigido pela EBA (European Banking Authority). No entanto, em 2013, os bancos que beneficiaram de apoios públicos terão que adoptar medidas de restruturação, actualmente em negociação com as autoridades europeias.
O enquadramento económico adverso mantém uma pressão elevada sobre a qualidade da carteira de crédito, apesar das medidas adoptadas em 2012, quer discricionariamente pelos bancos, quer por imposição legal, no sentido de tentar mitigar os riscos de incumprimento.

Adicionalmente, apesar da flexibilização dos objectivos relativos ao rácio de transformação, os bancos têm que continuar a aumentar a sua base de depósitos, num quadro de reduzida capacidade de criação de poupança pelas famílias e de incerteza sobre a situação fundamental do sector.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

O ano de 2012 caracterizou-se pelo acentuar da conjuntura recessiva motivada pela crise económica e financeira internacional. O modelo de gestão comercial foi decisivo para minimizar o actual contexto de dificuldades.

Foi mantida uma estratégia focada essencialmente na captação e retenção de recursos em produtos de valor acrescentado, na captação de novas domiciliações de ordenados, na venda de produtos de protecção (seguros) e no controlo do crédito vencido.

Em face das condições de mercado, com a descida das taxas Euribor e as limitações impostas pelo Banco de Portugal, verificou-se uma quebra das taxas para a captação de depósitos, mantendo-se contudo o foco em produtos de poupança tradicional, poupança programada e produtos de margem controlada.

Neste enquadramento de forte competição no que respeita à captação de depósitos, o Santander Totta lançou um conjunto de produtos e soluções diversificadas, materializado em depósitos estruturados de capital e rendimento mínimos garantidos. Em nove emissões foram colocados 857 milhões de euros e em moeda estrangeira foram colocados 91 milhões de dólares, nas 6 emissões efectuadas ao longo do ano.

No capítulo dos seguros de capitalização foram colocados, nas sete emissões, 371 milhões de euros.

No que se refere a campanhas e acções de captação e vinculação de clientes, foi lançada, em Fevereiro, uma campanha que se prolongou até ao final do ano, destinada à captação de ordenados/reformas, assente na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de brindes. Registou-se um crescimento de aproximadamente 50.000 contas globais (contas que apresentam inúmeros benefícios para o cliente, seguro de responsabilidade civil, mediante o pagamento de uma pequena comissão mensal), o que representa um crescimento anual de 39%.

Como forma de prevenir o aumento do incumprimento e para manter o total compromisso com os clientes prosseguiu-se a política de implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida pendente adaptadas ao nível de incumprimento de cada cliente. Neste contexto, o Banco lançou um programa com o objectivo de apoiar e resolver de forma estrutural situações de incumprimento, tendo sido muito bem aceite por parte dos clientes. Foram formalizados mais de 9.000 acordos, com impactos significativos, não só no controlo do incumprimento, mas sobretudo criando condições para os clientes voltarem a cumprir o serviço da dívida.

Foram lançadas algumas campanhas e acções de captação e vinculação de clientes dos segmentos Jovem e Universitário, nomeadamente a campanha de matrículas que registou um crescimento de 16 mil novos clientes.

No segmento Universitário verificou-se um incremento de 7.822 clientes activos e um crescimento do volume de negócio de 63 milhões de euros.

No segmento *Premium*, o ano de 2012 ficou marcado pelo sucesso conseguido nas campanhas de angariação de clientes de elevados rendimentos, apoiadas em valores como a solidez do Banco, inovação, confiança e qualidade de serviço associadas à marca Santander Totta Premium, que permitiram um ganho de quota importante neste segmento tão competitivo.

O avanço para o estabelecimento de parcerias com entidades agregadoras de potenciais clientes deste segmento revelou-se também uma importante fonte de captação de novos clientes.

Paralelamente, o investimento em maior proximidade aos clientes com a apresentação de ofertas adequadas à satisfação das necessidades de cada um, apoiado nos valores acima referidos, assegurou neste segmento um importante crescimento de recursos sob gestão, em 2012.

A campanha *media* de "Crédito Activação", lançada no último trimestre, em conjunto com a campanha interna "Crédito Outono" gerou um fluxo de procura de crédito pessoal que veio a traduzir-se como o melhor trimestre dos últimos anos, totalizando 149 milhões de euros.

No segmento de Negócios, foi mantida uma estratégia de grande foco na captação sustentada de novos clientes, na vinculação dos actuais, no aumento da transaccionalidade e na colocação de POS e cartões *Business*.

Destaca-se ainda o posicionamento de liderança do Santander Totta nas linhas de crédito PME Crescimento com uma quota em volume que se situa nos 20%.

Neste segmento de negócios e face ao contexto de dificuldades que a economia enfrenta o Banco também criou mecanismos de prevenção para minimizar os riscos do incumprimento deste segmento.

No segmento de *Private Banking*, a crise europeia da dívida soberana constituiu o tema dominante em 2012, que se reflectiu, com intensidades diversas, em todas as geografias do globo. As actuações do BCE em particular, de outros Bancos Centrais, e ainda as decisões tomadas pela Comunidade Europeia no sentido de aprofundar os processos de integração económica, bancária e fiscal, fizeram que, ao longo do ano, se fosse atenuando a percepção do risco atribuído às dívidas soberanas.

Como consequência deste enquadramento, os clientes *Private*, mantém uma apetência elevada por activos de baixo risco e elevada liquidez, mas com uma tendência de aumento gradual de exposição a activos que proporcionem maiores rendibilidades.

O *Private* do Santander Totta respondeu a estes desafios, disponibilizando uma gama alargada de produtos, que procuraram preservar o património e um serviço assente na proximidade, confiança e confidencialidade.

A imagem de solidez do BST, o prémio Euromoney de "Best Private Banking in Portugal", os eventos *Private* e a acção comercial desenvolvida, permitiram o crescimento dos recursos de balanço, a manutenção do património sob gestão descontando o efeito da liquidação de operações compensadas, o aumento do número de clientes e a manutenção da rendibilidade do negócio.

O compromisso do Santander Totta em proporcionar um serviço consistente e de qualidade implicou a melhoria do modelo operacional de funcionamento, na tecnologia de assessoria a clientes e na formação dos gestores *Private*.

A solidez do Santander Totta e do Grupo Santander, os prémios de "Melhor Private Banking de 2012", e agora de 2013, o valor da equipa de gestores *Private* e as fortalezas do novo modelo de assessoria, dão confiança para o futuro próximo, onde a angariação de novos clientes *Private* constituirá um eixo central de actuação.

Empresas

A estratégia comercial da área de Empresas foi assente numa gestão equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de recursos garantindo o crescimento sustentado da rendibilidade da rede comercial.

O lançamento da campanha "Crédito Activação", numa época em que o acesso a crédito está na ordem do dia e num contexto de desalavancagem do sector bancário, concretizou a intenção de apoiar bons projectos, apoiar o negócio de empresas e a economia portuguesa. O Santander Totta foi o primeiro Banco a lançar uma campanha publicitária de crédito a Empresas facto que só é possível pela solidez do balanço e pela situação de liquidez ímpar que o Banco tem actualmente.

Refira-se ainda que o Banco continua a aposta de crescimento em novos clientes que cada vez mais valorizam a parceria com um Banco com a solidez, a dispersão geográfica, a qualidade de serviços, de produtos e a capacidade comercial do Santander Totta.

Nas "Linhas PME Investe", que têm assumido, nos últimos anos, uma importância crescente em virtude da crise económica mundial e das fortes restrições ao crédito por parte dos bancos, o Santander Totta tem mantido uma política de apoio ao sector empresarial português, o que se traduz na quota de mercado de concessão destas linhas, em 31 de Dezembro de 2012, de 17% e na colocação de mais de 16 mil operações, num valor de 1,7 mil milhões de euros. O Banco Santander Totta é o 1º Banco na linha PME Crescimento, lançada em Janeiro de 2012, com uma quota de mercado de 20% do total das operações o que demonstra o nosso compromisso no apoio às empresas e à economia portuguesa em geral.

O Banco Santander Totta ocupa também a liderança na linha PME Alargamento, com 27% de taxa de adesão, proporcionando o alargamento de prazo de todas as operações contratadas ao abrigo das Linhas Investe e a introdução de um período de carência de 1 ano, o que, tendo em conta as restrições de crédito com que as empresas se estão a defrontar neste momento, permite a melhoria da sua liquidez.

O Banco mantém também a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado de 20,3% (Novembro de 2012), o que comprova o compromisso e disponibilidade do Banco no apoio à tesouraria das PME, tecido empresarial vital para o crescimento da economia Portuguesa.

Mantém-se um forte foco comercial no apoio às empresas exportadoras e internacionalizadas, onde se regista, este ano, um grande incremento na actividade relacionada com o negócio internacional. No 2º semestre realizou-se a Conferência Top Exporta 2012, sob o tema "Exportação - Experiências e Oportunidades" onde foi atribuída a distinção TOP Exporta aos clientes exportadores, assumindo-se o Santander Totta cada vez mais como uma referência neste mercado.

Promotores e Mediadores

No 2º semestre de 2012 a área de Promotores e Mediadores Imobiliários, tendo em atenção as principais prioridades estratégicas do Banco, manteve o acompanhamento e dinamização do canal de promotores externos e nas lojas de promotor, com o objectivo de assegurar uma grande proximidade e elevar os níveis de compromisso com os nossos parceiros de negócio e com os respectivos balcões de apoio da rede.

Assim, realizaram-se *road-shows* trimestrais e acções de acolhimento das novas lojas de promotor com níveis de participação cada vez mais elevados. Qualquer uma destas iniciativas têm tido um bom acolhimento por parte dos promotores externos, dado que nestas "reuniões de trabalho" existe a oportunidade de presencialmente transmitir aos promotores quais as prioridades, objectivos, campanhas, produtos e Incentivos de cada trimestre.

No 2º semestre de 2012, realizaram-se as habituais campanhas de captação de contas ordenado e de captação de cartões de crédito e reforçou-se a campanha de recursos a produtos como estruturados, SRS's e FEI's. Em substituição dos planos de incentivos trimestrais, foi lançado um concurso que premiou os 100 promotores e lojas de promotor com melhores desempenhos.

Relativamente ao canal mediador, não obstante a situação difícil que este sector atravessa, privilegiou-se a manutenção de relações institucionais com as principais redes de *franchising* de mediação imobiliária e com a APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal.

Nessa perspectiva o Santander Totta marcou presença em mais uma edição do SIL – Salão Imobiliário de Portugal, que pela 2ª vez se realizou em simultâneo com a Intercasa, evento que pela sua abrangência permitiu voltar a envolver também os promotores externos.

Quanto às lojas de promotor foi assegurada a manutenção de uma rede comercial complementar à rede de balcões com 250 Lojas.

Meios de Pagamento

O ano de 2012 destacou-se pela gestão optimizada do portefólio de produtos. No momento crítico em que vive a economia portuguesa, foi preocupação constante conseguir contrariar a tendência decrescente do mercado, sempre apoiada na captação de clientes, na sua crescente fidelização e na excelência dos serviços fornecidos.

Ao longo do ano foram tomadas diversas iniciativas para rentabilizar o portefólio e promover a utilização de cartões. Através de campanhas mensais de facturação e *revolving*, os clientes beneficiaram em termos de ofertas e descontos, premiando a utilização regular dos cartões, de que são exemplos a campanha *Light* de Verão, associada à cadeia de hotéis Vila Galé, ou o lançamento do Programa de Descontos, que conta já com mais de 120 parceiros.

Paralelamente, todas estas medidas foram sempre acompanhadas de várias iniciativas funcionais e processuais. 2012 foi o ano em que a área operacional de cartões passou a integrar a área de operações do Banco, com vista a um aproveitamento de sinergias, permitindo melhorias ao nível do serviço e rapidez de resposta ao cliente.

Foi também o ano em que foram definidas várias acções de apoio comercial através da criação de novos instrumentos de apoio à rede, como novos folhetos de adesão rápida, guias de venda e um painel de cartões constantemente actualizado com todas as acções relevantes a decorrer. Foram ainda realizados vários *focus group* internos, que se materializaram em novas iniciativas de fixação, sistematização e seguimento de objectivos, na optimização dos processos de venda, na criação de planos de acção regulares e exclusivos para o canal rede e numa maior formação técnica e de desenvolvimento do *e-learning*.

A implementação do *PIN Block*, o envio de *PIN* após activação ou a gestão dinâmica de limites, foram outras soluções desenvolvidas para permitir uma maior flexibilidade nos serviços prestados aos clientes. Por outro lado, ocorreu a monitorização e relação estreita com a *SIBS* e a *Paywatch*, no desenvolvimento de processos internos que permitiram uma forte redução nos custos de fraude para o Banco e sem qualquer impacto negativo ao nível dos clientes.

Em termos de estratégia comercial manteve-se a aposta numa oferta muito competitiva e diferenciada, aportando valor ao cliente. Destaca-se o protocolo realizado com a Ordem dos Médicos, com cartões inovadores que permitem a assinatura digital qualificada e desenhados para este perfil específico de clientes. Prosseguiu também o desenvolvimento de aplicações para *smartphones*, de projectos de pagamentos *contactless* e de pagamentos móveis, antecipando as tendências de mercado.

Efectivamente, a conjugação destas medidas permitiu aumentar o parque total de cartões e manter as percentagens de utilização dos mesmos. Apesar dos níveis de facturação serem inferiores às do período homólogo, fruto do ano recessivo que vivemos, o comportamento deste indicador foi melhor que o verificado no mercado, reflectindo assim a preferência dos clientes nos cartões do Banco e permitindo o crescimento sustentado da quota de mercado, que se situou acima dos 10,4%.

Apesar da pressão forte que tem existido por parte do regulador, na abolição de algumas comissões e na redução significativa das *interchange fees* verificada em Abril de 2012, a estratégia de rentabilização do portefólio permitiu atingir um produto bancário 1,8% acima do valor homólogo, em muito conseguida pela boa gestão de *spreads* e comissões, e de novos acordos criados com parceiros de negócio.

No que toca à aceitação, o Santander Totta continua a ser o Banco de referência junto dos principais grandes comerciantes, com uma presença forte no sector do Estado, nas principais cadeias de distribuição - alimentar, vestuário, transportes e gasolineiras - bem como uma presença bastante diversificada nos diferentes sectores de actividade, o que possibilitou um incremento 7,2% acima do período homólogo em termos de comissões de *POS*.

A quota de mercado atingiu os 17,4%, muito superior à quota natural do Banco, fruto do trabalho de angariação e reforço de posição em clientes de grande dimensão e da sua maior fidelidade.

Globalmente, os negócios de emissão e de aceitação em 2012 atingiram um valor superior a 98 milhões de euros.

Banca Transaccional

Negócio Internacional e Bancos Correspondentes

No início de 2012, foram postos em prática os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, em conjunto com a área comercial que passou a dispor de equipas de especialistas que, em colaboração com os gestores de cliente e de produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios. Foram delineadas campanhas e concursos no intuito do acompanhamento e controlo da actividade comercial.

Tendo presente que as exportações portuguesas têm assumido um papel de motor da economia, foi lançada, em conjunto com vários parceiros, a "Solução Exportação". Para além de conter pacotes de produtos destinados à optimização das cobranças, desenvolveram-se soluções de financiamento específicas para o segmento exportador com vantagens junto de empresas parceiras nos sectores dos transportes, seguros de crédito e de transporte, formação, consultoria, entre outros. Neste âmbito, o Banco Santander Totta, em parceria com o Diário Económico e a Informa DB, lançou a "Chancela Top Exporta", distinguindo assim as melhores empresas exportadoras, através da divulgação de boas oportunidades nos mercados onde está presente e da partilha de experiências de internacionalização de empresas. Ao mesmo tempo, as empresas detentoras desta chancela terão um acesso facilitado aos mercados onde o Santander opera.

Em parceria com o Santander Espanha, Santander Hong Kong e com o Banco Caixa Geral Totta de Angola efectuaram-se várias diligências no sentido de angariar clientes que desenvolvam a sua actividade nesses países. Foram efectuadas visitas conjuntas com a finalidade de proporcionar aos clientes as melhores soluções para apoiar os seus negócios.

Foi também utilizada a rede Santander na Europa (Espanha e Reino Unido) e noutros continentes, nomeadamente África e América Latina, para promover este tipo de acordos e acções comerciais, maximizando as vantagens competitivas do Banco Santander Totta como parte de um Grupo com um forte posicionamento internacional e dimensão global.

Com o objectivo de promover ou reactivar acordos e parcerias com outros bancos internacionais, as áreas de Bancos Correspondentes e de Negócio Internacional efectuaram diversas acções comerciais junto de uma rede internacional de bancos, que resultaram na obtenção de melhores ferramentas de apoio à actividade internacional das empresas.

O Banco Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços de Negócio Internacional em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas, nomeadamente com a ampliação da linha de confirmação de créditos documentários com origem em Angola.

Prosseguiu-se uma estratégia ambiciosa em termos de formação interna, com a criação de um abrangente programa de formação em negócio internacional, em sala, e com a colaboração directa quer das áreas operacionais de estrangeiro, quer das áreas comerciais e de análise de crédito.

Cash Management

O Banco Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços *de cash management* em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas.

Durante o ano de 2012, foram implementados os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, delineados juntamente com a área comercial. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

Com vista a uma migração eficiente e atempada para a SEPA, o Banco promoveu reuniões com alguns dos principais clientes disponibilizando informação e apoio

técnico, assegurando internamente que os seus sistemas informáticos estão preparados e de acordo com a regulamentação.

Durante o ano 2012, o Santander Totta continuou a oferecer produtos diferenciadores tendo consolidado o lançamento do GPC-Gestor de Pagamentos e Cobranças, integrando-o na plataforma Netbanco Empresas, e do Home Deposit. Ambas as ferramentas destinam-se à gestão da tesouraria das empresas.

Customer Service

Foi consolidada a vertente comercial da área de pós-venda procurando traduzir as reais necessidades dos clientes, avaliar todas as implicações dessas necessidades, medir os seus custos, desenhar soluções "à medida", obter consenso interno e, por fim, apresentar aos clientes as possibilidades.

Manteve-se um grande foco em novas formas de seguimento e controlo da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Canais Complementares

Selfbanking

Durante o ano de 2012, o *Self Banking* manteve a sua estratégia ao nível da optimização transaccional do parque actual de ATM's - Rede Multibanco, dando assim continuidade às deslocalizações destes equipamentos para locais com maior potencial de transaccionalidade. Como consequência, as quotas de mercado situaram-se em 12,1%, em número de ATM's e em 12,6% no número de movimentos. O projecto-piloto do novo sistema de tintagem de notas foi concluído com êxito, demonstrando ser um sistema válido para prevenção e protecção de ataques a ATM's, pelo que o Banco tem vindo a investir nesta área de segurança implementando o mesmo em locais especialmente seleccionados que apresentam elevado risco.

A nível da solução de automatização de depósitos, actualmente já com uma cobertura acima de 70% da rede de balcões, destaca-se a continuidade da estratégia de ajustamento do parque destes equipamentos, o que tem vindo a contribuir para um melhor serviço ao cliente e maior transaccionalidade para o Banco.

Netbanco

Nos Canais Internet destacam-se as melhorias realizadas no NetBanco Empresas através do lançamento de novas funcionalidades de pagamentos, cobranças, *factoring* e *confirming*. No NetBanco Particulares foi incrementado o nível de segurança na transaccionalidade dos clientes.

Registaram-se melhorias na disponibilidade e *performance* dos *websites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 9%. O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 9%, em 2012. Foi também registado um crescimento no número de clientes que realizam transacções.

Foi lançada uma nova versão do *Mobile Banking*, ainda com mais funcionalidades, e optimizada para os principais tipos de dispositivos móveis, iPhone, iPad, Android e Blackberry.

Banca Telefónica

O *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 4º ano consecutivo, o Melhor *Contact Center* de Portugal no sector financeiro, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*. O número total de contactos de clientes em 2012 com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior.

O atendimento a clientes por *chat* foi reforçado, existindo actualmente no *site* do Banco muitos mais pontos de pedido de contacto.

Foram implementadas medidas que visam elevar o número de chamadas resolvidas no 1º contacto e o aumento da capacidade de resolução do *Contact Center*. O *Contact Center* implementou a validação telefónica de algumas operações realizadas via Netbanco com o objectivo de aumentar a segurança na realização destas. Introduziram-se novas funcionalidades na Linha Premium com o objectivo de aumentar o nível de satisfação e fidelização deste segmento.

Durante 2012, observou-se o lançamento de novas iniciativas nas páginas do *Facebook* e a gestão das redes sociais foi melhorada e sistematizada.

Actividade Internacional

No ano de 2012, a conjuntura económica caracterizou-se pelo clima de austeridade, transversal a vários países da Europa comunitária, um forte controlo dos níveis de endividamento e ligeiras melhorias nos níveis de liquidez face a 2011.

A actividade económica em Portugal revelou, de novo, crescimento negativo tendo-se acentuado a degradação dos níveis de emprego com impacto na decisão de muitos cidadãos deixarem o país para trabalhar e assegurarem condições de subsistência no exterior.

Acompanhando esse facto, a estratégia prosseguida na área Internacional manteve o reforço da proximidade aos clientes residentes no estrangeiro, visando apoiar, através das unidades no exterior, os que iniciam o seu percurso laboral fora de Portugal. Procurou-se transmitir a solidez do Santander Totta e do Grupo onde se insere, dinamizando a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

De forma a garantir aos clientes condições adequadas manteve-se a oferta da "Super Conta Residentes no Estrangeiro" e produtos de poupança diversificados. O crescimento de depósitos acentuou-se em detrimento de produtos mais complexos.

Foram ainda disponibilizados, com sucesso, produtos que pretenderam associar ao rendimento, o reforço da fidelização e vinculação dos clientes como foi o caso de planos de poupança programada.

Como tem sido prática do Santander Totta e no intuito de apoiar as comunidades nos países onde o Banco está representado, realizaram-se encontros com clientes e apresentações frequentes, onde se procurou transmitir os valores do Grupo e do Banco. Além destes encontros foram promovidas visitas, dentro do planeamento estratégico definido, que visaram reforçar a ligação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal.

No âmbito do apoio mais específico ao segmento, decorreu a campanha de Verão com um conjunto de iniciativas que visaram receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior tendo sido garantida uma estrutura de comunicação e de meios com "assistentes" especialmente focadas no atendimento e apoio dos clientes. Esta campanha foi promovida nas principais comunidades, em meios de comunicação locais, garantindo um conhecimento significativo da oferta e apoio disponíveis.

A sucursal de Londres pautou a sua actividade pelo incremento na relação comercial com os portugueses residentes no Reino Unido, sendo atribuída especial atenção ao seguimento e recuperação da carteira de crédito cujos mecanismos de controlo foram reforçados.

A filial de Porto Rico desenvolveu de forma estável a sua actividade num modelo de negócio de "Banca à Distância" oferecendo através de canais específicos aplicações muito diversificadas e exclusivamente destinadas a não residentes.

Procedeu-se ainda à reavaliação das várias unidades que apoiam a actividade no exterior o que se traduziu no encerramento da SFE – Sucursal Financeira do Exterior na Zona Franca da Madeira.

O volume de negócios na área de residentes no estrangeiro permaneceu quase inalterado tendo sido possível incrementar o número de clientes residentes em países fora da Comunidade Europeia.

No que respeita a transferências de residentes no exterior, canalizadas através do Santander Totta, prosseguiram acções de promoção e dinamização nos países mais importantes para o segmento, destacando-se a forma fácil e flexível dos clientes concretizarem o envio de fundos para Portugal.

Realizaram-se dois concursos que visaram premiar os clientes que optam pelo Banco verificando-se um crescimento no volume de transferências de cerca de 13%.

Global Banking and Markets

Na área de *Corporate Finance*, concluíram-se com sucesso as seguintes operações de assessoria financeira: (1) assessoria à Mercapital na alienação à Sogrape das Bodegas LAN em Espanha; (2) assessoria à Cimpor no âmbito da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa; (3) assessoria à Secil no financiamento e aquisição da Supremo Cimento no Brasil; e (4) assessoria à Amorim Energia na aquisição de uma participação adicional de 5% na Galp Energia, decorrente do acordo assinado com a ENI e Caixa Geral de Depósitos.

Na área de *Credit Markets*, a manutenção de uma conjuntura económica restritiva manteve pressão sobre a economia, com impacto significativo nas decisões de investimentos privados e públicos. Apesar deste contexto, o Banco continua como uma das poucas instituições com presença constante na análise das oportunidades existentes e no apoio aos pequenos promotores na concretização dos seus projectos tendo apoiado diversos clientes na reestruturação de financiamentos que devido à conjuntura actual necessitam de ser renegociados com o objectivo de se adequarem à *performance* e capacidade de libertação de *cash flow* das empresas.

Em *Asset & Capital Structuring*, o Santander Totta continua a desenvolver actividade relevante na área de projectos de energia renovável em Portugal, assim como a analisar eventuais oportunidades de mercado que possam surgir fruto da conjuntura.

A área de produtos estruturados manteve, em 2012, uma boa *performance* na comercialização de produtos de passivo, com a emissão de 16 produtos estruturados, dos quais 10 são emissões denominadas em euros e 6 são emissões denominadas em dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes classes de activos transaccionados

em mercados accionistas, cambial e obrigacionistas variados.

Em Setembro de 2012, o Banco Santander Totta foi distinguido pela *Euromoney Structured Retail Products* como melhor distribuidor de produtos estruturados em Portugal. Este prémio é atribuído tendo em conta duas componentes: a *performance* dos produtos e os volumes comercializados.

Na área de Custódia Institucional os volumes de negócio permaneceram estáveis assim como manteve o seu 2° lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 21,2% de quota em volume de activos sob custódia, com um acréscimo de 5,7% face ao trimestre anterior, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM. Os clientes institucionais residentes e não residentes tiveram a oportunidade de avaliar a qualidade dos serviços de custódia prestados pelo Banco através da publicação da especialidade *Global Custodian*, sendo que o destaque foi para a atribuição o prémio de *Commended* nas 3 categorias – *Leading Clients, Cross-Border e Domestic*.

Gestão de Activos

Fundos de investimento

Num contexto muito difícil, a Santander Asset Management (SAM) procurou gerir os seus produtos com um nível de risco controlado, com foco na manutenção de níveis elevados e adequados de liquidez, não deixando de beneficiar das oportunidades que o mercado tem proporcionado. No decorrer do ano, destaca-se ainda a operação de fusão de fundos, com objectivo de simplificação e transparência da gama de fundos oferecidos pela SAM, bem como melhoria no nível de eficiência em termos de gestão.

No final do ano, todos os fundos de investimento mobiliário geridos de forma activa pela Santander Asset Management, apresentavam rendibilidades positivas, nomeadamente o Santander Multitesouraria (3,5% rendibilidade líquida), o Santander Global (7,1% rendibilidade líquida) e os fundos de acções: Acções Portugal (9% de rendibilidade líquida), Acções Europa (13,6% rendibilidade líquida) e Acções América (9,6% rendibilidade líquida). De salientar, ainda, o lançamento de dois novos FEI's: FEI Ibérico Premium (48,8 milhões de euros) e FEI Premium Julho 2012 (47 milhões de euros). Verificou-se o vencimento de dois FEI's: o FEI Europa Invest e o FEI Luso Invest.

No final do ano, os fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander Asset Management representavam uma quota de mercado de 11,6%.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário geridos pela Santander Asset Management, estes totalizaram 581,5 milhões de euros, no final de 2012, correspondente a uma quota de mercado de 5,1%.

Perspectivas para 2013

Em 2013, o enquadramento recessivo manter-se-á em Portugal, com o PIB a contrair -1,9% bem como na Zona Euro, onde o PIB poderá contrair cerca de 0,5%, fruto das medidas de consolidação orçamental nas "economias periféricas". Na Alemanha e França, dever-se-á assistir a um abrandamento significativo no ritmo de crescimento face a 2012.

O aumento do desemprego, a continuação do processo de *deleveraging* do sector privado, com uma contracção forte no consumo e uma queda acentuada no investimento, e a diminuição do rendimento disponível das famílias continuarão a ser factores de pressão no sistema bancário português, nomeadamente nos volumes de negócio, geração de receitas e qualidade das carteiras de crédito.

Como já foi referido, a gestão do risco da carteira de crédito é um objectivo fundamental para o Santander Totta, já que lhe permite proteger a rendibilidade e o capital, fundamentais no contexto económico mais adverso. Com este fim em vista, o Banco vai continuar a dar especial atenção à prevenção do incumprimento, com acções de acompanhamento selectivo dos clientes, antecipando situações de risco através da disponibilização de condições que permitem adequar o perfil de pagamentos à situação económica e financeira das famílias.

Simultaneamente, o Banco manterá um importante foco na área de recuperações, através de um reforço da política de negociação que evite a resolução dos processos por via judicial.

Por outro lado, o Banco irá prosseguir a estratégia de desalavancagem gradual do seu balanço com vista à redução do rácio entre crédito e depósitos para 120% em 2014, pelo que irá manter um grande foco na captação de depósitos. Adicionalmente, a posição confortável em termos de capital e liquidez que o Banco apresenta, permite-lhe apoiar as famílias e o sector empresarial português, já materializado através do lançamento da campanha "Crédito Activação", no final de 2012, tendo em vista o aumento do peso do segmento de Empresas no total da carteira de crédito e da respectiva quota de mercado bem como o incremento dos níveis de transaccionalidade.

Em 2013, a gestão da margem financeira será um factor crítico nas receitas do Banco, particularmente a gestão do passivo, num cenário de taxas de juro extremamente baixas.

Áreas de Suporte ao Negócio

Recursos Humanos

As Pessoas e o seu contributo para o negócio constituíram os principais eixos de actuação da área de Recursos Humanos em 2012, numa conjuntura económica e social desfavorável.

No domínio da proximidade às áreas de negócio, efectuou-se um reforço de medidas que visam consolidar a presença e contributo da área de Recursos Humanos (RH) para a gestão das áreas e para a consecução dos objectivos de negócio.

Os gestores de RH agiram como agregadores da mobilidade necessária - geográfica e de carreira - em cada área e actuaram em equipa para gerar internamente as respostas adequadas. Desta forma, a eficácia da acção de RH melhorou tanto em tempo de resposta como na definição de soluções de longo prazo.

No contexto em que vivemos, foi muito importante ter uma comunicação activa no que diz respeito à divulgação de oportunidades de desenvolvimento interno. Foram efectuadas 60 divulgações para toda a organização que mobilizou cerca de 600 candidatos para novos desafios profissionais. Estas medidas foram importantes para garantir equipas motivadas e, consequentemente, com reflexo na qualidade do serviço prestado aos clientes.

Prosseguiu-se com um contributo decisivo para a optimização da rede de balcões. Os gestores de RH efectuaram cerca de 450 visitas a balcões e geriram cerca de 1.000 movimentações que envolveram todos os níveis da estrutura.

No 2° semestre, a actuação de RH foi orientada também para apoio a balcões com necessidade de melhorar indicadores de qualidade de serviço. O "Programa Be Up" foi uma iniciativa de intervenção comportamental junto das equipas de balcões baseado nas técnicas de *coaching* e com o objectivo de melhorar a qualidade de atendimento nos balcões identificados no indicador "tempo de espera". Foram acompanhados 107 balcões e efectuadas cerca de 230 reuniões de acompanhamento de balcões. Desta forma, o referido programa constituiu um claro reforço da acção de RH para a consecução dos objectivos de negócio, através da capacitação das equipas dos balcões de competências de relação com os clientes.

A importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para o sucesso do Banco fica expressa nos 367 novos níveis salariais atribuídos e ao facto de 95% dos colaboradores terem recebido remuneração variável, com os ajustes que os resultados ditaram.

Na componente de formação foi colocado foco na plataforma E-Learning com a inclusão de cerca de 20 novos cursos, aumentando a oferta para 46 cursos e permitindo assim um maior leque de escolha em função das necessidades individuais. Para estimular o enriquecimento de conhecimento e desenvolvimento de competências dos colaboradores de serviços centrais, realizou-se uma campanha nos meses de Verão que atingiu 22.259 horas de formação e 60% dos colaboradores identificados. A categoria "Competências Comerciais e Produtos" destacou-se com a realização de 102.404 horas e 20.800 assistentes nas acções de formação.

A vertente *Competências de Direcção e Gestão* obteve cerca de 3.331 horas de formação com a presença de 426 pessoas.

No domínio do desenvolvimento, realizaram-se programas de *Executive Coaching* a 23 pessoas e integrou-se o *Mentoring* em vários programas, com a participação da equipa directiva sénior como mentora.

Foi implementado, para a área de Operações, um programa de desenvolvimento focado em 3 eixos: adaptação à mudança de estrutura/equipa e funções, alinhamento de atitude e cooperação e encarar novos desafios funcionais como seja a relação directa com clientes. Este programa envolveu 284 colaboradores desta área.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Santander Totta participou em feiras de emprego e *Jobpartys*. Realizou-se, ainda, um programa de *Mentoring* a 19 alunos de pós graduações de várias universidades.

Enquanto "Empresa Familiarmente Responsável" e de acordo com o estabelecido no processo de certificação, foram tomadas acções e desenvolvidos processos, que permitem monitorizar o uso das medidas existentes, que visam a conciliação entre a vida profissional e pessoal. Assim, no ano de 2012, 66% dos colaboradores com filhos até aos 12 anos gozaram a tarde de aniversário dos filhos (22% em 2011) e 64% dos colaboradores usufruíram do 1° dia de escola do 1° ano de escolaridade (34% em 2011).

Promover as vantagens de trabalhar no Santander Totta, fomentar o diálogo entre os directores e as suas equipas e reconhecer o esforço e dedicação de todos, são objectivos do "Programa Santander és Tu". Este programa mantém-se activo, o que demonstra a sua actualidade, enquanto programa estruturante do posicionamento que o Banco quer ter enquanto empregador de referência na banca.

O alargamento do prazo máximo de amortização dos empréstimos ACT de 35 para 40 anos, com limite de 70 anos de idade do colaborador, o ajuste salarial efectuado aos colaboradores com salário igual ou inferior a 1.350 euros mensais e a comparticipação de 310 euros a todos os colaboradores com filhos a estudar no ensino superior (245 alunos) e com um salário mensal igual ou inferior a 2.090 euros constituem medidas extraordinárias implementadas que visaram minorar os efeitos decorrentes da conjuntura económica.

Atendendo às circunstâncias descritas, foi implementada o "Facilitamos", uma plataforma de procura e oferta de serviços onde os colaboradores podem procurar serviços de que necessitem e colocar ofertas de serviços de familiares ou amigos que se encontrem em situação de desemprego. A plataforma conta hoje com mais de 300 ofertas de serviços por parte de familiares de colaboradores.

A "Semana Santander és Tu" constitui uma iniciativa que recolhe o apreço junto dos colaboradores e que suscita elevadas expectativas, sendo uma oportunidade para reforçar o espírito associado ao Programa "Santander és Tu". O programa de actividades foi desenvolvido em torno do mote "Formamos Uma Grande Equipa" e desenvolveu-se a partir de 3 iniciativas principais:

- O "Dia do Colaborador" foi celebrado em todos os balcões e edifícios centrais ao longo do país, num cenário de festa, recriando-se o ambiente de um arraial dos "Santos Populares";
- O "Contacto Directo", com a visita dos Administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, num gesto simbólico de proximidade dos colaboradores e de reconhecimento directo dos que fizeram 30 anos de antiguidade no Banco;
- A causa solidária "Casa da Ritinha", que permitiu recolher cerca de 23.000 euros e o início da construção da nova casa da Ritinha.

"Repensar o Negócio" foi o tema da 5ª edição da Conferência Gestão no Feminino, um espaço de reflexão que tem por objectivo discutir temas da actualidade relacionados com o negócio, em que participam mulheres com responsabilidade de gestão em diversas áreas do Banco. Para além de reforçar o papel das mulheres na actividade do Banco, que representam 45,7% do universo, e de fortalecer as competências das equipas directivas em matérias de negócio e em temas da actualidade, esta iniciativa denota a atenção dedicada à política de diversidade do género.

Pelo 6° ano consecutivo foram premiados os filhos dos colaboradores que se distinguiram pelo seu desempenho académico na conclusão do ensino secundário. Nas seis edições desta iniciativa, que tem por objectivo valorizar o esforço e mérito evidenciado por um aproveitamento académico de excelência, já foram premiados 103 jovens filhos de colaboradores.

Também os mais novos continuaram a merecer uma atenção particular realizando-se os já habituais programas de ocupação de férias da Páscoa e Natal para filhos de colaboradores, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Uma vez mais o Santander Totta decidiu considerar favoravelmente os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito habitação à taxa ACT tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 41 milhões de euros, permitindo assim um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar.

Como referido anteriormente, as actividades de cariz solidário ocuparam um lugar de destaque em 2012, com a criação do "Canto Solidário" no Centro Totta, um espaço para as instituições de carácter social promoverem as suas iniciativas, a participação de voluntários nas feiras do BIPP (Banco de Informação de Pais para Pais) e no "Pão de Todos", "O Natal numa Caixa de Sapatos" e a causa solidária "Casa da Ritinha.

Tecnologia e Sistemas de Negócio

Integrada na área de meios do Santander Totta e na Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, a área de Tecnologia e Sistemas de Negócio é responsável pela disponibilização e gestão da infraestrutura tecnológica e de processos do Santander Totta, garantindo em permanência a adequação das plataformas de tecnologia (hardware, software, comunicações, entre outros), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do banco, com níveis de risco operativo e tecnológico controlados.

Em 2012, manteve-se o foco na gestão da qualidade de serviço de tecnologia, redução do risco tecnológico e suporte aplicacional ao negócio, bem como na observância do cumprimento das actividades de controlo, definidas no Modelo de Controlo Interno do Banco, na vertente de tecnologia. Foram desenvolvidos diversos projectos para redução de incidências, optimização da

exploração dos recursos tecnológicos, gestão e redução do risco tecnológico e aumento da janela de disponibilidade do *online* da plataforma.

Em termos de suporte ao negócio destaca-se o investimento muito relevante no robustecimento das aplicações de suporte à gestão do crédito vencido e contencioso, com o desenvolvimento de novas aplicações e funcionalidades para suporte a esta actividade. Destacam-se as ferramentas de apoio ao programa que permitiu um melhor seguimento e proactividade do banco na gestão do crédito vencido e oferta mais adequada de soluções aos clientes em incumprimento.

Assumiu ainda especial relevância o investimento realizado em projectos para dar cumprimento à nova legislação e regulamentação, onde se destaca a adaptação dos sistemas para pagamentos SEPA, FACTA, reformulação das estatísticas de operações e posições com o exterior e das estatísticas monetárias e financeiras para o Banco de Portugal e já em final do ano para implementação, num reduzido espaço de tempo, da legislação relativa ao incumprimento e novo enquadramento legislativo dos produtos financeiros complexos.

Durante o ano 2012, foi lançado o novo "site" do Netbanco Particulares orientado para dispositivos móveis e procedeu-se à reformulação gráfica do Netbanco Empresas e de diversas ferramentas e funcionalidades com o objectivo de aumentar a segurança das transacções nos canais internet. Foram lançadas novas ferramentas de apoio à actividade comercial, como é exemplo o novo Portal Cliente e uma nova plataforma de suporte à actividade do *Private Banking*.

Foi iniciado o processo de migração para o sistema operativo Windows 7, projecto com duração prevista de 9 meses e executados diversos projectos técnicos com vista a reduzir incidências e a manter o risco tecnológico em níveis adequados. Foram implementados diversos projectos de adequação da infra-estrutura física com vista à sua renovação e criação de infraestruturas tecnológicas redundantes e baseadas em dois centros de processamento de dados distintos e de alta disponibilidade, que asseguram a continuidade das operações em caso de acidente num dos centros, tendo sido realizados testes de *Disaster Recovery Plan* que atestam a solução implementada.

Na área de Processos de Negócio, foram lançados vários projectos que visam a melhoria dos processos e aumento da eficiência. Toda a transformação operada na área de Recuperações de Crédito foi suportada por esta área, apoiando na reformulação e definição do novo modelo operativo e funcional e desenho das ferramentas tecnológicas de suporte à actividade. Continuou, a bom ritmo, o projecto de optimização operativa e funcional da Rede Empresas e de implementação da regulamentação Norte Americana FATCA.

A área de Meios de Rede continuou com o programa de visitas a balcões com o objectivo de identificar debilidades de controlo e funcionamento operativo dos balcões de Particulares e Negócios e Empresas, e estabelecer com estes um programa de formação e melhoria operativa, em paralelo com o lançamento de iniciativas de melhorias aos actuais processos operativos e de controlo. Todos os balcões foram já visitados presencialmente por esta equipa, na sequência dos quais foram lançadas várias iniciativas de formação, apoio e melhoria. Implementaram-se ainda diversos projectos de controlo dos balcões, tendo os mesmos sido incorporados nos processos de seguimento.

Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Num mundo em constante mudança e num mercado tão competitivo como o mercado bancário onde todos os "players" procuram a melhoria e a qualidade de serviço, nos últimos anos, o Santander Totta assumiu como objectivo a melhoria da Experiência do Cliente Santander Totta em que a qualidade de serviço tenha uma marca Santander, um modo próprio que diferencie o Banco dos demais.

Experiência do Cliente

Em 2012, esta área de actuação acompanhou vários processos de melhoria, apresentados num grupo de trabalho específico para o tema do atendimento a clientes, quer em termos de atitude, como de tempo de espera nos balcões e ainda para o atendimento telefónico. O lema de apostar no "valor máximo na relação" levou ao envolvimento de todo o Banco no objectivo comum de ser o 1º Banco dos clientes.

O cruzamento do indicador Meta 100 (que mede a satisfação dos clientes com o seu balcão) com o indicador CEM (que mede a satisfação dos clientes com o Banco) veio traduzir a classificação, em estrelas, dos balcões do Banco.

Após a introdução desta nova classificação, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de redução de balcões 2 estrelas e aumento dos balcões 5 estrelas, através do desenvolvimento de um programa para a melhoria comportamental denominado "Be Up", o qual trabalha um cluster de balcões classificados com 2 e 3 estrelas, com um plano de seguimento "in loco" e objectivos claros de melhoria.

O portal de Qualidade (redecem) de acesso a todos os colaboradores foi substancialmente desenvolvido, permitindo, de uma forma simples, consultar as métricas de qualidade, o conhecimento e situação do estado das reclamações recebidas e o apoio na divulgação das medidas tomadas para a melhoria contínua da qualidade de serviço.

Certificação de Qualidade

O Santander Totta continua a reforçar os mecanismos previstos na norma ISO 9001-2008 e a melhorar continuamente as suas práticas de gestão tendo sempre como orientação a satisfação dos clientes, através da melhoria na gestão dos processos.

Nesse sentido, o Banco aproximou-se ainda mais dos requisitos de excelência, nomeadamente com a implementação de um novo modelo de Governo da Qualidade que irá permitir um maior foco na orientação ao cliente em toda a estrutura do Banco e o reforçar do compromisso dessa mesma estrutura com o Grupo Santander.

Reclamações

No que respeita a reclamações de clientes registou-se uma redução significativa em 2012 face ao ano de 2011. Esta evolução espelha o empenho do Banco na melhoria das suas actuações, processos e atitudes, ultrapassando as situações que podem ter originado algum desagrado.

O Banco teve como objectivo, não só o célere tratamento e resposta aos clientes, mas também, a análise da causa raiz das reclamações formais recebidas.

Criaram-se Mesas de Qualidade, onde se analisou, com as várias áreas do Banco, a melhoria dos processos, os níveis de resposta, atitudes, e as soluções possíveis de serem implementadas das reclamações em que foi dada razão ao cliente.

Foi um ano de consolidação das medidas iniciadas em 2011, com vista a melhorar os tempos de resposta a reclamações formais, garantir o cumprimento dos prazos legais de resposta aos reguladores, privilegiar nas respostas aos clientes a informação clara e mais objectiva, e em paralelo acompanhar as unidades de negócio no tratamento célere das incidências detectadas e necessária interlocução com os respectivos serviços centrais, de modo a evitar desgaste na relação comercial e consequente reclamação formal a futuro.

Métricas e Indicadores de Gestão

Ao longo dos anos, o Santander Totta foi construindo um sistema de métricas de qualidade que, conjugadas, permitem ter uma visão muito clara da "voz do cliente", podendo, assim, tomar medidas de melhoria muito focadas e dirigidas aos clientes e às suas necessidades, quer através de dados dos sistemas do Banco, quer através de inquéritos a clientes (mais de 90.000 este ano), quer ainda através de Clientes Mistério que ajudam a medir a qualidade efectivamente prestada.

Ao nível das redes comerciais, Particulares e Negócios e Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação de clientes), continuando a apresentar uma evolução muito positiva.

No índice Meta 100 registaram-se melhorias significativas nos vários indicadores conseguindo que 32% da rede de balcões obtivesse a classificação de superação, o que traduz um aumento de 7% face a 2011, num ano em que os atributos de avaliação qualitativos e quantitativos mantiveram a mesma estrutura mas com objectivos por atributo ainda mais ambiciosos.

O modelo Meta 100 para os serviços centrais foi consolidado em 2012 e irá permitir, em 2013, uma actuação muito forte junto dos mesmos. Com este objectivo pretende-se que o trabalho prestado por estes possibilitem aos balcões um serviço mais adequado.

Por outro lado, a percentagem de clientes que recomendam o Banco manteve-se ao nível do alcançado no ano de 2011, na ordem dos 90%, tendo registado uma melhoria nos restantes indicadores de qualidade percebida.

Posicionamento face à concorrência

O estudo de posicionamento de mercado é suportado numa metodologia corporativa definida a nível do Grupo Santander, para a satisfação global dos clientes dos principais Bancos do sistema português e é efectuado por empresa independente credenciada em estudos de mercado. O estudo, iniciado em 2010, consolidou no ano de 2012 a evolução de crescimento da posição do Banco Santander Totta face à concorrência, que já tinha evidenciado em 2011.

Na avaliação efectuada no 2º semestre de 2012, o Santander Totta obteve o primeiro lugar no posicionamento entre os Bancos englobados no referido estudo, conjuntamente com outro concorrente.

Informação Económica e Financeira

Actividade Consolidada

Introdução

Desenvolvendo a sua actividade num cenário macroeconómico recessivo que tem penalizado os resultados da banca, o Banco Santander Totta enveredou por uma estratégia baseada no controlo rigoroso do crédito vencido e na solidez da estrutura operacional e de balanço, com posições adequadas de capital e de liquidez alcançadas unicamente com recurso à geração interna de resultados, sem necessidade de acesso às linhas públicas de apoio ao sector bancário.

No âmbito de uma política de reequilíbrio do balanço, constata-se uma melhoria significativa do *gap* comercial, tendo o rácio de transformação que relaciona o crédito líquido com os depósitos atingido 126,6% no final de 2012, representando uma melhoria de 12,2 p.p. face ao período homólogo e reflectindo o aumento anual de 8,3% nos depósitos de clientes e a desaceleração de 4,9% no crédito líquido.

O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 11,4% e o rácio Core Capital fixou-se nos 9,9% em 2012.

O crédito em risco alcançou os 4,32%, em consonância com a deterioração da qualidade do crédito, numa conjuntura económica recessiva, embora mantendo-se abaixo da média do sector bancário, beneficiando de um programa de apoio a situações de incumprimento de clientes, que levou à diminuição do número de empréstimos com prestações em atraso, como já foi referido anteriormente.

O Banco dispõe de uma carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema, que no final de 2012 totalizou 11,7 mil milhões de euros. Por sua vez, os recursos líquidos de aplicações obtidos junto do Banco Central Europeu ascenderam a 4,9 mil milhões de euros.

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido consolidado de 88,1 milhões de euros, que compara com 47,1 milhões de euros no período homólogo, destacando-se a contribuição favorável das receitas e dos custos operacionais, embora minorado pelo reforço da imparidade e das provisões líquidas, enquadrado na política conservadora e prudente de avaliação de risco do Banco.

O produto bancário progrediu 22,7%, influenciado por mais-valias obtidas na recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos, reflectidas em resultados de operações financeiras, parcialmente anuladas pelo reforço de provisões, como medida de prudência. Os custos operacionais recuaram 9,4% em relação ao valor verificado em 2011 e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma subida homóloga de 59,2%.

Demonstração de Resultados

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Margem Financeira Estrita	541,5	543,5	-0,4%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,7	1,3	+32,8%
Margem Financeira	**543,2**	**544,8**	**-0,3%**
Comissões Líquidas e Out.Resultados Actividade Bancária	318,0	328,8	-3,3%
Margem Comercial	**861,3**	**873,6**	**-1,4%**
Resultado de Operações Financeiras	125,8	(69,0)	<-200%
Produto Bancário	**987,1**	**804,6**	**+22,7%**
Custos Operacionais	**(459,0)**	**(506,9)**	**-9,4%**
Resultado de Exploração	**528,1**	**297,7**	**+77,4%**
Imparidade e Provisões Líquidas	(466,6)	(293,0)	+59,2%
Equivalência Patrimonial	11,9	12,9	-8,0%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	**73,4**	**17,6**	**>200%**
Impostos	14,7	29,5	-50,1%
Resultado Após Impostos	**88,1**	**47,1**	**+87,1%**
Interesses Minoritários	0,0	0,1	-100,0%
Resultado Líquido	**88,1**	**47,1**	**+86,9%**

No final de 2012, o Banco Santander Totta apurou um resultado líquido de 88,1 milhões de euros, que compara com 47,1 milhões de euros registados no ano anterior. As receitas progrediram 22,7%, os custos operacionais decresceram 9,4% e a imparidade e provisões líquidas apresentaram uma subida homóloga de 59,2%.

A margem financeira estrita alcançou 541,5 milhões de euros, variando -0,4% face a 2011. Esta evolução traduziu a diminuição da carteira de crédito, no âmbito do processo de desalavancagem do balanço, bem como o vencimento de dívida pública no último trimestre. Por seu turno, a trajectória de descida acentuada das taxas de mercado Euribor, repercutiu-se num *repricing* mais acelerado do crédito do que dos depósitos. Contudo salienta-se uma gestão prudente de *spreads* de activos e de passivos, com uma adequada segmentação da oferta comercial.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 318,0 milhões de euros, evidenciando uma variação de -3,3% face ao verificado em 2011, atribuível ao desempenho das comissões de fundos de investimento e de seguros. No entanto salienta-se o aumento das comissões relacionadas com os serviços bancários básicos (como as contas à ordem).

O resultado de operações financeiras totalizou 125,8 milhões de euros e inclui mais-valias obtidas na operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos. Recorde-se que no período homólogo, registaram-se menos valias provenientes da venda de carteiras de créditos e de títulos.

A evolução das receitas acima mencionada, traduziu-se num produto bancário de 987,1 milhões de euros, avançando 22,7% em relação a 2011.

Os custos operacionais totalizaram 459,0 milhões de euros, com uma evolução homóloga favorável de -9,4%. Os custos com pessoal regrediram 13,1%, reflectindo a redução do número médio de colaboradores e das remunerações variáveis, bem como a alteração legislativa no cálculo do subsídio de morte. Excluindo este efeito, os custos com pessoal teriam diminuído 8,5% e os custos operacionais decresceriam 6,7%.

Os gastos gerais reduziram 6,4% e as amortizações subiram 0,8%, em consequência dos investimentos efectuados em informática, assim como da antecipação de amortizações derivada do encerramento de balcões.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Custos com Pessoal	(257,6)	(296,6)	-13,1%
Gastos Gerais	(137,5)	(146,9)	-6,4%
Custos de Transformação	**(395,1)**	**(443,5)**	**-10,9%**
Amortizações	(63,9)	(63,4)	+0,8%
Custos Operacionais	**(459,0)**	**(506,9)**	**-9,4%**
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	**40,0%**	**55,1%**	**-15,1 p.p.**
Rácio de Eficiência	**46,5%**	**63,0%**	**-16,5 p.p.**

O rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, melhorou de 63,0% em 2011 para 46,5% em 2012 (-16,5 p.p.), resultando da conjugação da subida das receitas em 22,7% e da descida dos custos operacionais em 9,4%.

No resultado de exploração apurou-se 528,1 milhões de euros, que compara com 297,7 milhões de euros alcançados no final de 2011.

Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução dos recursos por ponto de atendimento.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Crédito[1] por Colaborador	5,2	5,3	-2,6%
Recursos por Colaborador	5,1	4,8	+5,5%
Crédito[1] por Ponto de Atendimento[2]	43,7	42,7	+2,4%
Recursos por Ponto de Atendimento[2]	43,3	39,1	+10,9%

(1) Inclui garantias.
(2) Inclui agências, centros empresa, sucursais e escritórios de representação

O total de imparidade e provisões líquidas ascendeu a 466,6 milhões de euros em comparação com 293,0 milhões de euros registados no período homólogo, ou seja mais 59,2%, reflectindo a degradação dos riscos actuais e previsíveis decorrentes da recessão económica, que incidem sobre diversos sectores de actividade. O Santander Totta manteve uma política prudente na gestão do risco, ao aperfeiçoar e reforçar os mecanismos de prevenção e de controlo. Na última revisão, efectuada em 2012, pelo Banco de Portugal e pela Troika, no âmbito do *Special Inspecion Program*, com o objectivo de avaliar o nível de imparidade da carteira de construção e promoção imobiliária, concluiu-se que o Banco dispõe de provisões suficientes e utiliza metodologias adequadas.

O resultado de subsidiárias reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial de 11,9 milhões de euros, englobou a apropriação do resultado da participação no B.C.G.T.Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito e na Benim-Sociedade Imobiliária (empresa detida indirectamente pelo Banco por via da TottaUrbe-Empresa de Admnistração e Construções).

O resultado antes de impostos de 73,4 milhões de euros, ficou acima dos 17,6 milhões de euros de 2011. O resultado líquido consolidado, no final de 2012, ascendeu a 88,1 milhões de euros, superior aos 47,1 milhões de euros registados em 2011.

Balanço e Actividade

Em 2012, o reforço da solidez e da desalavancagem do balanço, com uma melhoria significativa do *gap* comercial, em paralelo com posições confortáveis de liquidez e de capital foram prioridades fundamentais para o Banco Santander Totta.

O crédito (incluindo garantias e avales) decresceu 4,5%, ao atingir 29,2 mil milhões de euros em 2012 e os recursos de clientes ascenderam a 28,9 mil milhões de euros (variação anual de +3,5%) mediante o crescimento de 7,6% nos recursos de balanço e da descida de 7,5% nos recursos fora de balanço. Esta evolução conduziu a uma variação homóloga de -0,7% no volume de negócio, que no final de 2012 totalizou 58,1 mil milhões de euros.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Volume de Negócio	58.057	58.455	-0,7%
Crédito Bruto [1]	29.165	30.532	-4,5%
Recursos de Clientes	28.892	27.922	+3,5%

[1] Inclui securitização, papel comercial, garantias e avales

O reequilíbrio gradual do balanço do Banco está expresso no rácio de transformação dos depósitos em crédito, que no final de 2012 se fixou em 126,6%, evidenciando uma melhoria de 12,2 p.p. em relação aos 138,8% registados em 2011 (rácios calculados de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento).

Rácio Transformação

A contracção ocorrida na concessão de crédito, em linha com a tendência de mercado, tanto em particulares como em empresas, traduz a menor procura e as restrições de balanço impostas pelo processo de desalavancagem em curso. No entanto, a posição confortável de liquidez do Banco Santander Totta permitiu a continuação de uma política de apoio às empresas economicamente viáveis, que se tem vindo a traduzir na posição de destaque alcançada nas Linhas PME Investe/Crescimento e no lançamento da "Campanha Plano Santander Totta Activação", na qual disponibilizou uma linha de financiamento no valor de 1,5 mil milhões de euros às empresas que apresentem projectos viáveis.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**29.165**	**30.532**	**-4,5%**
Crédito Bruto	**27.945**	**29.044**	**-3,8%**
do qual			
Banca Comercial	**25.415**	**26.965**	**-5,7%**
Crédito a Empresas	7.633	8.493	-10,1%
Negócios	3.046	3.667	-16,9%
Rede Empresas	4.587	4.826	-4,9%
Crédito a Particulares	17.782	18.473	-3,7%
do qual			
Habitação	15.783	16.262	-2,9%
Consumo	1.414	1.573	-10,1%
Grandes Empresas e Institucionais	**2.097**	**1.672**	**+25,4%**

O crédito concedido a particulares situou-se em 17,8 mil milhões de euros, correspondendo a uma descida homóloga de 3,7%, com variações de -2,9% no crédito à habitação, que representa 54,1% do total da carteira de crédito, e de -10,1% no crédito ao consumo.

O crédito a grandes empresas e a institucionais aumentou 25,4%.

Crédito a clientes* (mil milhões de euros)

* Inclui securitização, papel comercial, garantias e avales

Apesar da deterioração dos indicadores da qualidade do crédito, os rácios apresentados pelo Banco Santander Totta comparam favoravelmente com a média do sistema bancário nacional. Para fazer face às crescentes dificuldades financeiras das famílias, o Banco implementou um conjunto de soluções dirigidas a clientes nos quais se detectem os primeiros sinais de incapacidade de reembolso, de forma a evitar a degradação do nível de incumprimento e assegurar, mediante um acompanhamento próximo de cada situação, a negociação de novas condições de pagamento mais adequadas às suas capacidades financeiras actuais. Tal permitiu a reestruturação de créditos, reduzindo o número de clientes particulares com prestações de crédito em atraso, 14% abaixo do valor registado em 2011. No final de 2012, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias situou-se em 3,51% (+1,4 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões atingiu 98,4% (107,1% em 2011). O rácio de crédito com incumprimento situou-se em 3,54% no final de 2012, acima dos 2,21% de 2011, com cobertura por provisões de 97,4% (104,5% no período homólogo). Por seu turno, o crédito em risco (o qual considera o crédito vencido, vincendo e reestruturado) representou 4,32% do crédito total, agravando-se +1,5 p.p. em relação aos 2,84% no mesmo mês do ano anterior, com cobertura por provisões de 79,7% (80,5% em 2011).

	Dez-12	Dez-11	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	3,67%	2,35%	+1,3 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	3,51%	2,16%	+1,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,54%	2,21%	+1,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,32%	2,84%	+1,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	93,9%	98,6%	-4,7 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	98,4%	107,1%	-8,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	97,4%	104,5%	-7,1 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	79,7%	80,5%	-0,8 p.p.

O total de recursos de clientes, no final de 2012, atingiu 28,9 mil milhões de euros, aumentando 3,5% em relação ao valor contabilizado em 2011.

Destacam-se os depósitos de clientes, representativos de 74,4% do total dos recursos de clientes, que reflectiram uma trajectória favorável de 8,3% em 2012 face ao verificado há um ano antes.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Recursos de Clientes	**28.892**	**27.922**	**+3,5%**
Recursos de Balanço	21.853	20.315	+7,6%
Depósitos	21.497	19.844	+8,3%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	356	471	-24,4%
Recursos fora de Balanço	7.039	7.607	-7,5%
Fundos de investimento	2.717	2.807	-3,2%
Seguros e outros recursos	4.322	4.800	-10,0%
Por segmento:			
Banca Comercial	**23.430**	**24.141**	**-2,9%**
Recursos de Particulares e Negócios	22.095	22.240	-0,7%
Depósitos	16.284	15.644	+4,1%
Títulos colocados em clientes, fundos inv., seg.cap.e outros	5.811	6.596	-11,9%
Recursos de Empresas	1.335	1.900	-29,7%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	**5.462**	**3.782**	**+44,4%**

Em 2012, os clientes continuaram a revelar uma maior apetência por depósitos bancários, em detrimento dos produtos de maior risco. Os depósitos do segmento de particulares e negócios registaram uma subida de 4,1% em relação ao período homólogo de 2011, situação inversa à registada com os recursos fora de balanço, tais como fundos de investimento e seguros financeiros que no mesmo período registaram uma variação de -11,9%.

Os recursos de balanço totalizaram 21,9 mil milhões de euros, representando 75,6% do total de recursos captados de clientes, e subiram 7,6% em termos homólogos, enquanto os recursos fora de balanço ascenderam a 7,0 mil milhões de euros, tendo decrescido 7,5% face ao valor registado em 2011. Os fundos de investimento diminuíram 3,2%, ao atingirem 2,7 mil milhões de euros. Os seguros de capitalização e outros recursos situaram-se em 4,3 mil milhões de euros, variando -10,0% em relação ao valor apurado no ano transacto.

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de 2012, o Banco Santander Totta apresentou valores de capitalização alcançados unicamente com recurso à geração interna de resultados, em paralelo com a diminuição dos activos ponderados pelo risco. O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I situou-se em 11,4% e o rácio Core Capital atingiu 9,9%, incluindo o resultado líquido (10,3% e 9,1% em 2011). Excluindo os resultados gerados, os rácios de fundos próprios de base Tier I e Core Capital atingiram 11,4% e 9,8%, respectivamente.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Total de Fundos Próprios	2.062	2.135	-3,4%
Fundos Próprios de Base	2.069	2.141	-3,4%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-7	-6	+13,5%
Activos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	18.127	20.783	-12,8%
Rácio Core Capital	**9,9%**	**9,1%**	**+0,8 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	**11,4%**	**10,3%**	**+1,1 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	**11,4%**	**10,3%**	**+1,1 p.p.**

Actividade Individual

Demonstração de Resultados

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido, em termos de contas individuais, de -9,2 milhões de euros no fim do exercício de 2012, comparando com 22,3 milhões de euros alcançados em 2011.

O Banco obteve um produto bancário de 879,5 milhões de euros em 2012, subindo 12,9% em relação aos 779,1 milhões de euros verificados em 2011, com os contributos favoráveis da margem financeira e dos resultados de operações financeiras.

Os custos operacionais situaram-se em 455,6 milhões de euros, diminuindo 9,0% em relação ao período homólogo. Excluindo o efeito da alteração legislativa no cálculo do subsídio de morte, teriam diminuído 6,3%. O rácio de eficiência decresceu 12,5 p.p. passando de 64,3% em 2011 para 51,8% em 2012.

A evolução conjunta das receitas e dos custos traduziu-se num resultado de exploração de 423,9 milhões de euros, 52,3% superior ao montante angariado no ano anterior.

A imparidade e provisões líquidas evidenciaram um aumento de 52,2%, com uma dotação líquida de 443,4 milhões de euros em 2012.

Balanço e Actividade

No final de 2012, o volume de negócio totalizou 53,8 mil milhões de euros, variando -2,3% em relação período homólogo, com a contribuição do crédito (incluindo garantias) de -6,6%, atingindo 25,9 mil milhões de euros, e dos recursos de clientes com um incremento de 2,0%, ascendendo a 27,9 mil milhões de euros.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Volume de Negócio	**53.751**	**55.033**	**-2,3%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**25.865**	**27.694**	**-6,6%**
Crédito Bruto	**24.645**	**26.205**	**-6,0%**
Recursos de Clientes	**27.886**	**27.339**	**+2,0%**
Recursos de Balanço	21.751	20.569	+5,7%
Depósitos	21.395	20.099	+6,5%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	356	471	-24,4%
Recursos fora de Balanço	6.135	6.770	-9,4%
Fundos de investimento	1.903	2.029	-6,2%
Seguros e outros recursos	4.231	4.741	-10,8%
Por segmento:			
Banca Comercial	**23.430**	**24.141**	**-2,9%**
Recursos de Particulares e Negócios	22.095	22.240	-0,7%
Depósitos	16.284	15.644	+4,1%
Títulos colocados em clientes, fundos inv., seg.cap.e outros	5.811	6.596	-11,9%
Recursos de Empresas	1.335	1.900	-29,7%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	**4.456**	**3.198**	**+39,3%**

Para o crescimento homólogo de 2,0% dos recursos de clientes, refere-se os recursos de balanço com +5,7%, destacando-se o incremento de 6,5% dos depósitos que representam 76,7% dos recursos totais, enquanto os recursos fora de balanço diminuíram 9,4%.

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

Em 2012, os rácios de adequação de fundos próprios de base Tier I e Core Capital situaram-se em 10,2% e 8,6%.

milhões de euros	Dez-12	Dez-11	Var.
Total de Fundos Próprios	2.305	2.340	-1,5%
Fundos Próprios de Base	1.865	1.935	-3,6%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	440	405	+8,5%
Activos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	18.240	20.485	-11,0%
Rácio Core Capital	**8,6%**	**8,0%**	**+0,6 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	**10,2%**	**9,4%**	**+0,8 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	**12,6%**	**11,4%**	**+1,2 p.p.**

Gestão de Risco

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande incerteza nos mercados financeiros.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No exercício de 2012, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas e dos eventuais problemas ao nível da sua capacidade de pagamento;
- Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, mantém-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido e de morosidade. Efectuou-se a revisão de uma parte significativa da carteira de clientes tendo sido concluído que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado.
- Nos riscos standardizados, e face ao difícil contexto macroeconómico actual, o principal foco manteve-se ao nível da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, disponibilizando um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros;
- Neste sentido, procedeu-se à adequação das estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e à utilização dos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes.
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, o Banco continuou a ser selectivo na admissão de novas operações, em termos de risco e rendibilidade, fazendo uso dos modelos de decisão automática em vigor, nomeadamente o *scoring* e os sistemas comportamentais;
- Num cenário macroeconómico adverso, com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo, simultaneamente, um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Igualmente, manteve-se a política de reforço da negociação, visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Destaque, ainda, para a modernização de área de recuperações, assente por um lado em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e acção executiva e por outro, numa mudança na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentado a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a atenção permanente no conhecimento da carteira, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas para evitar a entrada de operações em incumprimento e a resolução das operações incumpridas;

- Manteve-se igualmente o foco nos modelos internos do Banco, maioritariamente já reconhecidos (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Ferramentas de classificação *(rating/scoring)*

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Esta perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite

detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, procurar-se-á então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes e com modelos de gestão específicos e compõe-se de várias fases: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2012, a evolução das taxas de juro do Euro determinou um aumento do valor presente das operações contratadas sobre os mesmos indexantes, enquanto o volume de novas operações manteve-se em linha com o verificado no ano anterior (2011). Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, manteve-se uma tendência de redução, bem como a cobertura de risco mediante acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2012 (Milhares de Euros)

	Total Consolidado				
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	130.369	112.299	961.615	1.153.976	2.358.258
Derivados Taxa de Câmbio	5.576	0	68.016	0	73.593
Derivados Equity	1.579	0	0	0	1.579
Total	**137.524**	**112.299**	**1.029.631**	**1.153.976**	**2.433.430**

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander Totta (actividade bancária opera).

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: O risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Santander Totta
- Riscos Estruturais:
    - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
    - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2012, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste *(Backtesting)*

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2012, quantificado através do VaR, é a seguinte:

O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 10 mil euros e os 55 mil euros.

Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura e as decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Riscos, Comercial e Marketing. Este Comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, considerando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2012, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento de modo a permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está muito mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente, o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Dezembro de 2012 o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 500 milhões de euros.

O mercado de capitais durante o ano funcionou de forma muito irregular. Neste contexto o BCE através da condução de política monetária assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Dezembro de 2012, o Banco tinha 11,7 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável.

Risco Operacional

O Santander Totta define o Risco Operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerado internamente (pessoas, sistemas, entre outros) ou

como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

A gestão e controlo do risco operacional fazem parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são as próprias que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional, sendo acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diferentes etapas do modelo de risco operacional permitem Identificar, avaliar e realizar o seguimento dos riscos operacionais de todas a linhas de negócio e unidades, facilitando a tomada de decisões de gestão ao permitir que se estabeleçam prioridades de maneira mais eficaz, bem como controlar e mitigar os riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, identificando e eliminando os focos de risco.

Assim, este modelo permite:

- A gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, avaliação, prevenção, controlo/mitigação, seguimento e reporte);
- A melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio;
- A melhoria dos processos e controlos e redução de perdas;
- A identificação do risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- A medição e avaliação do risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de Basileia II e a definição de objectivos e análise do perfil de risco;
- A realização de um seguimento contínuo das exposições ao RO com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- A implementação de procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de RO assim como as respectivas implicações;
- O estabelecimento de medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o RO.

No 1° semestre de 2012, foi autorizado pelo Banco de Portugal a adopção do Método Standard para efeitos do cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2012, foi negativo em € 9.179.589,40 (nove milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos) e o Resultado Líquido do Exercício, consolidado, em 2012, foi de € 88.067.821 (oitenta e oito milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e um euros)

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

1. Transferência do Resultado Líquido negativo no montante de € 9.179.589,40 (nove milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos) para Resultados Transitados.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e aplicando critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica dirigida exclusivamente para a prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais, o quadro de pessoal está formado e é regularmente actualizado nesta matéria para detectar as situações de eventual risco e efectuar de imediato a comunicação ao órgão competente, dispõe de aplicações informáticas para monitorar a movimentação atípica, para avaliar as transacções que se enquadram em tipologias de risco e para relevar os clientes de risco alto, tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades. Anualmente o sistema é objecto de auditoria.

As unidades sedeadas no exterior são seguidas pela estrutura central na sede através de visitas ou de controlo centralizado. É efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, o Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2011 a 31 de Maio de 2012, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	641.269.620	97,65
TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	14.593.315	2,22

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I.	Modelo de Negócio	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 21 e 44.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 26.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II.	Riscos e Gestão de Riscos	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 47 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III.	Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 47.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV.	Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 47.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 47.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 47.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V.	**Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização**	
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 47.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress scenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 47.
VI.	**Outros Aspectos Relevantes na Divulgação**	
26.	Descrição das politicas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

António Vieira Monteiro

Dir. Auditoria Interna – Miguel Cabeza Ruiz
- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos – Isabel Viegas
- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Dep. Formação, Conhecimento e Desenvolvimento
- Gab. Compensação e Informação

Gab. Presidência – Sebastião Beltrão

Gab. Controlo/Função Gestão de Riscos – Manuel Aragão

Dir. Coord. Recuperações – José Sousa
- Dep. de Recuperações e Processos Especiais
- Dep. de Recuperações de Gestão Massiva
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul

Dir. Coord. Riscos Standardizados – Inês Furtado
- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. de Riscos de Negócio
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos B.Wholesale e Empresas – Amílcar Lourenço
- Dep. Riscos Imobiliários
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito – Jesus Garcia
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais e BIS II
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos de Mercado e Financeiros
- Dep. de Sistemas Tecnológicos e Informação de Riscos

Gab. Planificação e Projectos de Risco – José Leão

Conselho Superior de Crédito

Financeira e Internacional – Manuel Preto

Dir. Coord. Financeira – Luís Capitão-Mor
- Dep. Finanças Corporativas
- Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
- Dep. Gestão Activos e Passivos
- Dep. Mercados de Curto Prazo
- Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores

Dir. Coord. Internacional – António Carneiro
- Gab. Apoio e Dinamização da Rede
- Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
- Gab. Europa
- Gab. América e África

Contabilidade e Controlo de Gestão – Ignacio Centenera Galán

Dir. Contabilidade – Graça Vale
- Div. de Prestação de Contas Banco
- Div. de Prestação de Contas Crédito Especializado
- Div. de Prestação de Contas Tesouraria
- Div. de Estatísticas Monetárias e Financeiras
- Div. de Parametrização
- Div. de Consolidação
- Gab. de Controlo Prudencial

Dir. Controlo de Gestão – Ana Cristina Marques
- Div. de Controlo de Gestão de Banca Comercial
- Div. de Controlo de Gestão de Grupo Consolidado
- Div. de Controlo de Gestão de Custos
- Div. de Controlo de Gestão Banco, AC e ALCO

Gab. Controlo Interno – Américo Domingues

Gab. Apoio ao Controlo de Gestão – Manuela Marinho

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas – Norte – Paulo Natal
- Dir. Com. Empresas Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra
- Dir. Com. Empresas Porto 2
- Dir. Com. Especialistas e Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Norte
- Div. de Middle Office de Empresas Norte
- Dep. Riscos de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas – Sul – Jorge Gaspar
- Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Setúbal
- Dir. Com. Empresas Odivelas
- Dir. Com. Empresas Estoril
- Dir. Com. Empresas Leiria
- Dir. Com. Empresas Funchal
- Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
- Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
- Dir. Com. Especialistas e Dinamizadores Sul
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Sul
- Div. de Middle Office de Empresas Sul
- Dep. de Riscos de Empresas Sul

Gab. de Apoio ao Negócio da Rede Empresas

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção – António Fontes
- Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
- Dir. Com. de Fomento à Construção Sul

Dir. Coord. de Clientes Institucionais – Pedro Fialho
- Dir. Com. Clientes Institucionais
- Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
- Gab. Protocolos Colectivos

Dir. Com. de Factoring e Confirming – Maria do Carmo Carvalho
- Gab. Gestão de Factoring e Confirming de Particulares e Negócios
- Gab. Gestão de Factoring e Confirming de Empresas

Gab. International Desk – Pedro Correia

João Baptista Leite

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio - Nuno Frias Costa
- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Operações – Elsa Graça
- Dep. de Middle Office, Activo e Passivo
- Dep. de Transaccionalidade, Expedição e Arquivo
- Dep. de Custódia, Mercados e Activos Financeiros
- Dep. de Leasing
- Dep. de Entidades Oficiais e Apoio Contratual
- Dep. de Sistemas de Controlo, Inovação e Eficiência
- Dep. de Controlo de Contas

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Pedro Rodrigues
- Gab. de Segurança
- Gab. de Controlo Financeiro
- Dep. de Obras e Manutenção
- Dep. de Gestão de Espaços e Património
- Dep. de Serviços Gerais

Dir. de Organização – Otília Casquilho
- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto – Mário Paulino
- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional – Esther Casillas
- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
- Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

Dir. Coord.Canais Complementares – Joaquim Calça e Pina
- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio
- Dep. de Assessoria Corporativa
- Dep. de Assessoria da Rede
- Gab. de Assessoria à Banca Maiorista Global

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda
- Gab. de Cumprimento
- Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspecção – João Pedro Mendes

Dir. Coord. de Desinvestimento Imobiliário – Jacinto Galante
- Gab. Técnico de Regularização de Desinvestimento
- Gab. de Vendas de Imóveis
- Gab. de Contratação de Desinvestimento
- Gab. de Controlo de Gestão de Desinvestimento

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte – Manuel Cerejeira Castro
- Dir. de Empresas - Norte
- Dir. de Particulares - Norte
- Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
- Gab. de Decisão de Preço - Norte
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul – Sofia Frère
- Dir. de Empresas - Sul
- Dir. de Particulares - Sul
- Dir. Apoio ao Negócio - Sul
- Gab. de Decisão de Preço - Sul
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17

Dir. Coord. Private Banking Sul – Luís Henrique S. Santos
- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private – Miguel Cordovil

Gab. Gestão de Activos Private – Catarina Roseira

Dir. Coord. Private Banking Norte – Luís Coimbra

Dir. Coord. Premium – António Lourenço
- Dir. Dinamização Premium Norte
- Dir. Dinamização Premium Sul
- Gab. Apoio ao Segmento Premium

Dir. Coord. de Seguimento de Negócios – António Velez do Peso
- Dir. Com. Seguimento de Negócios Norte
- Dir. Com. Seguimento de Negócios Sul
- Gab. de Apoio ao Seguimento de Negócios

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede – Joaquim Filipe
- Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
- Dep. Marketing Operacional da Rede
- Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
- Gab. de Apoio a Projectos da Rede e Mediação Seguros

Gab. de Apoio à Rede de Particulares e Negócios – Pedro Louceiro

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários – José Alberto Moura
- Gab. Apoio à Gestão
- Dir. Com. PMI Norte
- Dir. Com. PMI Sul

Dir. Estudos e CRM – Sara Fonseca
- Gab. Técnico e de Suporte
- Gab. Analítico e de Estudos

Dir. Coord. de Controlo de Irregulares – Jorge Mogo
- Dir. de Controlo de Irregulares - Norte
- Dir. de Controlo de Irregulares – Sul
- Div. de Telecobranças
- Gab. de Apoio Técnico

Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade – Abel Bernardes
- Dep. Atenção ao Cliente
- Dep. Controlo e Avaliação
- Dep. Gestão da Experiência do Cliente

Gab. Imagem e Comunicação Interna – Rui Santos

Gab. Comunicação Externa – Cristina Neves

Gab. Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho

Gab. de Accionistas – José Pacheco

Gab. de Economic Research – Rui Constantino

Dir. de Coord. Universidades – Marcos Ribeiro
- Dir. Com. Universidades
- Gab. Apoio ao Desenvolvimento Universidades
- Div. de Controlo de Gestão de Grupo Consolidado
- Div. de Controlo de Gestão de Custos
- Div. de Controlo de Gestão Banco, AC e ALCO

Pedro Castro e Almeida

Dir. Coord. Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos

Dir. Coord. Credit Markets – Cristina Melo Antunes

Dir. Coord. Global Transaction Banking – Hélder Gomes
- Dir. Com. Clientes Globais - Sul
- Dir. Com. Clientes Globais - Norte
- Gab. Dinamização Produtos Clientes Globais
- Dep. Custódia Institucional

Dir. Tesouraria – Alexandra Gomes
- Dep. Fixed Income Corporate Sales
- Dep. Fixed Income Retail Sales
- Dep. Retail Structured Products, FX e Cash Equities

Dep. Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho
- Gab. Sales e Trading Support
- Gab. Global Transaction Banking Support
- Gab. Loan and Markets Support

Gab. Controlo de Negócio – José Viegas

Gab. Financial Institutions Group – Carlos Ramalho

Dir. Coord. Marketing
- Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos
- Dep. Publicidade e Comunicação

Dir. Produtos e Serviços de Particulares – Inês Oom de Sousa
- Gab. Passivo e Preçário
- Gab. Crédito ao Consumo
- Gab. Crédito Hipotecário

Dir. Produtos e Serviços de Empresas – Cláudia Barrocas
- Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias
- Gab. Banca Transacional
- Gab. Negócio Internacional
- Div. Customer Service
- Gab. Bancos Correspondentes
- Gab. Produtos Especializados

Dir. Meios de Pagamento – Inês Gouveia
- Gab. Técnico e de Controlo
- Gab. de POS
- Dep. de Cartões

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração do BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora da sociedade, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente Terceiro do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Financeira Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (1)
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Eduardo José Stock da Cunha	Sovereign Bank	Membro do Board of Directors e do Management Executive Committee MD, Head of Manufacturing
José Urgel Moura Leite Maia	Associação do Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Fundação Centro Cultural de Belém	Vice-Presidente do Conselho Directivo
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Clube do Autor, S.A.	Administrador

(1) Cessação de funções em 02-02-12

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2012, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/11	Movimentos em 2012				Posição 31/12/12
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrig. BST – Caixa E.U.A. – Cx.	820					820
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400

Governo Societário

I - Relatório

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais

1. O capital social do Banco é detido em 97,647% pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

   Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

   Do restante capital do Banco há ainda uma percentagem de 2,222% que pertence a uma Sociedade igualmente sob domínio integral, directo ou indirecto das Sociedades Santander Totta, SGPS, Santusa e Banco Santander.

   O capital remanescente, correspondente a 0,131% do total, encontra-se disperso por diversos accionistas, sendo 0,019% correspondente a acções próprias do BST.

2. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

   Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

   Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

   Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiros desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

4. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

   São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

   Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

   O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

   O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

   Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

   Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuadamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

   Tem-se como objectivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à Rede Comercial.

7. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

   No âmbito do normal exercício da actividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

   Doutra parte, não existem acordos que confiram aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

8. As principais áreas de negócio do Banco são:

- Banca de Retalho – refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionados com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares (telefone, internet, etc.);

- Banca de Empresas – considera-se nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos de capital de trabalho, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário;

- Global Banking & Markets – inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros (mercados de taxa de juro, cambial e de acções) e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de *Corporate* e *Project Finance*, assim como de serviços de custódia de títulos e corretagem das ordens de bolsa recebidas dos clientes;

- Actividades Corporativas – nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com o *core business*, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

9. O modelo global de governo da sociedade é o que consta do ponto IV

Destacam-se múltiplos Comités de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da instituição.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

Conselho Superior de Crédito
Órgão máximo de decisão da estrutura de Riscos e exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

Riscos de Mercado e Financeiros
Analisar a informação de "governance" da área de Riscos; analisar e controlar os diversos riscos; aprovar procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

ALCO – Assets and Liabilities Commitee
Gerir o risco estrutural de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de *hedging*, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a optimizar a margem financeira e a rendibilidade dos capitais próprios.

Comité Recursos Humanos
Analisar e deliberar sobre as alterações e excepções às atuais políticas de gestão de RH.

CAR – Comité Análise e Resolução
Prevenir o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e efectuar as comunicações estabelecidas na Lei.

Comercialização e Seguimento de Produtos
Aprovar produtos e serviços e fazer o respectivo seguimento, com especial destaque para as incidências que ocorram e o risco reputacional que possam gerar.

Gastos e Investimentos
Avaliar, decidir, seguir e controlar o gasto e o investimento.

Pensões
Executar a política corporativa de pensões e controlar os riscos de forma integral.

Comerciais (Particulares, Empresas, Negócios, Premium, Negócio Universitário e Negócio Internacional

Fazer o seguimento da evolução do produto bancário, assegurando que a sua evolução decore dentro dos objetivos marcados, acompanhar

propostas e decidir sobre a execução e lançamento de produtos e campanhas.

Captação e On-Boarding de Clientes
Repensar o modelo de captação e vinculação de clientes para desenvolvimento de um modelo sustentado e sustentável de captação de clientes que suporte as necessidades de crescimento do Banco.

Modelo de Distribuição e Multicanalidade
Repensar o modelo de distribuição e adaptá-lo às necessidades do novo modelo comercial.

Qualidade e Experiência do Cliente
Monitorizar e avaliar indicadores gerais de qualidade no âmbito do modelo de gestão da qualidade.

Controlo Interno e Cumprimento
Seguir e fiscalizar as políticas de cumprimento e promover um ambiente de controlo interno, nomeadamente através da aplicação efectiva do sistema de Gestão de Riscos.

Risco Tecnológico e Operacional
Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

Alienação de Imóveis
Analisar e decidir sobre a alienação de imóveis de montante igual ou superior a 200 mil euros.

Modelos de Risco
Garantir o alinhamento das áreas locais envolvidas no desenvolvimento e acompanhamento de modelos de risco, bem como na integração dos mesmos na gestão. O envolvimento deve ocorrer a nível da Alta Direcção.

Riscos Standardizados
Analisar, emitir parecer ou aprovar Programas de Gestão de Crédito (PGC´s), efectuar o seguimento dos indicadores e supervisionar as políticas de gestão de crédito aplicadas.

Análise e Seguimento de Provisões
Assegurar o bom funcionamento das provisões de riscos constituídas e decidir sobre as provisões de crédito, com carácter vinculativo.

Public Policy
Acompanhar projectos conhecidos de carácter legislativo ou regulatório, bem como de normas de conduta.

Sustentabilidade
Definir o Plano Estratégico de Responsabilidade Social, em articulação com o plano corporativo do Grupo Santander.

Fiscalidade
Apreciar as alterações legais e regulamentação tributária com impacto nas instituições do Grupo e determinar as medidas que se mostrem apropriadas ao cumprimento das determinações e obrigações constantes do normativo jurídico-tributário.

10. O Banco cumpre integralmente o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, relativo ao Controlo Interno.

Neste quadro, o Banco pratica um sistema de identificação e gestão de riscos em conformidade com os arts. 11º e 12º do referido Aviso e está organizado em ordem a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos.

Estão especificamente definidos e são praticados políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no citado art. 11º do Aviso 5/2008.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis por todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

11. Estão institucionalizadas as funções de gestão de riscos, cumprimento e auditoria nos termos legais e regulamentares.

Dá-se seguidamente conta das linhas gerais a que obedece a organização e funcionamento das três funções.

a) Função de Gestão de Riscos

A função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do BST.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral assegurar o funcionamento eficiente e adequado do modelo de controlo interno, visando avaliar a relevância dos riscos

incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes com o objectivo de assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as Áreas Corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o Relatório Anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de Riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Autorithy (EBA, ex-CEBS), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de Controlo Interno constante no Regime Geral das instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexa como o Aviso n.º 05/2008 do BdP, o Aviso Regulamentar n.º3/2008 da CMVM e em particular no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR).

Como habitualmente a actividade desenvolvida pela Função de Gestão de Riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2012. Este documento destina-se a servir de apoio ao Sistema de Controlo Interno do Grupo Santander Totta, sendo que as principais acções centraram-se no acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido Relatório.

De modo complementar, a actividade foi direccionada para o acompanhamento do *Special On-Site Inspection Programme* (SIP) promovido pelo Banco de Portugal, com o apoio de auditores e consultores internacionais, sob a supervisão do FMI/BCE/EU, cujos bons resultados vieram confirmar, em todas as vertentes - *WorkStream* (WS) 1, 2, 3 e 4 a convicção da boa adequação das políticas, procedimentos e controlos instituídos pelo Santander Totta.

O WS1 incidiu sobre a avaliação da carteira de crédito; o WS2 sobre os requisitos de capital para risco de crédito ("RWA"); o WS3 sobre as metodologias e parâmetros usados nos *Stress Test*; e o WS4 sobre avaliação da carteira de crédito das actividades de promoção imobiliária e construção "Commercial Real Estate (CRE) and Construction".

As principais conclusões identificaram: para o WS1, que com 100% da carteira de crédito avaliada não foi necessária a constituição de quaisquer provisões adicionais; para o WS2 que o rácio de Core Tier 1 aumentaria 0,1 pontos percentuais com a aplicação da revisão efectuada; para o WS3 que o ST utiliza uma metodologia claramente adequada ("cleary appropriate") nos seus exercícios de *stress test*. Em Novembro de 2012, foram divulgados os resultados do WS4 que, por referência a 30 Junho de 2012, indicavam uma imparidade adicional de aproximadamente 49 milhões, a qual já havia sido integralmente dotada até final de Setembro, pelo que, o BST foi também o único banco a não apresentar necessidades de provisionamento neste WS.

b) Função de Cumprimento

O Banco privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC). O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, directa e exclusivamente dependente da Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;

- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros da Instituição, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;

- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição;

- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;

- O Banco dispõe de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e entre outros aspectos relevantes privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses. O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral, cujo controlo, todavia, está a cargo da Direcção de Coordenação de Recursos Humanos;

- Estão aprovadas e instituídas políticas e procedimentos de comercialização de produtos, bem como o processo e órgãos para a respectiva aprovação e seguimento que visam, por um lado, garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, por outro, assegurar o seguimento de incidências que possam vir a verificar-se, avaliando o seu significado e, sendo o caso, introduzindo as medidas de superação que se justifiquem, que podem incluir a suspensão ou termo da comercialização quando as circunstâncias o determinem ou aconselhem. Neste contexto, assume especial importância a avaliação e seguimento do risco reputacional inerente aos produtos ou que se possa gerar na sua vigência pela ocorrência de vicissitudes pontuais que, de algum modo, os afectem, ou se projectem relevantemente na relação com os clientes;

- Embora com o apoio e condução executiva das unidades locais, a política de cumprimento é extensível, em toda a sua amplitude, às filiais e sucursais no exterior. Algumas destas dispõem de responsáveis locais de cumprimento que aí exercem as funções correspondentes. Nos demais casos, em que o tipo e modo de exercício da actividade não justifica essa opção, o próprio responsável operativo da unidade assegura o procedimento em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, tanto os locais como os que devam ser cumpridos por via das imposições a que o Banco se acha sujeito em Portugal. A DCAIC, no quadro das suas funções, controla o desempenho da função pelos responsáveis a quem a execução está confiada.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Direcção promoveu a institucionalização de comités específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais directamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses Comités são dirigidos e coordenados pela DCAIC, neles tendo participação os responsáveis das áreas envolvidas.

Destaca-se ainda, neste quadro, a articulação institucionalizada com a área de Qualidade - responsável pelo seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a

evolução da situação nesse domínio e, principalmente, escrutinar, a partir da tipologia das reclamações eventuais omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correcções apropriados.

A Direcção de Cumprimento integra igualmente o Comité de Controlo Interno e Cumprimento que tem funções gerais de controlo e gestão de risco.

Sem prejuízo dos contactos constantes e sistemáticos com a Comissão Executiva do Banco, e principalmente com o administrador especialmente encarregado do pelouro, a actividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é objecto de relatório anual.

Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de *compliance* desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Maio de 2011) e o final de Maio de 2012.

Em linha com o que fica exposto, o Director de Cumprimento é de opinião que o Banco procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de *compliance*, constante do Aviso nº5/2008.

c) Função de Auditoria

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;

- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;

- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;

- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Miguel Cabeza, nomeado pela Administração, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último "rating" obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF. Adicionalmente, as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

II. Remuneração

1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aplicável no exercício de 2012

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 28 de Maio de 2012 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

A. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Totta enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 28 de Maio de 2010, com a seguinte composição:

D. Alfredo Saenz Abad , representante da Santander Totta SGPS
D. José Luis Gómez Alciturri
D. Matias Pedro Rodriguez Inciarte , nomeado em 27 de Maio de 2011.

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Totta

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- Não estão implementados, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
  - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
  - (ii) Anualmente, pelo Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- Relativamente aos administradores não executivos, o Presidente do Conselho de Administração não aufere qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerado exclusivamente pela sua actividade em Espanha, o outro Administrador não executivo aufere uma Remuneração Fixa e variável, cujo montante está directamente relacionado com os resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola, onde desempenha funções executivas.
- Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.

- Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2012, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração, tendo em conta o que tem sido a prática em anos anteriores.

D.1. Remuneração Fixa

- A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não se prevendo que represente, em 2012, uma parcela inferior a 40% da Remuneração Total.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, não se prevendo que represente, em 2012, mais do que 60% da Remuneração Total;
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados do Banco e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2012 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

D.2.1 Diferimento da Remuneração Variável

- Como elemento da Remuneração Variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander, S.A.;
- O diferimento da Remuneração Variável é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do grupo económico

Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo Santander; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;

- A parte diferida representará 40% do valor total da Remuneração Variável, no que diz respeito à generalidade dos administradores executivos podendo, em situações específicas, atingir 50%;
- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos seguintes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*;
- As acções atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respectivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da Remuneração Total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de acções que sejam necessárias com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções).

D.2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Na presente data, encontram-se, relativamente a dois administradores, diferidos dois terços da Remuneração Variável Diferida referente a 2010, tendo sido pago um terço dessa Remuneração no corrente exercício.

Da remuneração variável de 2011 e relativamente aos membros da Comissão Executiva foram pagos 30% em dinheiro e 30% em acções. O pagamento do remanescente encontra-se diferido.

D.3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2012, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

D.4. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da Remuneração Fixa do titular em causa;
- Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de um plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7. do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por um período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador;
- Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por um plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo para todos os seus quadros directivos e cujos termos foram aprovados nos respectivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano;
- Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

E. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2012.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2012, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

F. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

2. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2012 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respectivamente de mEuros 2.337 para as fixas e de mEuros 3.338 para as variáveis.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2012 consta do quadro abaixo.

Em 31 de Dezembro de 2012 o conjunto cumulado e vigente de créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração ao abrigo do artigo 85 do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras era de mEuros 1.135.

Remuneração Anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Matias Pedro Rodriguez Inciarte	Presidente	-
António José Sacadura Vieira Monteiro *	Vice - Presidente	482
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	139
Eduardo José Stock da Cunha	Vogal não executivo	-
João Baptista Leite	Vogal	200
José Carlos Brito Sítima	Vogal	273
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	200
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	257
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	231
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	210
Nuno Manuel da Silva Amado **		161
Miguel de Campos Pereira de Bragança ***		85
		2.238

* Foi nomeado em 31 de Janeiro de 2012
** Renunciou ao cargo em 27 de Janeiro de 2012
*** Renunciou ao cargo em 11 de Fevereiro de 2012

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Luís Campos e Cunha	Presidente	60
Mazars & Associados, SROC	Vogal	15
Ricardo Castro	Vogal	24
		99

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária:

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2012 (pecuniário)
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	158
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	83
João Baptista Leite	Vogal	79
José Carlos Brito Sítima	Vogal	122
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	120
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	143
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	129
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	170
		1.004

Parcela acções:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2012 retido por um ano
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	147
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	78
João Baptista Leite	Vogal	73
José Carlos Brito Sítima	Vogal	114
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	112
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	134
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	120
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	159
		937

Este montante corresponde a 156.212 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, incluindo naturalmente o Banco Santander Totta, S.A., que está dividido em ciclos.

Em 09 de Julho de 2012, foi finalizado o quarto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 35.850, ao valor por acção de 4,883 Euros (valor de cotação à data). O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração, que corresponde às acções atribuídas do I12, foi o seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano acções I12 montante exercído
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	21
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	14
João Baptista Leite	Vogal	11
José Carlos Brito Sítima	Vogal	21
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	23
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	26
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	27
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	32
		175

Remuneração Diferida

A parcela pecuniária da remuneração referente ao exercício de 2012 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

		Prémio desempenho de 2012		
		2014	2015	2016
Nome	Cargo	Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	52	52	52
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	19	19	19
João Baptista Leite	Vogal	17	17	17
José Carlos Brito Sítima	Vogal	27	27	27
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	27	27	27
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	32	32	32
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	29	29	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	38	38	38
		241	241	241

A parcela em acções da remuneração referente ao exercício de 2012 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

		Prémio desempenho de 2012		
		2014	2015	2016
Nome	Cargo	acções	acções	acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	8.169	8.169	8.169
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.885	2.885	2.884
João Baptista Leite	Vogal	2.723	2.723	2.723
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.220	4.220	4.221
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	4.149	4.149	4.149
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.963	4.963	4.964
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.452	4.452	4.452
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.876	5.876	5.876
		37.437	37.437	37.438

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2011, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

		Prémio desempenho de 2011 entregue em Fevereiro 2013			
Nome	Cargo	Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,2	1	10	10
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	-	1	-	11
João Baptista Leite	Vogal	0,1	1	6	7
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,2	1	10	10
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,2	1	10	10
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,2	2	13	14
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,2	1	12	13
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,5	3	25	27
		2	11	86	102

O valor das acções corresponde a 17.012 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Conselho de Administração

		Prémio desempenho de 2011			
		2014		2015	
Nome	Cargo	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	1.703	10	1.703	10
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	1.773	-	1.773	-
João Baptista Leite	Vogal	1.087	6	1.086	6
José Carlos Brito Sítima	Vogal	1.703	10	1.704	10
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	1.703	10	1.704	10
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	2.409	13	2.409	13
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	2.138	12	2.138	12
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	4.496	25	4.495	25
		17.012	86	17.012	86

Na presente data, encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida relativa a 2010, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2010 entregue em Fevereiro de 2013	
		Dividendo	Acções
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	1	3
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	4	19
		5	22

O valor das acções corresponde a 3.725 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2010 a entregar em 2014
		Acções
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	588
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	3.137
		3.725

Outros Benefícios

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST e que não estão inseridos no plano abaixo, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco.

No exercício de 2010, o Grupo constituiu um plano de contribuição definida para todos os seus quadros directivos. Este plano integra também os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano abaixo.

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

Em 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 13.735 e encontravam-se cobertas por provisão registada no balanço do Banco.

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano 2012, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

3. Política de Remuneração aplicável no exercício de 2012 aos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Por decisão do Conselho de Administração de 20 de Junho de 2012 foi aprovada a política de remunerações que a seguir se transcreve.

Política de Remunerações dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito os Directores a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho (responsáveis pelas Direcções de Auditoria, Controlo Geral de Riscos do Banco, *Compliance* e Riscos de Crédito e Mercado), bem como os responsáveis pela área Financeira e pela de Contabilidade e Controlo de Gestão.

A. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição também participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhes sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio, não sendo correspondentemente aplicável neste domínio a alínea *c)* do número 2 do Capítulo IV;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente, pelos Administradores dos respectivos pelouros. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará,

relativamente ao ano de 2012, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração, tendo por referência o que tem sido a prática em anos anteriores.

D. 1. Retribuição Fixa

- A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Retribuição Fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação colectiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2012, uma parcela inferior a 67% da Remuneração Total.

D. 2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, não se prevendo que represente, em 2012, uma parcela superior a 33% da Remuneração Total.
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo;
- A determinação do valor da Remuneração Variável terá assim por base os seguintes critérios: (i) desempenho do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos, excepto quanto aos Directores a que se refere o Aviso 5/2008 do Banco de Portugal; (ii) prestação individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2012 se estima não superior a 150% do valor de referência, tal como definido ao nível do accionista de referência.

D. 2. 1. Diferimento da Remuneração Variável

- Como elemento da Remuneração Variável, o Banco implementou um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos e dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante período pré-estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo Santander; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;

- A parte diferida representará 40% do valor da Remuneração Variável;
- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos seguintes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*, em *b)*;
- As acções imediatamente entregues aos trabalhadores abrangidos são-no com condição de manutenção durante um ano, não beneficiando de qualquer contrato de cobertura de risco; as acções entregues diferidamente não estão sujeitas a condição de manutenção.

D. 2. 2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Nenhum dos Dirigentes abrangidos pela presente Declaração conheceu diferimento de parte da respectiva Remuneração Variável relativa a anos anteriores.

D. 3. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

E. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das

directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

4. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes e Quadros Directivos

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os "Dirigentes").

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	mEuros 1.028
Montante da retribuição variável:	mEuros 473
Número de beneficiários:	7

Prémio de desempenho de 2012 retido por um ano no montante mEuros 242, corresponde a 40.295 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Remuneração Diferida	2014	2015	2016
Parcela pecuniária (mEuros)	65	65	65
Acções	10.088	10.088	10.088

Estes dirigentes estão também inseridos no plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos. Em 09 de Julho de 2012, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a estes dirigentes foi de 7.699, ao valor por acção de 4,883 Euros, o que corresponde a um montante de mEuros 38.

Outros Benefícios

Os Dirigentes gozam dos benefícios de seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário e de seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns Dirigentes beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns Dirigentes beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Novas Contratações

Em 2012, foi contratado um trabalhador para o exercício das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco, em substituição daquele que cessou funções.

Cessações Contratuais

Durante o ano de 2012, um dos Dirigentes que exercia funções de controlo cessou o seu contrato de trabalho.

III. Política de Remuneração para 2013

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Santander Totta, para o ano de 2013, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

A política de Remuneração vigente para os Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 20 de Junho de 2012, aplicável no exercício de 2012 e 2013. Até nova deliberação, essa política é a que atrás ficou transcrita. Está prevista a reapreciação da matéria em Junho de 2013.

IV. Modelo de Governação Interna

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2012, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho de Administração

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

Eduardo José Stock da Cunha
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

João Baptista Leite
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:
"Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2012, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2012 Valor antes de imparidade e amortizações	2012 Amortizações e imparidade	2012 Valor líquido	2011 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	352.365	-	352.365	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	385.323	-	385.323	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	7	2.265.495	-	2.265.495	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	93.735	-	93.735	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	9	3.548.847	58.983	3.489.864	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	10	3.097.422	-	3.097.422	2.692.911
Crédito a clientes	11	27.945.311	965.662	26.979.649	28.372.027
Derivados de cobertura	12	284.850	-	284.850	167.302
Activos não correntes detidos para venda	13	300.905	94.065	206.840	141.163
Outros activos tangíveis	14	840.372	504.288	336.084	365.415
Activos intangíveis	14	346.605	280.763	65.842	74.230
Investimentos em associadas	15	143.654	660	142.994	133.052
Activos por impostos correntes	16	4.246	-	4.246	17.632
Activos por impostos diferidos	16	631.578	-	631.578	714.817
Outros activos	17	216.798	25.842	190.956	176.456
Total do Activo		40.457.506	1.930.263	38.527.243	40.115.314

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
Passivo			
Recursos de bancos centrais	18	5.837.242	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	7	2.048.743	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	19	1.949.574	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	20	21.497.174	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	21	3.953.519	7.393.865
Derivados de cobertura	12	455.911	282.889
Provisões	22	72.271	75.482
Passivos por impostos correntes	16	4.687	6.545
Passivos por impostos diferidos	16	75.303	66.972
Passivos subordinados	23	4.311	4.328
Outros passivos	24	303.417	289.589
Total do Passivo		36.202.152	38.151.839
Capital Próprio			
Capital	25	656.723	656.723
Prémios de emissão	25	193.390	193.390
Outros instrumentos de capital	25	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	25	(699.202)	(1.008.461)
Outras reservas e resultados transitados	25	1.421.512	1.404.582
(Acções próprias)		(42.560)	(42.400)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	26	88.068	47.121
Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		1.752.931	1.385.955
Interesses minoritários	27	572.160	577.520
Total do Capital Próprio		2.325.091	1.963.475
Total do Passivo e do Capital Próprio		38.527.243	40.115.314

O anexo faz parte do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	29	1.648.148	1.692.694
Juros e encargos similares	30	(1.106.614)	(1.149.161)
Margem financeira		541.534	543.533
Rendimentos de instrumentos de capital	31	1.698	1.278
Rendimentos de serviços e comissões	32	384.701	397.185
Encargos com serviços e comissões	33	(53.893)	(54.326)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	34	37.183	1.895
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	(2.696)	(77.237)
Resultados de reavaliação cambial	36	5.652	5.295
Resultados de alienação de outros activos	37	85.689	1.006
Outros resultados de exploração	38	(12.760)	(14.044)
Produto bancário		987.108	804.585
Custos com o pessoal	39	(257.636)	(296.634)
Gastos gerais administrativos	40	(137.496)	(146.857)
Amortizações do exercício	14	(63.873)	(63.362)
Provisões líquidas de anulações	22	(22.821)	(14.297)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(378.147)	(227.826)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(16.504)	(10.439)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(49.137)	(40.478)
Resultados de associadas	41	11.864	12.893
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		73.358	17.585
Impostos			
Correntes	16	(29.593)	(11.201)
Diferidos	16	44.303	40.684
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		88.068	47.068
Interesses minoritários	27	-	53
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	26	88.068	47.121
Acções em circulação		642.021.170	639.917.462
Resultado por acção (em Euros)		0,14	0,07

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	88.068	-	47.121	(53)
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	1.527	(5.377)	(2.749)	8.808
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	1.446	-	(361)	-
. Impacto fiscal	(420)	-	245	-
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	(35.093)	-	(213.765)	-
. Impacto fiscal	10.178	-	61.992	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	427.590	-	(426.027)	-
. Impacto fiscal	(124.000)	-	123.563	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	40.944	-	52.083	-
. Impacto fiscal	(11.874)	-	(15.104)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	398.366	(5.377)	(373.002)	8.755

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

				Reservas de reavaliação										
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de Capital	De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Acções próprias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	**620.105**	**163.703**	**135.000**	**23.245**	**(847.881)**	**(3.545)**	**239.825**	**215.832**	**828.691**	**94.177**	**(42.113)**	**399.196**	**568.792**	**2.395.027**
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	(416)	27.801	68.419	132.307	-	(228.111)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(171.085)	-	(171.085)
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	179	-	-	(30.213)	-	-	-	(28)	(30.062)
Fusão por incorporação da Totta IFIC	36.618	29.687	-	-	-	-	-	-	67.611	-	-	-	-	133.916
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)	-	-	-	-	(47)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(287)	-	-	(287)
Outros	-	-	-	-	-	(1)	256	-	4	-	-	-	1	260
Rendimento integral consolidado do exercício de 2011	-	-	-	-	(588.070)	(2.749)	170.696	-	-	-	-	47.121	8.755	(364.247)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**23.245**	**(1.435.951)**	**(6.116)**	**410.361**	**243.633**	**934.465**	**226.484**	**(42.400)**	**47.121**	**577.520**	**1.963.475**
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	229	2.229	30.069	14.594	-	(47.121)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	(1.268)	-	-	(29.346)	-	-	-	16	(30.598)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(616)	-	-	-	-	(616)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	(160)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Rendimento integral consolidado do exercício de 2012	-	-	-	-	434.887	1.527	(126.116)	-	-	-	-	88.068	(5.377)	392.989
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**23.245**	**(1.001.064)**	**(5.857)**	**284.474**	**245.862**	**934.572**	**241.078**	**(42.560)**	**88.068**	**572.160**	**2.325.091**

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.862.203	1.932.731
Pagamento de juros e comissões	(1.065.914)	(1.024.562)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(430.528)	(435.372)
Contribuições para o fundo de pensões	(12.023)	(245.000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(14.081)	(269)
Recuperação de créditos incobráveis	8.638	15.371
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	348.295	242.899
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(403.229)	447.588
Activos financeiros detidos para negociação	(257.082)	(12.084)
Créditos a clientes	981.684	3.135.205
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(32.618)	43.916
Activos não correntes detidos para venda	(108.330)	(60.074)
Outros activos	(28.209)	61.480
	152.216	3.616.031
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(723.734)	(4.862.303)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.585.956	1.742.489
Passivos financeiros detidos para negociação	385.444	350.311
Outros passivos	20.553	(238.461)
	1.268.219	(3.007.964)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.768.730	850.966
Impostos pagos	(19.588)	(33.949)
Caixa líquida das actividades operacionais	1.749.142	817.017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.698	1.278
Aquisição de activos disponíveis para venda	(435.853)	(1.038.768)
Alienação de activos disponíveis para venda	1.873.570	2.128.008
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	229.159	200.383
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(33.341)	(43.325)
Vendas de activos tangíveis	7.945	716
Caixa líquida das actividades de investimento	1.643.178	1.248.292
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	-	(171.085)
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(3.283.192)	(1.553.544)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(116.114)	(148.730)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(125)	(244)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(3.399.431)	(1.873.603)
Aumento/ (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	(7.111)	191.706
Caixa e seus equivalentes no início do período	744.799	553.091
Saída do perímetro de consolidação	-	2
Caixa e seus equivalentes no fim do período	737.688	744.799

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco", "BST" ou "Grupo") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sedeado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2012 e de 2011 encontram-se detalhados na Nota 45.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi efectuada em 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 633 balcões (659 balcões em 31 de Dezembro de 2011) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2012, o Banco adoptou a emenda à IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações", que vem exigir um maior número de divulgações relativamente às transferências de activos financeiros. A adopção desta emenda no caso do Banco não requereu divulgações adicionais.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) - "Apresentação de demonstrações financeiras" – A emenda à norma inclui algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.

- IAS 19 (Alteração) - "Benefícios dos empregados" - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade por contrapartida de capitais próprios (deixa de ser permitido o método do "corretor"); (ii) passa a ser aplicada uma taxa de juro única para cálculo do valor actual das responsabilidades e para o rendimento estimado dos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 11 – "Acordos conjuntos" - Esta norma substitui a IAS 31 – "Empreendimentos conjuntos" e a SIC 13 – "Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores". A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como "joint operation", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como "joint venture", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. Esta norma vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 12 – "Divulgações sobre participações noutras sociedades" - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades (subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas), nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 13 – "Mensuração de justo valor" – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. É aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 27 (alteração) – "Demonstrações financeiras separadas" – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas" - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IAS 28 (alteração) "Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas" - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – "Investimentos em associadas" e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – "Acordos conjuntos". É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 7 (alteração) - "Divulgações de instrumentos financeiros" - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 32 (alteração) – "Instrumentos financeiros: apresentação" - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relativos à apresentação de activos e passivos financeiros pelo líquido. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.

- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
  - IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa.
  - IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento.
  - IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar relativos ao activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

  As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (alterações) – As alterações a estas normas incluem esclarecimentos acerca da obrigação de divulgação de informação comparativa, nomeadamente eliminando a exigência de apresentação de informação comparativa para períodos anteriores ao imediatamente anterior ao período de referência. As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (alterações) – Entidades de investimento – As alterações a estas normas criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adoptadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Banco (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que o BST assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses Minoritários" (Nota 27).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – "Imparidade de activos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

O Banco decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;

- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco, na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 que estejam classificados em "morosidade de gestão" no sistema de acompanhamento do Banco;
- Responsabilidades superiores a mEuros 1.000 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.500 se classificados em VE2 e VE3, no sistema de vigilância especial do Banco;

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente o Banco inclui ainda na análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelo Grupo ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflicta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 37). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não são considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) *Como locatário*

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com a IAS 32 e a IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração", o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações para a categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados".

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 9.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Grupo considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rúbricas de “Activos e passivos financeiros ao justo valor por resultados”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
-
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) Preços (“bid prices”) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

  ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na IAS 39 a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados), são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada a qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Paternon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica "Outros activos" (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, acrescido dos custos que o Banco estima incorrer com a venda ou pelo valor de venda rápida, caso seja inferior. Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições da norma IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a IAS 37 (Nota 22).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estavam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), de transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência deste acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo deste Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

iii) do subsídio por morte;

iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o Decreto-Lei, as quais foram determinadas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades;

ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 43).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Grupo, foi registada na rubrica de resultados “Custos com o pessoal” (Notas 39 e 43).

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 43).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, (Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores da Totta IFIC foi reconhecido na rubrica "Custos com o pessoal", no montante de mEuros 1.044 (Nota 43).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuarias directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. O Conselho de Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8.

O BST regista em "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;

- Custo dos serviços correntes; e

- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões são registadas nas rubricas de "Outros activos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 24).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 98,80% e 100,9%, respectivamente (Nota 43).

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémios de antiguidade" (Nota 24).

m) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiava, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34.º do EBF, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro), de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis seja de 25% e que se aplique 29% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. Esta derrama estadual é aplicável desde o exercício de 2011.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro) as empresas que apresentem nesse exercício e nos dois anos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500 e uma taxa de 5% à diferença entre o lucro apurado e os mEuros 10.000. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável no exercício de 2012 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais nos exercícios de 2011 e 2012.

Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011 e 2012 poderão ser utilizados nos quatro e cinco períodos de tributação posteriores, respectivamente. Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
   - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
   - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
   - Passivos por provisões;
   - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
   - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
   - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos nºs 1 e 2 do artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística (Nota 1.3. k)).

n) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor nos exercícios de 2012 e 2011 está incluída na Nota 46.

o) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análise de perdas por imparidade.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

1.4. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota Introdutória, a 1 de Abril de 2011 ocorreu a fusão por incorporação da Totta IFIC no Banco. A fusão para efeitos contabilísticos foi também reportada àquela data. O Banco integrou os activos e passivos da Totta IFIC pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011. A diferença entre o valor contabilístico e o custo de aquisição foi registado nas rubricas de capital, prémios de emissão e reserva de fusão. O impacto desta fusão nos capitais próprios do Banco pode ser demonstrado como segue:

Situação líquida da Totta IFIC à data da fusão	175.019
Transferência das reservas de reavaliação	(7.606)
Outras correcções – plano de incentivos	(32)
Capitais próprios ajustados	167.381
Custo de aquisição da participação na Totta IFIC em 31 de Março de 2011	10.556
Aumento de capital do Banco	36.618
Prémio de emissão	29.687
	76.861
Reserva de fusão	90.520

Consequentemente, os custos e proveitos do Banco dos exercícios de 2012 e 2011 não são directamente comparáveis, uma vez que em 2011 existem três meses de actividade da ex-Totta IFIC que não se encontram reflectidos nas rubricas de custos e proveitos.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rendibilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. De referir que o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto comportamento futuro das referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da rubrica “Reserva de justo valor” para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de activos:

Decorre da actividade de Gestão de Fundos de Investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2012					
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	77.148	307.299	166.108	-	(9.021)	541.534
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.698	1.698
Margem Financeira Alargada	**77.148**	**307.299**	**166.108**	**-**	**(7.323)**	**543.232**
Comissões líquidas	55.052	252.197	23.186	5.847	(5.474)	330.808
Outros resultados da actividade bancária	-	2.785	-	12	(15.557)	(12.760)
Margem Comercial	**132.200**	**562.281**	**189.294**	**5.859**	**(28.354)**	**861.280**
Resultado de operações financeiras	12.786	(355)	(372)	-	113.769	125.828
Produto Bancário	**144.986**	**561.926**	**188.922**	**5.859**	**85.415**	**987.108**
Custos de transformação	(18.649)	(329.346)	(42.190)	(4.947)	-	(395.132)
Amortizações do exercício	(2.943)	(56.947)	(3.735)	(248)	-	(63.873)
Margem de Exploração	**123.394**	**175.633**	**142.997**	**664**	**85.415**	**528.103**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(23.632)	(265.638)	(91.083)	(1.353)	(84.903)	(466.609)
Resultados de associadas	-	-	10.808	-	1.056	11.864
Resultado antes de Impostos	**99.762**	**(90.005)**	**62.722**	**(689)**	**1.568**	**73.358**
Impostos	(28.931)	26.401	(15.054)	200	32.094	14.710
Resultado líquido do exercício	**70.831**	**(63.604)**	**47.668**	**(489)**	**33.662**	**88.068**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2012, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	15.788.523	-	-	-	15.788.523
Crédito ao consumo	-	1.433.532	-	-	-	1.433.532
Outros créditos	2.024.753	3.309.047	4.423.794	-	-	9.757.594
Total de activos afectos	2.024.753	20.531.102	4.423.794	-	-	26.979.649
Activos não afectos						11.547.594
Total do Activo						38.527.243
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	415.014	18.193.057	2.889.103	-	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.878	328.165	-	3.271.476	3.953.519
	415.014	18.546.935	3.217.268	-	3.271.476	25.450.693
Garantias e avales (Nota 28)	206.332	189.279	824.119	-	-	1.219.730
Fundos de Investimento	-	1.261.600	641.874	813.723	-	2.717.197

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	2011					
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	42.146	418.179	122.785	-	(39.577)	543.533
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.278	1.278
Margem Financeira Alargada	**42.146**	**418.179**	**122.785**	**-**	**(38.299)**	**544.811**
Comissões líquidas	65.932	255.333	18.177	9.414	(5.997)	342.859
Outros resultados da actividade bancária	(6)	6.675	-	(84)	(20.629)	(14.044)
Margem Comercial	**108.072**	**680.187**	**140.962**	**9.330**	**(64.925)**	**873.626**
Resultado de operações financeiras	16.116	(1.074)	519	-	(84.602)	(69.041)
Produto Bancário	**124.188**	**679.113**	**141.481**	**9.330**	**(149.527)**	**804.585**
Custos de transformação	(20.313)	(372.780)	(45.602)	(4.796)	-	(443.491)
Amortizações do exercício	(2.748)	(56.641)	(3.613)	(360)	-	(63.362)
Margem de Exploração	**101.127**	**249.692**	**92.266**	**4.174**	**(149.527)**	**297.732**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(4.918)	(153.932)	(21.694)	(25.846)	(86.650)	(293.040)
Resultados de associadas	-	-	9.409	-	3.484	12.893
Resultado antes de Impostos	**96.209**	**95.760**	**79.981**	**(21.672)**	**(232.693)**	**17.585**
Impostos	(27.901)	(27.656)	(20.466)	6.285	99.221	29.483
Interesses minoritários	-	-	-	-	53	53
Resultado líquido do exercício	**68.308**	**68.104**	**59.515**	**(15.387)**	**(133.419)**	**47.121**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2011, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2011					
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	16.033.835	-	-	-	16.033.835
Crédito ao consumo	-	1.537.078	-	-	-	1.537.078
Outros créditos	1.674.615	3.816.266	5.310.233	-	-	10.801.114
Total de activos afectos	1.674.615	21.387.179	5.310.233	-	-	28.372.027
Activos não afectos						11.743.287
Total do Activo						40.115.314
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	576.672	16.580.506	2.686.926	-	-	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	-	467.810	387.979	-	6.538.076	7.393.865
	576.672	17.048.316	3.074.905	-	6.538.076	27.237.969
Garantias e avales (Nota 28)	336.364	198.533	953.558	-	-	1.488.455
Fundos de Investimento	-	1.448.516	580.001	778.619	-	2.807.136

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2012							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	-	-	-	-	-	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384.850	11.366	-	6.039	396	17.801	(17.328)	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.493	-	-	-	-	-	2	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.489.864	1.311.876	-	-	-	1.311.876	(1.311.876)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	3.097.194	50.001	-	465.202	311.790	826.993	(826.765)	3.097.422
Crédito a clientes	26.979.649	-	-		-	-	-	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Activos não correntes detidos para venda	206.840	-	-	-	-	-	-	206.840
Outros activos tangíveis	336.047	-	-	-	34	34	3	336.084
Activos intangíveis	65.842	-	-	-	-	-	-	65.842
Investimentos em associadas	31.710	-	111.284	-	-	111.284	-	142.994
Activos por impostos correntes	4.001	-	-	-	-	-	245	4.246
Activos por impostos diferidos	631.578	-	-	-	-	-	-	631.578
Outros activos	190.010	3	-	1.996	942	2.941	(1.995)	190.956
Total do Activo Líquido	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	-	-	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.741	-	-	-	-	-	2	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.949.574	1.013.953	-	4.227	-	1.018.180	(1.018.180)	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.323.190	-	-	171.022	-	171.022	2.962	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	-	-	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.906	-	-	-	-	-	5	455.911
Provisões	72.271	-	-	-	-	-	-	72.271
Passivos por impostos correntes	3.702	-	-	-	-	-	985	4.687
Passivos por impostos diferidos	57.911	-	-	-	-	-	17.392	75.303
Passivos subordinados	4.311	-	-	-	-	-	-	4.311
Outros passivos	302.838	-	-	3.313	191	3.504	(2.925)	303.417
Total do Passivo	36.009.205	1.013.953	-	178.562	191	1.192.706	(999.759)	36.202.152
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.404.071	359.293	111.284	21.824	14.414	506.815	(1.157.955)	1.752.931
Interesses minoritários	752	-	-	272.851	298.557	571.408	-	572.160
Total do capital próprio	2.404.823	359.293	111.284	294.675	312.971	1.078.223	(1.157.955)	2.325.091
Total do passivo e do capital próprio	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243

	2011							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	-	-	-	-	-	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.249	16.739	-	9.137	610	26.486	(25.773)	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-		-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	-	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.439.605	1.020.104	-	-	-	1.020.104	(1.020.104)	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.689.956	52.723	-	430.376	311.790	794.889	(791.934)	2.692.911
Crédito a clientes	28.372.027	-	-	-	-	-	-	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	-	167.302
Activos não correntes detidos para venda	141.163	-	-	-	-	-	-	141.163
Outros activos tangíveis	365.334	-	-	-	81	81	-	365.415
Activos intangíveis	74.230	-	-	-	-	-	-	74.230
Investimentos em associadas	(25.918)	-	158.970	-	-	158.970	-	133.052
Activos por impostos correntes	17.632	-	-	-	-	-	-	17.632
Activos por impostos diferidos	714.817	-	-	-	-	-	-	714.817
Outros activos	175.327	-	-	1.318	1.123	2.441	(1.312)	176.456
Total do Activo Líquido	39.951.466	1.089.566	158.970	440.831	313.604	2.002.971	(1.839.123)	40.115.314
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	-	-	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.246	-	-	-	-	-	53	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	3.455.964	620.352	-	2.005	-	622.357	(466.789)	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.706.992	-	-	135.306	-	135.306	1.806	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	7.393.865	-	-	-	-	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	-	282.889
Provisões	75.482	-	-	-	-	-	-	75.482
Passivos por impostos correntes	4.673	-	-	-	-	-	1.872	6.545
Passivos por impostos diferidos	64.037	-	-	-	-	-	2.935	66.972
Passivos subordinados	4.328	-	-	-	-	-	-	4.328
Outros passivos	289.116	5.514	-	2.924	242	8.680	(8.207)	289.589
Total do Passivo	37.853.826	625.866	-	140.235	242	766.343	(468.330)	38.151.839
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.096.890	463.700	158.970	22.367	14.821	659.858	(1.370.793)	1.385.955
Interesses minoritários	750	-	-	278.229	298.541	576.770	-	577.520
Total do capital próprio	2.097.640	463.700	158.970	300.596	313.362	1.236.628	(1.370.793)	1.963.475
Total do passivo e do capital próprio	39.951.466	1.089.566	158.970	440.831	313.604	2.002.971	(1.839.123)	40.115.314

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2012							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.648.133	74.042	-	24.542	-	98.584	(98.569)	1.648.148
Juros e encargos similares	(1.100.401)	(3.767)	-	(5.941)	-	(9.708)	3.495	(1.106.614)
Margem financeira	547.732	70.275	-	18.601	-	88.876	(95.074)	541.534
Rendimentos de instrumentos de capital	1.698	-	-	-	-	-	-	1.698
Rendimentos de serviços e comissões	384.701	-	-	-	-	-	-	384.701
Encargos com serviços e comissões	(53.651)	-	-	(1)	(241)	(242)	-	(53.893)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37.172	-	-	-	-	-	11	37.183
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.696)	-	-	-	-	-	-	(2.696)
Resultados de reavaliação cambial	5.639	-	-	13	-	13	-	5.652
Resultados de alienação de outros activos	85.691	-	-	-	(2)	(2)	-	85.689
Outros resultados de exploração	(12.679)	-	-	(5)	(78)	(83)	2	(12.760)
Produto bancário	993.607	70.275	-	18.608	(321)	88.562	(95.061)	987.108
Custos com o pessoal	(256.632)	(176)	-	(200)	(628)	(1.004)	-	(257.636)
Gastos gerais administrativos	(136.747)	(421)	-	(129)	(307)	(857)	108	(137.496)
Amortizações do exercício	(63.846)	-	-	-	(27)	(27)	-	(63.873)
Provisões líquidas de anulações	(22.821)	-	-	-	-	-	-	(22.821)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(378.147)	-	-	-	-	-	-	(378.147)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(16.504)	-	-	-	-	-	-	(16.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(49.137)	-	-	-	-	-	-	(49.137)
Resultados de associadas	2.296	-	9.568	-	-	9.568	-	11.864
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	72.069	69.678	9.568	18.279	(1.283)	96.242	(94.953)	73.358
Impostos correntes	(20.614)	(8.958)	-	(4)	(22)	(8.984)	5	(29.593)
Impostos diferidos	44.303	-	-	-	-	-	-	44.303
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	95.758	60.720	9.568	18.275	(1.305)	87.258	(94.948)	88.068
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	95.758	60.720	9.568	18.275	(1.305)	87.258	(94.948)	88.068

	2011							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.692.164	3.618	-	21.193	-	24.811	(24.281)	1.692.694
Juros e encargos similares	(1.140.920)	(13.283)	-	(3.879)	-	(17.162)	8.921	(1.149.161)
Margem financeira	551.244	(9.665)	-	17.314	-	7.649	(15.360)	543.533
Rendimentos de instrumentos de capital	1.278	-	-	-	-	-	-	1.278
Rendimentos de serviços e comissões	397.185	-	-	-	-	-	-	397.185
Encargos com serviços e comissões	(54.090)	-	-	(1)	(235)	(236)	-	(54.326)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.915	902	-	-	-	902	(922)	1.895
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(77.237)	118.910	-	-	-	118.910	(118.910)	(77.237)
Resultados de reavaliação cambial	5.236	-	-	44	-	44	15	5.295
Resultados de alienação de outros activos	999	-	-	-	7	7	-	1.006
Outros resultados de exploração	(13.937)	-	-	-	(103)	(103)	(4)	(14.044)
Produto bancário	812.593	110.147	-	17.357	(331)	127.173	(135.181)	804.585
Custos com o pessoal	(295.595)	(178)	-	(192)	(668)	(1.038)	(1)	(296.634)
Gastos gerais administrativos	(146.009)	(583)	-	(105)	(339)	(1.027)	179	(146.857)
Amortizações do exercício	(63.327)	-	-	-	(35)	(35)	-	(63.362)
Provisões líquidas de anulações	(14.297)	-	-	-	-	-	-	(14.297)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(227.826)	-	-	-	-	-	-	(227.826)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(10.439)	-	-	-	-	-	-	(10.439)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(40.478)	-	-	-	-	-	-	(40.478)
Resultados de associadas	3.546	-	9.347	-	-	9.347	-	12.893
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	18.168	109.386	9.347	17.060	(1.373)	134.420	(135.003)	17.585
Impostos correntes	3.342	(13.673)	-	(855)	(17)	(14.545)	2	(11.201)
Impostos diferidos	42.962	-	-	-	(7)	(7)	(2.271)	40.684
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	64.472	95.713	9.347	16.205	(1.397)	119.868	(137.272)	47.068
Interesses minoritários	53	-	-	-	-	-	-	53
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	64.525	95.713	9.347	16.205	(1.397)	119.868	(137.272)	47.121

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A.	-	-	100,00	100,00	38.501.791	45.639.291	1.212.474	746.961	(9.180)	22.289
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA [3]	-	-	24,99	24,99	1.864.889	1.507.229	229.836	159.186	44.023	36.842
TOTTA & AÇORES FINANCING [1] [5]	100,00	100,00	100,00	100,00	311.789	311.790	311.789	311.788	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	33.736	33.994	33.717	33.973	401	240
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.187	1.344	1.013	1.121	(88)	113
TOTTA IRELAND, PLC [4]	100,00	100,00	100,00	100,00	1.373.246	1.089.565	359.293	463.700	4.040	6.700
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	101.468	102.948	74.865	75.827	4.293	5.693
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. [2]	100,00	100,00	100,00	100,00	112.634	121.003	109.225	117.281	2.474	2.166
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. [3]	-	-	25,81	25,81	-	n.d.	-	n.d.	-	n.d.
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	41.656	50.308	41.633	49.732	1.331	9.582
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	-	-	100,00	100,00	26.426	25.258	22.270	22.294	11	(20.266)
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO [1] [6]	100,00	100,00	100,00	100,00	473.237	440.831	294.675	300.596	18.276	16.204
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.043	55.004	54.963	55.000	(37)	(5.307)
PARTANG, SGPS [3]	0,49	0,49	49,00	49,00	139.611	113.535	130.108	112.384	21.433	16.653
SANTANDER PENSÕES	-	-	100,00	100,00	3.685	4.064	3.607	3.862	769	1.000
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. [3]	21,50	21,50	21,50	21,50	305.005	307.856	84.595	73.375	11.256	8.745
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	215.728	238.832	(3.423)	(2.923)	(2.061)	(1.800)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.220.666	1.299.458	(20.466)	(17.616)	(8.699)	(5.633)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.021.215	1.076.745	(12.215)	(8.857)	(5.081)	(4.382)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.258.561	1.319.559	(17.739)	(12.110)	(5.684)	(6.067)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	569.976	724.957	(23.142)	709.099	(15.292)	-
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	202.335	228.332	201.123	226.181	(2.282)	(2.145)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.182.405	1.276.937	1.178.445	1.263.330	(9.982)	(9.746)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.004.670	1.068.126	1.001.819	1.059.767	(7.814)	(5.927)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.226.920	1.303.213	1.228.066	1.291.479	(13.001)	(8.257)
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) [7]	-	-	-	-	-	1.881.452	-	100.452	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) [7]	-	-	-	-	-	1.253.838	-	75.254	-	-
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	485.651	724.936	506.336	704.235	(15.108)	(4.864)
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº1) [7]	-	-	-	-	-	2.028.717	-	98.179	-	-
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº1) [7]	-	-	-	-	-	962.218	-	111.278	-	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA (3)	Bancária	Angola	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (5)	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC (4)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. (3)	Promoção imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	Gestão de fundos	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (6)	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS (3)	Gestão de participações sociais	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER PENSÕES	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. (3)	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11) (7)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12) (7)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº1) (7)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER nº1) (7)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral

(1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 27).

(2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.

(3) Valorizada por equivalência patrimonial.

(4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2012 e 2011, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 56.680 e mEuros 89.013, respectivamente.

(5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

(6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

(7) Emissões liquidadas durante o exercício de 2012.

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 44). Estas entidades estão acima indicadas como Leasetotta Ltd, Hipotottas FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	210.763	186.707
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	141.602	201.130
	352.365	387.837

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	62.074	80.789
Depósitos à ordem	490	332
Juros a receber	-	3
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	321.138	273.985
Cheques a cobrar	1.621	1.853
	385.323	356.962

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um montante de mEuros 118.600 referente a depósitos caução que se encontram cativos, conforme previsto nos “Reserve Loans Agreements” do Hipototta nº 12 e do BST SME nº 1. Estes depósitos caução foram desmobilizados em Março e Junho de 2012, respectivamente, na sequência da liquidação antecipada destas operações de titularização.

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	2.031.856	1.708.752
Títulos - Unidades de participação	233.639	287.032
	2.265.495	1.995.784
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(2.048.743)	(1.663.299)
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(16.887)	45.453

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Títulos - Unidades de Participação” refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander, com a seguinte composição:

	2012	2011
Fundos de investimento mobiliário	233.613	221.036
Fundos especiais de investimento	26	23
Fundos de investimento imobiliário	-	65.973
	233.639	287.032

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Fundos de investimento imobiliário” referia-se ao valor de mercado das unidades de participação detidas nos fundos de investimento imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest”. No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou estas unidades de participação para a rubrica “Activos financeiras disponíveis para venda” (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)
FRA's	227	-	227	109	-	109
Forwards	576	746	(170)	544	9	535
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	3.179	18.900	(15.721)	28.998	-	28.998
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.687.138	1.689.107	(1.969)	722.934	703.704	19.230
Contratos sobre cotações (equity swaps)	113.516	112.843	673	1.232	3.836	(2.604)
Opções	22.343	22.343	-	80.637	80.644	(7)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	204.877	204.804	73	874.298	875.106	(808)
	2.031.856	2.048.743	(16.887)	1.708.752	1.663.299	45.453

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta rubrica corresponde exclusivamente a Obrigações do Tesouro Português com vencimento em Setembro de 2013.

Os juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 34).

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
				Positiva	Negativa	Total (Nota 25)	(Nota 22)	
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.612.565	25.395	155.226	461	(229.662)	(229.201)	(252)	1.563.733
Outros emissores públicos nacionais	420.456	3.385	-	-	(9.442)	(9.442)	-	414.399
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	93.047	88	-	-	(27.688)	(27.688)	-	65.447
Dívida não subordinada	170.285	579	-	-	(25.481)	(25.481)	(230)	145.153
Dívida subordinada	127.294	28	-	-	(10.808)	(10.808)	(15.674)	100.840
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.573	23.111	166.351	294	(207.771)	(207.477)	-	989.558
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	234.432	-	-	670	(2.939)	(2.269)	(36.114)	196.049
Valorizados ao custo histórico	20.192	-	-	-	-	-	(5.967)	14.225
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	3.687.050	52.586	321.577	1.425	(513.791)	(512.366)	(58.983)	3.489.864

	2011							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
				Positiva	Negativa	Total (Nota 25)	(Nota 22)	
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.131.053	25.352	110.949	-	(688.358)	(688.358)	(373)	1.578.623
Outros emissores públicos nacionais	271.867	3.358	-	-	(47.029)	(47.029)	-	228.196
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	134.096	197	-	-	(22.798)	(22.798)	-	111.495
Dívida não subordinada	809.458	7.280	-	1.495	(24.924)	(23.429)	(231)	793.078
Dívida subordinada	16.759	8	-	-	(2.108)	(2.108)	-	14.659
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.638.666	47.306	99.192	523	(157.187)	(156.664)	-	1.628.500
Outros não residentes								
Outros	16.500	130	-	102	-	102	-	16.732
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	108.246	-	-	-	-	-	(57.373)	50.873
Valorizados ao custo histórico	21.648	-	-	-	-	-	(5.947)	15.701
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.016	-	-	328	-	328	-	1.344
Valorizados ao custo histórico	1.150	-	-	-	-	-	(746)	404
	5.150.459	83.631	210.141	2.448	(942.404)	(939.956)	(64.670)	4.439.605

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 321.577 e mEuros 210.141, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

	2012						2011					
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	50.676	747	-	460	-	51.883	5.617	24	-	(2)	-	5.639
. Com vencimento entre um e três anos	771.722	5.906	28.518	(28.560)	-	777.586	825.852	6.635	28.427	(244.873)	-	616.041
. Com vencimento entre três e cinco anos	114.678	1.009	-	(7.666)	-	108.021	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	17.728	126.708	(193.435)	-	626.001	790.657	18.687	82.522	(443.167)	-	448.699
Bilhetes do Tesouro - Portugal	-	-	-	-	-	-	508.440	-	-	(316)	-	508.124
Outros	489	5	-	-	(252)	242	487	6	-	-	(373)	120
	1.612.565	25.395	155.226	(229.201)	(252)	1.563.733	2.131.053	25.352	110.949	(688.358)	(373)	1.578.623
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	5.596	23	-	62	-	5.681
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	-	-	-	-	-	625.354	24.231	-	(10.774)	-	638.811
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	166.351	(207.771)	-	981.608	1.000.000	22.966	99.192	(146.412)	-	975.746
Outros	7.573	83	-	294	-	7.950	7.716	86	-	460	-	8.262
	1.007.573	23.111	166.351	(207.477)	-	989.558	1.638.666	47.306	99.192	(156.664)	-	1.628.500
	2.620.138	48.506	321.577	(436.678)	(252)	2.553.291	3.769.719	72.658	210.141	(845.022)	(373)	3.207.123

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha, no valor de mEuros 1.115.614 e mEuros 1.558.315 respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19). Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor dos títulos utilizados como colateral em operações de financiamento ascendia a mEuros 1.130.071.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Instrumentos de dívida – Outros residentes” inclui entre outros os seguintes títulos:

	2012					2011				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	92.998	88	(27.673)	-	65.413	99.111	154	(22.227)	-	77.038
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/2012	-	-	-	-	-	34.935	43	(571)	-	34.407
Outros	49	-	(15)	-	34	50	-	-	-	50
	93.047	88	(27.688)	-	65.447	134.096	197	(22.798)	-	111.495
Dívida não subordinada										
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% JAN/2012	-	-	-	-	-	77.171	2.750	(480)	-	79.441
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	235	(10.290)	-	59.945	70.000	501	(10.701)	-	59.800
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO A	32.078	30	(1.482)	-	30.626	33.967	59	170	-	34.196
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	24.300	47	(1.011)	-	23.336	24.300	63	(1.195)	-	23.168
EDIA 2010/2030	19.250	248	(11.144)	-	8.354	19.250	336	(8.627)	-	10.959
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	3	(1.202)	-	13.801	15.000	5	(1.552)	-	13.453
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25%	-	-	-	-	-	59.994	1.268	(1.713)	-	59.549
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625%	-	-	-	-	-	23.605	813	(142)	-	24.276
Papel Comercial	-	-	-	-	-	475.961	1.460	769	-	478.190
Outros	9.657	16	(352)	(230)	9.091	10.210	25	42	(231)	10.046
	170.285	579	(25.481)	(230)	145.153	809.458	7.280	(23.429)	(231)	793.078
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 2017	110.492	24	-	(15.674)	94.842	-	-	-	-	-
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(8.428)	-	5.573	14.000	2	(785)	-	13.217
Outros	2.802	3	(2.380)	-	425	2.759	6	(1.323)	-	1.442
	127.294	28	(10.808)	(15.674)	100.840	16.759	8	(2.108)	-	14.659

As operações de papel comercial contratadas no exercício de 2011 venceram-se no primeiro semestre de 2012. As emissões subscritas em 2012 passaram a ser registadas na rubrica de “Crédito a Clientes”.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Instrumentos de capital " inclui os seguintes títulos:

	2012				2011			
Descrição	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	125.910	649	-	126.559	-	-	-	-
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	(461)	-	25.918	-	-	-	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	25.014	(2.478)	-	22.536	18.356	-	-	18.356
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	15.000	-	-	15.000				
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	2.086	-	-	2.086	2.506	-	-	2.506
Banco BPI, S.A.	-	-	-	-	27.782	-	(22.031)	5.751
F.I.I. FECHADO IMORENDIMENTO II	-	-	-	-	18.663	-	-	18.663
Outros	6.628	21	(2.699)	3.950	9.905	328	(3.292)	6.941
Titulos com imparidade a 100%	33.415	-	(33.415)	-	32.050	-	(32.050)	-
	234.432	(2.269)	(36.114)	196.049	109.262	328	(57.373)	52.217
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(404)	3.345	3.749	-	(404)	3.345
Titulos com imparidade a 100%	4.281	-	(4.281)	-	5.027	-	(5.027)	-
Outros	6.158	-	(2.028)	4.130	6.812	-	(1.262)	5.550
	21.398	-	(6.713)	14.685	22.798	-	(6.693)	16.105

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, registou perdas por imparidade no mesmo montante.

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 unidades de participação do Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no valor de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2.000 e o valor remanescente através da entrega de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo detinha 11.956.434 acções do Banco BPI, SA com um custo de aquisição de mEuros 27.882. No exercício de 2011, a imparidade para estes títulos foi reforçada em mEuros 9.604. Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Banco vendeu 11.956.434 e 2.360.640 acções do Banco BPI pelos montantes de mEuros 6.318 e mEuros 2.870, respectivamente, tendo utilizado a imparidade registada para o efeito (Nota 22).

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 6.658 e mEuros 6.540, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha em carteira 25.010 unidades de participação correspondentes a 4,13% do capital do fundo naquela data.

Conforme referido na Nota 7, durante o primeiro semestre de 2012 o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário "Novimovest" e "Lusimovest" da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" para "Activos financeiros disponíveis para venda". O impacto da reclassificação destas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest (Nota 17)	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)
	====

Em Outubro de 2012 o Banco reclassificou de "Activos financeiros disponíveis para venda" para "Outros activos – Devedores diversos" o saldo relativo a direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 17).

No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 13) as 2.748.238 unidades de participação no montante de mEuros 18.663 do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário – Imorendimento II, recebida no exercício de 2011, na sequência de um acordo de regularização de dívida referente um crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2012				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.297.157	33.638	194.869	(265.195)	2.260.469
. Entre 25% e 50%	778.551	17.817	126.708	(223.703)	699.373
. Superior a 50%	36.052	252	-	(21.954)	14.350
	3.111.760	51.707	321.577	(510.852)	2.974.192
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	51.393	-	-	(2.939)	48.454
	3.163.153	51.707	321.577	(513.791)	3.022.646

	2011				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.940.006	54.486	99.192	(214.661)	2.879.023
. Entre 25% e 50%	1.051.519	9.603	28.427	(335.379)	754.170
. Superior a 50%	675.000	17.680	82.522	(392.364)	382.838
	4.666.525	81.769	210.141	(942.404)	4.016.031

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Aplicações no Banco de Portugal	900.000	1.150.000
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	46.581	57.428
Juros a receber	261	953
Operações de compra com acordo de revenda	-	368.711
Receitas com rendimento diferido	-	(150)
	46.842	426.942
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1.192.627	918.705
Outras aplicações	709.874	102.345
Aplicações a muito curto prazo	216.402	65.215
Juros a receber	31.677	29.704
	2.150.580	1.115.969
	3.097.422	2.692.911

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	4.148.746	3.325.033
Crédito em conta corrente	1.195.764	1.334.775
Créditos tomados	905.312	1.231.364
Locação financeira	455.646	526.117
Descobertos	337.700	438.299
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	137.300	184.867
Outros créditos	26.898	39.165
A particulares		
Habitação	11.745.561	9.141.345
Consumo e outros	1.798.911	1.255.346
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	124.141	82.077
Créditos tomados	42.147	91.558
Crédito em conta corrente	9.558	12.240
Locação financeira	3.276	4.239
Descobertos	2.559	5.294
Outros créditos	1.541	3.432
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	85	49
A particulares		
Habitação	377.167	397.570
Consumo e outros	39.894	22.035
	---	---
	21.352.206	18.094.805
	---	---
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos		
Papel comercial	1.451.055	40.000
	---	---

	2012	2011
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 44)		
Empresas		
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	462.375	652.910
Empréstimos		
. BST SME nº 1	-	1.327.390
. Totta Consumer nº 1	-	36.331
Crédito titulado – Papel Comercial		
. BST SME nº 1	-	615.200
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	200.164	225.469
. Hipototta nº 4	1.177.349	1.255.543
. Hipototta nº 5	997.032	1.049.819
. Hipototta nº 7	1.217.069	1.275.981
. Hipototta nº 11	-	1.736.471
. Hipototta nº 12	-	1.216.021
Crédito ao consumo		
. Totta Consumer nº 1	-	747.758
Locação Financeira		
. Leasetotta nº 1	685	1.803
	4.054.674	10.140.696
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	45.689	47.748
Há mais de 90 dias	891.127	539.251
Activos titularizados não desreconhecidos	89.771	94.737
	1.026.587	681.736
	27.884.522	28.957.237
Juros a receber		
Crédito não titulado	52.626	58.915
Crédito titulado	4.161	1.541
Activos titularizados não desreconhecidos	6.852	31.981
Despesas com encargo diferido	89.526	100.227
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(98.476)	(111.287)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	6.100	5.327
	60.789	86.704
	27.945.311	29.043.941
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(965.662)	(671.914)
	26.979.649	28.372.027

Em 2012 e 2011 foram vendidas carteiras de crédito a particulares e a empresas, que na sua maioria já tinham sido abatidas ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2012 e 2011 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 4.117 e mEuros 1, respectivamente (Nota 37).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Crédito à habitação” inclui créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco totalizando mEuros 7.675.686 e mEuros 7.567.003, respectivamente (Nota 21).

O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e o Totta Consumer nº 1 foram liquidados em Março, Maio, Junho e Agosto de 2012, respectivamente.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
Até três meses	46.934	54.267
Entre três e seis meses	97.166	97.880
Entre seis meses e um ano	247.703	176.115
Entre um ano e três anos	515.542	258.491
Mais de três anos	119.242	94.983
	---	---
	1.026.587	681.736
	=======	======

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	196.186	10.979	207.165	0,74%
Pescas	22.465	885	23.350	0,08%
Indústrias extractivas	76.740	3.341	80.081	0,29%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	377.099	12.505	389.604	1,40%
Têxteis, vestuário e couro	367.730	17.189	384.919	1,38%
Madeira e cortiça	87.374	5.657	93.031	0,33%
Papel, gráficas e editoriais	253.911	4.114	258.025	0,93%
Indústria química	139.790	1.108	140.898	0,51%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	227.827	3.158	230.985	0,83%
Metalurgia	140.131	7.236	147.367	0,53%
Máquinas e material de transporte	234.778	11.074	245.852	0,88%
Electricidade, água e gás	269.065	4.332	273.397	0,98%
Construção e obras públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	6,24%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	622.867	39.232	662.099	2,37%
Comércio de retalho	668.126	44.678	712.804	2,56%
Restaurantes e hotéis	397.555	43.092	440.647	1,58%
Transportes e comunicações	614.601	15.413	630.014	2,26%
Instituições financeiras não monetárias	449.620	4.232	453.852	1,63%
Sector público administrativo	653.341	7.028	660.369	2,37%
Outras empresas de serviços	1.495.854	86.876	1.582.730	5,68%
Crédito a particulares	16.782.550	459.107	17.241.657	61,83%
Crédito ao exterior	369.628	4.588	374.216	1,34%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	738.732	31.100	769.832	2,76%
Outros créditos	136.397	4.918	141.315	0,50%
	26.857.935	1.026.587	27.884.522	100,00%

	2011			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	246.502	6.808	253.310	0,87%
Pescas	29.425	425	29.850	0,10%
Indústrias extractivas	94.724	1.842	96.566	0,33%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	378.800	5.074	383.874	1,33%
Têxteis, vestuário e couro	442.721	8.796	451.517	1,56%
Madeira e cortiça	109.911	3.446	113.357	0,39%
Papel, gráficas e editoriais	157.400	2.890	160.290	0,55%
Indústria química	107.122	582	107.704	0,37%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	185.302	2.174	187.476	0,65%
Metalurgia	150.166	4.006	154.172	0,53%
Máquinas e material de transporte	221.242	6.774	228.016	0,79%
Electricidade, água e gás	289.613	1.665	291.278	1,01%
Construção e obras públicas	2.000.621	119.107	2.119.728	7,32%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	720.013	23.497	743.510	2,57%
Comércio de retalho	780.496	27.081	807.577	2,79%
Restaurantes e hotéis	435.822	11.809	447.631	1,55%
Transportes e comunicações	575.057	7.031	582.088	2,01%
Instituições financeiras não monetárias	265.207	12	265.219	0,92%
Sector público administrativo	858.269	3.977	862.246	2,98%
Outras empresas de serviços	1.631.742	71.580	1.703.322	5,88%
Crédito a particulares	17.648.536	363.747	18.012.283	62,20%
Crédito ao exterior	378.485	2.592	381.077	1,32%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	375.251	4.166	379.417	1,31%
Outros créditos	193.074	2.655	195.729	0,67%
	28.275.501	681.736	28.957.237	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	2012		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.254.210	9.254.210
. Com indícios de imparidade	547.969	217.601	765.570
	547.969	9.471.811	10.019.780
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.823.138	14.823.138
. Com indícios de imparidade	303.252	701.747	1.004.999
	303.252	15.524.885	15.828.137
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.048.143	1.048.143
. Com indícios de imparidade	37.458	62.869	100.327
	37.458	1.111.012	1.148.470
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	248.211	248.211
. Com indícios de imparidade	31.912	12.159	44.071
	31.912	260.370	292.281
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	412.022	412.022
. Com indícios de imparidade	105.996	77.835	183.831
	105.996	489.857	595.853
	1.026.587	26.857.935	27.884.522

	2011		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.670.386	9.670.386
. Com indícios de imparidade	302.396	409.940	712.336
	302.396	10.080.326	10.382.722
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.384.875	15.384.875
. Com indícios de imparidade	249.306	779.278	1.028.584
	249.306	16.164.153	16.413.459
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.111.840	1.111.840
. Com indícios de imparidade	31.771	88.956	120.727
	31.771	1.200.796	1.232.567
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	262.819	262.819
. Com indícios de imparidade	25.535	11.696	37.231
	25.535	274.515	300.050
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	435.914	435.914
. Com indícios de imparidade	72.728	119.797	192.525
	72.728	555.711	628.439
	681.736	28.275.501	28.957.237

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	90.407	370.277	(279.870)	63.427	253.052	(189.625)
"Equity swaps"	50.522	14.273	36.249	13.286	21.039	(7.753)
Opções AutoCallable	2.656	71.361	(68.705)	3.897	8.798	(4.901)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	141.265	-	141.265	86.692	-	86.692
	284.850	455.911	(171.061)	167.302	282.889	(115.587)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	2012								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	(170)	27.327	15.579	3.176	-	-	46.082	14.566	31.516
. Vendas		27.428	15.603	3.168	-	-	46.199	24.243	21.956
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(15.721)	1.258.038	38.379	-	-	-	1.296.417	19.393	1.277.024
. Vendas		1.273.385	38.371	-	-	-	1.311.756	1.292.770	18.986
Swaps de taxa de juro									
Outros	(1.969)	572.113	961.321	1.761.715	3.356.906	4.874.011	11.526.066	11.420.878	105.188
Swaps sobre cotações (equity swaps)	673	6.223	1.646	6.415	479.683	170.714	664.681	652.815	11.866
FRA's	227	44.800	20.000	80.000	20.000	-	164.800	164.800	-
Opções de moeda									
. Compras	-	16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400
. Vendas		16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400
Opções de taxa de juro									
. Compras	-	812	619	993	191	800.558	803.173	800.791	2.382
. Vendas		762	619	810	191	-	2.382	-	2.382
Caps	142	6.456	9.343	73.214	231.706	1.387.886	1.708.605	1.708.605	-
Floors	(69)	-	-	30.000	64.903	535.041	629.944	597.457	32.487
	(16.887)	3.251.254	1.106.370	1.959.491	4.153.580	7.768.210	18.238.905	16.696.318	1.542.587
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	83.928	32.081	1.008.950	197.190	1.110.756	270.106	2.619.083	2.585.397	33.686
. Activos financeiros disponíveis para venda	(363.798)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(68.705)	70.745	12.662	152.725	241.453	-	477.585	477.585	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	36.249	159.592	52.006	158.633	2.389.435	57.458	2.817.124	2.678.041	139.083
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	141.265	300.000	250.000	-	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-
	(171.061)	562.418	1.323.618	508.548	5.341.644	3.202.564	10.938.792	10.766.023	172.769

	2011								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	535	24.970	13.224	65.692	-	-	103.886	41.739	62.147
. Vendas		24.771	13.095	65.429	-	-	103.295	58.873	44.422
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	28.998	1.299.485	-	-	-	-	1.299.485	-	1.299.485
. Vendas		1.270.008	-	-	-	-	1.270.008	1.270.008	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	19.230	807.700	328.943	1.588.220	4.284.187	4.544.329	11.553.379	11.306.226	247.153
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.604)	171.581	205.402	246.615	2.526.267	1.782.833	4.932.698	4.924.443	8.255
FRA's	109	130.000	120.000	60.000	25.000	-	335.000	335.000	-
Opções de moeda									
. Compras	34	26.929	46.255	60.430	10.796	-	144.410	155	144.255
. Vendas		26.929	46.255	60.430	10.796	-	144.410	155	144.255
Opções sobre cotações									
. Compras	(34)	100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
. Vendas		100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	(7)	1.522	1.657	2.289	2.662	885.631	893.761	887.684	6.077
. Vendas		1.522	1.657	1.991	2.428	-	7.598	1.522	6.076
Caps	148	155.791	241.410	180.691	410.265	1.540.644	2.528.801	2.528.801	-
Floors	(956)	-	-	2.500	161.878	548.237	712.615	677.373	35.242
	45.453	3.941.408	1.036.716	2.334.287	7.434.279	9.301.674	24.048.364	22.050.997	1.997.367
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	56.347	3.200	38.550	305.230	2.218.571	435.287	3.000.838	2.993.032	7.806
. Activos financeiros disponíveis para venda	(245.972)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(4.901)	5.690	16.204	229.792	250.940	-	502.626	502.626	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(7.753)	50.856	45.809	120.943	1.398.153	526.245	2.142.006	1.969.989	172.017
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	86.692	-	-	-	1.550.000	1.050.000	2.600.000	2.600.000	-
	(115.587)	59.746	100.563	655.965	5.817.664	3.686.532	10.320.470	10.140.647	179.823

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
Imóveis de serviço próprio para venda	31.428	26.525
Unidades de participação	18.663	-
Equipamento	5.558	3.982
Outros imóveis	100	100
	---	---
	300.905	208.344
	---	---
Imparidade acumulada (Nota 22)	(94.065)	(67.181)
	---	---
	206.840	141.163
	======	======

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorendimento II por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado este activo na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”. No primeiro semestre de 2012 reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 9).

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, pode ser apresentado como segue:

	2012										
	31 de Dezembro de 2011					Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2012		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 9 e 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.639)	178.631	(111.213)	-	(38.106)	4.328	16.339	245.155	(71.078)	174.077
. Serviço próprio para venda	26.625	(10.757)	55	(507)	5.355	(5.024)	292	76	31.528	(15.413)	16.115
Equipamento	3.982	(2.785)	2.808	(1.231)	-	(1.485)	610	86	5.559	(3.574)	1.985
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(4.000)	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	208.344	(67.181)	181.494	(112.951)	24.018	(48.615)	5.230	16.501	300.905	(94.065)	206.840

	2011										
	31 de Dezembro de 2010					Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	114.013	(36.052)	132.403	(85.506)	(39)	(28.705)	2.314	13.228	177.737	(53.639)	124.098
. Serviço próprio para venda	20.788	(9.626)	90	(4.291)	10.038	(7.259)	4.823	1.305	26.625	(10.757)	15.868
Equipamento	-	-	3.019	(1.601)	-	(1.519)	310	94	3.982	(2.785)	1.197
	134.801	(45.678)	135.512	(91.398)	9.999	(37.483)	7.447	14.627	208.344	(67.181)	141.163

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012																	
							Transferências											
							De/Para activos detidos para venda (Nota 13)											
	31-12-2011				Abates e vendas				Entre activos fixos		Amortizações do exercício			Diferenças de câmbio		31-12-2012		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 22)	Reversão de Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Activos tangíveis																			
Imóveis																			
. Imóveis de serviço próprio	415.472	120.714	2.486	351	1.548	3	(6.914)	(1.602)	1.144	(164)	7.786	1.389	-	(3)	-	408.502	126.731	3.875	277.896
. Despesas em edifícios arrendados	134.230	105.217	-	912	-	1.470	(166)	(166)	(713)	163	6.429	-	-	(7)	(3)	134.256	110.170	-	24.086
. Outros imóveis	347	1	43	-	41	-	-	-	-	-	1	-	(23)	-	2	306	4	20	282
Activos tangíveis em curso																			
. Imóveis de serviço próprio	240	-	-	336	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	-	-	131	-	-	131
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	550.290	225.932	2.529	1.599	1.589	1.473	(7.080)	(1.768)	(14)	(1)	14.216	1.389	(23)	(10)	(1)	543.196	236.905	3.895	302.396
Equipamento																			
. Mobiliário e material	23.160	17.689	-	192	133	133	-	-	-	-	1.732	-	-	-	(1)	23.219	19.287	-	3.932
. Máquinas e ferramentas	3.922	3.817	-	57	13	13	-	-	-	-	52	-	-	-	(2)	3.966	3.854	-	112
. Equipamento informático	124.015	107.115	-	1.524	814	678	-	-	-	-	6.627	-	-	-	-	124.725	113.064	-	11.661
. Instalações interiores	91.268	82.545	-	2.153	1.031	1.029	(59)	(16)	14	1	2.621	-	-	1	(2)	92.346	84.120	-	8.226
. Material de transporte	18.482	11.002	-	2.070	2.841	2.629	-	-	-	-	3.597	-	-	(3)	-	17.708	11.970	-	5.738
. Equipamento de segurança	27.805	26.737	-	59	272	272	-	-	-	-	439	-	-	1	-	27.593	26.904	-	689
. Outro equipamento	5.663	3.359	-	178	41	41	-	-	-	-	692	-	-	1	(2)	5.801	4.008	-	1.793
	294.315	252.264	-	6.233	5.145	4.795	(59)	(16)	14	1	15.760	-	-	-	(7)	295.358	263.207	-	32.151
Outros activos tangíveis																			
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1.537	-	-	1.537
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1.818	281	-	1.537
	846.421	478.477	2.529	7.832	6.734	6.268	(7.139)	(1.784)	-	-	29.976	1.389	(23)	(8)	(8)	840.372	500.393	3.895	336.084
Activos intangíveis																			
Software adquirido a terceiros	317.482	243.252	-	13.933	-	-	-	-	11.576	-	33.897	-	-	-	-	342.991	277.149	-	65.842
Activos intangíveis em curso	-	-	-	11.576	-	-	-	-	(11.576)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
	321.096	246.866	-	25.509	-	-	-	-	-	-	33.897	-	-	-	-	346.605	280.763	-	65.842

	2011																		
										Transferências									
				Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates e vendas			De/Para activos detidos para venda (Nota 13)			Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio		31-12-2011			
	31-12-2010																		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Transferências entre activos fixos		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Activos tangíveis																			
Imóveis																			
. Imóveis de serviço próprio	423.263	115.791	2.486	4.076	477	1.179	-	-	-	(13.426)	(3.531)	380	7.977	-	-	415.472	120.714	2.486	292.272
. Despesas em edifícios arrendados	133.393	99.187	-	-	-	1.379	-	-	-	(549)	(549)	1	6.574	6	5	134.230	105.217	-	29.013
. Outros imóveis	1.542	295	697	-	-	1	654	40	654	(315)	(255)	(227)	1	-	-	347	1	43	303
Activos tangíveis em curso																			
. Imóveis de serviço próprio	3	-	-	-	-	392	-	-	-	-	-	(155)	-	-	-	240	-	-	240
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	558.202	215.273	3.183	4.076	477	2.951	654	40	654	(14.290)	(4.335)	(1)	14.552	6	5	550.290	225.932	2.529	321.829
Equipamento																			
. Mobiliário e material	22.908	15.617	-	107	107	380	236	237	-	-	-	-	2.201	1	1	23.160	17.689	-	5.471
. Máquinas e ferramentas	4.028	3.864	-	18	18	27	152	152	-	-	-	-	86	1	1	3.922	3.817	-	105
. Equipamento informático	119.884	99.703	-	371	351	4.829	1.029	902	-	-	-	(40)	7.963	-	-	124.015	107.115	-	16.900
. Instalações interiores	89.482	79.619	-	115	114	1.968	35	35	-	(262)	(218)	-	3.065	-	-	91.268	82.545	-	8.723
. Material de transporte	18.389	10.139	-	428	334	3.064	3.403	3.290	-	-	-	-	3.815	4	4	18.482	11.002	-	7.480
. Equipamento de segurança	27.777	26.343	-	2	2	188	162	160	-	-	-	-	552	-	-	27.805	26.737	-	1.068
. Outro equipamento	5.486	2.617	-	-	-	179	2	2	-	-	-	-	744	-	-	5.663	3.359	-	2.304
	287.954	237.902	-	1.041	926	10.635	5.019	4.778	-	(262)	(218)	(40)	18.426	6	6	294.315	252.264	-	42.051
Outros activos tangíveis																			
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.525	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
. Outros	39	39	-	-	-	-	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.845	320	-	10	-	-	39	39	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	848.001	453.495	3.183	5.127	1.403	13.586	5.712	4.857	654	(14.552)	(4.553)	(41)	32.978	12	11	846.421	478.477	2.529	365.415
Activos intangíveis																			
Software adquirido a terceiros	286.849	213.918	-	2.153	1.695	31.185	2.745	2.745	-	-	-	40	30.384	-	-	317.482	243.252	-	74.230
Activos intangíveis em curso	1.444	-	-	-	-	(1.444)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Outros	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
	291.907	217.532	-	2.153	1.695	29.741	2.745	2.745	-	-	-	40	30.384	-	-	321.096	246.866	-	74.230

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 64.273 e mEuros 72.054, respectivamente.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012		2011	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	111.284	49,00	103.470
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A	21,50	30.168	21,50	27.756
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	25,81	2.202	25,81	2.326
		143.654		133.552
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.		(660)		(500)
		142.994		133.052

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. ("BCGTA"), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária do Banco Santotta – Internacional SGPS, S.A. (Santotta) e 0,49% directamente pelo BST).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, nessa data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	3.889	17.613
. Outros	357	19
	4.246	17.632
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar de exercícios anteriores	2.789	1.501
. Outros	1.898	5.044
	4.687	6.545
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	604.209	701.127
. Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	13.690
	631.578	714.817
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	71.442	62.863
. Por créditos fiscais	3.861	4.109
	75.303	66.972

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos correntes		
. Do exercício	(23.715)	(17.777)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(11.842)	(13.303)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.482)	(1.624)
. Outros	7.446	21.503
	(29.593)	(11.201)
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	44.803	26.997
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(500)	13.687
	44.303	40.684
	14.710	29.483

Na sequência da alteração da política contabilística relativamente às responsabilidades com pensões, em 2011, o Banco registou impostos diferidos activos no montante de mEuros 61.992.

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012				
	Saldos em 31-12-2011	Capitais próprios	Resultados	Transferências e regularizações	Saldos em 31-12-2012
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	180.675	-	54.369	-	235.044
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(8.324)	-	2.569	-	(5.755)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.109)	-	248	-	(3.861)
Pensões:					
Reformas antecipadas	19.543	-	7.774	-	27.317
Pensões de reforma	34.614	-	(15.446)	-	19.168
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	6.047	-	(605)	-	5.442
Desvios actuariais	159.238	-	(15.924)	-	143.314
Prémio de antiguidade	7.471	-	400	-	7.871
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(193)	-	-
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(439)	-	156	-	(283)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.622)	-	(228)	-	(8.850)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(17.130)	-	(904)	-	(18.034)
Prejuízos fiscais reportáveis	13.690		13.679		27.369
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	77	-	(77)	-	-
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(16.978)	(11.874)	-	-	(28.852)
Activos financeiros disponíveis para venda	272.587	(124.000)	-	-	148.587
Diferimento de comissões	2.663	-	622	-	3.285
Valias fiscais não contabilísticas	(1.854)	-	39	-	(1.815)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(402)	(420)	(59)	420	(461)
Incentivos de longo prazo	3.098	-	470	-	3.568
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(2.583)	-	3.226
Outros	(2)	-	(4)	1	(5)
	647.845	(136.294)	44.303	421	556.275

	2011					
	Saldos em 31-12-2010	Fusão Totta IFIC	Capitais próprios	Resultados	Transferências e regularizações	Saldos em 31-12-2011
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais:						
Activos	143.243	7.235	387	31.634	(1.824)	180.675
Passivos relativos a menos-valias potenciais	-	-	-	(8.324)	-	(8.324)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.515)	-	-	229	177	(4.109)
Pensões:						
Reformas antecipadas	19.841	-	-	(298)	-	19.543
Pensões de reforma	44.427	-	-	(9.813)	-	34.614
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	-	-	-	6.047	-	6.047
Alteração da política contabilística relativa a pensões	97.247	-	61.992	-	(1)	159.238
Prémio de antiguidade	7.894	-	-	(423)	-	7.471
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	386	-	-	(193)	-	193
Operações de titularização:						
. Prémio/desconto em dívida emitida	(496)	-	-	57	-	(439)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(6.897)	(717)	-	(1.008)	-	(8.622)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(30.406)	-	-	13.276	-	(17.130)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	12.503	1.187	13.690
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:						
Activos financeiros disponíveis para venda	148.969		123.563	-	55	272.587
Activos fixos tangíveis e intangíveis	715	-	-	(630)	(8)	77
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	-	-	-	5.809
Diferimento de comissões	5.855	-	-	(3.192)	-	2.663
Incentivos de longo prazo	2.316	-	-	782	-	3.098
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(1.874)	-	(15.104)	-	-	(16.978)
Valias fiscais não contabilísticas	(1.892)	-	-	38	-	(1.854)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(401)	-	-	(1)	-	(402)
Outros	(416)		-	-	414	(2)
	429.805	6.518	170.838	40.684	-	647.845

Nos exercícios de 2012 e 2011, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva, é como segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de impostos		73.358		17.585
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	-28,84%	(21.154)	-113,67%	(19.989)
Insuficiência / (excesso) de estimativa do ano anterior	3,30%	2.421	-45,10%	(7.931)
Efeito na taxa efectiva do resultado de associadas	-4,69%	(3.438)	-21,26%	(3.739)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	5,13%	3.761	5,73%	1.008
Prejuízos fiscais dedutíveis (ACE's)	-0,44%	(323)	-2,78%	(489)
Dividendos não tributáveis	-0,42%	(307)	0,00%	-
Benefícios fiscais	-0,46%	(341)	-1,63%	(287)
Custos não dedutíveis	2,71%	1.987	8,13%	1.430
Contribuição especial sobre sector bancário	16,14%	11.842	75,65%	13.303
Tributação autónoma	5,07%	3.720	14,59%	2.566
Prejuízos fiscais de anos anteriores que passaram a ser recuperáveis	-0,43%	(318)	0,00%	-
Outros	-17,12%	(12.560)	-87,32%	(15.355)
Imposto sobre os lucros do exercício	-20,05%	(14.710)	-167,66%	(29.483)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2010, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2010, o Banco foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo, por um lado, ajustamentos à matéria colectável relativos à imparidade em activos não financeiros e à limitação das perdas em partes de capital e, por outro lado, correcções ao cálculo do imposto referentes à tributação autónoma sobre os bónus e prémios pagos a Administradores do Banco, bem como referentes à limitação da utilização de benefícios fiscais. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere à imparidade não dedutível para activos não financeiros.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas nos últimos exercícios, o Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Outras disponibilidades	333	353
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	3.895	2.580
IVA a recuperar	548	548
Devedores por bonificações a receber	5.939	8.345
Outros devedores	47.850	24.515
Devedores e outras aplicações - capital vencido	528	528
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanisticos Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.443	2.443
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.465	2.459
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	104.672	89.888
Rendimentos a receber	25.314	33.802
Outros rendimentos a receber - Titularização	10.767	18.523
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	2.762	2.281
TREM - Aliguer Material Circulante ACE	137	220
TREM II - Aluguer Material Circulante ACE	443	682
Despesas com encargo diferido	7.893	5.760
Responsabilidades com pensões		
Responsabilidades totais	-	(780.387)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	783.684
Operações fora de bolsa a regularizar	28	-
Operações activas a regularizar	253	1.354
Outras operações a regularizar	-	3
	216.798	198.109
Perdas por imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(2.042)	(2.042)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(22.921)	(18.456)
. Devedores e outras aplicações	(879)	(1.155)
	(25.842)	(21.653)
	190.956	176.456

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores por operações sobre futuros” (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Outros devedores” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros rendimentos a receber - Titularização" refere-se ao valor a receber de "Swap Agreements" celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica "Outros passivos – Outros encargos a pagar" (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido" inclui essencialmente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos.

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	5.837.226	4.913.227
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	16	7
	5.837.242	4.913.234

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Recursos do Banco Central Europeu – Operações de venda com acordo de recompra" corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Nas mesmas datas, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes activos:

	2012				
Activos afectos	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	1.860.000	44.021	(31.685)	1.872.336	Fevereiro 2015
Dívida Pública e créditos	740.000	17.513	(12.605)	744.908	Fevereiro 2015
	2.600.000	61.534	(44.290)	2.617.244	
Obrigações emitidas em operações de securitização	1.610.000	14.390	(1.031)	1.623.359	Janeiro 2013
Dívida Pública e créditos	1.590.000	7.162	(539)	1.596.623	Janeiro 2013
	3.200.000	21.552	(1.570)	3.219.982	
	5.800.000	83.086	(45.860)	5.837.226	

	2011				
Activos afectos	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.500.000	17.830	(5.270)	2.512.560	Março 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.400.000	27.000	(26.333)	2.400.667	Janeiro 2013
	4.900.000	44.830	(31.603)	4.913.227	

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	31.778	191.740
Juros a pagar	47	999
Outros recursos	2	2.762
Operações de venda com acordo de recompra	-	368.899
Despesas com encargos diferidos	-	(250)
	---	---
	31.837	564.150
	---	---
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.115.715	1.880.953
Depósitos	745.391	777.401
Recursos a muito curto prazo	48.976	41.168
Outros recursos	7.236	8.402
Recursos consignados	-	339.000
Juros a pagar	419	458
	---	---
	1.917.737	3.047.382
	---	---
	1.949.574	3.611.532
	========	========

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no país – Operações de venda com acordo de recompra”, tinha como activos subjacentes obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização do Banco que estavam na sua carteira.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

	2012			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	46	(9)	146.342
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	1.115.614	169	(68)	1.115.715

	2011			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	88.026	76	(39)	88.063
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.470.289	8.857	(3.220)	1.475.926
Obrigações emitidas pelo Grupo BST	316.217	858	(111)	316.964
	1.874.532	9.791	(3.370)	1.880.953

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. Estes empréstimos foram reembolsados antecipadamente durante o exercício de 2012.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos a prazo	14.431.667	12.758.347
Depósitos à ordem	4.890.448	5.034.181
Outros depósitos estruturados	1.764.839	1.668.085
Depósitos de poupança	55.081	116.103
Depósitos com pré-aviso	21.365	25.609
	21.163.400	19.602.325
Juros e custos a pagar	171.186	141.682
Cheques e ordens a pagar	117.294	99.636
Correcções de valor por operações de cobertura	45.294	461
	333.774	241.779
	21.497.174	19.844.104

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	5.880.000	5.630.000
Readquiridas	(4.003.450)	(3.580.750)
Juros a pagar	23.576	21.666
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização		
Emitidas	4.270.551	4.972.943
Readquiridas	(3.004.781)	(2.748.088)
Juros a pagar e outros custos e proveitos em diferimento	(1.597)	2.882
Obrigações de caixa		
Emitidas	660.960	740.376
Readquiridas	(33.446)	(10.691)
Juros a pagar	9.782	4.348
	3.801.595	5.032.686
Outros		
Programa EMTN	160.530	2.289.570
Readquiridas	-	(22.920)
Juros a pagar	1.123	31.661
	161.653	2.298.311
Correcção de valor por operações de cobertura	(9.729)	62.868
	3.953.519	7.393.865

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações da caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Em 2012 e 2011 o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando mais valias de mEuros 84.193 e mEuros 2.103, respectivamente (Nota 37).

Entre Maio de 2008 e Julho de 2012, o BST procedeu a oito emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	2012	2011
Crédito a clientes (Nota 11)	7.675.686	7.567.003
Juros de crédito	8.888	15.150
Comissões	(34.574)	(37.605)
Despesas com encargo diferido	14.552	18.364
	7.664.552	7.562.912
Derivados de cobertura	42.106	24.413
	7.706.658	7.587.325

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	4.423.858	(194.069)	2.470.420	-
. Emissões efectuadas	3.991.502	(250.000)	740.010	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.984)	-	(920.860)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.147.372)	-	(22.920)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.370.376	(3.591.441)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	250.000	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(79.416)	8.332	(2.129.940)	800.790
. Emissões readquiridas	-	(453.787)	-	(777.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(4.036.896)	160.530	-

O movimento ocorrido nas obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	4.972.943	(2.748.088)
Amortizações	(702.392)	68.117
Recompras:		
- Hipototta Nr. 1 - Classe A	-	(26.140)
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(241.122)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(57.548)
	-	(324.810)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.004.781)

Em 2012 a rubrica "Emissões reembolsadas" inclui o reembolso antecipado de obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN, no montante de mEuros 739.860.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções	
. Com vencimento entre um e três anos	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor	
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300
Obrigações com taxa fixa	
. Com vencimento a um ano	18.700

	160.530
	======

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2012 e 2011 é o seguinte:

	2012					
	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	31-12-2012
Provisões para contingências fiscais	16.683	263	-	-	(11.700)	5.246
Provisão para pensões e outros encargos	29.957	14.049	-	(12.160)	-	31.846
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	8.254	15.570	(8.931)	-	-	14.893
Outras provisões	20.588	7.749	(5.879)	(2.172)	-	20.286
	75.482	37.631	(14.810)	(14.332)	(11.700)	72.271

	2011						
	31-12-2010	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	31-12-2011
Provisões para contingências fiscais	32.982	-	1.169	-	(2.468)	(15.000)	16.683
Provisão para pensões e outros encargos	9.565	-	20.392	-	-	-	29.957
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	32.993	-	2.880	(27.619)	-	-	8.254
Outras provisões	28.653	3.380	31.875	(14.400)	(28.920)	-	20.588
	104.193	3.380	56.316	(42.019)	(31.388)	(15.000)	75.482

	2012					
	31-12-2011	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2012	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):						
Crédito interno	219.831	142.063	(40.966)	(1.265)	319.663	-
Crédito ao exterior	869	1.251	-	-	2.120	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	67.955	2.580	(47.793)	-	22.742	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.094	366	-	-	3.460	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):						
. Crédito interno	325.816	336.800	(29.683)	(89.582)	543.351	(8.544)
. Crédito ao exterior	10.095	8.405	(913)	(318)	17.269	(96)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	44.203	23.302	(11.151)	(1.874)	54.480	-
Outros créditos e valores a receber titulados	51	2.526	-	-	2.577	-
	671.914	517.293	(130.506)	(93.039)	965.662	(8.640)
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	64.670	17.280	(936)	(22.031)	58.983	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	160	-	-	660	-
	65.170	17.440	(936)	(22.031)	59.643	-
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	67.181	48.615	(5.230)	(16.501)	94.065	-
Activos tangíveis (Nota 14)	2.529	1.389	(23)	-	3.895	-
Outros activos (Nota 17)	21.653	9.196	(4.810)	(197)	25.842	-
	91.363	59.200	(10.063)	(16.698)	123.802	-
	828.447	593.933	(141.505)	(131.768)	1.149.107	(8.640)

	2011							
	31-12-2010	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Outros	31-12-2011	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	162.074	19.252	110.529	(67.406)	(4.618)	-	219.831	-
Crédito ao exterior	1.860	-	240	(1.231)	-	-	869	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	53.894	8.322	42.321	(36.582)	-	-	67.955	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.680	-	-	(4.586)	-	-	3.094	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):								
. Crédito interno	215.928	6.592	217.266	(13.638)	(100.332)	-	325.816	(15.180)
. Crédito ao exterior	5.277	-	6.299	(851)	(630)	-	10.095	(191)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	49.665	5.124	37.914	(46.350)	(2.150)	-	44.203	-
Outros créditos e valores a receber titulados	779	-	-	(728)	-	-	51	-
	497.157	39.290	414.569	(171.372)	(107.730)	-	671.914	(15.371)
Imparidade de outros activos financeiros:								
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	59.148	-	10.547	(108)	(4.917)	-	64.670	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	59.648	-	10.547	(108)	(4.917)	-	65.170	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	45.678	6.094	37.483	(7.431)	(14.627)	(16)	67.181	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.183	-	-	-	(654)	-	2.529	-
Outros activos (Nota 17)	11.227	-	12.486	(2.060)	-	-	21.653	-
	60.088	6.094	49.969	(9.491)	(15.281)	(16)	91.363	-
	616.893	45.384	475.085	(180.971)	(127.928)	(16)	828.447	(15.371)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a provisão para pensões e outros encargos apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Planos de reestruturação	18.111	20.271
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 45)	13.735	9.686
	---	---
	31.846	29.957
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outras provisões" inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 3.358 e mEuros 6.438, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e

- Outras provisões nos montantes de mEuros 16.928 e mEuros 14.149, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 13.601 e de mEuros 13.023, respectivamente.

23. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	36	53
	4.311	4.328

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	3.895	2.580
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	42.912	28.026
Recursos conta caução	892	994
Outros recursos	1.411	1.365
Sector público administrativo		
IVA a pagar	7.828	8.455
Retenção de impostos na fonte	24.073	17.344
Contribuições para a Segurança Social	3.873	3.886
Outros	12	9
Cobranças por conta de terceiros	161	163
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Remuneração de títulos de participação	54	54
Dividendos	191	191
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.526	1.534
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	36.178	38.249
Credores por fornecimentos de bens	1.635	1.914
Outros credores	8.398	9.151
Encargos a pagar		
Serviços bancários prestados por terceiros	27	57
Por operações realizadas por terceiros	23	3.005
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	27.140	25.762
Férias e subsidio de férias	31.559	30.846
Outras remunerações variáveis	17.592	26.336
Outros custos com o pessoal	789	859
Gastos gerais administrativos	33.828	33.308
Relativos a “Swap agrements” (Nota 17)	10.526	18.823
Outros	6.384	3.141
Responsabilidades com pensões:		
Responsabilidades totais	829.811	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(816.279)	-
Outras receitas com rendimento diferido	1.977	1.733
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	2.865	4.548
Outros	24.136	27.256
	303.417	289.589

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

25. CAPITAL PRÓPRIO

Conforme indicado na Nota Introdutória e na Nota 1.4., no dia 1 de Abril de 2011 foi registada a operação de fusão por incorporação da Totta IFIC, tendo os seus activos e passivos sido incorporados no BST. Os termos de troca foram determinados com base numa avaliação independente do capital de cada uma das entidades, realizada com referência a 31 de Maio de 2010, os quais conduziram aos seguintes valores:

	Totta IFIC	BST
Capital social (excluindo acções próprias)	34.562.675	620.052.218
Valor nominal por acção (em Euros)	5	1
Número de acções	6.912.535	620.052.218
Valor do capital próprio com base na avaliação independente (em Euros)	318.666.145	4.488.702.452
Valor por acção (em Euros)	46,10	7,24
Relação de troca		6,3680
Acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS		5.750.322
Aumento de capital do BST (em Euros)		36.618.301
Valor atribuído às acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS (em Euros)		66.304.974
Aumento dos prémios de emissão (em Euros)		29.686.673

Desta forma em 18 de Março de 2011, o capital social do BST foi aumentado em 36.618.301 Euros, correspondendo a 36.618.301 acções de valor nominal de 1 Euro cada, tendo sido realizado pela Santander Totta, SGPS, S.A. através da transmissão das 5.750.322 acções representativas do capital que detinha da Totta IFIC detidas por esta entidade e às quais foi atribuído o valor global de 66.304.974 Euros. Este valor corresponde a um prémio de emissão de 0,8107059066 Euros por acção.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida da Totta IFIC à data da fusão foi registado na reserva de fusão a qual foi determinada conforme descrito na Nota 1.4.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2012		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	125.169	0,02	125
Outros	735.180	0,11	735
	656.723.284	100,00	656.723

	2011		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	98.930	0,02	99
Outros	761.419	0,11	761
	656.723.284	100,00	656.723

Em 27 de Maio de 2011 a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 175.000.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(512.366)	(939.956)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	2.521	1.100
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	99.490	58.546
Ganhos e Perdas actuariais (Nota 43)	(589.360)	(554.267)
Ganhos e Perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.349)	(1.374)
Reservas de flutuação cambial	(5.857)	(6.116)
Reservas de reavaliações legais à data de transição para IFRS	23.245	23.245
	(983.676)	(1.418.822)

	2012	2011
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	148.587	272.587
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(622)	(210)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(28.852)	(16.978)
Impacto fiscal dos desvios actuariais	169.416	159.238
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	391	399
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(4.314)	(4.543)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	284.474	410.361
	(699.202)	(1.008.461)

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Reserva legal	245.862	243.633
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	190.849	194.447
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	74.727	70.463
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	1.737	2.296
	934.572	934.465
Resultados transitados	241.078	226.484
	1.421.512	1.404.582

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

26. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2012 e 2011, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2012		2011	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	(9.180)	(9.180)	22.289	22.289
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	401	401	240	240
Totta Ireland, Plc.(1)	60.720	60.720	95.713	95.713
Santotta - Internacional, SGPS	4.293	4.293	5.693	5.693
Partang, SGPS	21.433	10.502	16.653	8.160
Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA)	44.023	11.001	36.842	9.207
Totta Urbe	2.474	2.474	2.166	2.166
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	1.331	1.331	9.582	9.582
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	11	11	(20.266)	(20.266)
Santander Pensões	769	769	1.000	1.000
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	12.360	12.360	12.360	12.360
BST International Bank, Inc	18.276	18.276	16.204	16.204
Unicre	11.256	2.420	8.745	1.880
Totta & Açores, Inc. - Newark	(88)	(88)	113	113
Taxagest	(37)	(37)	(5.307)	(5.254)
	177.222	124.433	179.738	136.798
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.	(63.380)	(63.380)		(93.651)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	(9.430)	(9.430)		-
Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e Santander Pensões	(1.000)	(1.000)		(13.000)
Santotta - Internacional, SGPS	(8.216)	(8.216)		(4.800)
Partang, SGPS	(4.018)	(4.018)		(5.390)
Banco Caixa Geral Totta Angola	(4.411)	(4.411)		(3.879)
Unicre	(1.036)	(1.036)		(1.574)
		(91.491)		(122.294)
Ajustamentos relacionados com a fusão da Totta IFIC no BST		(93)		6.159
Anulação da valorização por equivalência pela Partang da participação no BCGTA		(6.534)		(5.094)
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 37)		84.193		2.103
Outros ajustamentos relacionados com operações de securitização		(17.176)		(9.204)
Outros		3.916		16.364
Resultado consolidado do exercício		88.068		47.121

(1) O montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, acrescido do resultado líquido do período entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2012 e 2011, o qual ascendeu a mEuros 56.680 e mEuros 89.013, respectivamente.

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2012 e 2011, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2012		2011	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Acções preferenciais BST International Bank, Inc	272.851	-	278.229	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.443)	-	(1.459)	-
Taxagest	550	-	550	(54)
Outros	202	-	200	1
	572.160	-	577.520	(53)

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e

- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

28. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.219.730	1.488.455
Créditos documentários abertos	125.913	570.363
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	122.829	121.723
Fundo de Garantia de Depósitos	84.425	70.345
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.864	4.079
Por empréstimo de títulos	478.249	-
Outros passivos eventuais	6	6
	2.036.016	2.254.971
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.502.905	4.792.257
Irrevogáveis	1.496.610	1.217.742
Contratos a prazo de depósitos	-	85.933
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.625	3.119
Outros compromissos irrevogáveis	11.235	16.141
Outros compromissos revogáveis	478.466	27.751
	6.545.933	6.197.035
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	51.506.012	55.382.093
Valores recebidos para cobrança	131.479	130.762
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	7.656.254	7.264.208
	59.293.745	62.777.063

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.918 (Nota 38). Neste exercício, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2012 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No exercício de 2012 o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual no montante de mEuros 4.906 (Nota 38).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.625 e mEuros 3.119, respectivamente.

Em 2011 foi efectuado um pagamento extraordinário ao SII no montante de mEuros 4.163 referente à contribuição, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português (Nota 38).

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	1.719	4.522
Em instituições de crédito	221	821
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	999	2.595
Em outras instituições de crédito	7.281	21.756
Em instituições de crédito no estrangeiro	49.809	59.716
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	708.390	679.304
Crédito ao exterior	18.739	21.024
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	47.200	26.026
Proveitos por comissões recebidas associadas ao custo amortizado	42.468	40.772
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	158.077	291.147
Juros de crédito vencido (Nota 47)	8.087	8.521
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação	-	2
Activos financeiros disponíveis para venda	198.167	162.624
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.267	4.206
Derivados de cobertura	302.753	255.370
Devedores e outras aplicações	16	6
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	98.656	112.519
Outros	1.299	1.763
	1.648.148	1.692.694

30. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	23.299	16.139
De emigrantes	21.462	17.695
De outros residentes	406.696	344.376
Não residentes	27.208	20.799
	478.665	399.009
Juros de outros recursos de clientes	7.225	2.305
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	52.015	46.667
Outros Bancos Centrais	-	13
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	8.448	24.557
No estrangeiro	30.425	112.408
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	86.421	115.110
EMTN	81.761	96.803
Comissões	30	1.161
Euro Commercial Paper	-	208
Juros de derivados de cobertura	261.123	234.116
Juros e comissões de outros passivos subordinados	202	316
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	246	1.862
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	100.053	114.626
	627.949	750.152
	1.106.614	1.149.161

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.075	1.072
Fundo Imorendimento II	355	-
Unicampus	87	-
PME Investimentos	88	-
Finangest	16	57
Visa	16	9
Outros	61	140
	1.698	1.278

32. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.704	15.317
Créditos documentários abertos	3.202	3.450
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	4.822	3.268
Irrevogáveis	2.369	2.200
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	71.042	67.945
Operações de crédito	53.281	56.424
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	25.475	31.517
Anuidades	14.067	14.289
Cobrança e administração de valores	13.602	13.843
Outros	9.866	9.544
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	31.899	27.657
Outras	482	490
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	93.589	101.923
Depósitos à ordem	20.361	15.789
Cheques	14.517	14.934
Cadernetas	9.381	16.498
Crédito especializado	-	721
Outras	42	1.376
	384.701	397.185

33. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.083	1.275
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	1.734	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.050	14.345
Cobrança e administração de valores	3.813	4.872
Transacções de clientes	26.065	24.557
Outros	4.736	3.297
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.378	2.912
Outras	1.209	1.862
Outras comissões pagas	825	1.206
	53.893	54.326

34. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	12.629	(5.662)
Instrumentos de dívida	-	183
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	410	(36)
. “Swaps”:		
Contratos de taxa de câmbio	(117)	213
Contratos de taxa de juro	4.244	20.687
Contratos sobre cotações	3.219	342
Outros	2.593	126
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	(329)	147
Contratos de taxa de juro	104	3
Contratos sobre cotações	474	(425)
Outros	-	(1)
. Contratos de garantia de taxa de juro	(48)	375
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.230	(12.466)
	---	---
	37.409	3.486
	---	---
Derivados de cobertura:		
“Swaps”		
. Contratos de taxa de juro	(90.993)	(131.561)
. Contratos sobre cotações	(2.568)	(26.182)
. Opções "Auto-callable"	(64.328)	2.714
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura:		
. Crédito a clientes	774	1.020
. Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	137.104
. Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.747)	(12.575)
. Responsabilidades representadas por títulos	90.199	27.889
	---	---
	(226)	(1.591)
	---	---
	37.183	1.895
	=====	====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	-	(1)	(1)	-	(57.487)	(57.487)
De outros residentes	36	(35)	1	-	-	-
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	758	-	758	-	(25.858)	(25.858)
De outros não residentes	3.097	(3.101)	(4)	-	-	-
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	2.199	-	2.199	792	(52)	740
Outros	9	(5.658)	(5.649)	6.337	(969)	5.368
	6.099	(8.795)	(2.696)	7.129	(84.366)	(77.237)

No exercício findo em 2011, esta rubrica inclui perdas realizadas na venda de obrigações do Tesouro Português e Espanhol no montante de mEuros 83.331.

36. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos na reavaliação da posição cambial	42.084	64.946
Perdas na reavaliação da posição cambial	(36.432)	(59.651)
	5.652	5.295

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 21)	84.193	2.103
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	5.535	1
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	2.855	1.064
Ganhos em activos tangíveis	832	763
Outros	2	34
	93.417	3.965
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(4.222)	(2.380)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	(1.418)	-
Perdas em activos tangíveis	(297)	(169)
Outras	(1.791)	(410)
	(7.728)	(2.959)
	85.689	1.006

Em Março de 2012 o BST realizou uma oferta de aquisição ("Tender offer") para um conjunto de obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander com um valor nominal de mEuros 311.394. Com esta operação o Banco registou ganhos no montante de mEuros 80.409.

Em Agosto de 2012 o BST voltou a adquiriu obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário com um valor nominal de mEuros 10.370. Com esta operação, o Banco registou uma mais-valia no montante de mEuros 3.172.

Em Outubro de 2012 o BST realizou uma oferta de troca ("Exchange offer") de mEuros 3.046 de obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander por obrigações hipotecárias. Com esta operação o Banco registou ganhos no montante de mEuros 612.

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	16.847	16.451
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.195	6.112
Reembolso de despesas	2.942	4.744
Rendas de locação operacional	322	331
Outros	1.534	1.580
	---	---
	26.886	29.172
	---	---
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.820)	(3.621)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 28)	(4.906)	(3.918)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(11.885)	(11.744)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.385)	(4.477)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.206)	(11.695)
Outros impostos		
Directos	(1.596)	(2.788)
Indirectos	(848)	(902)
Pagamento extraordinário no âmbito do Sistema de Indemnizações aos Investidores (Nota 28)	-	(4.071)
	---	---
	(39.646)	(43.216)
	---	---
	(12.760)	(14.044)
	====	======

39. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 45)	5.675	4.522
Empregados	187.564	185.723
Plano de acções (Nota 45)	3.104	3.788
Outras remunerações variáveis	18.424	13.206
	214.767	207.239
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	51.291	52.747
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 43)	(2.167)	591
Reformas antecipadas (Nota 43)	-	3.763
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 43)	(13.745)	-
Efeito da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social (Nota 43)	59	20.851
Outros encargos sociais obrigatórios	967	966
	36.405	78.918
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas	23	2.455
Transferências de pessoal	556	587
Plano complementar de reforma (Nota 43)	583	583
Outros	5.302	6.852
	6.464	10.477
	257.636	296.634

No exercício de 2012 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte da provisão que dispunha para este efeito (Nota 22).

O saldo da rubrica “Redução de responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços especializados	40.819	43.713
Manutenção de software e equipamento informático	33.859	33.307
Comunicações	14.288	16.040
Rendas e alugueres	11.037	11.779
Publicidade e edição de publicações	10.489	13.352
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.888	8.198
Material de consumo corrente	2.212	2.554
Outros	358	299
Deslocações, estadas e representação	5.007	5.453
Conservação e reparação	2.545	2.972
Transportes	2.393	2.499
Formação de pessoal	1.796	2.027
Seguros	819	744
Outros	3.986	3.920
	137.496	146.857

41. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Partang, SGPS, S.A.	9.568	9.345
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.420	1.880
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(124)	105
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A. (Nota 1.4.)	-	1.360
Leasetotta Nº 1 Limited	-	203
	11.864	12.893

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

42. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e a outras companhias de seguros pela comercialização dos seus produtos (Nota 17), como segue:

	2012			2011		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
Santander Totta Seguros	82.313	239	82.552	91.376	257	91.633
Liberty Seguros	-	9.699	9.699	-	9.420	9.420
Outros	-	1.338	1.338	-	870	870
	82.313	11.276	93.589	91.376	10.547	101.923

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras, de acordo com o seguinte detalhe:

	2012	2011
Santander Totta Seguros	13.712	19.558
Outros	1.006	1.309
	14.718	20.867

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2012 e no último semestre de 2011, respectivamente.

43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2012 e 2011 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2012 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011	2010	2009	2008
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	251.252	210.669	275.580	255.009	231.114
. Pensionistas	21.002	18.455	36.406	34.692	34.895
. Reformados e reformados antecipadamente	388.656	387.608	855.952	896.251	973.904
	660.910	616.732	1.167.938	1.185.952	1.239.913
- Cuidados de saúde (SAMS)	129.267	117.422	127.822	127.877	132.522
- Subsídio por morte	4.331	16.973	18.184	17.728	17.994
	794.508	751.127	1.313.944	1.331.557	1.390.429
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849	1.391.585
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(9.571)	7.117	(1.056)	64.292	1.156
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	73.518	(103.831)	-	(51.086)	(100.674)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)	(4.100)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(15.796)	339.627	103.392	61.639	306.680
	(41.179)	315.919	73.934	40.467	302.580
	32.339	212.088	73.934	(10.619)	201.906

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no exercício de 2012 justifica-se, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual prevê um limite máximo para o valor do subsídio por morte, igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. O ganho resultante da diminuição de responsabilidades como consequência desta alteração foi de mEuros 13.745 (Nota 39).

Tal como referido na Nota 1.3.k), em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei, nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	Activos	Reformados
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	2012	2011
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	4,85%	5,92%
- Inactivos	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento salarial para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
Taxa de crescimento salarial após 2014	2,35%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2013 e 2014	0,00%	1,35%
Taxa de crescimento das pensões após 2014	1,35%	1,35%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Em 2012, as taxas de desconto para os activos de 4,85% e de 4,00% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 4,5% para a totalidade da população. Em 2011 a taxa correspondente foi de 5,5%.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
. Após 2014	2,35%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%	
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%	
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano	

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2012			2011		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.341	26.997	36.813	5.451	20.811	28.379
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	177	59	81	157	25	33
Pensionistas	954	4.537	6.187	926	4.183	5.705
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	77.787	106.073	5.338	74.338	101.370
	11.804	109.380	149.154	11.872	99.357	135.487

O movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	2012	2011
Responsabilidades no início do exercício	751.127	1.313.944
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
(Ganhos)/perdas actuariais	48.135	(127.539)
Reformas antecipadas	9.862	3.763
Valores pagos	(41.005)	(76.337)
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 39)	(13.745)	-
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	(44)	-
Contribuições dos empregados	2.297	2.313
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	(435.260)
Responsabilidades da IFIC decorrentes da fusão	-	1.044
Responsabilidades no fim do exercício	794.508	751.127

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 39):

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
Rendimento esperado	(40.748)	(70.118)
Plano de benefício definido	(2.867)	(919)
Plano de contribuição definida	39	37
Plano da Sucursal de Londres	603	429
Acréscimo de responsabilidades com a IFIC	-	1.044
Outros	58	-
	(2.167)	591

Nos exercícios de 2012 e 2011, o custo dos serviços correntes reflecte a passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma a cargo do Banco é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento nos desvios actuariais em 2011 e 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	338.967
Ganhos actuariais com pensões gerados em 2011	(112.771)
Perdas financeiras com pensões geradas em 2011	301.625
Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	(14.768)
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	38.002
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 25)	551.055
Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	(2.883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	583.394

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 1.3.k), os desvios actuariais acumulados encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Os desvios actuariais com pensões em 2012 e 2011 podem ser explicados como segue:

	2012	2011
Alteração de pressupostos actuariais	60.058	(92.234)
Alteração da tabela salarial em 2012/2011 com impacto em pensões e salários	(24.152)	(15.957)
Alterações na população	1.837	1.336
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.227)	(9.700)
. Por permanência	3.636	6.720
. Por pensões de sobrevivência transferidas para a Segurança Social	2.505	-
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(1.418)	(2.936)
	37.239	(112.771)

Em 2011 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,25% para 5,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial de 1,75% para 1,35% e de 3,2% para 2,35%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2013 e 2014.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2012 e 2011 podem ser explicados como se segue:

	2012	2011
Alteração de pressupostos	13.460	(11.597)
Alterações salariais e de nível	(2.293)	(2.598)
Outros	(271)	(573)
	10.896	(14.768)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue:

	2012	2011
(Insuficiência) / excesso de financiamento (plano de benefício definido)	(9.571)	7.117
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(3.961)	(3.820)
	(13.532)	3.297

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2012 e 2011 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,46% e 1,18%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2012 e 2011.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2012	2011
Empregados no activo[1]	5.518	5.608
Pensionistas	954	926
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	5.338
	11.804	11.872

(1) Dos quais 177 e 157 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2011 e 2012 foram as seguintes:

	Activos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de Dezembro de 2010	175	5.431	5.381	912
Saídas:				
. De activos	(63)	(48)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(86)	(19)
. Outras	-	-	-	(25)
Transferências	-	(36)	36	-
Entrada de colaboradores da Totta IFIC	-	99	-	-
Entradas	45	5	7	58
Número total em 31 de Dezembro de 2011	157	5.451	5.338	926
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888
Contribuições do Banco (monetárias)	245.000
Contribuições dos empregados	2.313
Rendimento líquido do Fundo	(269.509)
Valores pagos	(76.337)
Transferência para a Segurança Social	(456.111)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244
Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo	56.544
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2012 e 2011 foram de 7,65% e -20,53%, respectivamente.

Face à evolução negativa dos mercados accionistas e de Crédito durante o exercício de 2011 e tendo em conta a exposição existente, a rentabilidade do Fundo de Pensões foi afectada negativamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	2012	2011
Instrumentos de dívida	309.217	385.693
Fundos de Investimento imobiliário	221.462	222.339
Fundos de Investimento mobiliário	150.809	139.059
Imóveis	68.826	87.215
Depósitos	33.936	125.255
Pendentes de liquidação	535	(201.469)
Instrumentos de capital	152	152
	784.937	758.244

Em 31 de Dezembro de 2011, os “Pendentes de Liquidação” incluíam valores a entregar ao Estado no montante de mEuros 201.575, referentes à transferência de parte do fundo de pensões do Banco para a Segurança Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	2012	2011
Imóveis arrendados	22.791	22.966
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	168.989	154.464
	191.780	177.430

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2012 e 2011, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 39).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estavam abrangidos por este plano 107 e 106 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	2012	2011
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,02%	5,02%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,25%	4,90%
Taxa de crescimento salarial	2,80%	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,20%	2,70%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	35.303	29.260
Cobertura – valor patrimonial do fundo	31.342	25.440
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(3.961)	(3.820)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.450
Perdas actuariais	2.551
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	762
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260
Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012	35.303

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
Rendimento líquido do fundo	2.125
Contribuição do Banco	179
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	704
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440
Rendimento líquido do fundo	2.916
Contribuição do Banco	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Os custos com o plano de benefício definido nos exercícios de 2012 e 2011 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	207	174
Custo dos juros	1.447	1.450
Rendimento esperado	(1.051)	(1.195)
	603	429

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)
Perdas actuariais com pensões em 2011	2.551
Ganhos financeiros com pensões em 2011	(930)
Variações cambiais	138
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212
Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	86
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	5.966

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	2012	2011
Instrumentos de dívida	26.649	21.763
Instrumentos de capital	4.497	3.608
Depósitos	196	69
Valor do fundo	31.342	25.440

44. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das seguintes operações de titularização (Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a ex-Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.792.480.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 626.373.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navegator ou na Tagus.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	185.579	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	11.966	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	5.273	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	202.818						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	213.818						

Hipottta nº 4 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.034.987	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	37.654	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	118.918	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.191.559					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.205.559					

Hipottta nº 5 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	900.658	A-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A-	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	1.007.658						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	1.017.658						

Hipototta nº 7 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.029.927	A-	Baa3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	BBB-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BB-	Ba3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	B	Caa1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	2.000.000	1.233.927				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.020.000	1.253.927				

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	1.040.000	254.589	AA	Abril de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		Abril de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	1.300.000	514.589			
Classe C	65.000	65.000		Abril de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.365.000	579.589			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta nº 1 Ltd vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototas e LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototas e o LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC e do Hipototta nº 7 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5 e Hipototta nº 7 e as obrigações da classe C, para o LeaseTotta No. 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer cobradas pelo BST e comissão de gestão cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F do Hipototta nº 7 e para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

Em 2010 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC, obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC e obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Em 2012 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC e obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC. Conforme referido anteriormente, o Hipototta nº 2 PLC, o Hipototta nº 3 PLC e o Hipototta nº 10 Ltd foram liquidados em Janeiro e Fevereiro de 2011. O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e o Totta Consumer nº 1 foram liquidados em Março, Maio, Junho e Agosto de 2012, respectivamente.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototas. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e os Hipototta PLC/Ltd foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos à habitação relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd e Leasetotta No.1 Limited que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções nos exercícios de 2012 e 2011 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 2 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 3 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 8 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 10 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 2 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 3 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 8 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 10 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 11)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 12)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (BST SME NO. 1)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER NO.1)	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L. - Sucursal em Portugal	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander Internacional Miami	EUA
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Chile, S.A.	Chile
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
HBF Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Alliance & Leicester	Reino Unido
Catter Allen International LTD	Reino Unido
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Santander Asset Management, SA, SGIIC	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	2012		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	8.539
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	-	5.825
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.973
Aplicações em instituições de crédito	1.825.070	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	38.179
Derivados de cobertura	247.437	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	142.994	-
Outros activos	14.553	4.018	16.186
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.835.739	-	69.014
Recursos de outras instituições de crédito	599.332	158.341	24.286
Recursos de clientes e outros empréstimos	85.938	9.545	1.818.110
Responsabilidades representadas por títulos	165.547	-	298.674
Derivados de cobertura	453.444	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.311
Outros passivos	10.663	-	2.840
Custos:			
Juros e encargos similares	348.656	958	90.756
Encargos com serviços e comissões	880	-	3.081
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.204.438	-	102.309
Gastos gerais administrativos	-	-	36.922
Imparidade em Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	160	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	386.852	5	8.037
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.559.475	-	80.279
Resultados de reavaliação cambial	360	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	275	-	85.648
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.864	-
Outros resultados de exploração	-	-	199
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	-	523.224
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	784	561.030
Compromissos assumidos por terceiros	-	-	301.417
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	881	1.073.094
Responsabilidades por prestação de serviços	2.812.706	34.592	8.079.659

	2011		
	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.444	-	18.537
Activos financeiros detidos para negociação	297.417	-	5.948
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.668
Aplicações em instituições de crédito	1.011.381	-	371.170
Crédito a clientes	-	-	32.502
Derivados de cobertura	136.090	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	133.052	-
Outros activos	21.016	5.395	23.014
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.410	-	68.602
Recursos de outras instituições de crédito	668.304	103.227	391.231
Recursos de clientes e outros empréstimos	108.163	11.004	711.466
Responsabilidades representadas por títulos	699.812	-	1.658.447
Derivados de cobertura	277.632	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.328
Outros passivos	18.430	-	1.547
Custos:			
Juros e encargos similares	326.109	234	83.914
Encargos com serviços e comissões	1.118	-	269
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.901.332	-	200.887
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75.247	-	-
Resultados de reavaliação cambial	2.418	-	-
Gastos gerais administrativos	-	16	35.203
Resultados de alienação de outros activos	2.817	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	1
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	321.961	26	8.494
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.281.194	-	162.403
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	715
Rendimentos de serviços e comissões	588	721	96.663
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	12.893	-
Outros resultados de exploração	-	-	176
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	475.879	-	32.935
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	1.946	389	116.684
Operações cambiais e instrumentos derivados	24.154.065	-	1.200.737
Responsabilidades por prestação de serviços	3.532.924	35.717	8.511.057

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 1.135 e mEuros 1.289, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.675 e mEuros 4.522, respectivamente (Nota 39).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 46 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de "Custos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é apresentado de seguida:

	2012	2011
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	-	168
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	87	286
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	225	366
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	15	8
	---	---
	327	828
	===	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

Ciclo	Data de finalização	Número de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. k).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinada pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 13.735 e mEuros e 9.686, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco e empresas subsidiárias em 2012, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditor Externo	892
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	732
Consultoria Fiscal	133
Outros	50

	1.807
	====

46. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovado até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação é medida só para o retorno total para o accionista.

As datas de finalização dos ciclos do plano de acções vinculados a objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88

Conforme descrito na Nota 1.3. n), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2012 e 2011, o custo total do Plano de Acções vinculado a objectivos do Grupo Santander para todos os colaboradores do Grupo abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	2012	2011
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 a exercer em Julho de 2011	-	633
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	575	1.150
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	1.473	1.473
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	1.056	532
	3.104	3.788

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	662.021	5,4419	Jul-2011	311	2008
PI12	754.339	4,5112	Jul-2012	311	2009
PI13	778.723	5,5707	Jul-2013	310	2010
Movimento em 2011:					
PI11 - Anulações [a]	(1.750)	-	-	(1)	-
PI11 - Acções disponibilizadas	(571.640)	-	Jul-2011	(321)	-
PI11 - Acções não disponibilizadas [b]	(95.001)	-	-	-	-
PI12 - Anulações [a]	(15.250)	-	-	(5)	-
PI13 - Anulações [a]	(13.870)	-	-	(4)	-
PI11 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	6.370	-	-	11	-
PI12 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	7.970	-	-	12	-
PI13 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	10.590	-	-	13	-
PI13 - Correcções [d]	3.769	-	-	1	-
PI14 - Atribuição do direito	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	747.059	4,5112	Jul-2012	318	2009
PI13	779.212	5,5707	Jul-2013	320	2010
PI14	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011
Movimento em 2012:					
PI12 - Acções disponibilizadas	(200.897)	-	Jul-2012	(320)	-
PI12 - Acções não disponibilizadas [b]	(471.823)	-	-	-	-
PI12 - Anulações [a]	(74.339)	-	-	(2)	-
PI13 - Anulações [a]	(76.339)	-	-	(2)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	702.873	5,5707	Jul-2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	Jul-2014	309	2011

Notas:

(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(b) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

(c) Corresponde aos colaboradores provenientes da Totta IFIC e integrados no BST na sequência da fusão destas entidades ocorrida no primeiro semestre de 2011.

(d) Diferença entre os valores indicados pelo Santander Espanha em Dezembro de 2010 (Estimativa) e Março de 2011 (Real).

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2012 (5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano;

- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI13	PI14
Volatilidade (*)	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	3,330%	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 62,62% para o PI13 e de 55,39% para o PI14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

47. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2012				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	321.628	63.695	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.527.449	-	21.398	(58.983)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	-	-	3.097.422
Crédito a clientes	49.565	27.895.746	-	(965.662)	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	6.221.094	31.456.398	295.856	(1.024.645)	36.948.703
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	-	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.309.464	117.294	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	-	-	4.311
	8.212.320	27.416.860	117.294	-	35.746.474

	2011				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	274.320	82.642	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.481.477	-	22.798	(64.670)	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	-	2.692.911	-	-	2.692.911
Crédito a clientes	53.136	28.990.805	-	(671.914)	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	167.302
	6.777.820	32.159.166	292.147	(736.584)	38.492.549
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	-	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.611.532	-	-	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.832.183	17.912.285	99.636	-	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.574.638	2.819.227	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.328	-	-	4.328
	8.353.009	29.260.606	99.636	-	37.713.251

No exercício de 2012 não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos “Lusimovest” e “Novimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos disponíveis para venda” (Nota 9).

No exercício de 2011 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.217.416	(3.194.239)	23.177	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18.497	-	18.497	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	318.338	(26.234)	292.104	427.590	-	427.590
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	60.028	-	60.028	-	-	-
Crédito a clientes	1.188.647	(532.224)	656.423	-	-	-
Derivados de cobertura	452.599	(568.855)	(116.256)	40.944	-	40.944
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(90.889)	(90.889)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.685	(531.025)	(487.340)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	187.022	(180.835)	6.187	-	-	-
Passivos subordinados	-	(202)	(202)	-	-	-
	5.486.232	(5.124.503)	361.729	468.534	-	468.534
Garantias prestadas	23.082	(10.595)	12.487			
Linhas de crédito	12.945	(4.975)	7.970			

	2011					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	4.104.748	(4.088.794)	15.954	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resulta	4.206	(12.466)	(8.260)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	312.449	(94.913)	217.536	-	(426.027)	(426.027)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	89.410	-	89.410	-	-	-
Crédito a clientes	1.318.659	(432.638)	886.021	-	-	-
Derivados de cobertura	700.882	(838.865)	(137.983)	52.083	-	52.083
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(183.645)	(183.645)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.281	(415.074)	(374.793)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	103.676	(286.933)	(183.257)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(316)	(316)	-	-	-
	6.674.311	(6.353.644)	320.667	52.083	(426.027)	(373.944)
Garantias prestadas	28.990	(197)	28.793			
Linhas de crédito	22.864	(2.683)	20.181			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.652 e mEuros 5.295, respectivamente (Nota 36).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.719	-	1.719	4.522	-	4.522
Disponibilidades em outras instituições de crédito	221	-	221	821	-	821
Activos financeiros disponíveis para venda	198.167	-	198.167	162.624	-	162.624
Aplicações em instituições de crédito	58.089	-	58.089	86.767	-	86.767
Crédito a clientes	982.961	(246)	982.715	1.066.794	(1.862)	1.064.932
	1.241.157	(246)	1.240.911	1.321.528	(1.862)	1.319.666
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(52.015)	(52.015)	-	(46.680)	(46.680)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(38.873)	(38.873)	-	(136.965)	(136.965)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.417	(485.890)	(477.473)	8.373	(401.314)	(392.941)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(168.212)	(168.212)	-	(213.282)	(213.282)
Passivos subordinados	-	(202)	(202)	-	(316)	(316)
	8.417	(745.192)	(736.775)	8.373	(798.557)	(790.184)
Garantias prestadas	19.906	-	19.906	18.767	-	18.767
Linhas de crédito	7.191	-	7.191	5.468	-	5.468

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	53.281	(12.050)	41.231	56.424	(14.345)	42.079
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.361	-	20.361	15.789	-	15.789

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2012 e 2011 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 8.087 e mEuros 8.521, respectivamente (Nota 29).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.100	49.546	43.085	(6.414)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.577	2.440.410	2.075.000	(363.798)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.154.198)	(3.181.058)	(45.294)	(3.226.352)	3.143.327	60.476
Responsabilidades representadas por títulos	(2.612.943)	(2.646.979)	9.729	(2.637.250)	2.727.613	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.265
	325.637	308.936	292.112	601.048	10.939.025	(171.061)

	2011					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	47.809	48.242	5.327	53.569	47.811	(5.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.714	210.141	2.328.855	2.075.000	(245.972)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.822.365)	(1.831.722)	(461)	(1.832.183)	1.811.861	2.600
Responsabilidades representadas por títulos	(4.696.585)	4.637.506	(62.868)	4.574.638	3.780.998	46.660
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.496.486	3.496.486	-	3.496.486	2.600.000	86.692
	(899.655)	8.469.226	152.139	8.621.365	10.315.670	(115.587)

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1ano	Entre 1e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	33.743	12.489	3.821	61.976	29.236	141.265

	2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1ano	Entre 1e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	18.568	5.780	(8.270)	56.938	13.676	86.692

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	774	(774)	-	1.020	(1.020)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	(111.437)	-	137.104	(137.104)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.748)	45.026	278	(12.575)	12.448	(127)
Responsabilidades representadas por títulos	90.199	(90.703)	(504)	27.889	(29.353)	(1.464)
	157.662	(157.888)	(226)	153.438	(155.029)	(1.591)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.475.179	14.685	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	49.546	26.930.103	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	6.168.805	30.779.898	36.948.703
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.426.758	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	4.311
	8.212.320	27.534.154	35.746.474

	2011		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.423.500	16.105	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	-	2.692.911	2.692.911
Crédito a clientes	53.568	28.318.459	28.372.027
Derivados de cobertura	167.302	-	167.302
	6.720.275	31.772.274	38.492.549
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.611.532	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.832.183	18.011.921	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.574.638	2.819.227	7.393.865
Derivados de cobertura	282.889	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.328	4.328
	8.353.009	29.360.242	37.713.251

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2012					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.032.082	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	1.344	2.112	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.665.652	52.586	(512.366)	321.577	(52.270)	3.475.179
Crédito a clientes	43.084	381	-	6.100	(19)	49.546
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	-	284.850
	4.032.428	54.311	1.806.678	327.677	(52.289)	6.168.805
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.048.743	-	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.936	25.186	-	45.294	-	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	2.612.943	34.036	-	(9.729)	-	2.637.250
Derivados de cobertura	-	-	455.911	-	-	455.911
	5.612.879	59.222	2.504.654	35.565	-	8.212.320

	2011					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	286.984	-	1.708.800	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	1.340	(12.421)	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	5.127.661	83.631	(939.956)	210.141	(57.977)	4.423.500
Crédito a clientes	47.809	437	-	5.327	(5)	53.568
Derivados de cobertura	-	-	167.302	-	-	167.302
	5.553.656	85.408	923.725	215.468	(57.982)	6.720.275
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.663.299	-	-	1.663.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.822.365	9.357	-	461	-	1.832.183
Responsabilidades representadas por títulos	4.454.614	57.156	-	62.868	-	4.574.638
Derivados de cobertura	-	-	282.889	-	-	282.889
	6.276.979	66.513	1.946.188	63.329	-	8.353.009

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2012			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	233.612	2.031.883	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.207.474	227.682	40.023	3.475.179
Crédito a clientes	-	49.546	-	49.546
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	3.534.821	2.593.961	40.023	6.168.805
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.070.416	-	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.637.250	-	2.637.250
Derivados de cobertura	-	455.911	-	455.911
	-	8.212.320	-	8.212.320

	2011			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	287.010	1.708.774	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	3.615.430	804.088	3.982	4.423.500
Crédito a clientes	-	53.568	-	53.568
Derivados de cobertura	-	167.302	-	167.302
	3.982.561	2.733.732	3.982	6.720.275
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.663.299	-	1.663.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.832.183	-	1.832.183
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.574.638	-	4.574.638
Derivados de cobertura	-	282.889	-	282.889
	-	8.353.009	-	8.353.009

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada, fundos de investimento imobiliário e acções.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo "Black-Scholes" para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros ("método do valor presente") actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

  Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

  A curva de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2012		31-12-2011	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,50%	0,30%	1,00%	0,30%
1 mês	0,12%	0,19%	1,10%	1,55%
3 meses	0,19%	0,25%	1,40%	1,85%
6 meses	0,32%	0,46%	1,65%	2,15%
9 meses	0,43%	0,62%	1,83%	2,25%
1 ano	0,55%	0,77%	1,98%	2,40%
3 anos	0,47%	0,48%	1,39%	0,88%
5 anos	0,76%	0,83%	1,74%	1,28%
7 anos	1,11%	1,25%	2,07%	1,69%
10 anos	1,55%	1,76%	2,38%	2,06%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.685	14.685	-
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.279.009	181.587
Crédito a clientes	26.930.103	24.481.609	(2.448.494)
	30.779.898	28.512.991	(2.266.907)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	5.837.242	4.936.307	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	1.949.574	1.986.334	(36.760)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.426.758	18.619.478	(192.720)
Responsabilidades representadas por títulos	1.316.269	1.062.612	253.657
Passivos subordinados	4.311	4.299	12
	27.534.154	26.609.030	925.124

	2011		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	387.837	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	356.962	-
Activos financeiros disponíveis para venda	16.105	16.105	-
Aplicações em instituições de crédito	2.692.911	2.889.517	196.606
Crédito a clientes	28.318.459	26.139.361	(2.179.098)
	31.772.274	29.789.782	(1.982.492)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.913.234	4.883.949	29.285
Recursos de outras instituições de crédito	3.611.532	3.534.077	77.455
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.011.921	18.070.005	(58.084)
Responsabilidades representadas por títulos	2.819.227	1.740.447	1.078.780
Passivos subordinados	4.328	4.263	65
	29.360.242	28.232.741	1.127.501

Em 31 de Dezembro de 2012, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente para a segunda e terceira emissões das obrigações hipotecárias, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço em aproximadamente mEuros 28.227 (mEuros 596.042 em 31 de Dezembro de 2011).

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.

- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi introduzido na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);

- Clientes de Retalho.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	2.265.495	1.995.784	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	93.735	80.121	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	3.489.864	3.489.864	4.439.605	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.097.422	2.692.911	2.692.911
Crédito a clientes	26.979.649	32.979.164	28.372.027	34.382.026
Derivados de cobertura	284.850	284.850	167.302	167.302
Investimentos em associadas	142.994	142.994	133.052	133.052
	37.091.697	43.091.212	38.625.601	44.635.600
Garantias prestadas (Nota 28)	1.345.643	1.345.643	2.058.818	2.058.818

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2012, inclui mEuros 1.496.610 e mEuros 4.502.905 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.217.742 e mEuros 4.792.257 em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Crédito ao consumo	1.048.143	1.111.840
Crédito à habitação	14.823.138	15.384.875
Outros créditos concedidos a particulares	412.023	435.914
Cartões de crédito de particulares	235.682	250.675
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	16.518.986	17.183.304
Crédito concedido a grandes empresas	1.540.037	1.361.928
Crédito concedido a médias empresas	3.934.174	4.684.117
Crédito concedido a pequenas empresas	582.817	652.240
Leasing	803.190	1.045.821
Factoring	942.936	1.271.079
Cartões de crédito de empresas	12.529	12.144
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1
Papel comercial	1.451.056	655.200
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	9.266.739	9.682.530
Garantias prestadas	1.254.586	19.888.260
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	27.040.311	46.754.094

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Genericamente, a classificação de rating interno do Banco pode ser descrito e classificado da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2012		2011	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	82.325	22.249	369.368	41.815
Rating 4 - 6	5.008.549	973.574	6.142.092	1.214.133
Rating 1 - 3	759.243	115.581	697.212	85.918
	5.850.117	1.111.404	7.208.672	1.341.866
Sem Rating	1.953.037	107.950	1.806.513	160.073
	7.803.154	1.219.354	9.015.185	1.501.939
Cartões de crédito de empresas	12.529	-	12.144	-
Instituições financeiras	-	35.628	1	486.885
Papel comercial	1.451.056	-	655.200	-
	9.266.739	1.254.982	9.682.530	1.988.824

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascendem a mEuros 56.185 e mEuros 37.437, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,34% e 0,22%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Vincendo	1.072.211	1.409.667
Vencido		
. Até 90 dias	46.934	54.267
. Entre 90 e 180 dias	97.166	97.880
. Mais de 180 dias	882.487	529.589
	1.026.587	681.736
	2.098.798	2.091.403
Garantias prestadas	91.057	70.558

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colaterizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2012		2011	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	368.871	963.298	982.399	2.107.478
Garantia inferior ao capital em dívida	350.710	82.764	584.012	204.475
Sem garantia	1.303.597	-	926.700	-
	2.023.178		2.493.111	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 272.476 e mEuros 215.390, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
. Unidades de participação	18.663	-
. Equipamento	5.558	3.982
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	104.672	89.888
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	40.784
	396.170	312.391
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(71.078)	(53.639)
. De unidades de participação	(4.000)	-
. De equipamento	(3.574)	(2.785)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(22.921)	(18.456)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(123.694)	(97.001)
	272.476	215.390

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo de acordo com a notação de rating da Standard & Poor`s:

	2012	2011
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	-	80.121
BB+ / BB / BB-	93.735	-
	93.735	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	7.948	1.628.499
BBB+ / BBB / BBB-	981.608	1.578.621
BB+ / BB / BB-	1.658.576	209.729
B+ / B / B-	291.757	-
Sem rating externo	339.241	954.434
	3.279.130	4.371.283
	3.372.865	4.451.404

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, estão apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 160.530.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2012							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.893	265	811	2.152	2.155	189.963	-	406.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	-	-	-	-	-	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	94.901	-	-	-	-	94.901
Activos financeiros disponíveis para venda	2	3.394	328.007	1.380.559	408.460	2.049.478	254.623	4.424.523
Aplicações em instituições de crédito	1.121.616	62.420	41.207	1.621.882	367.855	88.395	-	3.303.375
Crédito a clientes	502.799	2.746.191	4.504.003	4.864.323	3.258.002	15.457.201	-	31.332.519
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	142.994	142.994
	4.770.978	2.812.270	4.968.929	7.868.916	4.036.472	17.785.037	397.617	42.640.219
Passivo								
Recursos de bancos centrais	800.116	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.966
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	382.424	980.845	27.004	325.569	277.780	-	-	1.993.622
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.157.636	3.934.261	4.749.942	4.967.092	1.954.508	467.408	-	22.230.847
Responsabilidades representadas por títulos	(9.730)	37.907	1.158.565	1.757.213	252.846	866.583	-	4.063.384
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.325	-	-	-	-	-	4.325
	9.835.100	4.957.338	5.935.511	12.165.724	2.485.134	1.333.991	-	36.712.798

	2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.840	508	1.535	4.076	4.081	290.803	-	487.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	-	-	-	-	-	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.784	-	-	-	-	-	-	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	4.909	94.901	-	-	-	99.810
Activos financeiros disponíveis para venda	34.652	1.095.018	239.605	1.439.120	881.861	2.317.414	132.061	6.139.731
Aplicações em instituições de crédito	1.318.976	587.418	6.965	79.838	659.418	364.647	-	3.017.262
Crédito a clientes	320.687	3.160.729	5.293.895	6.481.685	4.245.405	14.734.212	-	34.236.613
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	-	167.302
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	133.052	133.052
	4.381.203	4.843.673	5.546.909	8.099.620	5.790.765	17.707.076	265.113	46.634.359
Passivo								
Recursos de bancos centrais	-	2.517.830	-	-	2.475.600	-	-	4.993.430
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.299	-	-	-	-	-	-	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	898.441	1.767.346	52.556	196.904	700.795	95.203	-	3.711.245
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.659.027	5.445.875	4.596.317	2.387.104	2.141.908	199.668	-	20.429.899
Responsabilidades representadas por títulos	62.919	100.261	1.825.804	3.692.185	693.491	1.655.971	-	8.030.631
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	-	282.889
Passivos subordinados	-	4.350	-	-	-	-	-	4.350
	8.566.575	9.835.662	6.474.677	6.276.193	6.011.794	1.950.842	-	39.115.743

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (l*oss triggers* e s*top losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2012				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	385.323	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.031.856	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	-	3.456	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	2.880.140	551.079	58.645	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	1.717.489	1.347.731	32.202	-	3.097.422
Crédito a clientes	1.639.586	25.224.780	115.283	-	26.979.649
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	6.327.494	27.265.192	1.039.311	2.316.706	36.948.703
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.800.016	37.226	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.048.743	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.512.634	272.851	164.089	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.251.049	4.912.351	333.774	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.629.994	1.300.370	23.155	-	3.953.519
Derivados de cobertura	-	-	-	455.911	455.911
Passivos subordinados	-	4.275	36	-	4.311
	20.393.677	12.289.863	558.280	2.504.654	35.746.474

	2011				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	356.962	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	287.032	1.708.752	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	-	(11.081)	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.190.407	828.000	(578.802)	-	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.248.983	305.621	138.307	-	2.692.911
Crédito a clientes	2.141.904	26.135.221	94.902	-	28.372.027
Derivados de cobertura	-	-	-	167.302	167.302
	8.672.496	27.469.972	474.027	1.876.054	38.492.549
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.900.007	13.227	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.663.299	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	2.850.564	617.229	143.739	-	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.403.256	5.177.142	263.706	-	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	4.838.253	2.432.154	123.458	-	7.393.865
Derivados de cobertura	-	-	-	282.889	282.889
Passivos subordinados	-	4.274	-	54	4.328
	22.092.073	13.130.806	544.130	1.946.242	37.713.251

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira pode sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e

- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se a condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) para um horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2012		2011	
Activo	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.379	(759)	1.954	(1.954)
Activos financeiros disponíveis para venda	3.855	(2.472)	2.503	(2.499)
Aplicações em instituições de crédito	19.133	(11.033)	3.076	(3.077)
Crédito a clientes	202.472	(110.796)	203.667	(203.378)
	226.839	(125.060)	211.200	(210.908)
Derivados de cobertura	(36.845)	21.261	(37.970)	37.966
Passivo				
Recursos de bancos centrais	57.222	(39.964)	47.278	(47.278)
Recursos de outras instituições de crédito	21.464	(13.221)	11.853	(11.844)
Recursos de clientes e outros empréstimos	80.401	(48.644)	88.286	(84.198)
Responsabilidades representadas por títulos	10.131	(6.191)	18.692	(18.654)
	169.218	(108.020)	166.109	(161.974)

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado.

  De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	2012	2011
VaR Percentil 99%	(9)	(34)
VaR Weighted Percentil 99%	(13)	(25)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela Área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2012			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	346.048	3.736	2.581	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	357.445	12.559	15.319	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.263.593	1.871	31	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.481.916	7.948	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	2.704.835	352.396	40.191	3.097.422
Crédito a clientes	26.912.436	37.617	29.596	26.979.649
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	36.444.188	416.797	87.718	36.948.703
Passivo				
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.046.582	2.085	76	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.576.925	366.025	6.624	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.491.407	826.056	179.711	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	454.133	1.778	-	455.911
Passivos subordinados	4.311	-	-	4.311
	34.364.119	1.195.944	186.411	35.746.474

	2011			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382.103	3.631	2.103	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	320.314	23.126	13.522	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.988.164	7.472	148	1.995.784
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.429.999	9.606	-	4.439.605
Aplicações em instituições de crédito	2.295.560	378.576	18.775	2.692.911
Crédito a clientes	28.281.995	51.966	38.066	28.372.027
Derivados de cobertura	166.846	456	-	167.302
	37.945.102	474.833	72.614	38.492.549
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.655.678	7.473	148	1.663.299
Recursos de outras instituições de crédito	3.126.454	475.918	9.160	3.611.532
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.794.630	891.766	157.708	19.844.104
Responsabilidades representadas por títulos	7.393.865	-	-	7.393.865
Derivados de cobertura	282.079	810	-	282.889
Passivos subordinados	4.328	-	-	4.328
	36.170.268	1.375.967	167.016	37.713.251

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	2012	2011
VaR Percentil 99%	(11)	(16)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(9)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

48. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

A partir de Junho de 2009, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método padrão para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A carteira de cartões começou a ser tratada de acordo com o método IRB a partir de Março de 2011 e a carteira de pequenos negócios a partir de Dezembro de 2012. O risco soberano e operações manuais são tratados pelo método padrão.

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do BST nos finais de 2012 e 2011 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros

	Dez12 (*)	Dez11
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.069	2.141
Capital Elegível	943	943
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	967	976
Interesses Minoritários Elegíveis	449	475
Impactos de transição IAS (regime transitório)	28	57
Deduções aos F.P. Base	-318	-310
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	0	0
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	4	4
Passivos subordinados c/venc.determinado	0	0
Reservas de Reavaliação	24	23
Outros Elementos / Deduções F.P. Complementares	-28	-27
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	-7	-6
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.062	2.135
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	18.127	20.783
RÁCIOS	**Dez12 (*)**	**Dez11**
TIER I (A/E)	11,4%	10,3%
CORE CAPITAL	9,9%	9,1%
TIER II (B/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	11,4%	10,3%

(*) De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2012, o rácio de adequação de fundos próprios é 11,4%, o rácio Tier I é 11,4% e o Core Tier I é 9,8%.

Os rácios de solvabilidade do BST aumentaram durante o ano de 2012. Os rácios core capital e Tier I subiram de 9,1% e 10,3% em Dezembro de 2011 para, respectivamente, 9,9% e 11,4% em Dezembro de 2012. O rácio de adequação de fundos próprios atingiu, igualmente, 11,4% em Dezembro de 2012. Para esta melhoria, contribuiu a incorporação de resultados de 2012, bem como o processo de desalavancagem concretizado pelo Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	35	33	2.243	Variável	20-Mai-2011	20-Mai-2014	Cabaz de Fundos
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	2.120	1.481	103.598	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Acções FTSE Latibex Top
AutoCallable 80-20	EUR	1.611	-	1.611	-	(217)	1.394	Variável	7-Jun-2011	7-Jun-2013	Cabaz de Acções
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	(147)	2.803	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Acções
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	(58)	512	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Acções FTSE Latibex Top
EUA	EUR	74.607	-	74.607	1.688	892	77.187	Variável	30-Jun-2011	30-Jun-2014	Índice de Acções Standard & Poor's 500
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	(14)	1.906	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	Índices accionistas
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	-	(11)	7.413	Variável	8-Mar-2010	8-Mar-2013	Cabaz de acções
Europa 5 2ªserie	EUR	3.094	-	3.094	-	(3)	3.091	Variável	25-Mai-2010	25-Mai-2013	Cabaz de acções
Performance Mais	EUR	63.096	6.367	56.729	60	3.131	59.920	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	4	699	14.434	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz de índices
Rendimento Europeu	EUR	99.795	12.434	87.361	411	5.004	92.776	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	(1)	3.766	Variável	18-Jan-2010	18-Jan-2013	Cabaz de acções
ST Diversificaçao Invest 2º amortização Clientes	EUR	28.008	8.977	19.031	1.593	2.434	23.058	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2013	Taxa de câmbio EUR/USD
ST Diversificaçao Invest 3º amortização Clientes	EUR	19.817	786	19.031	-	-	19.031	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	Cabaz de índices
ST Diversificaçao Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	4.882	19.031	-	-	19.031	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	1.224	1.893	68.159	Variável	14-Fev-2011	13-Fev-2015	Cabaz de acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	1.316	1.469	60.677	Variável	9-Mar-2011	9-Mar-2015	Cabaz de acções
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	980	1.262	58.621	Variável	11-Abr-2011	2-Abr-2015	Índice FTSE China 25
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	(4)	3.641	Variável	12-Abr-2010	12-Abr-2013	Taxa de câmbio EUR/USD
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	243	319	22.095	Variável	30-Set-2010	30-Set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.994	-	9.994	108	105	10.207	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
		660.960	**33.446**	**627.514**	**9.782**	**18.267**	**655.563**				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Covered Bonds Hipotecárias 2ª Emissão	EUR	1.000.000	125.750	874.250	4.956	36.591	915.797	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Taxa Fixa
Covered Bonds Hipotecárias 3ª Emissão	EUR	1.000.000	-	1.000.000	18.583	3.826	1.022.409	2,625%	15-Abr-2010	15-Abr-2013	Taxa Fixa
Hipotecarias IV - 1ª Tr	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	4,375%	12-Jan-2011	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias IV - 2ª Tr	EUR	600.000	597.700	2.300	37	-	2.337	3,305%	21-Jan-2011	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias IV - 4ª Tr	EUR	225.000	225.000	-	-	-	-	2,610%	16-Fev-2011	12-Jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias IV - 5ª Tr	EUR	175.000	175.000	-	-	-	-	3,185%	30-Mar-2011	30-Mar-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	2,690%	23-Mai-2011	23-Mai-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias VI - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,697%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias VII - 1ª tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	2,697%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecarias VIII - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,705%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Taxa Fixa
		5.880.000	**4.003.450**	**1.876.550**	**23.576**	**40.417**	**1.940.543**				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	185.579	150.884	34.695	55	-	34.750	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	11.966	11.966	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	5.273	5.273	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-Mai-2004	12-Nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.034.987	514.752	520.235	(1.252)	-	518.983	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	37.654	37.654	-	-	-	-	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	118.918	63.595	55.323	1	-	55.324	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	900.658	245.141	655.517	(401)	-	655.116	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 7 - Classe A2 - Notes	EUR	1.029.927	1.029.927	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Euribor 3m+0,30%
Hipototta 7 - Classe B - Notes	EUR	60.000	60.000	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Euribor 3m+0,60%
Hipototta 7 - Classe C - Notes	EUR	50.000	50.000	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Euribor 3m+1,2%
Hipototta 7 - Classe D - Notes	EUR	44.000	44.000	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Euribor 3m+2,75%
Hipototta 7 - Classe E - Notes	EUR	50.000	50.000	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Euribor 3m+4,75%
Hipototta 7 - Classe F - Notes	EUR	20.000	20.000	-	-	-	-	Variável	10-Mar-2008	28-Fev-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Leasetotta - Classe A - Notes	EUR	254.589	254.589	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Euribor 3m+0,30%
Leasetotta - Classe B - Notes	EUR	260.000	260.000	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Euribor 3m+4,75%
Leasetotta - Classe C - Notes	EUR	65.000	65.000	-	-	-	-	Variável	20-Abr-2009	15-Jan-2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		4.270.551	**3.004.781**	**1.265.770**	**(1.597)**	**-**	**1.264.173**				
Outros											
EMTN's	EUR	160.530	-	160.530	1.123	(68.413)	93.240				
		160.530	**-**	**160.530**	**1.123**	**(68.413)**	**93.240**				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		**10.972.041**	**7.041.677**	**3.930.364**	**32.884**	**(9.729)**	**3.953.519**				

ANEXO II

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	154	154	-	-	2,07%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	36	-	36	4.311	2,35%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	116	116	-	-	2,35%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		288.540	284.265	4.275	306	270	36	4.311			

Relatórios e Pareceres Consolidados

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 38.527.243 mEuros e capital próprio total de 2.325.091 mEuros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST de 88.068 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do Artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

L.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2012.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2012, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2012.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2012 Valor antes de imparidade e amortizações	2012 Amortizações, provisões e imparidade	2012 Valor líquido	2011 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	352.236	-	352.236	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	333.759	-	333.759	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	6	2.332.457	-	2.332.457	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	82.009	-	82.009	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	8	5.161.136	58.359	5.102.777	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	9	4.016.336	-	4.016.336	2.773.676
Crédito a clientes	10	24.645.081	736.784	23.908.297	25.773.544
Derivados de cobertura	11	284.850	-	284.850	167.305
Activos não correntes detidos para venda	12	298.257	92.582	205.675	139.759
Outros activos tangíveis	13	798.526	492.362	306.164	335.109
Activos intangíveis	13	344.521	278.811	65.710	74.055
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	606.538	-	606.538	606.538
Activos por impostos correntes	15	2.057	-	2.057	11.691
Activos por impostos diferidos	15	675.078	-	675.078	846.479
Outros activos	16	256.831	28.983	227.848	404.570
Total do Activo		40.189.672	1.687.881	38.501.791	45.639.291

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
Passivo			
Recursos de bancos centrais	17	5.837.242	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	6	2.115.705	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	18	2.212.783	3.553.816
Recursos de clientes e outros empréstimos	19	21.395.468	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	20	2.943.089	5.419.882
Passivos financeiros associados a activos transferidos	21	843.324	7.423.128
Derivados de cobertura	11	455.912	282.917
Provisões	22	251.163	281.166
Passivos por impostos correntes	15	3.720	1.101
Passivos por impostos diferidos	15	38.875	36.370
Outros passivos subordinados	23	909.872	915.435
Outros passivos	24	282.164	303.424
Total do Passivo		37.289.317	44.892.330
Capital Próprio			
Capital	25	656.723	656.723
Prémios de emissão	25	193.390	193.390
Outros instrumentos de capital	25	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	25	(881.267)	(1.388.744)
Outras reservas e resultados transitados	25	1.118.485	1.128.821
(Acções próprias)	25	(677)	(518)
Resultado líquido do exercício		(9.180)	22.289
Total do Capital Próprio		1.212.474	746.961
Total do Passivo e do Capital Próprio		38.501.791	45.639.291

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	27	1.696.667	1.902.423
Juros e encargos similares	28	(1.255.092)	(1.525.434)
Margem financeira		441.575	376.989
Rendimentos de instrumentos de capital	29	83.767	101.293
Rendimentos de serviços e comissões	30	378.415	388.668
Encargos com serviços e comissões	31	(52.181)	(53.254)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	36.824	1.891
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(856)	(39.701)
Resultados de reavaliação cambial	33	5.639	5.236
Resultados de alienação de outros activos	33	3.158	2.495
Outros resultados de exploração	34	(16.864)	(4.499)
Produto bancário		879.477	779.118
Custos com o pessoal	35	(254.539)	(292.578)
Gastos gerais administrativos	36	(137.166)	(145.225)
Amortizações do exercício	13	(63.884)	(62.965)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	5.325	9.002
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(383.234)	(257.227)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(16.294)	(3.555)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(49.192)	(39.490)
Resultado antes de impostos		(19.507)	(12.920)
Impostos			
Correntes	15	(35.230)	1.224
Diferidos	15	45.557	33.985
Resultado líquido do exercício		(9.180)	22.289
Acções médias em circulação		642.021.170	639.917.462
Resultado por acção (em Euros)		(0,0143)	0,0348

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais
por natureza para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(9.180)	22.289
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
. Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	708.585	(915.768)
. Impacto fiscal	(205.490)	265.573
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	40.944	52.083
. Impacto fiscal	(11.874)	(15.104)
. Desvios actuariais e financeiros relativos a encargos com pensões	(35.095)	(213.766)
. Impacto fiscal	10.178	61.992
	507.248	(764.990)
Rendimento integral do exercício	498.068	(742.701)

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

				Reservas de Reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reavaliação	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Acções próprias	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (pro-forma)	**620.105**	**163.703**	**135.000**	**(879.964)**	**256.626**	**(623.338)**	**794.940**	**161.363**	**956.303**	**(230)**	**282.071**	**1.533.614**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2010	-	-	-	-	(416)	(416)	27.801	79.686	107.487	-	(107.071)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(175.000)	(175.000)
Dividendos correspondentes a acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	3.915	3.915	-	-	3.915
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(40.330)	(40.330)	-	-	(40.330)
Prejuízos fiscais decorrentes do diferimento do impacto da IAS 19	-	-	-	-	-	-	-	11.000	11.000	-	-	11.000
Fusão por incorporação da Totta IFIC	36.618	29.687	-	-	-	-	90.520	-	90.520	-	-	156.825
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(74)	-	(74)	-	-	(74)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(288)	-	(288)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	(1.077.451)	312.461	(764.990)	-	-	-	-	22.289	(742.701)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**(1.957.415)**	**568.671**	**(1.388.744)**	**913.187**	**215.634**	**1.128.821**	**(518)**	**22.289**	**746.961**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2011	-	-	-	-	229	229	2.230	19.830	22.060	-	(22.289)	-
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(31.840)	(31.840)	-	-	(31.840)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(558)	-	(558)	-	-	(558)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159)	-	(159)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	2
Rendimento integral do exercício	-	-	-	714.434	(207.186)	507.248	-	-	-	-	(9.180)	498.068
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**(1.242.981)**	**361.714**	**(881.267)**	**914.859**	**203.626**	**1.118.485**	**(677)**	**(9.180)**	**1.212.474**

O Anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.768.117	1.984.139
Pagamento de juros e comissões	(1.160.675)	(1.383.121)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(420.319)	(412.785)
Contribuições para o fundo de pensões	(12.023)	(245.000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(19.863)	(14.630)
Recuperação de créditos incobráveis	8.638	15.369
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	163.875	(56.028)
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1.242.508)	5.049.082
Activos financeiros detidos para negociação	(257.868)	(311.229)
Créditos a clientes	1.481.887	85.992
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(17.287)	48.141
Activos não correntes detidos para venda	(127.607)	(67.730)
Outros activos	119.556	26.978
	(43.827)	4.831.234
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(441.835)	(8.951.164)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.224.960	1.739.093
Passivos financeiros detidos para negociação	452.413	309.519
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(6.559.923)	2.619.326
Outros passivos	(21.260)	(186.133)
	(5.345.645)	(4.469.359)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(5.225.597)	305.847
Impostos pagos	(9.940)	(17.094)
Caixa líquida das actividades operacionais	(5.235.537)	288.753
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	83.727	101.293
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(2.188.979)	(4.592.220)
Alienação/reembolso de activos financeiros disponíveis para venda	9.565.451	5.944.562
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	349.963	346.893
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(33.249)	(43.130)
Vendas de activos tangíveis	5.794	9.393
Efeito fusão	-	(2.202)
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	(134.704)
Caixa líquida das actividades de investimento	7.782.707	1.629.885
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	-	(171.085)
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	(2.385.037)	(1.433.950)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(96.424)	(115.138)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(42.857)	(42.079)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(2.524.318)	(1.762.252)
Aumento / (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	22.852	156.386
Caixa e seus equivalentes no início do período	663.143	506.755
Caixa e seus equivalentes das empresas incorporadas	-	2
Caixa e seus equivalentes no fim do período	685.995	663.143

O Anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BST") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sedeado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2012 e de 2011 encontram-se detalhados na Nota 40.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporado por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010 o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi efectuada em 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 633 balcões (659 balcões em 31 de Dezembro de 2011) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro.

ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19.

Até Junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de Dezembro de 2011. A partir de Junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de Outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de Junho de 2008, passou a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de Dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego até 31 de Dezembro de 2012 para os restantes impactos (Nota 38).

iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

No exercício de 2012, o Banco adoptou a emenda à IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”, que vem exigir um maior número de divulgações relativamente às transferências de activos financeiros. A adopção desta emenda no caso do Banco não requereu divulgações adicionais.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) - “Apresentação de demonstrações financeiras” – A emenda à norma inclui algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.

- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade por contrapartida de capitais próprios (deixa de ser permitido o método do “corretor”): (ii) passa a ser aplicada uma taxa de juro única para calculo do valor actual das responsabilidades e para o rendimento estimado dos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores”. A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. Esta norma vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 12 – "Divulgações sobre participações noutras sociedades" - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades (subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas), nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 13 – "Mensuração de justo valor" – Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. É aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 27 (alteração) – "Demonstrações financeiras separadas" – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas" - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IAS 28 (alteração) "Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas" - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – "Investimentos em associadas" e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – "Acordos conjuntos". É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

- IFRS 7 (alteração) - "Divulgações de instrumentos financeiros" - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 32 (alteração) – "Instrumentos financeiros: apresentação" - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relativos à apresentação de activos e passivos financeiros pelo líquido. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.

- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011) – Inclui, entre outras, alterações às seguintes normas:
  - IAS 1 – Clarifica os requisitos de divulgação de informação comparativa.
  - IAS 32 – Esclarece que o efeito fiscal de uma distribuição de rendimentos aos detentores de instrumentos representativos de capital deverá ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento.

· IAS 34 – Clarifica os requisitos da divulgação intercalar relativo ao activo por segmentos de forma a existir maior consistência com os requisitos da IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (alterações) – As alterações a estas normas incluem esclarecimentos acerca da obrigação de divulgação de informação comparativa, nomeadamente eliminando a exigência de apresentação de informação comparativa para períodos anteriores ao imediatamente anterior ao período de referência. As alterações são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (alterações) – Entidades de investimento – As alterações a estas normas criam uma excepção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adoptadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras do BST relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que o mesmo opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto na IAS 21.

d) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e empréstimos titulados (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões, incluídas na taxa efectiva e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis” (Nota 34).

Crédito titularizado não desreconhecido

O BST não desreconheceu do activo os créditos à habitação titularizados nas operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004 (Nota 39), dado que reteve a maior parte dos riscos e benefícios associados à posse dos créditos. As operações de titularização realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004 foram desreconhecidas.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados em contas próprias “Crédito a clientes - Activos titularizados não desreconhecidos” (Nota 10) e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2010, na sequência da venda de parte dos instrumentos de dívida emitidos no âmbito de operações de securitização (“Notes”), o Banco transferiu parte dos riscos / benefícios associados aos créditos e desreconheceu proporcionalmente os activos titularizados não desreconhecidos anteriormente por contrapartida da rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Notas 10 e 21). Durante o exercício de 2011 e 2012 foi actualizada a proporção dos activos desreconhecidos àquelas datas.

Os créditos titularizados nas operações de securitização realizadas após 31 de Dezembro de 2010 não foram desreconhecidos do activo do Banco, encontrando-se registados na rubrica "Crédito a clientes - Activos titularizados não desreconhecidos" (Nota 10).

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) *Como locatário*

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de "Juros e encargos similares".

ii) *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
  . Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

  Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do seu valor estimado de realização. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência; e

- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e das garantias e avales, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e

- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites para efeitos de cálculo dos impostos correntes.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

Anulação de capital e juros

Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e após aprovação do seu Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração dos resultados na rubrica “Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis” (Nota 34).

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e outros - Resultado de alienação de outros activos” (Nota 33). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões. Na determinação do valor de venda fixado, não são considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

e) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado na IAS 32 e na IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como instrumentos financeiros derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade, como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração", o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações para a categoria de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados".

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 8.

iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

Correspondem a activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No momento do reconhecimento inicial, estes activos são valorizados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva ao longo do período de vida das operações.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Outros passivos subordinados” e (Notas 20 e 23).

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

vi) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente a operações de titularização de créditos (Nota 21).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

vii) Imparidade em activos financeiros

Sem prejuízo do referido na alínea d), o Banco efectua análises periódicas de imparidade dos seus activos financeiros, nomeadamente para o crédito concedido a clientes e outros valores a receber.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o BST considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) Preços (“bid prices”) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

  ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação do justo valor do elemento coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura será reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados), são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada a qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Parténon), a vida útil esperada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 16). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, acrescido dos custos que o Banco estima incorrer com a venda, ou pelo valor de venda rápida, caso seja inferior. Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Os imóveis são sujeito a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

De acordo com as disposições da norma IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a IAS 37 (Nota 22).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estavam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passassem a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), de transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência deste acordo, foi publicado o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo deste Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

iii) do subsídio por morte;

iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades;

ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 38).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base em pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados “Custos com o pessoal” (Notas 35 e 38).

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 38).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de bom risco, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores da Totta IFIC foi reconhecido na rubrica “Custos com o pessoal”, no montante de mEuros 1.044 (Nota 38).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo então efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2005, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19 estão a ser amortizados por contrapartida de resultados transitados durante o período transitório estabelecido pelo Banco de Portugal.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. O Conselho de Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8.

O BST regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;

- Custo dos serviços correntes; e

- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões são registadas nas rubricas de “Outro activos” ou “Outros passivos” (Notas 16 e 24), dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento.

Nos termos dos Avisos nº 7/2008 e nº 4/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da IAS 19 em 1 de Janeiro de 2005 (no montante de mEuros 636.659) foi reconhecido na rubrica de “Outros activos” e está a ser amortizado por contrapartida de resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e à alteração da tábua de mortalidade, cuja amortização será efectuada até 31 de Dezembro de 2014 (Nota 38).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 98,80% e 100,9%, respectivamente (Nota 38).

Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémios de antiguidade” (Nota 24).

l) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiava, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34º do EBF, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco era resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 3 de Dezembro), de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportáveis seja de 25% e que se aplique 29% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. Esta derrama estadual é aplicável desde o exercício de 2011.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentem nesse exercício e nos dois anos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500 e uma taxa de 5% à diferença entre o lucro tributável apurado e os mEuros 10.000. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável no exercício de 2012 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais no exercícios de 2011 e 2012.

Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011 e 2012 poderão ser utilizados nos quatro e cinco períodos de tributação posteriores, respectivamente. Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
   - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
   - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
   - Passivos por provisões;
   - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
   - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
   - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos nr. 1 e 2 do artigo 5º da Portaria n.º121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, a amortização das responsabilidades relativas a benefícios a empregados registadas na rubrica de "Outros activos" em 1 de Janeiro de 2005, bem como os ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística efectuada em 2011 (Nota 1.2. k)).

m) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O BST paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor em 2012 e 2011 está incluída na Nota 41.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

o) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas de "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

1.3. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota Introdutória, a 1 de Abril de 2011 ocorreu a fusão por incorporação da Totta IFIC no Banco. A fusão para efeitos contabilísticos foi também reportada àquela data. O Banco integrou os activos e passivos da Totta IFIC pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2011. A diferença entre o valor contabilístico e o custo de aquisição foi registado nas rubricas de capital, prémios de emissão e reserva de fusão. O impacto desta fusão nos capitais próprios do Banco pode ser demonstrado como segue:

Situação líquida da Totta IFIC à data da fusão	175.019
Transferência das reservas de reavaliação	(7.606)
Outras correcções – plano de incentivos	(32)
Capitais próprios ajustados	167.381
Custo de aquisição da participação na Totta IFIC em 31 de Março de 2011	10.556
Aumento de capital do Banco	36.618
Prémio de emissão	29.687
	76.861
Reserva de fusão	90.520

Consequentemente, os custos e proveitos do Banco dos exercícios de 2012 e 2011 não são directamente comparáveis, uma vez que em 2011 existem três meses de actividade da ex-Totta IFIC que não se encontram reflectidos nas rubricas de custos e proveitos.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são reforçadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.2. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da rubrica "Reserva de justo valor" para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.2. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rendibilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. De referir que o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das referidas variáveis.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

As demonstrações dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresentam o seguinte detalhe:

	2012				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	77.148	307.299	166.108	(108.980)	441.575
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	83.767	83.767
Margem financeira alargada	77.148	307.299	166.108	(25.213)	525.342
Comissões líquidas	55.052	252.253	23.185	(4.256)	326.234
Outros resultados da actividade bancária	-	11.323	44	(28.231)	(16.864)
Margem comercial	132.200	570.875	189.337	(57.700)	834.712
Resultado de operações financeiras	12.786	(355)	(372)	32.706	44.765
Produto bancário	144.986	570.520	188.965	(24.994)	879.477
Custos de transformação	(18.649)	(330.705)	(42.351)	-	(391.705)
Amortizações	(2.943)	(57.190)	(3.751)	-	(63.884)
Margem de exploração	123.394	182.625	142.863	(24.994)	423.888
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(23.633)	(265.638)	(91.081)	(63.043)	(443.395)
Resultado antes de impostos	99.761	(83.013)	51.782	(88.037)	(19.507)
Impostos	(28.931)	24.374	(15.017)	29.901	10.327
Resultado líquido do exercício	70.830	(58.639)	36.765	(58.136)	(9.180)

	2011				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	42.146	418.179	122.785	(206.121)	376.989
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	101.293	101.293
Margem financeira alargada	42.146	418.179	122.785	(104.828)	478.282
Comissões líquidas	65.932	256.211	18.177	(4.906)	335.414
Outros resultados da actividade bancária	(6)	20.314	852	(25.659)	(4.499)
Margem comercial	108.072	694.704	141.814	(135.393)	809.197
Resultado de operações financeiras	16.116	(1.074)	519	(45.640)	(30.079)
Produto bancário	124.188	693.630	142.333	(181.033)	779.118
Custos de transformação	(20.313)	(371.987)	(45.503)	-	(437.803)
Amortizações	(2.748)	(56.607)	(3.610)	-	(62.965)
Margem de exploração	101.127	265.036	93.220	(181.033)	278.350
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(4.918)	(168.566)	(22.553)	(95.233)	(291.270)
Resultado antes de impostos	96.209	96.470	70.667	(276.266)	(12.920)
Impostos	(27.901)	(27.909)	(20.499)	111.518	35.209
Resultado líquido do exercício	68.308	68.561	50.168	(164.748)	22.289

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2012				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	12.686.703	-	-	12.686.703
Crédito ao consumo	-	1.433.532	-	-	1.433.532
Outros créditos	2.034.525	3.308.391	4.445.146	-	9.788.062
Total de activos afectos	2.034.525	17.428.626	4.445.146	-	23.908.297
Activos não afectos					14.593.494
Total do activo					38.501.791
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	416.421	18.254.725	2.724.322	-	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.878	272.920	2.316.291	2.943.089
	416.421	18.608.603	2.997.242	2.316.291	24.338.557
Garantias e Avales (Nota 26)	206.332	189.279	824.515	-	1.220.126
Fundos de investimento	-	1.261.600	641.874	-	1.903.474

	2011				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	12.898.792	-	-	12.898.792
Crédito ao consumo	-	1.537.078	-	-	1.537.078
Outros créditos	1.686.060	4.305.091	5.346.523	-	11.337.674
Total de activos afectos	1.686.060	18.740.961	5.346.523	-	25.773.544
Activos não afectos					19.865.747
Total do activo					45.639.291
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	588.130	16.909.955	2.600.480	-	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	-	467.810	285.599	4.666.473	5.419.882
	588.130	17.377.765	2.886.079	4.666.473	25.518.447
Garantias e Avales (Nota 26)	336.364	198.532	954.123	-	1.489.019
Fundos de investimento	-	1.448.516	580.001	-	2.028.517

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, toda a actividade do Banco foi desenvolvida em Portugal.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	210.764	186.707
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	141.472	200.996
	352.236	387.703

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	413	229
Cheques a cobrar	62.074	80.789
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	269.651	192.569
Cheques a cobrar	1.621	1.853
	333.759	275.440

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica "Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem" incluía um montante de mEuros 118.600 referente a depósitos caução que se encontram cativos, conforme previsto nos "Reserve Loans Agreements" do Hipototta nº 12 e do BST SME nº 1. Estes depósitos caução foram desmobilizados em Março e Junho de 2012, respectivamente, na sequência da liquidação antecipada destas operações de titularização.

6. ACTIVOS /PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de activos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos - Unidades de participação	233.639	287.032
Derivados com justo valor positivo	2.098.818	1.708.753
	2.332.457	1.995.785
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(2.115.705)	(1.663.292)
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(16.887)	45.461

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander, com a seguinte composição:

	2012	2011
Fundos de investimento mobiliário	233.613	221.036
Fundos especiais de investimento	26	23
Fundos de investimento imobiliário	-	65.973
	233.639	287.032

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Fundos de investimento imobiliário" referia-se ao valor de mercado das unidades de participação detidas nos fundos de investimento imobiliário "Novimovest" e "Lusimovest". No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou estas unidades de participação para a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de derivados têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
			(Nota 11)			(Nota 11)
FRA's	227	-	227	109	-	109
Forwards	576	746	(170)	544	9	535
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	3.179	18.900	(15.721)	28.998	-	28.998
Contratos de taxa de juro	1.754.102	1.756.071	(1.969)	722.933	703.704	19.229
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	113.516	112.843	673	1.233	3.836	(2.603)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	211	211	-	39.488	39.493	(5)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	22.130	22.130	-	41.004	40.999	5
Contratos de taxa de juro	-	-	-	146	146	-
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	204.877	204.804	73	874.298	875.105	(807)
	2.098.818	2.115.705	(16.887)	1.708.753	1.663.292	45.461

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta rubrica corresponde exclusivamente a Obrigações do Tesouro Português com vencimento em Setembro de 2013.

Os juros e os resultados da valorização destas obrigações ao seu justo valor são reflectidos na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 32).

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correcção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida					(Nota 25)		(Nota 22)	
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.612.317	25.388	460	(229.651)	(229.191)	155.227	(252)	1.563.489
Outros emissores públicos nacionais	420.457	3.385	-	(9.443)	(9.443)	-	-	414.399
Outros residentes								
Outras titularizações	93.048	90	-	(27.688)	(27.688)	-	-	65.450
Dívida não subordinada	170.284	579	-	(25.481)	(25.481)	-	(231)	145.151
Dívida subordinada	127.294	28	-	(10.808)	(10.808)	-	(15.674)	100.840
Emitidos por não residentes								
Emissores públicos estrangeiros	1.007.572	23.111	293	(207.771)	(207.478)	166.351	-	989.556
Outros não residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	1.899.985	4.179	-	(290.912)	(290.912)	-	-	1.613.252
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	233.625	-	650	(2.939)	(2.289)	-	(35.489)	195.847
Valorizados ao custo histórico	20.300	-	-	-	-	-	(5.967)	14.333
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	5.586.088	56.760	1.403	(804.693)	(803.290)	321.578	(58.359)	5.102.777

	2011							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correcção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida					(Nota 25)		(Nota 22)	
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.125.185	25.321	-	(688.287)	(688.287)	110.948	(373)	1.572.794
Outros emissores públicos nacionais	271.869	3.358	-	(47.030)	(47.030)	-	-	228.197
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	5.276.283	8.386	-	(418.366)	(418.366)	-	-	4.866.303
Outras titularizações	134.097	196	-	(22.798)	(22.798)	-	-	111.495
Dívida não subordinada	809.459	7.280	1.675	(25.104)	(23.429)	-	(231)	793.079
Dívida subordinada	16.759	8	-	(2.108)	(2.108)	-	-	14.659
Emitidos por não residentes								
Emissores públicos estrangeiros	1.633.071	47.280	461	(157.186)	(156.725)	99.192	-	1.622.818
Outros não residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	2.622.567	8.266	21.522	(175.083)	(153.561)	-	-	2.477.272
Outros	16.500	131	101	-	101	-	-	16.732
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	88.023	-	-	-	-	-	(41.413)	46.610
Valorizados ao custo histórico	21.756	-	-	-	-	-	(5.947)	15.809
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.016	-	328	-	328	-	-	1.344
Valorizados ao custo histórico	1.150	-	-	-	-	-	(746)	404
	13.017.735	100.226	24.087	(1.535.962)	(1.511.875)	210.140	(48.710)	11.767.516

Os instrumentos de dívida emitidos na sequência das operações de titularização de créditos que foram mantidos em carteira ou adquiridos apresentam o seguinte detalhe:

	2012					2011
	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de balanço
Residentes						
Hipototta nº 11 (Tagus)	-	-	-	-	-	1.577.872
Hipototta nº 12 (Tagus)	-	-	-	-	-	1.100.894
BST SME nº 1	-	-	-	-	-	1.907.056
Totta Consumer	-	-	-	-	-	280.481
	-	-	-	-	-	4.866.303
Não residentes						
Hipototta nº 1 PLC	168.123	163.220	2	(9.125)	154.097	156.898
Hipototta nº 4 PLC	101.249	101.249	1	(30.451)	70.799	377.752
Hipototta nº 5 PLC	26.000	26.000	8	(8.562)	17.446	209.012
Hipototta nº 7 Ltd	1.029.927	1.029.927	447	(183.586)	846.788	994.292
Leasetotta nº 1 Ltd	579.589	579.589	3.721	(59.188)	524.122	739.318
	1.904.888	1.899.985	4.179	(290.912)	1.613.252	2.477.272
	1.904.888	1.899.985	4.179	(290.912)	1.613.252	7.343.575

Os veículos Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e Totta Consumer foram liquidados antecipadamente durante o exercício de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 321.578 e mEuros 210.140, respectivamente, relativos a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

	2012						2011					
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento até um ano	50.676	747	-	460	-	51.883	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre um e três anos	771.474	5.901	28.518	(28.551)	-	777.342	825.601	6.629	28.427	(244.805)	-	615.852
. Com vencimento entre três e cinco anos	114.678	1.009	-	(7.665)	-	108.022	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	17.728	126.709	(193.435)	-	626.002	790.657	18.686	82.521	(443.166)	-	448.698
Bilhetes do Tesouro - Portugal	-	-	-	-	-	-	508.440	-	-	(316)	-	508.124
Outros	489	3	-	-	(252)	240	487	6	-	-	(373)	120
	1.612.317	25.388	155.227	(229.191)	(252)	1.563.489	2.125.185	25.321	110.948	(688.287)	(373)	1.572.794
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	-	-	-	-	-	625.354	24.230	-	(10.774)	-	638.810
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	166.351	(207.771)	-	981.608	1.000.000	22.965	99.192	(146.412)	-	975.745
Outros	7.572	83	-	293	-	7.948	7.717	85	-	461	-	8.263
	1.007.572	23.111	166.351	(207.478)	-	989.556	1.633.071	47.280	99.192	(156.725)	-	1.622.818
	2.619.889	48.499	321.578	(436.669)	(252)	2.553.045	3.758.256	72.601	210.140	(845.012)	(373)	3.195.612

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco detém na sua carteira obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização e Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Notas 17 e 18).
Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Instrumentos de dívida – Outros residentes" inclui entre outros os seguintes títulos:

	2012					2011				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	92.998	90	(27.673)	-	65.415	99.111	154	(22.227)	-	77.038
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(15)	-	35	50	-	-	-	50
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	-	-	-	-	-	34.936	42	(571)	-	34.407
	93.048	90	(27.688)	-	65.450	134.097	196	(22.798)	-	111.495
Dívida não subordinada										
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	235	(10.290)	-	59.945	70.000	501	(10.701)	-	59.800
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOA	32.078	30	(1.482)	-	30.626	33.967	59	170	-	34.196
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	24.300	47	(1.011)	-	23.336	24.300	63	(1.195)	-	23.168
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	3	(1.202)	-	13.801	15.000	5	(1.552)	-	13.453
EDIA 2010/2030	19.250	248	(11.144)	-	8.354	19.250	336	(8.627)	-	10.959
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	-	-	-	-	-	77.171	2.750	(480)	-	79.441
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25%	-	-	-	-	-	59.994	1.268	(1.713)	-	59.549
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625%	-	-	-	-	-	23.605	813	(142)	-	24.276
Papel Comercial	-	-	-	-	-	475.962	1.459	769	-	478.190
Outros	9.656	16	(352)	(231)	9.089	10.210	26	42	(231)	10.047
	170.284	579	(25.481)	(231)	145.151	809.459	7.280	(23.429)	(231)	793.079
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	110.492	24	-	(15.674)	94.842	-	-	-	-	-
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(8.428)	-	5.573	14.000	2	(784)	-	13.218
BPSM/97-TOP'S-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.802	3	(2.380)	-	425	2.759	6	(1.324)	-	1.441
	127.294	28	(10.808)	(15.674)	100.840	16.759	8	(2.108)	-	14.659

As operações de papel comercial detidas em 31 de Dezembro de 2011 venceram-se no primeiro semestre de 2012. As emissões subscritas em 2012 passaram a ser registadas na rubrica de "Crédito a clientes".

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Instrumentos de capital" inclui os seguintes títulos:

	2012				2011			
Descrição	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	125.910	649	-	126.559	-	-	-	-
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	26.379	(461)	-	25.918	-	-	-	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	25.014	(2.478)	-	22.536	18.356	-	-	18.356
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	15.000	-	-	15.000	-	-	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUAS	2.086	-	-	2.086	2.506	-	-	2.506
BANCO BPI SA	-	-	-	-	8.365	-	(6.645)	1.720
F.I.I. FECHADO IMORENDIMENTO II	-	-	-	-	18.663	-	-	18.663
Outros	6.064	1	(2.317)	3.748	9.100	328	(2.719)	6.709
Títulos com imparidade a 100%	33.172	-	(33.172)	-	32.049	-	(32.049)	-
	233.625	(2.289)	(35.489)	195.847	89.039	328	(41.413)	47.954
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(404)	3.345	3.749	-	(404)	3.345
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE Prestações Suplementares (ex-AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	184	-	(5)	179	1.012	-	(5)	1.007
Outros	5.336	-	(1.277)	4.059	5.908	-	(1.257)	4.651
Títulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	5.027	-	(5.027)	-
	21.506	-	(6.713)	14.793	22.906	-	(6.693)	16.213

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante.

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 unidades de participação do Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no valor de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2 e o valor remanescente através da entrega de imóveis.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco vendeu 3.575.837 e 1.860.640 acções do Banco BPI, S.A. pelos montantes de mEuros 1.889 e mEuros 2.288, respectivamente, tendo utilizado a imparidade registada para o efeito.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 6.658 e mEuros 6.540, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha em carteira 25.010 unidades de participação correspondentes a 4,13% do capital do fundo naquela data.

Conforme referido na Nota 6, durante o primeiro semestre de 2012, o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário "Novimovest" e "Lusimovest" da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" para a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda". O impacto da reclassificação destas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest (Nota 16)	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)
	====

Em Outubro de 2012 o Banco reclassificou de "Activos financeiros disponíveis para venda" para "Outros activos – Devedores diversos" o saldo relativo a direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 16).

No primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 12) as 2.748.238 unidades de participação no montante de mEuros 18.663 do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário – Imorendimento II, recebidas no exercício de 2011, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2012				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	4.052.803	37.157	194.869	(485.161)	3.799.668
. Entre 25% e 50%	857.643	17.826	126.709	(253.788)	748.390
. Superior a 50%	101.052	898	-	(62.805)	39.145
	5.011.498	55.881	321.578	(801.754)	4.587.203
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	51.393	-	-	(2.939)	48.454
	5.062.891	55.881	321.578	(804.693)	4.635.657

	2011				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	10.060.909	66.447	99.192	(785.295)	9.441.253
. Entre 25% e 50%	1.116.519	10.481	28.427	(358.303)	797.124
. Superior a 50%	675.000	17.680	82.522	(392.364)	382.838
	11.852.428	94.608	210.141	(1.535.962)	10.621.215

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Aplicações no Banco de Portugal	900.000	1.150.000
Aplicações em outras instituições de crédito no país		
Empréstimos	46.581	57.428
Operações de compra com acordo de revenda	637.730	368.711
Juros a receber	260	946
	684.571	427.085
Aplicações em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	216.402	65.215
Depósitos	1.475.068	1.001.515
Outras aplicações	709.874	99.625
Juros a receber	31.223	30.385
Comissões associadas ao custo amortizado	(802)	(149)
	2.431.765	1.196.591
	4.016.336	2.773.676

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.195.764	1.334.775
Empréstimos	4.148.746	3.325.033
Locação financeira	455.646	526.117
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	137.300	184.867
Descobertos	337.700	438.299
Créditos tomados - factoring	905.312	1.231.364
Outros créditos	26.898	39.165
A particulares		
Habitação	11.745.561	9.141.345
Consumo e outros	1.798.911	1.255.347
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	9.558	12.240
Empréstimos	124.141	82.077
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	85	49
Descobertos	2.559	5.294
Créditos tomados – factoring	42.147	91.558
Operações de locação financeira	3.276	4.239
Outros créditos	1.541	3.432
A particulares		
Habitação	377.167	397.570
Consumo e outros	39.894	22.035
	---	---
	21.352.206	18.094.806
	---	---
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	1.451.055	40.000
	---	---
Activos titularizados não desreconhecidos		
Empresas		
Leasetotta	463.077	652.520
BST SME		
Operações de crédito	-	1.327.380
Papel comercial	-	615.200
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 4	1.177.349	1.255.543
. Hipototta nº 5	997.032	1.049.819
. Hipototta nº 7	1.217.069	1.275.981
. Hipototta nº 11	-	1.736.472
. Hipototta nº 12	-	1.216.021
Risco / benefício transferido (Nota 21)	(3.042.954)	(2.567.814)
Crédito ao consumo		
Totta Consumer	-	783.907
Crédito para outras finalidades	-	1.803
	---	---
	811.573	7.346.832
	---	---

	2012	2011
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	46.724	52.398
Há mais de 90 dias	976.057	624.752
Risco / benefício transferido (Nota 21)	(58.865)	(39.482)
	963.916	637.668
Sub-total	24.578.750	26.119.306
Juros a receber		
Crédito não titulado	52.626	58.914
Crédito titulado	4.161	1.541
Activos titularizados não desreconhecidos	1.147	21.778
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	6.101	5.327
Despesas com encargo diferido	89.526	100.227
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(87.230)	(102.256)
	66.331	85.531
	24.645.081	26.204.837
Provisões para crédito (Nota 22)	(736.784)	(431.293)
	23.908.297	25.773.544

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito interno – Crédito a particulares - Habitação” inclui créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco totalizando mEuros 7.675.686 e mEuros 7.567.003, respectivamente (Nota 20).

O Banco tem desreconhecida parte da sua carteira de activos titularizados, na sequência da venda de uma parcela das Notes associadas a estas operações, que detinha na carteira de activos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2010. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da carteira dos activos titularizados que foram desreconhecidos, na medida do risco / benefício transferido, é o seguinte:

	2012		2011	
	Crédito vivo	Crédito e juros vencidos	Crédito vivo	Crédito e juros vencidos
Hipototta nº 4	828.853	17.351	809.826	15.432
Hipototta nº 5	997.032	15.423	1.049.819	13.011
Hipototta nº 7	1.217.069	26.091	708.169	11.039
	3.042.954	58.865	2.567.814	39.482

Durante o exercício de 2012 foram liquidadas antecipadamente as operações de titularização Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1.

Em resultado do desreconhecimento das carteiras de activos titularizados identificadas acima, o Banco registou em 2012 e 2011 um proveito de mEuros 2.936 mEuros e mEuros 1.085, respectivamente, referente ao desreconhecimento das comissões diferidas associadas a estas operações. Adicionalmente, em 2012 e 2011 foram anuladas provisões para crédito nos montantes de mEuros 48.102 e mEuros 33.314, respectivamente.

Durante o exercício de 2011 foram liquidados os Hipotottas nº 2, nº 3, nº 8 e nº 10. Em resultado da liquidação destas operações de titularização o Banco reconheceu no seu balanço crédito no montante de mEuros 3.724.615, provisões para crédito no montante de mEuros 42.572 e comissões a diferir pela taxa efectiva no montante de mEuros 8.335. O impacto em resultados destas liquidações ascendeu a mEuros 50.907 (negativo).

Em 2012 e 2011 foram vendidas carteiras de crédito a particulares e empresas, que na sua maioria já tinham sido abatidas ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2012 e 2011 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 3.940 mEuros e mEuros 3.257, respectivamente (Nota 33).

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
Até três meses	46.724	52.398
Entre três e seis meses	97.135	98.593
Entre seis meses e um ano	247.118	175.660
Entre um ano e três anos	514.608	257.636
Mais de três anos	117.196	92.863
Risco / benefício transferido	(58.865)	(39.482)
	---	---
	963.916	637.668
	======	======

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	196.186	10.979	207.165	0,84
Pescas	22.465	885	23.350	0,10
Indústrias extractivas	76.740	3.341	80.081	0,33
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	377.099	12.505	389.604	1,59
Têxteis, vestuário e couro	367.730	17.189	384.919	1,57
Madeira e cortiça	87.374	5.657	93.031	0,38
Papel, gráficas e editoriais	253.911	4.114	258.025	1,05
Indústria química	139.790	1.108	140.898	0,57
Produtos minerais não metálicos	227.827	3.158	230.985	0,94
Metalurgia	140.131	7.236	147.367	0,60
Máquinas e material de transporte	234.778	11.074	245.852	1,00
Electricidade, água e gás	269.065	4.332	273.397	1,11
Construção e obras públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	7,08
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	622.867	39.232	662.099	2,69
Comércio de retalho	668.126	44.678	712.804	2,90
Restaurantes e hotéis	397.555	43.092	440.647	1,79
Transportes e comunicações	614.601	15.413	630.014	2,56
Instituições financeiras não monetárias	449.620	4.232	453.852	1,85
Sector Público Administrativo	653.341	7.028	660.369	2,69
Outras empresas de serviços	1.495.871	86.293	1.582.164	6,44
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	13.533.331	397.020	13.930.351	56,68
Crédito ao exterior	369.628	4.588	374.216	1,52
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	738.732	31.100	769.832	3,13
Outros créditos	142.498	4.917	147.415	0,59
	23.614.834	963.916	24.578.750	100,00

	2011			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	246.503	6.809	253.312	0,97
Pescas	29.425	425	29.850	0,11
Indústrias extractivas	94.724	1.842	96.566	0,37
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	378.800	5.074	383.874	1,47
Têxteis, vestuário e couro	442.721	8.796	451.517	1,73
Madeira e cortiça	109.911	3.446	113.357	0,43
Papel, gráficas e editoriais	157.400	2.890	160.290	0,61
Indústria química	107.122	582	107.704	0,41
Produtos minerais não metálicos	185.302	2.174	187.476	0,72
Metalurgia	150.166	4.006	154.172	0,59
Máquinas e material de transporte	221.242	6.774	228.016	0,87
Electricidade, água e gás	289.613	1.665	291.278	1,12
Construção e obras públicas	2.000.621	119.107	2.119.728	8,12
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	720.013	23.497	743.510	2,85
Comércio de retalho	780.496	27.081	807.577	3,09
Restaurantes e hotéis	435.822	11.809	447.631	1,71
Transportes e comunicações	575.057	7.031	582.088	2,23
Instituições financeiras não monetárias	265.207	12	265.219	1,02
Sector Público Administrativo	858.269	3.977	862.246	3,30
Outras empresas de serviços	1.631.342	70.011	1.701.353	6,51
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	14.855.072	321.248	15.176.320	58,10
Crédito ao exterior	378.485	2.592	381.077	1,46
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	375.251	4.166	379.417	1,45
Outros créditos	193.074	2.654	195.728	0,76
	25.481.638	637.668	26.119.306	100,00

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	90.407	370.277	(279.870)	63.427	253.257	(189.830)
"Equity swaps"	50.522	14.274	36.248	13.289	20.858	(7.569)
Opções AutoCallable	2.655	71.361	(68.706)	3.898	8.802	(4.904)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	141.266	-	141.266	86.691	-	86.691
	284.850	455.912	(171.062)	167.305	282.917	(115.612)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	2012								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	(170)	27.327	15.579	3.176	-	-	46.082	14.566	31.516
. Vendas		(27.428)	(15.603)	(3.168)	-	-	(46.199)	(24.243)	(21.956)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(15.721)	1.258.038	38.379	-	-	-	1.296.417	19.393	1.277.024
. Vendas		(1.273.385)	(38.371)	-	-	-	(1.311.756)	(1.292.770)	(18.986)
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	-	-	-	-	72.701	72.701	72.701	-
. Vendas		-	-	-	-	(72.701)	(72.701)	-	(72.701)
Outros	(1.969)	353.696	2.400.751	1.326.819	4.802.633	3.834.915	12.718.814	12.686.326	32.488
Swaps sobre cotações (equity swaps)	673	224.640	562.216	441.311	1.033.957	1.064.409	3.326.533	3.314.667	11.866
FRA's	227	44.800	20.000	80.000	20.000	-	164.800	164.800	-
Opções de moeda									
. Compras	-	17.716	3.064	810	191	-	21.781	-	21.781
. Vendas		17.716	3.064	810	191	-	21.781	-	21.781
Opções de cotações									
. Compras	-	-	-	-	-	400.279	400.279	400.279	-
. Vendas		-	-	-	-	400.279	400.279	400.279	-
Caps	142	6.456	9.343	73.214	231.706	1.387.886	1.708.605	1.708.605	-
Floors	(69)	-	-	30.000	64.903	535.041	629.944	597.457	32.487
	(16.887)	649.576	2.998.422	1.952.972	6.153.581	7.622.809	19.377.360	18.062.060	1.315.300
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	83.928	32.081	1.008.950	197.190	1.110.756	270.106	2.619.083	2.585.397	33.686
. Activos financeiros disponíveis para venda	(363.798)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(68.706)	70.795	12.662	152.909	241.452	-	477.818	477.818	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	36.248	159.642	52.006	158.632	2.389.435	57.459	2.817.174	2.678.091	139.083
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	141.266	300.000	250.000	-	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-
	(171.062)	562.518	1.323.618	508.731	5.341.643	3.202.565	10.939.075	10.766.306	172.769

	2011								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	535	24.970	13.224	65.691	-	-	103.885	44.139	59.746
. Vendas		(24.771)	(13.095)	(65.429)	-	-	(103.295)	(56.402)	(46.893)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	28.998	1.299.485	-	-	-	-	1.299.485	-	1.299.485
. Vendas		(1.270.008)	-	-	-	-	(1.270.008)	(1.270.008)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	9.386	-	-	-	81.353	90.739	90.739	-
. Vendas		(9.386)	-	-	-	(81.353)	(90.739)	-	(90.739)
Outros	19.229	788.927	328.944	1.588.220	8.284.187	4.381.623	15.371.901	15.157.083	214.818
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.603)	171.581	205.402	246.615	2.526.267	1.782.833	4.932.698	4.924.443	8.255
FRA's	109	130.000	120.000	60.000	25.000	-	335.000	335.000	-
Opções de moeda									
. Compras	(5)	26.929	47.912	62.422	13.224	-	150.487	155	150.332
. Vendas		26.929	47.912	62.422	13.224	-	150.487	155	150.332
Opções sobre cotações									
. Compras	5	100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
. Vendas		100	9.409	-	-	-	9.509	9.509	-
Opções - Outras									
. Compras	-	1.522	-	-	-	-	1.522	1.522	-
. Vendas		1.522	-	-	-	-	1.522	1.522	-
Caps	149	155.791	241.410	180.691	410.265	1.540.645	2.528.802	2.528.802	-
Floors	(956)	-	-	2.500	161.878	548.237	712.615	677.373	35.242
	45.461	1.333.077	1.010.527	2.203.132	11.434.045	8.253.338	24.234.119	22.453.541	1.780.578
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	56.329	3.200	38.550	305.230	2.218.571	435.287	3.000.838	2.993.032	7.806
. Activos financeiros disponíveis para venda	(245.972)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(4.904)	5.690	16.204	230.090	251.173	-	503.157	503.157	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(7.569)	50.947	46.160	122.143	1.370.071	526.245	2.115.566	1.970.762	144.804
Swaps Autocollable	(187)	-	-	-	28.132	-	28.132	-	28.132
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	86.691	-	-	-	1.550.000	1.050.000	2.600.000	2.600.000	-
	(115.612)	59.837	100.914	657.463	5.817.947	3.686.532	10.322.693	10.141.951	180.742

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
Imóveis de serviço próprio para venda	28.880	24.293
Unidades de participação	18.663	-
Equipamento	5.558	3.982
	298.257	206.012
Imparidade (Nota 22)	(92.582)	(66.253)
	205.675	139.759

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorendimento II por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado este activo na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda”. No primeiro semestre de 2012 reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 8).

O movimento nos activos não correntes detidos para venda nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

2012	31 de Dezembro de 2011					Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2012		
	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 8 e 13)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.067)	178.630	(111.211)	-	(38.676)	4.328	16.339	245.156	(71.076)	174.080
. De serviço próprio para venda	24.293	(11.098)	57	(507)	5.037	(3.201)	292	76	28.880	(13.931)	14.949
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(4.000)	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Equipamentos	3.982	(2.088)	2.807	(1.231)	-	(2.184)	610	87	5.558	(3.575)	1.983
	206.012	(66.253)	181.494	(112.949)	23.700	(48.061)	5.230	16.502	298.257	(92.582)	205.675

2011	31 de Dezembro de 2010		Fusão Totta IFIC						Imparidade (Nota 22)			31 de Dezembro de 2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 13)	Dotações	Reposições	Utilizações		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:														
. Recebidos em dação em pagamento	114.013	(36.050)	6.738	(4.424)	139.459	(82.473)	-	(29.694)	3.865	13.236		177.737	(53.067)	124.670
. De serviço próprio para venda	18.995	(8.882)	-	-	90	(3.476)	8.684	(6.600)	3.557	827		24.293	(11.098)	13.195
Equipamentos	-	-	2.887	(1.670)	3.707	(2.612)	-	(521)	9	94		3.982	(2.088)	1.894
	133.008	(44.932)	9.625	(6.094)	143.256	(88.561)	8.684	(36.815)	7.431	14.157		206.012	(66.253)	139.759

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012															
								Transferências								
								De/para activos detidos para venda (Nota 12)		Entre activos fixos						
	31-12-2011				Abates e regularizações							Amortizações do exercício	31-12-2012			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Activos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	364.786	105.630	2.486	342	3	3	1.250	6.453	1.459	(401)	(164)	6.888	358.271	110.892	3.736	243.643
. Despesas em edifícios arrendados	145.693	110.955	-	913	1.545	1.470	-	166	166	832	163	7.547	145.727	117.029	-	28.698
. Outros imóveis	167	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	9	-	158
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	238	-	-	333	-	-	-	-	-	(445)	-	-	126	-	-	126
	510.884	216.593	2.486	1.588	1.548	1.473	1.250	6.619	1.625	(14)	(1)	14.436	504.291	227.930	3.736	272.625
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.451	16.981	-	192	130	130	-	-	-	-	-	1.730	22.513	18.581	-	3.932
. Máquinas e ferramentas	3.693	3.588	-	57	13	13	-	-	-	-	-	51	3.737	3.626	-	111
. Equipamento informático	122.624	105.790	-	1.520	812	676	-	-	-	-	-	6.610	123.332	111.724	-	11.608
. Instalações interiores	91.014	82.287	-	2.152	1.031	1.028	-	59	16	14	1	2.621	92.090	83.865	-	8.225
. Material de transporte	18.003	10.747	-	2.070	2.721	2.568	-	-	-	-	-	3.527	17.352	11.706	-	5.646
. Equipamento de segurança	27.806	26.738	-	60	272	272	-	-	-	-	-	439	27.594	26.905	-	689
. Outro equipamento	5.666	3.357	-	175	40	40	-	-	-	-	-	691	5.801	4.008	-	1.793
	291.257	249.488	-	6.226	5.019	4.727	-	59	16	14	1	15.669	292.419	260.415	-	32.004
Outros activos tangíveis																
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	803.957	466.362	2.486	7.814	6.567	6.200	1.250	6.678	1.641	-	-	30.105	798.526	488.626	3.736	306.164
Activos intangíveis																
Software																
. Adquirido a terceiros	315.502	241.447	-	13.859	-	-	-	-	-	11.575	-	33.779	340.936	275.226	-	65.710
Outros activos intangíveis																
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	11.575	-	-	-	-	-	(11.575)	-	-	-	-	-	-
	319.087	245.032	-	25.434	-	-	-	-	-	-	-	33.779	344.521	278.811	-	65.710

	2011																
									Transferências								
	31-12-2010			Fusão Totta IFIC			Abates e regularizações		De/para activos detidos para venda (Nota 12)		Entre activos fixos		Amortizações do exercício	31-12-2011			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Activos tangíveis																	
Imóveis																	
. Imóveis de serviço próprio	371.178	101.593	2.486	4.076	476	1.108	-	-	(11.728)	(3.087)	152	-	6.648	364.786	105.630	2.486	256.670
. Despesas em edifícios arrendados	144.791	103.639	-	-	-	1.450	-	-	(549)	(549)	1	-	7.865	145.693	110.955	-	34.738
. Outros imóveis	167	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	8	-	159
Activos tangíveis em curso																	
. Imóveis de serviço próprio	1	-	-	-	-	392	-	-	-	-	(155)	-	-	238	-	-	238
	516.137	205.239	2.486	4.076	476	2.950	-	-	(12.277)	(3.636)	(2)	-	14.514	510.884	216.593	2.486	291.805
Equipamento																	
. Mobiliário e material	21.966	14.677	-	107	107	380	(2)	(2)	-	-	-	-	2.199	22.451	16.981	-	5.470
. Máquinas e ferramentas	3.717	3.552	-	18	18	26	(68)	(68)	-	-	-	-	86	3.693	3.588	-	105
. Equipamento informático	118.497	98.396	-	371	350	4.826	(1.030)	(902)	-	-	(40)	-	7.946	122.624	105.790	-	16.834
. Instalações interiores	89.193	79.327	-	115	114	1.968	-	-	(262)	(219)	-	-	3.065	91.014	82.287	-	8.727
. Material de transporte	17.879	9.880	-	428	334	2.949	(3.253)	(3.168)	-	-	-	-	3.701	18.003	10.747	-	7.256
. Equipamento de segurança	27.778	26.343	-	2	2	188	(162)	(160)	-	-	-	-	553	27.806	26.738	-	1.068
. Outro equipamento	5.484	2.614	-	-	-	181	-	-	-	-	1	-	743	5.666	3.357	-	2.309
	284.514	234.789	-	1.041	925	10.518	(4.515)	(4.300)	(262)	(219)	(39)	-	18.293	291.257	249.488	-	41.769
Outros activos tangíveis																	
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.525	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.806	281	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	802.457	440.309	2.486	5.127	1.401	13.468	(4.515)	(4.300)	(12.539)	(3.855)	(41)	-	32.807	803.957	466.362	2.486	335.109
Activos intangíveis																	
Software																	
. Adquirido a terceiros	284.945	212.339	-	2.154	1.695	31.107	(2.745)	(2.745)	-	-	41	-	30.158	315.502	241.447	-	74.055
Outros activos intangíveis																	
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso	1.444	-	-	-	-	-	(1.444)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	289.974	215.924	-	2.154	1.695	31.107	(4.189)	(2.745)	-	-	41	-	30.158	319.087	245.032	-	74.055

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 64.273 e mEuros 72.054, respectivamente.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Participação directa (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais		
No país		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100,00	7.418
Taxagest, SGPS, S.A.	99,00	50
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	5.469
No estrangeiro		
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	4.147
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45
		315.506
Prestações suplementares de capital		
Totta Ireland, PLC		164.973
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.		25.846
Totta & Açores, Inc - Newark		453
		291.032
		606.538

Em Agosto de 2011 o Banco aprovou em Comissão Executiva o aumento das “capital contributions” da sua filial Totta Ireland, PLC no montante de mEuros 108.858, mediante a conversão dos empréstimos de curto prazo concedidos.

Na Assembleia Geral da Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A. realizada em Setembro de 2011 foi aprovada a realização de prestações acessórias de capital pelo seu accionista único, o Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do artigo 287º do Código das Sociedades Comerciais, no montante de mEuros 25.846.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura do Grupo BST era a seguinte:

	Participação (%)		
	Directa	Indirecta	Efectiva
Banco Santander Totta, S.A.			
Filiais			
Totta Ireland, PLC	100%	-	100%
Totta & Açores Financing	100%	-	100%
Totta & Açores, Inc. - Newark	100%	-	100%
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (Ex-Madeisisa)	100%	-	100%
Partang, SGPS	0,49%	48,51%	49%
Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	24,99%	24,99%
Serfin International Bank & Trust	-	100%	100%
Totta Urbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	100%	-	100%
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	25,81%	25,81%
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100%	-	100%
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	-	100%	100%
Santander Pensões, S.A.	-	100%	100%
BST International Bank, Inc.	100%	-	100%
Taxagest, SGPS, S.A.	99%	-	99%
Associadas			
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50%	-	21,50%

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. ("BCGTA"), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela Santotta – Internacional SGPS, S.A. (Santotta) e 0,49% directamente pelo BST).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA.

O Grupo tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	43	43
. Estimativa de imposto do exercício	-	(940)
. Pagamentos por conta	-	9.268
. Retenções na fonte	113	2.175
. Reembolsos	1.390	1.145
. Sucursal de Londres	511	-
	2.057	11.691
Passivos por impostos correntes:		
. Imposto a pagar	3.720	-
. Sucursal de Londres	-	1.101
	3.720	1.101
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	648.878	835.479
. Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	26.200	11.000
	675.078	846.479
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	29.261	23.964
. Relativos a créditos fiscais	9.614	12.406
	38.875	36.370

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos correntes:		
. Do exercício	(19.366)	(5.363)
. Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.482)	(1.624)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(11.842)	(13.303)
. Outros	(2.540)	21.514
	(35.230)	1.224
Impostos diferidos:		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	45.557	33.985
	10.327	35.209

Na sequência da alteração da política contabilística mencionada na Nota 1.2 k) e da consequente aplicação retrospectiva, o Banco registou em 2011 impostos diferidos activos no montante de mEuros 61.992.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			
	Saldo em 31-12-2011	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2012
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	10.029	-	830	10.859
Imparidade de crédito concedido	144.132	-	43.729	187.861
Activos recebidos em dação em pagamento	17.204	-	3.287	20.491
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	3.016	-	(1.237)	1.779
Imparidade de instrumentos de capital	(8.324)	-	2.569	(5.755)
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.543)	-	229	(4.314)
Prejuízos fiscais reportáveis	11.000	-	15.200	26.200
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Activos fixos tangíveis	75	-	(55)	20
Cobertura de fluxos de caixa	(16.978)	(11.874)	-	(28.852)
Activos financeiros disponíveis para venda	438.444	(205.490)	-	232.954
Reformas antecipadas	28.625	(2.385)	(1.018)	25.222
Pensões de reforma	12.585	286	(284)	12.587
Alteração da política contabilística relativa a pensões	151.748	-	(15.174)	136.574
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	6.047	-	(605)	5.442
Prémios de antiguidade	7.471	-	400	7.871
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(2.583)	3.226
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(193)	-
Incentivos de Longo Prazo	3.114	-	470	3.584
Outros	462		(8)	454
	810.109	(219.463)	45.557	636.203

	2011				
	Saldo em 31-12-2010	Fusão Totta IFIC	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2011
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Outros riscos e encargos	3.815	640	-	5.574	10.029
Imparidade de crédito concedido	113.297	6.191	-	24.644	144.132
Activos recebidos em dação em pagamento	9.889	389	-	6.926	17.204
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	2.922	-	-	94	3.016
Imparidade de instrumentos de capital	-	-	-	(8.324)	(8.324)
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.772)	-	-	229	(4.543)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	11.000	-	11.000
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Activos intangíveis	561	-	-	(561)	-
Activos fixos tangíveis	144	-	-	(69)	75
Cobertura de fluxos de caixa	(1.874)	-	(15.104)	-	(16.978)
Activos financeiros disponíveis para venda	172.871	(3.106)	268.679	-	438.444
Reformas antecipadas	28.036	-	887	(298)	28.625
Pensões de reforma	12.742	-	286	(443)	12.585
Alteração da política contabilística relativa a pensões	89.756	-	61.992	-	151.748
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	-	-	-	6.047	6.047
Prémios de antiguidade	7.894	-	-	(423)	7.471
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	-	-	5.809
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	386	-	-	(193)	193
Incentivos de Longo Prazo	2.316	16	-	782	3.114
Outros	462	-	-	-	462
	444.254	4.130	327.740	33.985	810.109

Nos exercícios de 2012 e 2011, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva é como segue:

	2012		2011	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		(19.507)		(12.920)
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	-25,00%	(4.877)	-25,00%	(3.230)
Prejuízos fiscais dedutíveis (ACE's)	-1,66%	(323)	-3,78%	(489)
Dividendos não tributáveis	-106,72%	(20.818)	-195,74%	(25.289)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	17,94%	3.500	0,00%	-
Benefícios fiscais	-1,75%	(341)	-2,22%	(287)
Custos não dedutíveis fiscalmente	10,19%	1.987	11,07%	1.430
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto do ano anterior	15,36%	2.997	-61,02%	(7.884)
Tributação autónoma	10,89%	3.720	19,86%	2.566
Contribuição especial sobre o sector bancário	60,71%	11.842	102,96%	13.303
Outros	18,89%	(8.014)	-2,55%	(15.329)
Impostos sobre os lucros do exercício	-61,12%	(10.327)	-272,52%	(35.209)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2010, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2010, o Banco foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo, por um lado, ajustamentos à matéria colectável relativos à imparidade em activos não financeiros e à limitação das perdas em partes de capital e, por outro lado, correcções ao cálculo do imposto referentes à tributação autónoma sobre os bónus e prémios pagos a Administradores do Banco, bem como referentes à limitação da utilização de benefícios fiscais. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere à imparidade não dedutível para activos não financeiros.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas nos últimos exercícios, o Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Proveitos a receber:		
. De colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	1.448	1.385
. De operações de crédito	1.179	-
. De outros serviços prestados	15.217	22.188
. Outros juros e rendimentos similares	13.845	71.542
. Outros	1.856	1.614
Despesas com custo diferido	6.969	4.406
Outras imobilizações financeiras		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	2.762	2.281
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	443	682
. Trem - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem)	137	220
. Outras	17	17
Devedores diversos	50.411	112.893
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	104.673	89.887
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.465	2.459
Bonificações a receber do Estado Português	5.939	8.345
Devedores por operações sobre futuros (Nota 24)	3.895	2.580
Outras disponibilidades	333	353
Contratos de suprimentos:		
. Santotta – Internacional, SGPS, S.A.	26.584	27.108
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.443	2.443
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	273	273
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)	14.301	75.430
Outros	1.515	2.407
	256.831	428.639
Imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(1.952)	(1.952)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(22.920)	(18.455)
. Devedores e outras aplicações	(4.111)	(3.662)
	(28.983)	(24.069)
	227.848	404.570

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Proveitos a receber – De outros serviços prestados” inclui, essencialmente, comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos (Nota 37).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Proveitos a receber – Outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – Outros juros e encargos a pagar” (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Devedores diversos" inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest, no montante de mEuros 24.500, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Devedores diversos" inclui o valor do depósito de caução previsto no "Reserve Loan Facility Agreement" relativo ao Hipototta nº 11, no montante de mEuros 87.000. O depósito de caução foi desmobilizado durante o primeiro semestre de 2012 na sequência da liquidação antecipada desta estrutura.

A rubrica "Devedores por operações sobre futuros" refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de "trading" de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica "Outros passivos – Credores por operações sobre futuros" (Nota 24).

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	5.837.226	4.913.227
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	16	7
	5.837.242	4.913.234

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Recursos do Banco Central Europeu – Operações de venda com acordo de recompra" corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Nas mesmas datas, do total da sua carteira de activos elegíveis estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes activos:

	2012				
Activos afectos	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	1.860.000	44.021	(31.685)	1.872.336	Fevereiro 2015
Dívida Pública e créditos	740.000	17.513	(12.605)	744.908	Fevereiro 2015
	2.600.000	61.534	(44.290)	2.617.244	
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	1.610.000	14.390	(1.031)	1.623.359	Janeiro 2013
Dívida Pública e créditos	1.590.000	7.162	(539)	1.596.623	Janeiro 2013
	3.200.000	21.552	(1.570)	3.219.982	
	5.800.000	83.086	(45.860)	5.837.226	

	2011				
Activos afectos	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.500.000	17.830	(5.270)	2.512.560	Março 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização e covered bonds	2.400.000	27.000	(26.333)	2.400.667	Janeiro 2013
	4.900.000	44.830	(31.603)	4.913.227	

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	31.788	186.124
Outros recursos	2	2.762
Operações de venda com acordo de recompra	-	368.649
Juros a pagar	47	999
	31.837	558.534
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	48.976	41.121
Operações de venda com acordo de recompra	1.115.714	1.725.386
Depósitos	1.006.555	880.625
Outros recursos	7.236	8.449
Recursos consignados	-	339.000
Juros a pagar	2.465	701
	2.180.946	2.995.282
	2.212.783	3.553.816

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no país – Operações de venda com acordo de recompra”, tinha como activos subjacentes obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização do Banco que estavam na sua carteira.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

	2012			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	45	(9)	146.341
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	1.115.614	168	(68)	1.115.714

	2011			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	88.026	76	(39)	88.063
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.470.289	8.857	(3.220)	1.475.926
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização	161.016	437	(56)	161.397
	1.719.331	9.370	(3.315)	1.725.386

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. Estes empréstimos foram reembolsados antecipadamente durante o exercício de 2012.

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem	4.917.813	5.338.394
Depósitos a prazo	14.294.091	12.694.300
Depósitos estruturados	1.764.656	1.658.328
Depósitos de poupança	55.081	116.103
Depósitos com pré-aviso	21.365	25.609
	21.053.006	19.832.734
Cheques e ordens a pagar	128.942	124.253
Juros a pagar	168.226	141.119
Correcções de valor por operações de cobertura	45.294	459
	21.395.468	20.098.565

20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	5.880.000	5.630.000
Readquiridas	(3.753.450)	(3.330.750)
Juros de obrigações hipotecárias	28.008	27.008
Obrigações de caixa		
Emitidas	660.960	740.376
Readquiridas	(33.446)	(10.691)
Juros a pagar	9.782	4.348
	2.791.854	3.060.291
Outros		
Programa EMTN	160.530	2.289.570
Readquiridas	-	(22.920)
Juros a pagar	1.203	32.091
	161.733	2.298.741
Despesas com encargo diferido	(768)	(2.018)
Correcção de valor por operações de cobertura	(9.730)	62.868
	2.943.089	5.419.882

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre Maio de 2008 e Julho de 2012, o BST procedeu a oito emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	2012	2011
Crédito a clientes (Nota 10)	7.675.686	7.567.003
Juros de crédito	8.888	15.150
Comissões	(34.574)	(37.605)
Despesas com encargo diferido	14.552	18.364
	7.664.552	7.562.912
Derivados de cobertura	42.106	27.413
	7.706.658	7.590.325

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	4.423.858	(194.069)	2.470.420	-
. Emissões efectuadas	3.991.502	-	740.010	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.984)	-	(920.860)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.147.372)	-	(22.920)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.370.376	(3.341.441)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	250.000	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(79.416)	8.332	(2.129.940)	800.790
. Emissões readquiridas	-	(453.787)	-	(777.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(3.786.896)	160.530	-

Em 2012, a rubrica "Emissões reembolsadas" inclui o reembolso antecipado de obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN, no montante de mEuros 739.860.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções	
. Com vencimento entre um e três anos	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor	
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300
Obrigações com taxa fixa	
. Com vencimento a um ano	18.700
	160.530

21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde ao montante recebido pelas titularizações de crédito efectuadas após 1 de Janeiro de 2004, com o seguinte detalhe:

	2012	2011
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Crédito a clientes		
. Crédito a empresas	485.442	2.615.123
. Crédito à habitação	355.791	3.999.968
. Crédito ao consumo	-	786.064
Juros de passivos financeiros associados a activos transferidos		
. Crédito a empresas	1.535	9.650
. Crédito à habitação	556	9.240
. Crédito ao consumo	-	3.083
	843.324	7.423.128

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe desta rubrica por operação de titularização é o seguinte:

	2012	2011
Hipototta nº 4		
Capital vivo	1.177.349	1.255.543
Capital em incumprimento	112	164
Capital em contencioso	23.883	22.992
Juros	1.207	1.917
	1.202.551	1.280.616
Hipototta nº 5		
Capital vivo	997.032	1.049.819
Capital em incumprimento	36	67
Capital em contencioso	15.054	12.555
Juros	333	389
	1.012.455	1.062.830

	2012	2011
Hipototta nº 7		
Capital vivo	1.217.069	1.275.981
Capital em incumprimento	64	81
Capital em contencioso	25.475	19.180
Juros	552	1.987
	1.243.160	1.297.229
Leasetotta nº 1		
Capital vivo	463.077	654 265
Capital em incumprimento	18.879	11.369
Imóveis	3.523	2.721
Juros	1.498	2.019
	486.977	670.374
Hipototta nº 11		
Capital vivo	-	1.737.537
Capital em incumprimento	-	59
Capital em contencioso	-	9.673
Juros	-	4.645
	-	1.751.914
Hipototta nº 12		
Capital vivo	-	1.216.199
Capital em incumprimento	-	74
Capital em contencioso	-	4.416
Juros	-	3.225
	-	1.223.914
BST SME nº 1		
Capital vivo	-	1.942.580
Capital em incumprimento	-	1.878
Capital em contencioso	-	2.080
Juros	-	7.862
	-	1.954.400
Totta Consumer nº 1		
Capital vivo	-	783.961
Capital em incumprimento	-	686
Capital em contencioso	-	1.106
Juros	-	3.394
	-	789.147
Risco / benefício transferido (Nota 10)	(3.101.819)	(2.607.296)
	843.324	7.423.128

Conforme referido na Nota 10, no exercício de 2012 foram liquidadas antecipadamente as operações de titularização Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1.

O montante anulado na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" na sequência da operação de desreconhecimento de parte da carteira de activos titularizados não desreconhecidos descrita na Nota 10, pode ser apresentado como segue:

	2012	2011
Hipototta nº 4		
Capital e juros vivos	828.854	809.826
Capital e juros em incumprimento	17.351	15.432
Hipototta nº 5		
Capital e juros vivos	997.032	1.049.819
Capital e juros em incumprimento	15.423	13.011
Hipototta nº 7		
Capital e juros vivos	1.217.068	708.169
Capital e juros em incumprimento	26.091	11.039
	3.101.819	2.607.296

22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é como segue:

	2012					
	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	31-12-2012
Provisões para crédito (Nota 10)						
Créditos de cobrança duvidosa	97.553	99.489	(19.005)	(1.263)	-	176.774
Créditos e juros vencidos	332.869	342.626	(41.128)	(76.480)	-	557.887
Risco país	871	1.252	-	-	-	2.123
	431.293	443.367	(60.133)	(77.743)	-	736.784
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	48.710	17.230	(936)	(6.645)	-	58.359
Imparidade em activos não financeiros						
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	66.253	48.061	(5.230)	(16.502)	-	92.582
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	2.486	1.250	-	-	-	3.736
Imparidade em outros activos (Nota 16)	24.069	10.420	(5.309)	(197)	-	28.983
	92.808	59.731	(10.539)	(16.699)	-	125.301
Risco país - outras aplicações	124	5	-	-	-	129
Riscos gerais de crédito						
. Crédito interno	132.007	39.080	(12.884)	-	-	158.203
. Crédito por assinatura	26.930	5.508	(4.832)	-	-	27.606
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	52.993	-	(46.654)	-	-	6.339
Provisões para riscos fiscais	15.062	-	-	-	(11.700)	3.362
Provisão para pensões e outros encargos	29.957	14.049	-	(12.160)	-	31.846
Outras provisões	24.093	7.061	(6.658)	(818)	-	23.678
	281.166	65.703	(71.028)	(12.978)	(11.700)	251.163
	853.977	586.031	(142.636)	(114.065)	(11.700)	1.171.607

	2011						
	31-12-2010	Fusão Totta IFIC	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	31-12-2011
Provisões para crédito (Nota 10)							
Crédito de cobrança duvidosa	42.225	4.284	65.637	(14.593)	-	-	97.553
Créditos e juros vencidos	210.639	11.716	258.854	(51.680)	(96.660)	-	332.869
Risco país	1.862	-	240	(1.231)	-	-	871
	254.726	16.000	324.731	(67.504)	(96.660)	-	431.293
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	49.666	-	3.664	(109)	(4.511)	-	48.710
Imparidade em activos não financeiros							
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	44.932	6.094	36.815	(7.431)	(14.157)	-	66.253
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	2.486	-	-	-	-	-	2.486
Imparidade em outros activos (Nota 16)	13.963	-	12.446	(2.340)	-	-	24.069
	61.381	6.094	49.261	(9.771)	(14.157)	-	92.808
Risco país - outras aplicações	127	-	1	(4)	-	-	124
Riscos gerais de crédito							
. Crédito interno	149.375	14.968	26.386	(54.103)	(4.619)	-	132.007
. Crédito por assinatura	32.868	-	2.879	(8.817)	-	-	26.930
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	19.505	8.322	55.627	(30.461)	-	-	52.993
Provisões para riscos fiscais	31.934	-	596	-	(2.468)	(15.000)	15.062
Provisão para pensões e outros encargos	9.565	-	20.392	-	-	-	29.957
Outras provisões	45.284	3.380	6.858	(28.356)	(3.073)	-	24.093
	288.658	26.670	112.739	(121.741)	(10.160)	(15.000)	281.166
	654.431	48.764	490.395	(199.125)	(125.488)	(15.000)	853.977

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a “Provisão para pensões e outros encargos” apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Planos de reestruturação	18.111	20.271
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 40)	13.735	9.686
	31.846	29.957

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outras provisões” inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 3.358 e mEuros 6.438, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;

- Provisões para crédito securitizado antes de 1 de Janeiro de 2004 que foi desreconhecido nos montantes de mEuros 3.392 e mEuros 3.506, respectivamente; e

- Outras provisões nos montantes de mEuros 16.928 e mEuros 14.149, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 13.601 e de mEuros 13.023, respectivamente.

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	297.750	297.750
Recursos do BST International Bank, Inc.	272.851	278.229
Recursos da Totta Ireland, PLC	50.000	50.000
	620.601	625.979
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
Obrigações Não Perpétuas Subordinadas MC Factor 2008	2.993	2.993
	1.135.101	1.140.479
Títulos readquiridos	(225.362)	(225.362)
Despesas com custo diferido	(265)	(348)
Juros a pagar	398	666
	909.872	915.435

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores	1.603	1.808
Facturas em recepção e conferência	33.076	32.978
Retenção de impostos na fonte	27.789	20.945
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.526	1.534
IVA a pagar	7.828	8.394
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
. Prémio de antiguidade	27.140	25.762
. Férias e subsídio de férias	31.416	30.798
. Outras remunerações variáveis	17.275	25.750
. Outros custos com o pessoal	692	616
Recursos cativos	43.566	28.986
Outros recursos	1.411	1.365
Credores por valores a liquidar	8.523	10.823
Valores a regularizar com bancos e clientes	58.354	46.613
Receitas com proveito diferido	1.765	1.519
Credores por operações sobre futuros (Nota 16)	3.895	2.580
Outros juros e encargos a pagar	6.738	35.062
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	993	1.085
Outros	8.574	26.806
	282.164	303.424

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

25. CAPITAL PRÓPRIO

Conforme indicado na Nota Introdutória e na Nota 1.3., no dia 1 de Abril de 2011 foi registada a operação de fusão por incorporação da Totta IFIC, tendo os seus activos e passivos sido incorporados no BST. Os termos de troca foram determinados com base numa avaliação independente do capital de cada uma das entidades, realizada com referência a 31 de Maio de 2010, os quais conduziram aos seguintes valores:

	Totta IFIC	BST
Capital social (excluindo acções próprias)	34.562.675	620.052.218
Valor nominal por acção (em Euros)	5	1
Número de acções	6.912.535	620.052.218
Valor do capital próprio com base na avaliação independente (em Euros)	318.666.145	4.488.702.452
Valor por acção (em Euros)	46,10	7,24
Relação de troca		6,3680
Acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS		5.750.322
Aumento de capital do BST (em Euros)		36.618.301
Valor atribuído às acções da Totta IFIC detidas pela Santander Totta SGPS (em Euros)		66.304.974
Aumento dos prémios de emissão (em Euros)		29.686.673

Desta forma, em 18 de Março de 2011, o capital social do BST foi aumentado em 36.618.301 Euros, correspondendo a 36.618.301 acções de valor nominal de 1 Euro cada, tendo sido realizado pela Santander Totta, SGPS, S.A. através da transmissão das 5.750.322 acções representativas do capital que detinha da Totta IFIC e às quais foi atribuído o valor global de 66.304.974 Euros. Este valor corresponde a um prémio de emissão de 0,8107059066 Euros por acção.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida da Totta IFIC à data da fusão foi registado na reserva de fusão, a qual foi determinada conforme descrito na Nota 1.3..

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2012		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	125.169	0,02	125
Outros	735.180	0,11	735
	656.723.284	100,00	656.723

	2011		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	98.930	0,02	99
Outros	761.419	0,11	761
	656.723.284	100,00	656.723

Em 27 de Maio de 2011 a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 175.000.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(803.290)	(1.511.875)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	99.490	58.546
Desvios actuariais de responsabilidades com pensões	(562.426)	(527.331)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para NCA’s	23.245	23.245
	(1.242.981)	(1.957.415)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor	204.102	421.466
Por desvios actuariais e financeiros	161.926	151.748
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.314)	(4.543)
	361.714	568.671
	(881.267)	(1.388.744)

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Outras reservas		
Reserva legal	245.862	243.633
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras reservas	1.738	2.295
Resultados transitados	203.626	215.634
	---	---
	1.118.485	1.128.821
	=======	=======

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

26. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.220.126	1.489.019
Créditos documentários abertos	125.913	570.363
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	122.829	121.723
Fundo de Garantia de Depósitos	84.425	70.345
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.864	4.079
Por empréstimo de títulos	478.250	-
Outros passivos eventuais	5	6
	---	---
	2.036.412	2.255.535
	========	=======

	2012	2011
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.502.905	4.834.527
Irrevogáveis	1.496.610	1.217.742
Contratos a prazo de depósitos	-	85.933
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.514	3.008
Outros compromissos irrevogáveis	11.235	16.141
Outros compromissos revogáveis	478.250	54.535
	6.545.606	6.265.978
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	56.668.846	60.945.908
Valores recebidos para cobrança	131.479	130.762
Valores administrados pelo Banco		
Activos cedidos em operações de titularização		
Capital	203.694	228.912
Juros	234	538
Juros a reclamar à DGT	315	400
Outros	18.406.008	16.122.274
	75.410.576	77.428.794

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.918 (Nota 34). Neste exercício, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No exercício de 2012, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual no montante de mEuros 4.906 (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.514 e mEuros 3.008, respectivamente.

Em 2011 foi efectuado um pagamento extraordinário ao SII no montante de mEuros 4.082 referente à contribuição do Banco, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português (Nota 34).

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	1.719	4.522
Em outras instituições de crédito	92	689
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	8.277	24.140
Em instituições de crédito no estrangeiro	44.679	67.105
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	746.545	710.334
Crédito ao exterior	18.739	21.024
Outros créditos e valores a receber (titulados)	47.200	26.026
Activos titularizados não desreconhecidos	109.714	215.887
	976.965	1.069.727
Juros de crédito vencido (Nota 42)	8.087	8.521
Juros de outros activos financeiros		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.983	4.206
Activos financeiros disponíveis para venda	306.499	321.377
Derivados de cobertura	271.729	225.399
Devedores e outras aplicações	63	113
Outros juros e rendimentos similares – swap agreements	129.341	273.080
	1.696.667	1.902.423

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	23.297	16.139
De emigrantes	21.462	17.694
De outros residentes	409.000	347.076
Não residentes	21.650	18.088
Juros de outros recursos de clientes	7.219	2.293
	---	---
	482.628	401.290
	---	---
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	52.015	46.667
Outros Bancos Centrais	-	13
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	8.448	24.557
No estrangeiro	34.072	110.214
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	71.971	81.043
Outras	81.761	96.804
Juros de derivados de cobertura	230.097	208.502
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	96.719	206.861
Juros de passivos subordinados	42.892	42.219
Outros juros e encargos similares – swap agreements	154.237	299.019
Outros	252	8.245
	---	---
	772.464	1.124.144
	---	---
	1.255.092	1.525.434
	=======	=======

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.075	1.072
Unicre	1.036	1.574
Fundo Imorendimento II	355	-
Unicampus	87	72
PME Investimentos	88	-
Finangest	16	57
Visa	16	9
Outras	68	57
	2.741	2.841
Investimentos em associadas:		
Totta Ireland	63.380	93.652
Santander Gestão Activos	9.430	-
Santotta International	8.216	4.800
	81.026	98.452
	83.767	101.293

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	17.485	16.092
Créditos documentários abertos	3.202	3.450
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2.369	2.200
Por compromissos revogáveis assumidos perante terceiros	4.822	3.268
Por serviços prestados		
Gestão de cartões	71.085	67.959
Operações de crédito	53.256	56.397
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	19.164	23.062
Anuidades	14.067	14.289
Manutenção de contas	12.801	10.550
Cobrança de valores	12.511	12.612
Cheques	9.657	10.712
Depósito e guarda de valores	6.915	8.058
Cadernetas	4.860	4.222
Transferência de valores	1.414	1.665
Administração de valores	195	239
Outras	1.690	1.369
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	31.909	27.657
Outras	482	490
Comercialização de seguros (Nota 37)	93.575	101.416
Crédito especializado	-	721
Outras comissões recebidas	16.956	22.240
	378.415	388.668

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.050	14.337
Cobrança de valores	4.017	4.817
Outros	30.539	29.077
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.137	2.671
Outras	1.208	1.862
Por compromissos assumidos por terceiros	1.734	-
Outras comissões pagas	496	490
	52.181	53.254

32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	12.629	(5.662)
Instrumentos de dívida	-	183
Instrumentos derivados:		
"FRA's"	410	(36)
“Swaps”		
. Contratos de taxa de câmbio	(117)	213
. Contratos de taxa de juro	4.245	20.686
. Contratos sobre cotações	3.221	342
. Outros	2.594	127
Opções:		
. Contratos de taxa de câmbio	(329)	147
. Contratos de taxa de juro	104	3
. Contratos sobre cotações	497	(617)
Contratos de garantia de taxa de juro	(49)	375
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	13.874	(12.465)
	37.079	3.296
Derivados de cobertura:		
“Swaps”		
. Contratos de taxa de juro	(90.868)	(129.562)
. Contratos sobre cotações	(2.568)	(26.182)
Opções - "Auto-callable"	(64.480)	888
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura:		
. Crédito a clientes	774	1.020
. Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	137.104
. Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.749)	(12.562)
. Responsabilidades representadas por títulos	90.199	27.889
	(255)	(1.405)
	36.824	1.891

33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	7.939	(8.795)	(856)	53.511	(93.212)	(39.701)
Reavaliação cambial	42.071	(36.432)	5.639	64.886	(59.650)	5.236
Resultado de alienação de outros activos						
Activos não correntes detidos para venda	2.855	(4.223)	(1.368)	1.050	(2.390)	(1.340)
Outros activos tangíveis	831	(215)	616	747	(73)	674
Investimentos em filiais e associadas	-	(30)	(30)	-	(96)	(96)
Alienação de crédito concedido a clientes (Nota 10)	5.545	(1.605)	3.940	4.306	(1.049)	3.257
	9.231	(6.073)	3.158	6.103	(3.608)	2.495
	59.241	(51.300)	7.941	124.500	(156.470)	(31.970)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui perdas de mEuros 83.331 reconhecidas na venda de obrigações do Tesouro Português e Espanhol e ganhos de mEuros 46.406 decorrentes da liquidação antecipada das obrigações do Hipototta nº 2.

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Outros rendimentos de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	16.847	16.451
Recuperação de créditos incobráveis	8.638	15.369
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.135	6.112
Reembolso de despesas	2.942	4.744
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.299	1.762
Rendas de locação operacional	322	347
Outros	2.214	1.277
	---	---
	37.397	46.062
	---	---
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.781)	(3.577)
Contribuições para o FGD (Nota 26)	(4.906)	(3.918)
Outros impostos		
Directos	(1.586)	(2.788)
Indirectos	(728)	(729)
Perdões de dívida	(13.584)	(7.872)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(11.885)	(11.744)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.385)	(4.385)
Outros encargos e gastos operacionais	(13.406)	(11.466)
Pagamento extraordinário no âmbito do sistema de indemnização aos investidores (Nota 26)	-	(4.082)
	---	---
	(54.261)	(50.561)
	---	---
	(16.864)	(4.499)
	=====	====

35. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	5.675	4.522
Empregados	185.823	183.573
Plano de acções (Nota 41)	2.982	3.632
Remunerações variáveis	17.838	12.566
	212.318	204.293
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.924	52.268
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 38)	(2.167)	591
Outros encargos sociais obrigatórios	905	889
Reformas antecipadas (Nota 38)	-	3.763
Efeito da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social (Nota 38)	59	20.851
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 38)	(13.745)	-
	35.976	78.362
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais	23	2.455
Transferências de pessoal	556	587
Plano complementar de reforma (Nota 38)	583	583
Outros	5.083	6.298
	6.245	9.923
	254.539	292.578

No exercício de 2012, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte da provisão que dispunha para este efeito (Nota 22).

O saldo da rubrica “Redução das responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

36. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços especializados	40.367	41.859
Manutenção de software e equipamento informático	31.929	31.580
Comunicações	14.234	15.970
Rendas e alugueres	13.450	14.274
Publicidade e edição de publicações	10.480	13.331
Fornecimentos	10.414	10.995
Deslocações, estadas e representação	4.922	5.334
Conservação e reparação	2.530	2.961
Transportes	2.371	2.471
Formação de pessoal	1.792	2.022
Seguros	775	708
Outros	3.902	3.720
	137.166	145.225

37. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros) e a outras companhias de seguros pela comercialização dos seus produtos (Nota 30), de acordo com o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
Santander Totta Seguros	82.313	239	82.552	91.376	257	91.633
Liberty Seguros	-	9.699	9.699	-	9.420	9.420
Outros	-	1.324	1.324	-	363	363
	82.313	11.262	93.575	91.376	10.040	101.416

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros activos – Proveitos a receber - Outros serviços prestados” (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	2012	2011
Santander Totta Seguros	13.712	19.558
Outros	1.006	1.309
	14.718	20.867

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2012 e o último semestre de 2011, respectivamente.

38. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2012 e 2011 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2012 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011	2010	2009	2008
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	251.252	210.669	275.580	255.009	231.114
. Pensionistas	21.002	18.455	36.406	34.692	34.895
. Reformados e reformados antecipadamente	388.656	387.608	855.952	896.251	973.904
	660.910	616.732	1.167.938	1.185.952	1.239.913
- Cuidados de saúde (SAMS)	129.267	117.422	127.822	127.877	132.522
- Subsídio por morte	4.331	16.973	18.184	17.728	17.994
	794.508	751.127	1.313.944	1.331.557	1.390.429
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849	1.391.585
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(9.571)	7.117	(1.056)	64.292	1.156
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	73.518	(103.831)	-	(51.086)	(100.674)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)	(4.100)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(15.796)	339.627	103.392	61.639	306.680
	(41.179)	315.919	73.934	40.467	302.580
	32.339	212.088	73.934	(10.619)	201.906

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no exercício de 2012 justifica-se, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual prevê um limite máximo para o valor do subsídio por morte, igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. O ganho resultante da diminuição de responsabilidades como consequência desta alteração foi de mEuros 13.745 (Nota 35).

Tal como referido na Nota 1.2.k), em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	Activos	Reformados
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	2012	2011
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	4,85%	5,92%
- Inactivos	4,00%	5,00%
Taxa de crescimento salarial para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
Taxa de crescimento salarial após 2014	2,35%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2013 e 2014	0,00%	1,35%
Taxa de crescimento salarial após 2014	1,35%	1,35%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Em 2012, as taxas de desconto para os activos de 4,85% e de 4,00% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 4,5% para a totalidade da população. Em 2011 a taxa correspondente foi de 5,5%.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2013 e 2014	0,50%	2,35%
. Após 2014	2,35%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%	
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%	
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano	

A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2012			2011		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.341	26.997	36.813	5.451	20.811	28.379
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	177	59	81	157	25	33
Pensionistas	954	4.537	6.187	926	4.183	5.705
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	77.787	106.073	5.338	74.338	101.370
	11.804	109.380	149.154	11.872	99.357	135.487

O movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	2012	2011
Responsabilidades no início do período	751.127	1.313.944
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
(Ganhos)/perdas actuariais	48.135	(127.539)
Reformas antecipadas	9.862	3.763
Valores pagos	(41.005)	(76.337)
Contribuições dos empregados	2.297	2.313
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 35)	(13.745)	-
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	(44)	-
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social	-	(435.260)
Responsabilidades da IFIC decorrentes da fusão	-	1.044
	---	---
Responsabilidades no fim do exercício	794.508	751.127
	======	======

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 35):

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	398	2.237
Custo dos juros	37.483	66.962
Rendimento esperado	(40.748)	(70.118)
Plano de benefício definido	(2.867)	(919)
Plano de contribuição definida	39	37
Plano da Sucursal de Londres	603	429
Acréscimo de responsabilidades com a IFIC	-	1.044
Outros	58	-
	(2.167)	591

Nos exercícios de 2012 e 2011, o custo dos serviços correntes reflecte a passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma a cargo do Banco é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento nos desvios actuariais em 2011 e 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	312.031
Ganhos actuariais com pensões gerados em 2011	(112.771)
Perdas financeiras com pensões geradas em 2011	301.625
Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	(14.768)
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	38.002
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 25)	524.119
Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	(2.883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	556.458

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 1.2.k), os desvios actuariais acumulados encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Os desvios actuariais com pensões em 2012 e 2011 podem ser explicados como segue:

	2012	2011
Alteração de pressupostos actuariais	60.058	(92.234)
Alteração da tabela salarial em 2012/ 2011 com impacto em pensões e salários	(24.152)	(15.957)
Alterações na população	1.837	1.336
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.227)	(9.700)
. Por permanência	3.636	6.720
. Por pensões de sobrevivência transferidas para a Segurança Social	2.505	-
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(1.418)	(2.936)
	37.239	(112.771)

Em 2011 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 5,25% para 5,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial de 1,75% para 1,35% e de 3,2% para 2,35%, respectivamente.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0,00% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2013 e 2014.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2012 e 2011 podem ser explicados como segue:

	2012	2011
Alteração de pressupostos	13.460	(11.597)
Alterações salariais e de nível	(2.293)	(2.598)
Outros	(271)	(573)
	10.896	(14.768)

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados com referência a 1 de Janeiro de 2005, quando da transição para as NCA's, foi o seguinte:

	Impacto global	Amortização (2012)	Amortização (2011)
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	9.076	9.076
Subsídio por morte	14.788	986	986
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.04	196.126	13.075	13.075
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	9.085	9.085
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade	62.941	4.842	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2004	44.991	2.999	2.999
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	1.450	1.450
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.013	1.201	1.201
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	669	669
Aumento do custo do exercício de 2004	13.740	917	917
	636.659	44.300	44.300

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento em resultados transitados seria efectuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de Junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial, terminando em 31 de Dezembro de 2014.

	2012	2011
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de Junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de Julho a Dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2010	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2011	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2012	(44.300)	-
(Insuficiência)/Excesso de financiamento (plano de benefício definido)	(9.571)	7.117
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(3.961)	(3.820)
Valor reflectido no activo (Nota 16)	14.301	75.430

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2012 e 2011 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,46% e 1,18%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2012 e 2011.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2012	2011
Empregados no activo[1]	5.518	5.608
Pensionistas	954	926
Reformados e reformados antecipadamente	5.332	5.338
	11.804	11.872

[1] Dos quais 177 e 157 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2011 e 2012 foram as seguintes:

	Activos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de Dezembro de 2010	175	5.431	5.381	912
Saídas:				
. De activos	(63)	(48)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(86)	(19)
. Outras	-	-	-	(25)
Transferências	-	(36)	36	-
Entrada de colaboradores da Totta IFIC	-	99	-	-
Entradas	45	5	7	58
Número total em 31 de Dezembro de 2011	157	5.451	5.338	926
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888
Contribuições do Banco (monetárias)	245.000
Contribuições dos empregados	2.313
Rendimento líquido do Fundo	(269.509)
Valores pagos	(76.337)
Transferência para a Segurança Social	(456.111)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244
Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo	56.544
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2012 e 2011 foram de 7,65% e -20,53%, respectivamente.

Face à evolução negativa dos mercados accionistas e de Crédito durante o exercício de 2011 e tendo em conta a exposição existente, a rentabilidade do Fundo de Pensões foi afectada negativamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	2012	2011
Instrumentos de dívida	309.217	385.693
Fundos de Investimento mobiliário	221.462	139.059
Fundos de Investimento imobiliário	150.809	222.339
Imóveis	68.826	87.215
Depósitos	33.936	125.256
Pendentes de liquidação	535	(201.470)
Instrumentos de capital	152	152
	784.937	758.244

Em 31 de Dezembro de 2011, os “Pendentes de liquidação” incluíam valores a entregar ao Estado no montante de mEuros 201.575, referentes à transferência de parte do fundo de pensões do Banco para a Segurança Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	2012	2011
Imóveis arrendados	22.791	22.966
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	168.989	154.464
	191.780	177.430

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2012 e 2011, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 35).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estavam abrangidos por este plano 107 e 106 colaboradores respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	2012	2011
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,02%	5,02%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,25%	4,90%
Taxa de crescimento salarial	2,80%	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,20%	2,70%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	35.303	29.260
Cobertura – valor patrimonial do fundo	31.342	25.440
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(3.961)	(3.820)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.450
Perdas actuariais	2.551
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	762
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260
Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012	35.303

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
Rendimento líquido do fundo	2.125
Contribuição do Banco	179
Valores pagos	(680)
Variações cambiais	704
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	25.440
Rendimento líquido do fundo	2.916
Contribuição do Banco	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Os custos com o plano de benefício definido nos exercícios de 2012 e 2011 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Custo dos serviços correntes	207	174
Custo dos juros	1.447	1.450
Rendimento esperado	(1.051)	(1.195)
	603	429

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe e movimento:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)
Perdas actuariais com pensões em 2011	2.551
Ganhos financeiros com pensões em 2011	(930)
Variações cambiais	138
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212
Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	88
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 25)	5.968

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	2012	2011
Instrumentos de dívida	26.649	21.763
Instrumentos de capital	4.497	3.608
Depósitos	196	69
Valor do fundo	31.342	25.440

39. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das seguintes operações de titularização (Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a ex-Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do "SME Receivables Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.792.480.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do "Consumer Receivables Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 626.373.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O BST não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navegator ou na Tagus.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta, o LeaseTotta PLC/Ltd, e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	185.578	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	11.966	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	5.273	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	202.817						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	213.817						

Hipottta nº 4 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.034.987	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	37.654	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	118.918	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.191.559					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.205.559					

Hipottta nº 5 PLC

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado	Remuneração Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	900.658	A-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A-	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	1.007.658						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	1.017.658						

Hipototta nº 7 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.029.927	A-	Baa3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	A-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	BBB-	Ba1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BB-	Ba3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	B	Caa1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	2.000.000	1.233.927				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.020.000	1.253.927				

Leasetotta nº 1 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	1.040.000	254.589	AA	Abril de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		Abril de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	1.300.000	514.589			
Classe C	65.000	65.000		Abril de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.365.000	579.589			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta nº 1 Ltd vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas e LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipotottas e o LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC e do Hipototta nº 7 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipotottas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5 e Hipototta nº 7 e as obrigações da classe C, para o LeaseTotta No. 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer cobradas pelo BST e comissão de gestão cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F do Hipototta nº 7 e para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

Em 2010 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC, obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC e obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Em 2012 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC e obrigações classe A2 do Hipototta nº5 PLC. Conforme referido anteriormente, o Hipototta nº 2 PLC, o Hipototta nº 3 PLC e o Hipototta nº 10 Ltd foram liquidados em Janeiro e Fevereiro de 2011. O Hipototta nº 11, o Hipototta nº 12, o BST SME nº 1 e o Totta Consumer nº 1 foram liquidados em Março, Maio, Junho e Agosto de 2012, respectivamente.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototas. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

Para as operações de securitização efectuadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais, por contrato securitizado, dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção Geral do Tesouro (Nota 26).

Os créditos à habitação relativos às operações de titularização que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004 não foram desreconhecidos do balanço, tendo o Banco mantido registados no activo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Notas 10 e 21).

Em 31 de Dezembro de 2010, após a venda de parte das Notes relacionadas com operações de securitização que detinha na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, o Banco considerou a transferência de parte do risco / benefício dos créditos e desreconheceu na mesma medida parte dos activos titularizados (Nota 10). Em 2012 e 2011, o Banco actualizou a percentagem de desreconhecimento destes activos tendo em conta as recompras efectuadas em cada um dos exercícios.

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos não desreconhecidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho. Para os créditos desreconhecidos em Dezembro de 2010 (Nota 10), o Banco mantém apenas a proporção das provisões correspondentes à parte não desreconhecida.

40. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais manteve saldos ou transacções nos exercícios de 2012 e 2011 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 11)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 12)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (BST SME NO. 1)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER NO.1)	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L. - Sucursal em Portugal	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander Internacional Miami	EUA
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Chile, S.A.	Chile
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
HBF Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Alliance & Leicester	Reino Unido
Catter Allen International LTD	Reino Unido
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Retama Real Estate, SL	Espanha

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	2012			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	-	8.103
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	66.964	-	5.825
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	107	5.973
Aplicações em instituições de crédito	1.708.173	1.036.041	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	-	38.179
Derivados de cobertura	247.437	-	-	-
Outros activos	14.553	27.964	41	15.265
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.835.739)	(66.964)	-	(69.014)
Recursos de outras instituições de crédito	(599.332)	(250.707)	(158.341)	(24.286)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(85.028)	(61.592)	(9.545)	(1.818.110)
Responsabilidades representadas por títulos	(80.811)	(253.663)	-	(282.569)
Derivados de cobertura	(453.444)	(6)	-	-
Outros passivos subordinados	-	(905.827)	-	(4.311)
Outros passivos	(2.886)	(1.688)	-	(1.787)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(376.107)	(2.444)	(5)	(8.121)
Juros e encargos similares	332.921	57.542	958	90.608
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(81.025)	(1.076)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(275)	(16.833)	-	(84.714)
Encargos com serviços e comissões	880	909	-	1.768
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.838)	(541)	-	(109.790)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(2.236)	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(360)	-	-	(311)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(297)
Gastos gerais administrativos	-	3.541	-	34.801
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	396	-	523.224
Garantias recebidas	710	-	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	-	784	561.030
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	4.000.284	881	1.073.094
Responsabilidades por prestações de serviços	6.493.667	15.163.398	34.592	3.237.645

	2011			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.444	-	-	17.849
Activos financeiros detidos para negociação	267.718	-	-	5.948
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	107	13.618
Aplicações em instituições de crédito	743.283	353.842	-	371.170
Crédito a clientes	-	-	-	32.502
Derivados de cobertura	136.090	4	-	-
Outros activos	21.016	33.274	59	22.790
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.410.712)	(82)	-	(68.602)
Recursos de outras instituições de crédito	(668.304)	(103.468)	(103.227)	(391.231)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(108.366)	(58.026)	(11.004)	(711.466)
Responsabilidades representadas por títulos	(47.564)	(253.754)	-	(1.641.025)
Derivados de cobertura	(277.632)	(28)	-	-
Outros passivos subordinados	-	(911.454)	-	(4.328)
Outros passivos	(5.879)	(1.463)	-	(1.544)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(306.967)	(7.498)	(26)	(8.568)
Juros e encargos similares	308.209	52.383	234	83.654
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(98.451)	(1.628)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(588)	(21.309)	(721)	(95.726)
Encargos com serviços e comissões	1.118	1.177	-	36
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	620.137	(981)	-	38.086
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75.247	8.850	-	(715)
Resultados de reavaliação cambial	2.418	-	-	-
Resultados de alienação de outros activos	(1.332)	-	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	206
Gastos gerais administrativos	-	3.736	16	34.754
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	475.879	564	-	32.935
Garantias recebidas	715	-	-	1.400
Compromissos perante terceiros	1.946	42.270	389	116.684
Operações cambiais e instrumentos derivados	24.154.065	4.003.824	-	1.200.737
Responsabilidades por prestações de serviços	7.419.072	7.124.742	35.717	4.122.280

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 1.135 e mEuros 1.289, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.675 e mEuros 4.522, respectivamente (Nota 35).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 41 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica “Custos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é apresentado de seguida:

	2012	2011
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	-	165
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	84	280
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	217	359
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	11	6
	---	---
	312	810
	===	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

Ciclo	Data de finalização	Número de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2. k).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinada pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 13.735 e mEuros e 9.686, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco em 2012, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditor Externo	892
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	732
Consultoria Fiscal	133
Outros	50

	1.807
	====

41. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander". Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação é medida só para o retorno total para o accionista.

As datas de finalização dos ciclos do plano de acções vinculados a objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	519.471	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	552.436	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	194.471	4,88

Conforme descrito na Nota 1.2. m), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2012 e 2011, o custo total do "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	2012	2011
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 a exercer em Julho de 2011	-	610
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	547	1.094
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	1.420	1.420
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	1.015	508
	2.982	3.632

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	637.941	5,4419	Jul-2011	299	2008
PI12	718.819	4,5112	Jul-2012	298	2009
PI13	746.640	5,5707	Jul-2013	298	2010
Movimento em 2011:					
PI 11 - Acções Disponibilizadas	(552.436)	-	Jul-2011	-310	-
PI 11 - Acções não Disponibilizadas [b]	(91.875)	-	-	-	-
PI12 - Anulações [a]	(1.150)	-	-	-1	-
PI13 - Anulações [a]	(1.000)	-	-	-1	-
PI13 - Correcções [d]	7.334	-	-	1	-
PI11 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	6.370	-	-	11	-
PI12 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	7.970	-	-	12	-
PI13 - Integração de colaboradores por entrada de empresas [c]	10.590	-	-	13	-
PI14 - Atribuição do direito	592.678	4,5254	Jul-2014	299	2011
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	725.639	4,5112	Jul-2012	309	2009
PI13	763.564	5,5707	Jul-2013	311	2010
PI14	592.678	4,5254	Jul-2014	299	2011
Movimento em 2012:					
PI 12 - Acções Disponibilizadas	(194.471)	-	Jul-2012	-307	-
PI 12 - Acções não Disponibilizadas [b]	(456.829)	-	-	-	-
PI 12 - Anulações [a]	(74.339)	-	-	-2	-
PI 13 - Anulações [a]	(76.339)	-	-	-2	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	687.225	5,5707	Jul-2013	309	2010
PI14	592.678	4,5254	Jul-2014	299	2011

Notas:

[a] Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

[b] Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

[c] Corresponde aos colaboradores provenientes da Totta IFIC e integrados no BST na sequência da fusão destas entidades ocorrida no primeiro semestre de 2011.

[d] Diferença entre os valores indicados pelo Grupo Santander em Dezembro de 2010 (Estimativa) e Março de 2011 (Real).

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2012 (5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

– Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.

– O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “Monte Carlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI13	PI14
Volatilidade (*)	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	3,330%	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 62,62% para o PI13 e de 55,39% para o PI14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

42. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2012				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.472	210.764	-	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	270.064	63.695	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.139.630	-	21.506	(58.359)	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	-	4.016.336	-	-	4.016.336
Crédito a clientes	49.566	24.595.515	-	(736.784)	23.908.297
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	7.888.512	29.023.387	295.965	(795.143)	36.412.721
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	-	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.212.783	-	-	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.132	18.196.394	128.942	-	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.737.250	205.839	-	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	843.324	-	-	843.324
Derivados de cobertura	455.912	-	-	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	909.872	-	-	909.872
	8.378.999	28.205.454	128.942	-	36.713.395

	2011				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	200.996	186.707	-	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	192.798	82.642	-	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.785	-	-	-	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	11.793.320	-	22.906	(48.710)	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	-	2.773.676	-	-	2.773.676
Crédito a clientes	53.573	26.151.264	-	(431.293)	25.773.544
Derivados de cobertura	167.305	-	-	-	167.305
	14.090.104	29.318.734	292.255	(480.003)	43.221.090
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.292	-	-	-	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.553.816	-	-	3.553.816
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.828.736	18.145.576	124.253	-	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	4.943.165	476.717	-	-	5.419.882
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	7.423.128	-	-	7.423.128
Derivados de cobertura	282.917	-	-	-	282.917
Outros passivos subordinados	-	915.435	-	-	915.435
	8.718.110	35.427.906	124.253	-	44.270.269

No exercício de 2012 não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos "Lusimovest" e "Novimovest" da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" para a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8).

No exercício de 2011 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	54.767	-	54.767	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.234.462	(3.211.260)	23.202	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	17.857	-	17.857	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	429.512	(26.024)	403.488	708.585	-	708.585
Crédito a clientes	1.125.448	(497.560)	627.888	-	-	-
Derivados de cobertura	421.663	(537.945)	(116.282)	40.944	-	40.944
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(94.536)	(94.536)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.312	(527.764)	(484.452)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	102.829	(166.363)	(63.534)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(96.719)	(96.719)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(42.892)	(42.892)	-	-	-
	5.429.850	(5.201.063)	228.787	749.529	-	749.529
Garantias prestadas	23.862	(533)	23.329			
Linhas de crédito	8.847	(4.975)	3.872			

	2011					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	96.456	-	96.456	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	4.157.206	(4.141.389)	15.817	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.206	(12.465)	(8.259)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	514.887	(96.876)	418.011	-	(915.768)	(915.768)
Crédito a clientes	1.219.178	(432.236)	786.942	-	-	-
Derivados de cobertura	504.979	(642.939)	(137.960)	52.083	-	52.083
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(181.451)	(181.451)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.170	(414.926)	(374.756)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	101.539	(251.496)	(149.957)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(206.861)	(206.861)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(42.219)	(42.219)	-	-	-
	6.638.621	(6.422.858)	215.763	52.083	(915.768)	(863.685)
Garantias prestadas	20.594	(196)	20.398			
Linhas de crédito	13.233	(2.683)	10.549			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.639 e de mEuros 5.236, respectivamente (Nota 33).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.719	-	1.719	4.522	-	4.522
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92	-	92	689	-	689
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.983	-	3.983	4.206	-	4.206
Activos financeiros disponíveis para venda	306.499	-	306.499	321.377	-	321.377
Aplicações em instituições de crédito	52.956	-	52.956	91.245	-	91.245
Crédito a clientes	935.937	(250)	935.687	987.709	(8.245)	979.464
	1.301.186	(250)	1.300.936	1.409.748	(8.245)	1.401.503
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(52.015)	(52.015)	-	(46.680)	(46.680)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(42.521)	(42.521)	-	(134.771)	(134.771)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.417	(482.630)	(474.213)	8.373	(401.290)	(392.917)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(153.732)	(153.732)	-	(177.847)	(177.847)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(96.719)	(96.719)	-	(206.861)	(206.861)
Outros passivos subordinados	-	(42.892)	(42.892)	-	(42.219)	(42.219)
	8.417	(870.509)	(862.092)	8.373	(1.009.668)	(1.001.295)
Garantias prestadas	20.687	-	20.687	19.542	-	19.542
Linhas de credito	7.190	-	7.190	5.468	-	5.468

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	53.201	(13.259)	39.942	56.945	(16.199)	40.746
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	34.895	-	34.895	30.723	-	30.723

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2012 e 2011 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido nos montantes de mEuros 8.087 e mEuros 8.521, respectivamente (Nota 27).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.101	49.547	43.085	(6.415)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.578	2.440.411	2.075.000	(363.798)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.999.652)	(3.024.838)	(45.294)	(3.070.132)	3.143.377	60.475
Responsabilidades representadas por títulos	(2.712.943)	(2.746.980)	9.730	(2.737.250)	2.727.613	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.266
	380.183	365.155	292.115	657.270	10.939.075	(171.062)

	2011					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	47.809	48.242	5.327	53.569	47.811	(5.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.714	210.140	2.328.854	2.075.000	(245.972)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.818.949)	(1.828.277)	(459)	(1.828.736)	1.815.685	2.576
Responsabilidades representadas por títulos	(4.822.335)	(4.880.297)	(62.868)	(4.943.165)	3.780.998	46.660
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.496.486	3.496.486	-	3.496.486	2.600.000	86.691
	(1.021.989)	(1.045.132)	152.140	(892.992)	10.319.494	(115.612)

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	33.743	12.489	3.821	61.976	29.237	141.266

	2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	18.568	5.780	(8.270)	56.938	13.675	86.691

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidas nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2012			2011		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	774	(774)	-	1.020	(1.020)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	111.437	(111.437)	-	137.104	(137.104)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.749)	45.000	251	(12.562)	12.446	(116)
Responsabilidades representadas por títulos	90.199	(90.705)	(506)	27.889	(29.178)	(1.289)
	157.661	(157.916)	(255)	153.451	(154.856)	(1.405)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.236	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	333.759	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.087.985	14.792	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	-	4.016.336	4.016.336
Crédito a clientes	49.547	23.858.750	23.908.297
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	7.836.848	28.575.873	36.412.721
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.212.783	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.132	18.325.336	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.737.250	205.839	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	843.324	843.324
Derivados de cobertura	455.912	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	909.872	909.872
	8.378.999	28.334.396	36.713.395

	2011		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	387.703	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	275.440	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.785	-	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	11.751.303	16.213	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	-	2.773.676	2.773.676
Crédito a clientes	53.569	25.719.975	25.773.544
Derivados de cobertura	167.305	-	167.305
	14.048.083	29.173.007	43.221.090
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.292	-	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.553.816	3.553.816
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.828.736	18.269.829	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	4.943.165	476.717	5.419.882
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	7.423.128	7.423.128
Derivados de cobertura	282.917	-	282.917
Outros passivos subordinados	-	915.435	915.435
	8.718.110	35.552.159	44.270.269

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2012					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.099.044	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.065	1.175	1.769	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.564.582	56.761	(803.290)	321.578	(51.646)	5.087.985
Crédito a clientes	43.084	380	-	6.101	(18)	49.547
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	-	284.850
	5.920.144	58.316	1.582.373	327.679	(51.664)	7.836.848
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.115.705	-	-	2.115.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.652	25.186	-	45.294	-	3.070.132
Responsabilidades representadas por títulos	2.712.943	34.037	-	(9.730)	-	2.737.250
Derivados de cobertura	-	-	455.912	-	-	455.912
	5.712.595	59.223	2.571.617	35.564	-	8.378.999

	2011					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	286.985	-	1.708.800	-	-	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	1.340	(12.421)	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	12.994.828	100.225	(1.511.874)	210.141	(42.017)	11.751.303
Crédito a clientes	47.809	438	-	5.327	(5)	53.569
Derivados de cobertura	-	-	167.305	-	-	167.305
	13.420.824	102.003	351.810	215.468	(42.022)	14.048.083
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.663.292	-	-	1.663.292
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.818.949	9.328	-	459	-	1.828.736
Responsabilidades representadas por títulos	4.822.335	57.962	-	62.868	-	4.943.165
Derivados de cobertura	-	-	282.917	-	-	282.917
	6.641.284	67.290	1.946.209	63.327	-	8.718.110

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2012			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	233.639	2.098.818	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	3.207.027	227.682	1.653.276	5.087.985
Crédito a clientes	-	49.547	-	49.547
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	3.522.675	2.660.897	1.653.276	7.836.848
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	2.115.705	-	2.115.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.070.132	-	3.070.132
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.737.250	-	2.737.250
Derivados de cobertura	-	455.912	-	455.912
	-	8.378.999	-	8.378.999

	2011			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	287.032	1.708.753	-	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	3.599.656	787.356	7.364.291	11.751.303
Crédito a clientes	-	53.569	-	53.569
Derivados de cobertura	-	167.305	-	167.305
	3.966.809	2.716.983	7.364.291	14.048.083
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.663.292	-	1.663.292
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.828.736	-	1.828.736
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.943.165	-	4.943.165
Derivados de cobertura	-	282.917	-	282.917
	-	8.718.110	-	8.718.110

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada, fundos de investimento imobiliário e acções.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo "Black-Scholes" para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros ("método do valor presente") actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

  Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas as obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

  As curvas de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2012		31-12-2011	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,50%	0,30%	1,00%	0,30%
1 mês	0,12%	0,19%	1,10%	1,55%
3 meses	0,19%	0,25%	1,40%	1,85%
6 meses	0,32%	0,46%	1,65%	2,15%
9 meses	0,43%	0,62%	1,83%	2,25%
1 ano	0,55%	0,77%	1,98%	2,40%
3 anos	0,47%	0,48%	1,39%	0,88%
5 anos	0,76%	0,83%	1,74%	1,28%
7 anos	1,11%	1,25%	2,07%	1,69%
10 anos	1,55%	1,76%	2,38%	2,06%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.236	352.236	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	333.759	333.759	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.792	14.792	-
Aplicações em instituições de crédito	4.016.336	4.160.679	144.343
Crédito a clientes	23.858.750	21.451.047	(2.407.703)
	28.575.873	26.312.513	(2.263.360)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	5.837.242	4.936.307	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	2.212.783	2.274.922	(62.139)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.325.336	18.457.963	(132.627)
Responsabilidades representadas por títulos	205.839	202.112	3.727
Passivos financeiros associados a activos transferidos	843.324	333.353	509.971
Outros passivos subordinados	909.872	880.021	29.851
	28.334.396	27.084.678	1.249.718

	2011		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.703	387.703	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.440	275.440	-
Activos financeiros disponíveis para venda	16.213	16.213	-
Aplicações em instituições de crédito	2.773.676	2.865.823	92.147
Crédito a clientes	25.719.975	23.547.252	(2.172.723)
	29.173.007	27.092.431	(2.080.576)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.913.234	4.883.949	29.285
Recursos de outras instituições de crédito	3.553.816	3.476.278	77.538
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.269.829	18.293.557	(23.728)
Responsabilidades representadas por títulos	476.717	370.654	106.063
Passivos financeiros associados a activos transferidos	7.423.128	6.613.538	809.590
Outros passivos subordinados	915.435	911.456	3.979
	35.552.159	34.549.432	1.002.727

Em 31 de Dezembro de 2012, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente para a segunda e terceira emissões das obrigações hipotecárias, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço em aproximadamente mEuros 30.220 (mEuros 596.042 em 31 de Dezembro de 2011).

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.

- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano.

- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito.

- No caso das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados foi efectuado o desconto dos *fluxos futuros* considerando as condições de mercado estimadas para emissões semelhantes no final do ano.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi introduzido na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);

- Clientes de Retalho.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Crédito concedido

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.236	352.236	387.703	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	333.759	333.759	275.440	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	2.332.457	1.995.785	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	82.009	80.121	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	5.102.777	5.102.777	11.767.516	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	4.016.336	4.016.336	2.773.676	2.773.676
Crédito a clientes	23.908.297	29.907.812	25.773.544	31.825.813
Derivados de cobertura	284.850	284.850	167.305	167.305
	36.412.721	42.412.236	43.221.090	49.273.359
Garantias prestadas	1.346.039	1.346.039	2.059.382	2.059.382

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2012, inclui mEuros 1.496.610 e mEuros 4.502.905 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.217.742 e mEuros 4.834.527 em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente) (Nota 26).

Crédito concedido

Paralelamente ao processo de constituição de provisões, nos termos preconizados pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)), o Banco analisa periodicamente o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Crédito ao consumo	1.048.143	1.111.662
Crédito à habitação	11.707.837	12.707.241
Outros créditos concedidos a particulares	412.022	435.913
Cartões de crédito de particulares	235.682	250.675
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	13.403.684	14.505.491
Crédito concedido a grandes empresas	1.540.037	1.361.928
Crédito concedido a médias empresas	3.934.174	4.683.710
Crédito concedido a pequenas empresas	582.817	652.240
Leasing	803.190	1.045.821
Factoring	942.936	1.271.079
Cartões de crédito de empresas	12.529	12.144
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1
Papel comercial	1.451.055	655.200
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	9.266.738	9.682.123
Garantias prestadas	1.254.982	1.988.824
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	23.925.404	26.176.438

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2012		2011	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	82.325	22.249	369.368	41.815
Rating 4 - 6	5.008.549	973.574	6.141.685	1.214.133
Rating 1 - 3	759.243	115.581	697.212	85.918
	5.850.117	1.111.404	7.208.265	1.341.866
Sem Rating	1.953.037	107.950	1.806.513	160.073
	7.803.154	1.219.354	9.014.778	1.501.939
Cartões de crédito de empresas	12.529	-	12.144	-
Instituições financeiras	-	35.628	1	486.885
Papel comercial	1.451.055	-	655.200	-
	9.266.738	1.254.982	9.682.123	1.988.824

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascendem a mEuros 48.869 e mEuros 33.754, respectivamente, correspondentes às percentagens nas mesmas datas de 0,37% e 0,23%, respectivamente.

O crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Vincendo	944.411	1.294.024
Vencido		
. Até 90 dias	46.302	51.573
. Entre 90 e 180 dias	94.699	95.326
. Mais de 180 dias	822.915	490.769
	963.916	637.668
	1.908.327	1.931.692
Garantias prestadas	91.057	70.558

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colaterizado por garantia hipotecária ou por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2012		2011	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	280.931	778.751	903.145	1.977.788
Garantia inferior ao capital em dívida	347.939	80.733	579.691	201.534
Sem garantia	1.303.597	-	926.700	-
	1.932.467		2.409.536	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 272.479 e mEuros 216.659, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	245.156	177.737
. Unidades de participação	18.663	-
. Equipamento	5.558	3.982
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	104.673	89.887
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	40.784
	396.171	312.390
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(71.076)	(53.067)
. De unidades de participação	(4.000)	-
. De equipamento	(3.575)	(2.088)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	(22.920)	(18.455)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(123.692)	(95.731)
	272.479	216.659

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo de acordo com a notação da Standard & Poor`s:

	2012	2011
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BBB	-	80.121
BB	82.009	-
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
AA	7.948	6.025.550
A	1.333.576	1.319.695
BA	65.413	68.671
BBB	981.608	1.767.376
BB	1.666.254	270.722
B	291.757	-
Sem rating externo	545.581	2.251.335
	4.892.137	11.703.349
	4.974.146	11.783.470

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, estão apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 160.530.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2012							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.764	265	811	2.152	2.154	189.962	-	406.108
Disponibilidades em outras instituições de crédito	333.759	-	-	-	-	-	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	-	-	-	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	82.009	-	-	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	2	56.211	487.308	1.802.411	724.122	3.127.768	210.640	6.408.462
Aplicações em instituições de crédito	2.557.081	703.193	38.403	1.614.386	298.842	3.161	-	5.215.066
Crédito a clientes	499.682	2.700.426	4.350.054	4.478.612	2.907.140	13.153.622	-	28.089.536
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
	6.218.595	3.460.095	4.958.585	7.897.561	3.932.258	16.474.513	210.640	43.152.247
Passivo								
Recursos de bancos centrais	800.113	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.963
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	-	-	-	-	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	419.234	985.224	154.130	334.529	286.740	112.332	-	2.292.189
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.284.211	3.654.814	4.660.385	4.952.753	1.951.583	467.456	-	21.971.202
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.404	1.090.770	1.832.536	89.681	-	-	3.029.391
Passivos financeiros associados a activos transferidos	4.214	14.682	55.482	135.775	119.415	575.609	-	905.177
Derivados de cobertura	455.912	-	-	-	-	-	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	440.570	273.558	36.640	299.537	59.471	-	1.109.776
	10.079.389	5.111.694	6.234.325	12.408.083	2.746.956	1.214.868	-	37.795.315

	2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.707	508	1.535	4.076	4.081	290.803	-	487.710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.440	-	-	-	-	-	-	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	1.995.785	-	-	-	-	-	-	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	80.121	-	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	2	795.904	571.870	2.753.256	1.727.230	10.336.061	64.167	16.248.490
Aplicações em instituições de crédito	1.870.310	652.031	-	61.307	640.863	3.888	-	3.228.399
Crédito a clientes	346.770	3.527.725	5.139.886	6.027.375	3.856.895	12.995.834	-	31.894.485
Derivados de cobertura	167.305	-	-	-	-	-	-	167.305
	4.842.319	4.976.168	5.713.291	8.926.135	6.229.069	23.626.586	64.167	54.377.735
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5	2.517.830	-	-	2.475.600	-	-	4.993.435
Passivos financeiros detidos para negociação	1.663.292	-	-	-	-	-	-	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	762.014	1.809.394	86.540	196.904	700.795	95.203	-	3.650.850
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.925.052	5.443.365	4.534.959	2.359.844	2.127.643	200.211	-	20.591.074
Responsabilidades representadas por títulos	51	20.419	1.584.082	3.272.376	448.106	361.936	-	5.686.970
Passivos financeiros associados a activos transferidos	20.169	756.403	922.386	1.630.420	984.246	3.256.771	-	7.570.395
Derivados de cobertura	282.917	-	-	-	-	-	-	282.917
Outros passivos subordinados	-	423.504	275.927	38.756	325.035	75.874	-	1.139.096
	8.653.500	10.970.915	7.403.894	7.498.300	7.061.425	3.989.995	-	45.578.029

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2012				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.472	210.764	-	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	333.759	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.098.818	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.065	-	2.944	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	2.879.892	2.455.643	(232.758)	-	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	2.748.255	1.237.400	30.681	-	4.016.336
Crédito a clientes	1.639.415	22.939.335	(670.453)	-	23.908.297
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	7.346.627	26.773.850	(91.424)	2.383.668	36.412.721
Passivo					
Recursos de bancos centrais	5.800.016	-	37.226	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.115.705	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	1.738.106	472.166	2.511	-	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.113.697	5.068.250	213.521	-	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.729.993	184.601	28.495	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	28.655	812.578	2.091	-	843.324
Derivados de cobertura	-	-	-	455.912	455.912
Outros passivos subordinados	570.601	339.138	133	-	909.872
	26.981.068	6.876.733	283.977	2.571.617	36.713.395

	2011				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	200.996	186.707	-	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	275.440	-	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	287.032	1.708.753	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.202	-	(11.081)	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	4.178.938	8.726.195	(1.137.617)	-	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	2.601.906	140.588	31.182	-	2.773.676
Crédito a clientes	2.139.778	23.979.528	(345.762)	-	25.773.544
Derivados de cobertura	-	-	-	167.305	167.305
	9.011.824	33.047.307	(714.099)	1.876.058	43.221.090
Passivo					
Recursos de bancos centrais	4.900.007	-	13.227	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.663.292	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	2.771.014	781.102	1.700	-	3.553.816
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.330.859	5.626.128	141.578	-	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	4.938.252	357.333	124.297	-	5.419.882
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.126	7.397.363	23.639	-	7.423.128
Derivados de cobertura	-	-	-	282.917	282.917
Outros passivos subordinados	575.979	339.138	318	-	915.435
	27.518.237	14.501.064	304.759	1.946.209	44.270.269

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e

- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e

- Características das novas operações "New Business" (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2012		2011	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.379	(759)	1.954	(1.954)
Activos financeiros disponíveis para venda	18.978	(11.122)	67.790	(67.675)
Aplicações em instituições de crédito	25.188	(14.579)	2.147	(2.147)
Crédito a clientes	201.008	(110.009)	184.316	(184.068)
	246.553	(136.469)	256.207	(255.844)
Derivados de cobertura	(36.845)	21.261	(37.970)	37.966
Passivo				
Recursos de bancos centrais	57.222	(39.964)	47.278	(47.278)
Recursos de outras instituições de crédito	22.694	(14.155)	12.792	(12.783)
Recursos de clientes e outros empréstimos	80.363	(48.446)	90.625	(86.540)
Responsabilidades representadas por títulos	1.661	(947)	2.826	(2.826)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	26.858	(14.047)	26.602	(26.554)
Outros passivos subordinados	378	(206)	378	(378)
	189.176	(117.765)	180.501	(176.359)

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

  Os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	2012	2011
VaR Percentil 99%	(8)	(34)
VaR Weighted Percentil 99	(15)	(25)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2012			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	345.919	3.736	2.581	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	287.375	29.926	16.458	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.330.556	1.871	30	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.094.829	7.948	-	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	3.640.921	335.228	40.187	4.016.336
Crédito a clientes	23.841.307	37.460	29.530	23.908.297
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	35.907.096	416.839	88.786	36.412.721
Passivo				
Recursos de bancos centrais	5.837.229	-	13	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.113.544	2.085	76	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	1.766.211	415.719	30.853	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.422.160	808.240	165.068	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.943.089	-	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	843.324	-	-	843.324
Derivados de cobertura	454.134	1.778	-	455.912
Outros passivos subordinados	637.021	272.851	-	909.872
	35.016.712	1.500.673	196.010	36.713.395

	2011			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	381.900	3.632	2.171	387.703
Disponibilidades em outras instituições de crédito	242.861	17.529	15.050	275.440
Activos financeiros detidos para negociação	1.983.537	12.100	148	1.995.785
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	80.121	-	-	80.121
Activos financeiros disponíveis para venda	11.690.349	77.167	-	11.767.516
Aplicações em instituições de crédito	2.392.984	361.929	18.763	2.773.676
Crédito a clientes	25.683.912	51.798	37.834	25.773.544
Derivados de cobertura	166.849	456	-	167.305
	42.622.513	524.611	73.966	43.221.090
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.913.229	-	5	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.651.044	12.100	148	1.663.292
Recursos de outras instituições de crédito	3.005.713	535.465	12.638	3.553.816
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.045.002	871.963	181.600	20.098.565
Responsabilidades representadas por títulos	5.419.882	-	-	5.419.882
Passivos financeiros associados a activos transferidos	7.423.128	-	-	7.423.128
Derivados de cobertura	282.103	814	-	282.917
Outros passivos subordinados	637.206	278.229	-	915.435
	42.377.307	1.698.571	194.391	44.270.269

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	2012	2011
VaR Percentil 99%	(7)	(10)
VaR Wei. Percentil 99%	(6)	(6)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

43. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

A partir de Junho de 2009, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método padrão para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A carteira de cartões começou a ser tratada de acordo com o método IRB a partir de Março de 2011 e a carteira de pequenos negócios a partir de Dezembro de 2012. O risco soberano e operações manuais são tratados pelo método padrão.

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (montantes expressos em milhões de Euros):

	Dez12	Dez11
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	1.865	1.935
Capital Elegível	984	985
Reservas e Resultados Elegíveis	701	678
Acções Preferenciais Elegíveis	392	410
Impactos de transição IAS (regime transitório)	28	59
Deduções aos F.P. Base	-240	-197
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	447	411
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	286	286
Passivos subordinados c/venc.determinado	53	53
Reservas de Reavaliação	24	23
Outros Elementos / Deduções F.P. Complementares	84	49
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	-7	-6
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.305	2.340
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	18.240	20.485
RÁCIOS	**Dez12**	**Dez11**
TIER I (A/E)	10,2%	9,4%
CORE CAPITAL	8,6%	8,0%
TIER II (B/E)	2,4%	2,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	12,6%	11,4%

Nota: As acções preferenciais estão incluídas nos "Outros Elementos / Deduções F.P. Complementares" e os títulos próprios abatidos aos passivos subordinados com vencimento indeterminado.

Embora num contexto macroeconómico difícil, os rácios de solvabilidade do BST aumentaram durante o ano de 2012. Em particular, o rácio Tier I subiu de 9,4% em Dezembro de 2011 para 10,2% em Dezembro de 2012, e o rácio de adequação de fundos próprios subiu de 11,4% em Dezembro de 2011 para 12,6% em Dezembro de 2012. Para esta melhoria, contribuiu a incorporação de resultados de 2011, bem como o processo de desalavancagem concretizado pelo BST.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total	Taxa	Data de	Data de	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço	Total	Balanço	de Juro	Emissão	Vencimento	
ST Diversificaçao Invest	EUR	71.738	14.645	57.093	1.593	58.686	Variável	17-Mar-09	28-Mar-13	Taxa de câmbio EUR/USD
Rendimento Europeu	EUR	99.796	12.434	87.362	411	87.773	Variável	6-Ago-09	6-Ago-14	Índice accionista
Performance Mais	EUR	63.096	6.367	56.729	60	56.789	Variável	24-Nov-09	24-Nov-14	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	4	13.735	Variável	22-Dez-09	15-Jan-15	Cabaz de índices
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	3.767	Variável	18-Jan-10	18-Jan-13	Cabaz de acções
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	-	7.424	Variável	8-Mar-10	8-Mar-13	Cabaz de acções
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	3.645	Variável	12-Abr-10	12-Abr-13	Taxa de câmbio EUR/USD
Europa 5 2ª serie	EUR	3.094	-	3.094	-	3.094	Variável	25-Mai-10	25-Mai-13	Cabaz de acções
AutoCallable 80-20	EUR	1.611	-	1.611	-	1.611	Variável	7-Jun-11	7-Jun-13	Cabaz de acções
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	1.920	Variável	28-Jun-10	28-Jun-14	Índices accionistas
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	2.950	Variável	30-Ago-10	30-Ago-13	Cabaz de acções
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	243	21.776	Variável	30-Set-10	30-Set-15	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	108	10.101	Variável	2-Nov-10	2-Nov-15	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	1.224	66.266	Variável	14-Fev-11	13-Fev-15	Cabaz de acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	1.316	59.208	Variável	9-Mar-11	9-Mar-15	Cabaz de acções
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	980	57.359	Variável	11-Abr-11	2-Abr-15	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	35	2.210	Variável	20-Mai-11	20-Mai-14	Cabaz de fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	1.688	76.295	Variável	30-Jun-11	30-Jun-14	Índice de Acções Standard & Poor's 500
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	2.120	102.117	Variável	1-Ago-11	31-Out-14	Índice de Acções FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	570	Variável	29-Set-11	29-Set-14	Índice de Acções FTSE Latibex Top
Obrigações Hipotecarias II	EUR	1.000.000	25.750	974.250	6.229	980.479	3,25%	21-Out-09	21-Out-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias III	EUR	1.000.000	-	1.000.000	18.718	1.018.718	2,63%	15-Abr-10	15-Abr-13	Fixa
Obrigações Hipotecarias IV - 1ª Tranche	EUR	750.000	700.000	50.000	2.157	52.157	4,38%	12-Jan-11	12-Jan-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias IV - 2ª Tranche	EUR	600.000	547.700	52.300	831	53.131	3,31%	21-Jan-11	12-Jan-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias IV - 4ª Tranche	EUR	225.000	175.000	50.000	73	50.073	2,61%	16-Fev-11	12-Jan-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias IV - 5ª Tranche	EUR	175.000	175.000	-	-	-	3,19%	30-Mar-11	30-Mar-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	2,69%	23-Mai-11	23-Mai-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias VI	EUR	250.000	250.000	-	-	-	2,70%	4-Nov-11	4-Nov-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias VII	EUR	380.000	380.000	-	-	-	2,70%	4-Nov-11	4-Nov-14	Fixa
Obrigações Hipotecarias VIII	EUR	250.000	250.000	-	-	-	2,71%	20-Jul-12	20-Jul-15	Fixa
		6.540.960	**3.786.896**	**2.754.064**	**37.790**	**2.791.854**				
EMTN		160.530	-	160.530	1.203	161.733				
Despesas com encargo diferido		-	-	-	(768)	(768)				
Correcções de valor por operações de cobertura		(9.730)	-	(9.730)	-	(9.730)				
		6.691.760	**3.786.896**	**2.904.864**	**38.225**	**2.943.089**				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante Emitido	Montante Readquirido	Montante Líquido	Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro		Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	EUR	297.750	-	297.750	38	297.788	Fixa	4,555%	Perpétuas	
Recursos do BST International Bank, Inc	EUR	272.851	-	272.851	53	272.904	Fixa	7,010%	Perpétuas	
Recursos do Totta Ireland	EUR	50.000	-	50.000	1	50.001	Fixa	0,842%	Perpétuas	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284.315	13.868	270.447	154	270.601	Variável	2,072%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	159.016	13.817	116	13.933	Variável	2,349%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	36	4.311	Variável	2,349%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Subordinadas MC Factor 08	EUR	2.993	2.394	599	-	599	Variável	2,844%	Perpétuas	
		1.135.101	**225.362**	**909.739**	**398**	**910.137**				
Despesas com custo diferido		-	-	-	(265)	(265)				
		1.135.101	**225.362**	**909.739**	**133**	**909.872**				

Relatórios e Pareceres Individuais

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do Banco Santander Totta, S.A. ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 38.501.791 mEuros e capital próprio total de 1.212.474 mEuros, incluindo um resultado líquido do exercício negativo de 9.180 mEuros, as Demonstrações individuais dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do Artigo 451° do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2012 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

L.C.a

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2012.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2012, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

Santander Totta

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2012;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)